

1º semestre de 2020
ISSN 1980-4466

29

revistacpc

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista CPC. São Paulo: CPC-USP, n. 29, 1. semestre 2020.

Semestral
ISSN 1980-4466

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação e conservação de acervos. I. Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. II. Título: Revista CPC.

CDD 025.8

Editora

Martha Marandino – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Comissão Editorial

Beatriz Mugayar Kühl – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Diana Gonçalves Vidal – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Gabriel de Andrade Fernandes – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Simone Scifoni – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Conselho Consultivo

Adilson Avansi de Abreu – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Ascensión Hernández Martínez – Universidad de Zaragoza, Zaragoza, Espanha
Beatriz Coelho – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Gabriela Lee Alardín – Universidad Iberoamericana Ciudad de México, Cidade do México, México
Leonardo Castriota – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Maria Beatriz Borba Florenzano – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Maria Inez Turazzi – Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, Distrito Federal, Brasil
Marta Catarino Lourenço – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal
Regina Andrade Tirello – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil
Rosina Trevisan M. Ribeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Sílvia Wolff – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria da Cultura, São Paulo, São Paulo, Brasil
Walter Pires – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, São Paulo, Brasil

Editora Executiva

Ana Célia de Moura

Revisão

Tikinet Edições Ltda

Diagramação

Acacia Cultural

Projeto Gráfico

HAY Arquitetura e Design

Universidade de São Paulo

Vahan Agopyan, Reitor
Antonio Carlos Hernandes, Vice-Reitor

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Pró-Reitora
Margarida Maria Krohling Kunsch, Pró-Reitora Adjunta

Centro de Preservação Cultural

Martha Marandino, Diretora
Simone Scifoni, Vice-Diretora

Endereço

Rua Major Diogo, 353, Bela Vista
01324-001 - São Paulo, SP, Brasil
Tel + 55 11 2648 1512
revistacpc@usp.br
www.facebook.com/revistacpc
www.usp.br/cpc

REVISTA CPC

Volume 15

Número 29

1. semestre/2020

São Paulo

ISSN 1980-4466

EDIÇÃO 29 (2020)

A Revista CPC é uma publicação do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. De caráter científico, configura-se como um veículo de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos. A revista é arbitrada, tem periodicidade semestral, é editada em formato eletrônico e está organizada em: artigos originais; resenhas; notícias e depoimentos; e dossiês temáticos. A Revista CPC conta com Comissão Editorial e Conselho Consultivo, composto por especialistas provenientes de universidades públicas estaduais paulistas e de universidades federais, dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio cultural e de instituições nacionais e internacionais que desenvolvem trabalhos em áreas afins, bem como pareceristas *ad hoc*. Integrante da rede colaborativa LatinRev - Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades (FLACSO Argentina).

Fontes de indexação: Journals for Free - Diretório de periódicos de acesso livre. Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. LivRe - Revistas de livre acesso (CNEN-MCTIC). Periódicos CAPES - Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-MEC). REDIB - Rede Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico. EBSCO - Sociology Source Ultimate.

EDIÇÃO 29 (2020)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

EDITORIAL MARTHA MARANDINO

5

NOMINATA DE PARECERISTAS

6-7

ARTIGOS

PAISAGEM CULTURAL E ESPÍRITO DO LUGAR COMO PATRIMÔNIOS: EM BUSCA DE UM PACTO SOCIAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

8-35

SÍLVIA HELENA ZANIRATO

VISÕES DE PATRIMÔNIO E CIDADE: INVENTÁRIOS DE BENS CULTURAIS NA ÁREA CENTRAL DE SANTO ANDRÉ, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

36-67

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO, LARISSA TESUBAKE DE FARIAS

A MEMÓRIA COLETIVA COMO HETEROTOPIA: REFLEXÕES SOBRE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA PATRIMONIALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

68-95

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO, FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS, MARGARETE CORDEIRO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E DESENVOLVIMENTO DA ÁREA ITAQUI-BACANGA EM SÃO LUÍS-MA

96-123

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA, RAFAEL DE OLIVEIRA DUALIBE, KLÁUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM, ANTONIO CORDEIRO FEITOSA

SANATÓRIO BARROS BARRETO (BELÉM-PA): ARQUITETURA COMO TESTEMUNHO CIENTÍFICO

124-150

LARISSA SILVA LEAL, CYBELLE SALVADOR MIRANDA

ESTAÇÃO DA MEMÓRIA DE JOINVILLE: PATRIMÔNIO CULTURAL PARA QUÊ E PARA QUEM?

151-170

VINICIUS JOSÉ MIRA, FERNANDO CESAR SOSSAI

O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DA ARTE ESCULTÓRICA TUMULAR

171-207

FABIANA LOPES DE OLIVEIRA, REINALDO LUIZ SANTOS

RESENHA

RESENHA: *PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO: PROBLEMAS TEÓRICOS DE RESTAURO: KÜHL, BEATRIZ MUGAYAR. 2.ED. COTIA: ATELIÊ, 2018.*

208-218

EDUARDO BACANI RIBEIRO

NOTÍCIAS E DEPOIMENTOS

PATRIMÔNIO IMATERIAL E PAISAGEM CULTURAL CAFFEEIRA NA COLÔMBIA

219-234

ALEJANDRO ESCOBAR HOYOS

HARITAGE AND HISTORY OF THE MARBLE INDUSTRY IN ALENTEJO, PORTUGAL: AN INTERDISCIPLINARY PROJECT IN PROGRESS

235-248

CLARA MOURA SOARES, RUTE MASSANO RODRIGUES, CARLOS FILIPE

DOCUMENTO UNIFICADO: RECOMENDAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

249-262

MAURÍCIO CÂNDIDO DA SILVA

EDITORIAL

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p5>

O tema da preservação do ambiente há muito está na agenda política do país e do mundo e a produção científica sobre ele é extensa. Contudo, nunca foi tão importante e necessário em nosso país, frente às políticas atuais de destruição das áreas protegidas e dos povos que nelas habitam, promover ações e reflexões que envolvam a identificação, a inventariação, as práticas de cuidado, a análise e os estudo sobre o patrimônio ambiental. Desse modo, é relevante que neste número 29 da Revista CPC encontremos artigos que vão analisar esse tópico, transpassando questões relacionadas não só à proteção da paisagem e à patrimonialização do território, mas também discutindo a relação entre educação patrimonial e educação ambiental.

O material que aqui se apresenta aborda, ainda, diferentes tipologias de patrimônio, perpassando experiências e estudos que analisam, inventariam e problematizam elementos ligados à dimensão material e imaterial do patrimônio, como a memória coletiva, a arquitetura e a cidade. Os aspectos metodológicos e técnicos dos inventários são também discutidos neste número, tratando de forma reflexiva a ideia de que as formas de inventariar estão intimamente ligadas às visões que se tem de patrimônio. Pensar para quê e para quem a preservação do patrimônio deve servir é, como os artigos deste número se propõem a fazer, um exercício sem dúvida necessário e imprescindível nos dias atuais.

Destacamos, por fim, que este número traz um importante documento produzido pela Rede USP de Profissionais de Museus e Acervos que orienta procedimentos para os cuidados e procedimentos necessários para o período de pandemia e quarentena que estamos vivendo. O documento, produzido coletivamente por estes profissionais, é um marco, pois representa a opinião de especialistas das mais diferentes áreas dos museus e auxilia de forma competente as ações voltadas a preservação do patrimônio nessas instituições.

Martha Marandino

Editora

NOMINATA DE PARECERISTAS

André Luiz Paulilo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Joana Mello de Carvalho e Silva, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Juliane Conceição Primon Serres, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Kelly Cristina Melo, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Luiz Antonio Recamán Barros, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria Angela Salvadori, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria Goretti da Costa Tavares, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

Nadia Somekh, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil

Neiva Vieira da Cunha, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Philippe Pomier Layrargues, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Rafael Winter Ribeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Rodrigo Christofolletti, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Rodrigo Sartori Jabur, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Sabrina Studart Fontenele Costa, Escola da Cidade, São Paulo, São Paulo, Brasil

Simone Helena Tanoue Vizioli, Universidade de São Paulo, São Carlos, São Paulo, Brasil

Soraia Ansara, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Suzana Cecília Kleeb, Universidade Federal do ABC, Santo André, São Paulo, Brasil

Vanessa Beatriz Bortulucci, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

PAISAGEM CULTURAL E ESPÍRITO DO LUGAR COMO PATRIMÔNIO:

EM BUSCA DE UM PACTO SOCIAL DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL

SÍLVIA HELENA ZANIRATO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

Doutora em História, professora associada do curso de Gestão Ambiental e dos
Programas de Pós-Graduação em Ciência Ambiental e em Mudança Social e Participação
Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

E-mail: shzanirato@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9484-5359>

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p8-35>

RECEBIDO

28/08/2019

APROVADO

29/01/2020

PAISAGEM CULTURAL E ESPÍRITO DO LUGAR COMO PATRIMÔNIO: EM BUSCA DE UM PACTO SOCIAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

SÍLVIA HELENA ZANIRATO

RESUMO

Este texto contempla as relações entre a proteção da paisagem e o espírito do lugar, em particular os desafios para que essa proteção possa ser efetiva. Assim, a análise trata do histórico da proteção pelos órgãos envolvidos com o patrimônio, das dificuldades de fazer valer a proteção pretendida e da necessidade de um pacto de gestão com todos os envolvidos no território que se quer patrimonializar, condição *sine qua non* para a efetividade da preservação de algo que é desafiador: o espírito do lugar.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem cultural. Espírito do lugar. Ordenamento territorial.

CULTURAL LANDSCAPE AND THE SPIRIT OF THE PLACE AS HERITAGE: IN SEARCH OF A SOCIAL PACT OF LAND USE PLANNING

SÍLVIA HELENA ZANIRATO

ABSTRACT

This paper explores the relation between landscape protection and the spirit of the place, especially the challenges for this protection to be effective. Thus, this analysis focuses on the landscape protection by heritage advisory bodies, the challenges in fulfilling the intended protection and the need for a management agreement between all nations involved with the territory for it to be considered heritage, a *sine qua non* condition for the effective preservation of a difficult thing: the spirit of the place.

KEYWORDS

Cultural landscape. Local spirit. Land use planning.

1 APRESENTAÇÃO

Este texto é originário de um convite para discutir a proteção do espírito do lugar. Com esse escopo, a fala foi orientada com um encadeamento que visou considerar que o espírito do lugar se manifesta num dado espaço que é transformado por ações de grupos sociais que o territorializam (HAESBAERT, 2006) e é ainda associado à paisagem, compreendida como “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança” (SANTOS, 1997, p. 61).

Neste texto discuto a cisão entre entendimentos de políticas de proteção da paisagem, seja na perspectiva do órgão de gestão da cultura ou dos órgãos de gestão da natureza, na imprescindível e difícil necessidade de ação conjunta, condição para a ação pretendida e, fundamentalmente, na importância de caminhar para a construção compartilhada de pactos de gestão dos atores envolvidos com o espaço onde ocorrem as manifestações que se quer proteger. Isso leva a considerar os instrumentos protetivos disponibilizados para esse fim, o alcance legal desses instrumentos e os desafios para que possa ocorrer algo bastante desafiador: a preservação do espírito do lugar.

2 O QUE É O ESPÍRITO DO LUGAR

O espírito do lugar, ou *genius loci*, compreende a especial atmosfera de um lugar, uma condição intangível que se corporiza impregnando-o. Seus

elementos se veem e se sentem integrados com o entorno (CAHN, 2008; NORBERG-SCHULZ, 1984).

Carlos Fernando Delphim, arquiteto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por mais de 20 anos e especialista em patrimônio natural, considera que o espírito do lugar

é constituído por elementos tangíveis como edificações, sítios, paisagens, rotas, objetos e por elementos intangíveis como as memórias, narrativas, documentos escritos e tradição oral, rituais, festivais, sentimento de sagrado e de adoração, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores e outros, ou seja, os elementos físicos e espirituais que dão significado, emoção, sentimento e mistério ao lugar (DELPHIM, 2010, p. 32).

A base para a afirmativa de Delphim é a Declaração de Québec, de 2008, emitida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), organismo consultor do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), agência internacional criada no interior da Organização das Nações Unidas (ONU) para a proteção do patrimônio. Conforme a Declaração,

O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar (ICOMOS, 2008, p. 2).

A essência do espírito do lugar está no conjunto de atores sociais que atribuem sentidos ao lugar e, por isso, cabe também a proteção desses sujeitos, guardiões desses sentidos. Na Declaração fica claro que os sentidos são plurais e dinâmicos; um lugar pode ter vários espíritos, compartilhados por diferentes grupos, e tanto estes quanto os sentidos podem também se alterar ao longo do tempo.

Ainda que se reconheça a dinâmica desses lugares, na Declaração se veem preocupações com as mudanças climáticas, o turismo em massa, os conflitos armados e o desenvolvimento urbano, que põem em risco a manutenção do espírito do lugar. Para preservá-lo são recomendadas ações jurídicas e políticas, assim como investimento na comunicação interativa e na participação das comunidades envolvidas. Isso significa que deve

haver normas, políticas e processos de planejamento capazes de adequar os sentidos plurais que o lugar possa conter. Para tanto, hão de ser definidos “programas de treinamento e políticas jurídicas para uma melhor proteção e promoção do espírito do lugar” (ICOMOS, 2008, p. 4).

À primeira vista, os termos da Declaração parecem pertinentes, mas uma leitura mais atenta evidencia os desafios para que ocorra a proteção pretendida, em particular os atinentes aos instrumentos jurídicos que garantam a eficácia da ação protetiva. Fica em aberto que instrumentos seriam esses, o que é correto, já que isso depende de cada Estado-parte; mas isso pode levar os Estados a acatar o documento sem ter claro quais meios serão demandados para sua implantação. Se por um lado a não precisão do Icomos pode ser uma ação proposital para que não haja tantas dificuldades em sua aplicabilidade pelos Estados-membros, por outro, ela acaba por dificultar a aplicabilidade e a eficácia da ação, que pode ser vista em uma perspectiva genérica e heterogênea.

Um ponto é claro: o espírito do lugar se relaciona com o ambiente de sua ocorrência, com a paisagem, o que já é um problema, pois a proteção da paisagem é complexa e envolve uma série de esforços de operacionalização, que serão tratados a seguir.

3 PAISAGEM: DEFINIÇÃO CONCEITUAL NO CAMPO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Conforme explica Milton Santos (1997, p. 61), a paisagem “pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”.

O que vemos, vemos ao longo do tempo, sobre uma base material com volumes e cores, com sons e odores, em lugares sujeitos a dinâmicas mais ou menos intensas, conforme a velocidade das modificações. Os movimentos não têm uma mesma velocidade, em especial os decorrentes da intervenção humana.

As sociedades humanas têm transformado a paisagem criando novas configurações materiais e simbólicas. Se num passado de 100 a 150 anos atrás as modificações eram lentas e absorvidas pelos seres humanos, no último século sua velocidade se alterou de tal modo que tem sido difícil acompanhá-las e assimilá-las (LOWENTHAL, 1998).

Isso se percebe de modo claro em paisagens que se transformaram de forma vertiginosa para a produção de espaços urbanos, nem sempre organizados e com consenso de interesses. Daí decorre um problema não tão simples, que é inserir a proteção da paisagem na lógica das sociedades envoltas pela modernidade tardia, que tem como característica justamente “a fluidez das paisagens, a fugacidade das relações e a transitividade das fronteiras espaço-temporais” (CARLOS, 2001, p. 12).

Se o espírito do lugar está associado à paisagem, como pode ocorrer a sua preservação se a paisagem tem como uma de suas características a transformação? Para compreender um pouco mais o que se busca, há que se voltar para o entendimento que a Unesco tem sobre conservação da paisagem.

A preocupação com a conservação da paisagem pelos órgãos de proteção remete a dois documentos anteriores à Unesco, sendo o primeiro a Carta de Atenas, elaborada pela Sociedade das Nações em 1931, ocasião em que se buscou sistematizar normas internacionais para a proteção de bens numa perspectiva multilateral. Num momento em que o patrimônio era fundamentalmente um bem de “pedra e cal”, materializado, a paisagem compreendia a vizinhança na qual o monumento se encontrava (CARTA, 2004). Assim, ao proteger um bem era necessário que se olhasse para seu entorno e que igualmente se buscasse proteger esse entorno e garantir, assim, sua ambiência.

Em sentido diferente desse estava o que foi contido na Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, subscrita em Washington em 1940, o primeiro instrumento internacional que fez clara referência à proteção das paisagens. Segundo o texto convencional, as paisagens de grande beleza, as formações geológicas extraordinárias, as regiões e os objetos naturais de interesse estético ou valor histórico ou científico e os lugares caracterizados por condições primitivas eram bens a serem protegidos. A paisagem podia ter agenciamento humano, mas se encontrava fundamentalmente nos ambientes pouco transformados pela ação humana. Nesse entendimento, a Convenção definiu como necessário que os Estados-parte estabelecessem parques nacionais, regiões criadas “para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postas sob a superintendência oficial” (BRASIL, 1966, p. 3348).

Uma vez mais a preocupação com a conservação da paisagem foi contemplada nos documentos da Unesco em 1962, ocasião em que foi proclamada a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios. Nela, a paisagem é referida como espaços pouco tocados pelo homem e espaços nos quais se veem as obras por ele feitas. O que os tornava merecedores de proteção era a singularidade da beleza neles encontrada e, como eram espaços distintos e diferenciados, era necessário buscar formas também diferenciadas de proteção. Por isso a Recomendação considerou que o segundo tipo seria incluído no planejamento urbano e regional, e o primeiro em reservas naturais (UNESCO, 1962).

Ainda que a Unesco tenha sido a instituição em nível internacional responsável pela proteção do patrimônio, os elementos patrimoniais expressos na natureza passaram a ser também responsabilidade do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), uma agência fundada no interior da ONU em 1972. A criação desse organismo expressava o entendimento de que natureza e cultura eram coisas separadas e, assim, haveria instituições específicas para a proteção de cada uma.

No entanto, coube à Unesco proclamar, ainda em 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Nesse documento as paisagens foram referidas à interação natureza e a cultura, podendo ser produzidas intencionalmente, como os jardins, ou serem provas manifestas da dinâmica natural ao longo do tempo (UNESCO, 1972).

Visando melhor precisar o que se entendia por paisagem cultural, a primeira seção das Diretrizes para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1992, dispôs que essa é “uma obra conjugada do homem e da natureza”, pode ser um jardim ou um parque, uma paisagem relíquia ou uma paisagem viva, marcada por sua história que associa o elemento natural a um fato religioso, artístico ou cultural (UNESCO, 1992, p. 88, tradução minha). Ainda que a definição buscasse maior precisão, continuava em aberto como fazer a proteção de algo tão mutante.

Com vistas a incorporar e aplicar as Diretrizes de 1992, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa aprovou em 1995 a Recomendação R (95) 9, sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como parte das políticas paisagísticas. A Recomendação levou à assinatura, em 2000, pelos países integrantes da União Europeia, de um tratado

regional especializado sobre proteção das paisagens: a Convenção Europeia da Paisagem, que passou a vigorar em março de 2004, após ser ratificada por dez países signatários (CONSEIL DE L'EUROPE, 2000).

A paisagem foi considerada “qualquer parte do território tal como a percebe a população, cujo caráter seja resultado da ação e da inter-relação de fatores naturais e/ou humanos” (CONSEIL DE L'EUROPE, 2000, art. 1, tradução minha). Essa ampliação conceitual partiu do princípio de que a paisagem é um direito das populações, um “elemento fundamental do entorno humano, expressão da diversidade de seu patrimônio comum cultural e natural e fundamento de sua identidade” (CONSEIL DE L'EUROPE, 2000, art. 5, tradução minha).

O documento definiu um conjunto de regras para proteção, gerenciamento e planejamento das paisagens, entre as quais que os Estados-membros da União Europeia se empenhassem em “integrar a paisagem nas políticas de ordenação territorial e urbanística e em suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e econômica, assim como em quaisquer outras políticas que possam ter impacto direto ou indireto sobre a paisagem” (CONSEIL DE L'EUROPE, 2000, art. 5, alínea D, tradução minha).

A Unesco se pronunciou uma vez mais em 2011, na 36ª Sessão de sua Conferência Geral, que incluiu o sentido de “paisagem histórica urbana”. A paisagem foi tida como algo que expressa pertinência ao território, algo vivido e sentido e que não se limita aos espaços naturais, mas inclui também o meio urbano. A paisagem, como dispôs o documento, vai além do “centro histórico”: ela inclui o contexto urbano mais amplo e seu ambiente geográfico.

Este contexto mais amplo inclui, em particular, a topografia, geomorfologia, hidrologia e características naturais do local, o seu ambiente construído, tanto histórico e contemporâneo, sua infraestrutura de superfície e subterrânea, seus espaços verdes e jardins, a ocupação de solos e organização do espaço, percepções e relações visuais, bem como todos os outros elementos constitutivos da estrutura urbana. Também engloba práticas e valores sociais e culturais, processos econômicos e as dimensões intangíveis do patrimônio como veículo de diversidade e identidade (UNESCO, 2011a, p. 6, tradução minha).

Enfim, para a Unesco, a paisagem é uma realidade dinâmica, resultante de processos ambientais, sociais e culturais que se sucedem ao longo do tempo no território. Ela é fruto de distintos agentes que interveem na

construção e no uso dos espaços. Isso leva a considerar que a proteção deve ser objeto de outras políticas, em particular das legislações de urbanismo e ordenação de território.

Essas formas de pensar a paisagem e meios de protegê-la foram absorvidas e adaptadas à realidade brasileira pelo Iphan, órgão responsável pela política de proteção do patrimônio nacional. Entender o processo de instituição da proteção da paisagem em nosso país ajuda a compreender os desafios para a proteção tanto da paisagem quanto do espírito do lugar.

4 A PAISAGEM NA POLÍTICA PATRIMONIAL DO BRASIL

A preocupação com a proteção da paisagem diante de sua reconhecida dinâmica não é nova no Brasil. Propostas para a criação de uma instituição de proteção em âmbito nacional, como a constante no projeto de lei 230/1930, do deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho, já consideravam que cabia proteger tanto o monumento isolado, quanto em conjunto, assim como “os sítios de reconhecida e peculiar beleza, cuja conservação seja necessária para manter-lhes o aspecto típico artístico ou pitoresco de que se revistam” (CABRAL, 2019, p. 8). Ainda que não formalizada em medidas protetivas, a preocupação permaneceu e foi contemplada na Constituição de 1937, na qual constou que:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937a).

Portanto, quando da instituição da política patrimonial no Brasil, por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, não foi de toda novidade ver o que foi considerado patrimônio nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...] § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937b).

A proteção aos bens tidos como patrimônio se daria por meio do tombamento, um instituto jurídico pelo qual o poder público declara ou reconhece o valor cultural de elementos que, por suas características especiais, passam a ser conservados no interesse da coletividade. Ele compreende tanto o ato administrativo quanto a operação de inscrição do objeto no livro do tomo. Os efeitos jurídicos sobre o patrimônio tombado restringem a alienação, a alteração da paisagem da vizinhança e a modificação do bem. Por fim, obrigam o proprietário a conservá-lo (SILVA, 2003, p. 139).

A paisagem se tornou um bem passível de ser protegido pela ação do Estado, o que se daria por meio do tombamento, gerido pelo Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), também criado em 1937.

O reconhecimento da paisagem como patrimônio foi uma vez mais afirmado em 1946, na Constituição Federal, que inseriu no artigo 175 que o patrimônio nacional era composto por “obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza” (BRASIL, 1946).

Ainda assim, até a década de 1970, foram poucas as paisagens protegidas no Brasil pelo Iphan – sucessor do SPHAN –, priorizando-se as que expressavam formas de relevo em destaque no contexto regional, tais como serras e altos picos rochosos, considerados dotados de uma beleza natural excepcional.

Tal como havido no cenário internacional ao se criarem organismos específicos para a proteção da cultura e da natureza, respectivamente Unesco e PNUMA, na década de 1970 também se viu de forma mais clara a separação de competências para a proteção do patrimônio expresso na natureza. Foi criada, em 1973, por meio do Decreto nº 73.030 (BRASIL, 1973), no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), que ficou com a incumbência de administrar o que se entendia como de âmbito da natureza: os recursos ambientais, as estações ecológicas e as áreas de proteção ambiental. O Iphan, no âmbito do Ministério da Cultura, ficou com a responsabilidade de gerir a proteção do patrimônio cultural.

A divisão das incumbências ampliou as dificuldades de considerar a paisagem como um bem protegido. Criaram-se duas áreas com entendimentos e responsabilidades diferenciadas sobre a proteção. As paisagens

“naturais”, com funções preponderantemente ecológicas, seriam protegidas pela legislação de conservação da natureza, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão ambiental. As paisagens de valor histórico e cultural ficariam aos cuidados do Iphan. A divisão ocorrida expressava o entendimento de que natureza e cultura eram campos separados, sem necessidade um do outro, e que deveriam ser tratados por agências diferenciadas.

O Iphan se voltou para as paisagens situadas no entorno de bens considerados relevantes, ou para aquelas que continham sítios arqueológicos, sempre com o recurso do tombamento. Mas não tardou para que o próprio Iphan admitisse dificuldades em aplicar o tombamento em grandes áreas e em ter clareza quanto à necessidade de atuação conjunta com o IBDF – tanto é que em 1980 procurou, com esse último órgão,

estabelecer um regime de estreita, intensa e mútua colaboração entre as partes na realização de estudos, pesquisas, projetos e investimentos que visem a restauração, conservação e proteção de sítios históricos, arqueológicos e paisagísticos encontrados nas unidades de conservação administradas pelo Instituto (IPHAN, 1980, p. 11, apud PEREIRA, 2018, p. 63).

O acordo favoreceu a criação, em 1985, dentro do Iphan, de uma “coordenação para o tratamento de temas como patrimônio natural, jardins históricos, patrimônio arqueológico e patrimônio paleontológico, a Coordenação de Patrimônio Natural e Arqueológico” (PEREIRA, 2018, p. 63).

No entanto, a aproximação que favoreceria a ação conjunta não teve grandes alcances e foi ainda prejudicada pela Constituição de 1988, pois consta no seu artigo 225 o dever do Estado de definir e preservar espaços territoriais onde ocorrem processos ecológicos essenciais e onde se vê a diversidade do patrimônio genético, da fauna e da flora (BRASIL, 1988). O artigo 216, por sua vez, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Desassociados, os artigos indicavam disjunções no conceito de patrimônio. Um de cunho “natural”, genético; e outro cultural, ainda que a ele se atribua o valor ecológico. A referência ao patrimônio natural presente em “sítios de valor paisagístico e ecológico” é um indicativo de reconhecimento de um valor cultural até então desconsiderado: o ecológico, ou seja, a importância dos fatores, das relações e dos processos estabelecidos na dinâmica homem-natureza.

O artigo 225 da Constituição foi regulamentado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Nela constou a proteção das paisagens que contêm processos ecológicos essenciais à manutenção da vida, diversidade de ecossistemas, fauna e flora como competência dos órgãos do Ministério do Meio Ambiente – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), criado em 1989, e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado em 2007.

O artigo 216, por sua vez, não está regulamentado até o momento. Não há normativas para o que seria uma Política Nacional do Patrimônio Cultural, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Do mesmo modo, não existe um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural visando à implantação efetiva dos deveres constitucionais de proteção e promoção do patrimônio nas escalas federal, estadual, municipal ou distrital.

Esses dois artigos, tomados em separado e com regulamentações incompletas e não dialógicas, acabam por reafirmar a separação do patrimônio em dois campos: cultural e natural, definindo a alçada da legislação ambiental para o patrimônio natural e ratificando competências concorrentes para a proteção da paisagem e de seus atributos.

As paisagens onde se veem grandiosidade, beleza e monumentalidade ficam sob ações protetivas do Iphan, órgão atualmente vinculado ao Ministério da Cidadania. A ele cabe proteger as paisagens providas de

beleza natural, assim como os espaços urbanos onde se encontram parques e jardins dotados de feição notável e que, do ponto de vista da história ou da arte, apresentam interesse público.

A cisão já havida deixou o Iphan com o desafio de encontrar meios “mais adequados à proteção de bens em contextos dinâmicos, específicos e frágeis” (PEREIRA, 2018, p. 64). Coube a esse órgão encontrar caminhos de ação tendo como instrumento jurídico o tombamento e como ações de conservação das paisagens medidas que se circunscrevem à pavimentação de vias de acesso e circulação e à especificação da vegetação a ser usada para repovoar espaços carentes de espécies. As questões mais prementes eram: como proteger a paisagem, algo que é mutante, seja por processos naturais ou por ações humanas, seja nos ambientes rurais ou urbanos? Como garantir a permanência dos atores sociais e de suas manifestações tangíveis e intangíveis em espaços mutantes? Como alternativa foi pensada a possibilidade de

ser proposto ao Congresso Nacional uma lei que disponha sobre a Política Nacional do Patrimônio Cultural, com os fins e mecanismos de formulação e aplicação, na qual se insira toda a legislação sob responsabilidade do Iphan, como o Decreto-lei 25/37, a Lei 3.927/61, a legislação do registro de Patrimônio Imaterial e outras de atribuição dos demais órgãos culturais federais. Assim, em cumprimento ao estabelecido pela Carta Magna, seriam criadas novas formas de acautelamento do Patrimônio Cultural Brasileiro como a Paisagem Cultural Brasileira (DELPHIM, 2006, p. 26 apud PEREIRA, 2018, p. 71).

O caminho indicado por Carlos Delphim levou à promulgação, pelo Iphan, em 2007, da Carta da Paisagem Cultural Brasileira, ou Carta de Bagé. Nela, a categoria “paisagem” foi definida de forma bem mais abrangente, correspondendo ao:

meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras específicas e temporais (IPHAN, 2007b, p. 2).

Nela se incluem sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano.

Em sendo um bem protegido, deve ser “objeto das mesmas operações de intervenção e preservação que recaem sobre todos os bens culturais” (IPHAN, 2007b, p. 3). Há que se proceder a sua “identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, restauração, recuperação, renovação, revitalização, restituição, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento e outros” (IPHAN, 2007b, p. 3).

A Carta de Bagé deixa claro que a paisagem pode estar no meio urbano, sem ser uma mera moldura, e também não destaca os aspectos estéticos e históricos, tão comuns ao órgão de proteção do patrimônio brasileiro. O conceito aparece associado à cultura, pois se trata da paisagem cultural, o que mostra a disposição de associar o cultural com o natural.

Ainda com o desafio de proteger a paisagem, coube ao Iphan definir em outro documento a forma como a proteção deveria ocorrer: a Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Nela se propôs a criação de um novo instrumento de proteção patrimonial e de gestão territorial: a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Esse dispositivo, segundo o Iphan, seria na prática um complemento aos instrumentos de promoção e proteção já existentes (IPHAN, 2009).

Na Portaria que instituiu a chancela constou o caráter dinâmico da cultura e da paisagem e se considerou a importância de compatibilizar o desenvolvimento social com a preservação e valorização do patrimônio. Para que a proteção fosse possível, insistiu uma vez mais o Iphan, haveria de se buscar um “pacto de gestão” entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada (IPHAN, 2009).

Foi explicitado que, para isso, seria necessário proceder à gestão compartilhada da porção do território reconhecida como paisagem e que essa gestão deveria ter o acordo das “diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual ser(ia)á acompanhado pelo Iphan” (IPHAN, 2009, p. 17).

Esperava-se que a proteção se fizesse mediante a integração dos instrumentos legais de promoção e proteção previamente existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal (art. 2º) (BRASIL, 1988), ou seja, aos instrumentos que o Iphan já tinha para registro e tombamento se somariam os definidos pela legislação ambiental (em particular os incluídos no SNUC). A chancela da paisagem cultural seria o instrumento formal

para a definição dos territórios amplos, nos quais se via a ocorrência da paisagem cultural. O plano de gestão implicaria o estabelecimento de pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, que fariam a gestão compartilhada do lugar.

Assim pensada, a chancela precisava buscar

o envolvimento direto dos grupos que vivem no território a ser chancelado para, num primeiro momento, identificar os sentidos e da forma de vida que se produzem na interação com a natureza; e, posteriormente, estabelecer o pacto e plano de gestão junto com as outras instâncias do poder público e da iniciativa privada (PEREIRA, 2018, p. 80).

Em que pese esse dispositivo, não tardou para que o Iphan uma vez mais admitisse

dificuldades de implementação das ações previstas nos pactos e planos de gestão, que dependem dos parceiros locais e da necessidade de se estabelecerem ações na área de desenvolvimento econômico para tornar factível a preservação das manifestações culturais observadas no território (PEREIRA, 2018, p. 179-180).

Essas dificuldades levaram à suspensão da chancela em 2013 para se repensar a operacionalidade na gestão do território que seria protegido como paisagem. A ampliação do reconhecimento da complexidade protetiva fez com que, em junho de 2015, seis anos após o estabelecimento da chancela da Paisagem Cultural, o Iphan elaborasse o Memorando nº 384, orientando quanto à eliminação da proposta de chancela da paisagem (IPHAN, 2015). A medida foi considerada diante da necessidade de um redesenho completo, que incluía discussão conceitual entre as unidades do Iphan para revisão do marco legal que estabeleceu a chancela, bem como redefinição de papéis em relação às instâncias internas que abrem o processo administrativo, formulam o plano de gestão, monitoram as ações acordadas etc.

O Iphan admitiu nesse documento as adversidades de articulação com parceiros locais, a falta de incentivo para a elaboração do plano de gestão, a fragilidade do instrumento legal da portaria interna, os limites do órgão para envolvimento no gerenciamento de porções territoriais e para mediação e articulação com as demais políticas públicas, entre outros (IPHAN, 2015).

Diante disso, em 2017, o Iphan instituiu um grupo de trabalho interdisciplinar para avaliar e propor aprimoramentos para o instrumento da

chancela da Paisagem Cultural Brasileira (Portaria Iphan nº 127/2009). O grupo trabalhou ao longo de 2017 e 2018 e apresentou então um relatório técnico sobre o assunto, sem deixar de considerar que:

Do ponto de vista jurídico, essa [a chancela] é uma regulamentação de caráter interno, e que, por si só, não imputa direitos e deveres aos cidadãos e agentes externos. Porém, como ela é um instrumento de reconhecimento e também um instrumento de gestão, na medida em que reúne os agentes em uma conjunção de esforços pela preservação do bem cultural, isso não foi visto como uma fragilidade. Além do que, para a criação do instrumento em base legal hierarquicamente superior, isso implicaria esforços políticos e outros arranjos, envolvendo Ministério da Cidadania, Casa Civil e Congresso Nacional, o que parecia fora do escopo do grupo propor. O que se pensou foi que, no futuro, o instrumento poderia receber um Projeto de Lei ou converter-se em uma Portaria Interministerial (IPHAN, 2019b, p. 4).

Constou no relatório que a paisagem é “um sistema que tem como base as relações entre os grupos sociais e a natureza” e envolve “os usos e apropriações do território, mas também interpretações, percepções e vivências humanas em relação aos espaços” (IPHAN, 2019b, p. 5). Com essa razão, no relatório se deixaram claras as relações entre grupos sociais e natureza, sendo o território indissociável das práticas culturais nele ocorridas.

Conforme o citado documento, o Iphan é o ator que organiza, sistematiza e dá forma à chancela, mas é imprescindível “a vontade manifesta dos grupos motivadores/produtores da paisagem cultural na perpetuação desta” (IPHAN, 2019b, p. 8). Estes devem “agir conjuntamente pela preservação e gestão da paisagem cultural reconhecida, com base em ações que devem ser postas em um Plano de Gestão” (IPHAN, 2019b, p. 10).

O pacto precede a chancela, considerada no relatório como “um instrumento de reconhecimento que não enseja obrigações legais ao Iphan” (IPHAN, 2019b, p. 12), de modo que instrumentos de gestão terão que ser pactuados. Para isso, espera-se que haja um “contexto socioeconômico e político favorável à implementação do pacto e do plano de gestão” (IPHAN, 2019b, p. 16).

O reconhecimento da chancela de paisagem cultural se dará, entre outras condições, mediante a

– Identificação das áreas institucionalizadas (áreas de proteção cultural, ambiental, etc.) em nível municipal, estadual e federal, e avaliação dos impactos de planos diretores e de outros planos ou instrumentos sobre a paisagem;

– Identificação dos projetos e ações em fase de execução e em fase de planejamento dos diferentes entes que atuam sobre a paisagem (IPHAN, 2019b, p. 18).

O plano de gestão esperado pelo Iphan deve ser formalizado em um instrumento jurídico, assinado pela rede de atores políticos e técnicos das instituições que têm governabilidade sobre o território, associações e movimentos sociais, universidades etc. O documento deve ser revisado de tempos em tempos, pois a chancela da paisagem cultural brasileira é um processo que pode sofrer alteração em virtude dos interesses dos atores com ela envolvidos (IPHAN, 2019b, p. 19).

Concedida a chancela, deve-se fazer relatórios de monitoramento a cada dois anos e, caso haja a perda dos valores que justificaram o reconhecimento da paisagem cultural, a medida poderá ser cancelada.

Finalizado o trabalho do grupo técnico, o relatório e uma minuta da portaria com nova redação foram abertos a consulta pública, entre julho a setembro de 2019 (IPHAN, 2019a, 2019b). A proposta de redação da minuta de portaria considerou duas opções de definição de paisagem cultural, a saber:

Art. 1º (Opção 1) Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Art. 1º (Opção 2) Paisagem cultural brasileira é o resultado da interação entre grupos sociais e natureza, expresso por meio de práticas culturais em curso, que estão associadas a um território específico, compondo um sistema de relações que se refere à identidade, memória e ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (IPHAN, 2019a, p. 2).

Na minuta também se definiu a chancela como instrumento de reconhecimento da paisagem cultural, e ficou explícito que

Art. 9º A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de um pacto envolvendo entidades, órgãos e agentes públicos e privados com atuação direta ou indireta no território que se pretende chancelar.

Art. 10 O Pacto é um compromisso em forma de documento a ser assinado pelos agentes que atuam em uma paisagem cultural e se propõem a desenvolver ações visando a sua preservação e gestão como paisagem cultural brasileira.

Parágrafo Primeiro: O pacto antecede a concessão da chancela que, após homologada, deve ser complementada por Plano de Gestão formalizado entre as partes (IPHAN, 2019a, p. 4).

Enfim, a minuta proposta evidenciou que a paisagem cultural a ser protegida deve resultar de um pacto social, e deve-se também fazer um plano de gestão que envolva um processo político, social, técnico e administrativo de curto, médio ou longo prazo, no qual se definam as ações para a gestão compartilhada do território e preservação da paisagem cultural. A abertura para consulta pública dos documentos elaborados pelo grupo é bastante democrática e se faz na expectativa de que haja interessados em contribuir para a elaboração da normativa, de modo a dirimir conflitos futuros.

Apesar de a Portaria Iphan nº 375, de 19 de setembro de 2018, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan, ter dado no artigo 107, inciso V, o prazo de três meses para a publicação da revisão da Portaria Iphan nº 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, a definição dos termos finais da Portaria segue em aberto neste momento de finalização do artigo (dezembro de 2019).

5 DIFICULDADES DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NO BRASIL: OS LIMITES DOS INSTRUMENTOS LEGAIS E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os caminhos trilhados para a proteção da paisagem como patrimônio no Brasil, os recursos de que o órgão de proteção do patrimônio teve que se valer e as expectativas para a aplicação da chancela explicitam não só a separação entre cultura e natureza, mas também os embaraços em relação à proteção desse tipo de bem.

A conservação da paisagem é, de fato, um desafio, sobretudo nesse contexto de transformações aceleradas na sociedade, em que esta se modifica de forma frenética em nome dos processos e políticas de desenvolvimento, determinados por “forças econômicas, políticas, culturais e simbólicas que se conjugam de formas diferenciadas em cada local” (HAESBAERT, 2006, p. 121).

Conservar a paisagem, nessa conjuntura, requer instrumentos jurídicos pactuados pelos atores envolvidos com o espaço a ser protegido, o que nos leva a ver que a chancela proposta pelo Iphan em 2009 tinha problemas por ser uma disposição formal fluida e ampla, com alcances

imprecisos. “As portarias, como os demais atos administrativos internos, não atingem nem obrigam aos particulares, pela manifesta razão de que os cidadãos não estão sujeitos ao poder hierárquico da Administração Pública” (MEIRELLES, 2005, p. 184). Não pode uma portaria inovar o ordenamento jurídico, criando direitos e obrigações, tampouco restrições aos bens e propriedades dos particulares (VIEIRA, 2010, p. 125).

O Iphan reconheceu que a chancela não é, na verdade, o instrumento mais adequado e não tem a mesma ação de proteção que o tombamento, pois não consegue impedir por meio de sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas a transformação da paisagem. Para que a proteção ocorra, afirma esse órgão, a “chancela deverá ser acompanhada, antecedida ou complementada pelo tombamento, pelo registro e/ou por outras formas de proteção, incluindo os mecanismos disponíveis em outras esferas (instrumentos de proteção ambiental, de planejamento urbano, de fomento e outros)” (IPHAN, 2011, p. 4).

O caminho defendido pelo Iphan pede mais do que articulação conjunta com os órgãos de proteção ambiental. Para que a proteção da paisagem seja efetiva é preciso um pacto social para a gestão territorial da área; um pacto onde se veja “a compreensão unitária e indissociável de ambiente e cultura, e de integração entre homem e a natureza” (SANTILLI, 2005, p. 133). Esse foi o caminho trilhado pelo grupo técnico na elaboração tanto do relatório quanto da minuta, ciente de que sem esse pacto não há como proteger a paisagem, muito menos algo intangível e imediatamente associado a ela, que é o espírito do lugar.

6 PARA A AÇÃO PROTETIVA DA PAISAGEM E DE SEUS COMPONENTES INTANGÍVEIS

A proteção pretendida pelo Iphan para o que se entende como patrimônio cultural do país é complexa. O Iphan tem afirmado que o patrimônio não se limita ao componente material, à criação humana expressa em “pedra e cal”, e também que o tombamento não é o melhor e/ou mais adequado instrumento jurídico. Essa fala, contudo, não tem encontrado ressonância nos órgãos ambientais, tampouco em agentes identificados com as ações de mudança, como o agronegócio, o desenvolvimento urbano e o turismo.

Mas não são apenas as decisões do Iphan em relação à proteção de espaços como patrimônio que não têm conseguido se fazer cumprir. O mesmo se vê em relação às determinações da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e definiu que cabe ao poder público estabelecer áreas para proteção ambiental. Tanto no caso de áreas protegidas pelo Iphan quanto pelo ICMBio o que se vê é o desrespeito às decisões, explicado pelo fato de os dispositivos que regulam as proteções estabelecidas serem frágeis em relação à fiscalização e punição das infrações. Por isso tem sido recorrente a extensão de medidas sobrepostas a lugares legalmente protegidos para a ampliação do agronegócio, para o desenvolvimento urbano e o turismo.

Ações como as citadas também contrariam o disposto na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que dá as diretrizes gerais da política urbana – o Estatuto da Cidade –, que regula o uso do solo urbano por meio de planos diretores, códigos ambientais e posturas, e define que o uso e a ocupação do solo urbano são atribuições dos municípios. Sem contar que essa lei estabelece como uma das diretrizes da gestão urbanística a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Em que pesem as normativas, justamente pela ausência de ações concertadas, continua havendo a destruição das matas, dos rios, das montanhas e de áreas protegidas. Continua a ocorrer o avanço da ocupação urbana sobre áreas frágeis e a constante renovação de espaços, o que altera bruscamente as paisagens, numa demonstração de que as normativas e as instituições públicas responsáveis não têm conseguido conter as alterações.

Para que a proteção tanto da paisagem quanto do espírito do lugar seja eficiente é fundamental que haja pactos de gestão dos diferentes envolvidos com o espaço que se pretende proteger, pactos expressos em políticas de ordenamento territorial. O ordenamento territorial é concebido como “um instrumento de articulação transetorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e espacializado da ação do poder público” (MORAES, 2005, p. 46). Por meio dele é possível contrapor-se à dinâmica de transformação predatória da paisagem, por ser capaz de exprimir um pacto territorial que, entre outras coisas,

explicita melhor as matérias e tópicos de interesse nacional (logo de competência direta da União) e esclareça mais o âmbito específico de atuação das outras unidades da federação, identificando – sempre que possível – os caminhos institucionais para a ação cooperada e as parcerias entre níveis de governo (MORAES, 2005, p. 46).

A meta do ordenamento territorial é a compatibilização de políticas em seus rebatimentos no espaço, evitando conflitos de objetivos e contraposição de diretrizes no uso dos lugares e dos recursos. Os planos de ordenamento territorial são essenciais para a gestão patrimonial de áreas urbanas e rurais.

A falta de integração das políticas e a fragilidade das ações de ordenamento territorial, que não conseguem fazer frente aos processos de alteração do espaço, seja no âmbito rural, pressionado pela ampliação do agronegócio e da atividade mineradora, ou nos espaços urbanos, premidos pela especulação imobiliária, pelo turismo e pela explosão demográfica, são os maiores obstáculos.

Mas as dificuldades também advêm da separação institucional e da ação não dialógica entre o órgão ambiental e o órgão cultural, e com as demais políticas, o que contribui para tornar pouco efetivas as disposições relativas à proteção. Essa separação se expressa ainda, e não raras vezes, em confusões acerca de a quem cabe a responsabilidade da gestão, à governança ambiental ou à cultural, assim como a responsabilidade de escala de gestão: nacional, regional ou local. A falta de diálogo tanto pode levar à duplicidade de ações ou à ausência destas, uma vez que os órgãos que devem atuar em determinada situação não dialogam e não tomam decisões conjuntas.

A regulamentação de ações que resultam em transformação da paisagem é imprescindível para a política do Iphan, seja qual for a tipologia patrimonial referida, e, mais precisamente, para o que se define como patrimônio imaterial, a melhor tradução da associação entre paisagem e espírito do lugar. A ausência de acordos e limites para a alteração da paisagem pode pôr em risco a salvaguarda do patrimônio imaterial, como se vê nos lugares indígenas sagrados dos povos do Alto Xingu (MT) ou no encontro das águas dos Rios Negro e Solimões (AM).

Os riscos se expressaram de forma clara no caso da proteção da *Cachoeira de Iauaretê: lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri* (IPHAN, 2007a), patrimônio imaterial registrado pelo Iphan em

10 de agosto de 2006. Segundo o dossiê de registro desse lugar e de suas expressões imateriais como patrimônio, as pedras, lajes, ilhas e paranás da Cachoeira simbolizam episódios de guerras, perseguições, mortes e alianças descritos nos mitos de origem e nas narrativas históricas destes povos. Nesses lugares se passaram fatos que envolvem a criação da humanidade, das plantas, dos animais e de tudo o que é necessário à vida local e à sobrevivência dos descendentes dos primeiros ancestrais. O Registro documenta 17 pontos de referência, tidos como testemunhos da fixação desses povos naquele território (IPHAN, 2007a).

Como bem apontou um dos conselheiros do Iphan na ocasião do registro da Cachoeira como bem imaterial, “o mito é imaterial, mas a cachoeira não é imaterial”. Ela é “uma realidade de paisagem geomorfológica, que é a coisa física”, e esse aspecto físico tem que ser tombado, porque nele está a “matriz da cosmologia, das práticas nas quais estão esses valores” (IPHAN, 2006, p. 47). Ainda assim, o Iphan não considerou necessário o tombamento e optou pelo registro, pois, conforme outro conselheiro, a Cachoeira está em terra indígena, na qual não se admite qualquer empreendimento (IPHAN, 2006).

Não obstante, mesmo tendo havido o registro da prática como patrimônio imaterial, não tardou para que a Aeronáutica ameaçasse essa tênue proteção ao defender a necessidade de implodir pedras da Cachoeira para a ampliação de uma pista de pouso na região. As pedras implodidas estariam justamente nos locais sagrados dos povos indígenas. O Iphan, em contrapartida, reafirmou que a terra é do ponto de vista indígena, “a morada espiritual do ancestral dos principais clãs tariano, Kamewa Perisi” (IPHAN, 2007a, p. 100).

Se o registro do patrimônio tivesse um amparo social maior, algum reconhecimento jurídico, e se de fato a terra fosse reconhecida como terra indígena, que goza de proteção constitucional, “a questão não deveria nem ser levantada, vez que, de pronto, a Aeronáutica não deveria nem considerá-la possível” (COELHO, 2017, p. 214). Esse exemplo nos mostra que as ações protetivas do Iphan precisam se dar em consonância com o desejo social de proteger um bem. Se não são necessariamente reconhecidas, “não há dúvida de que o Registro e nem o Tombamento irão solucionar definitivamente problemáticas vivenciadas pelas comunidades, ao menos no que se

refere às ameaças que a materialidade dos lugares sofre constantemente” (QUEIROZ, 2016, p. 167).

O desafio do Iphan como ator que organiza, sistematiza e dá forma à chancela é o de colocar a proposta em diálogo e de tornar claro para os atores do território a ser chancelado os valores sociais, culturais e ambientais do lugar; é defender a construção do plano de gestão administrativo e interinstitucional, com atos e competências de diferentes órgãos e entidades, tanto públicos quanto privados, que convirjam para a gestão compartilhada com as instituições envolvidas nos espaços e nas manifestações que se pretende proteger. Para isso é preciso se abrir mais ainda para a sociedade e superar o sobreposição de competências das instituições e a existência de legislações e interesses conflituosos no mesmo território, a partir da definição clara de papéis e responsabilidades para uma atuação compartilhada (ZANIRATO, 2014). Sem isso não será possível garantir a eficácia da proteção da paisagem e/ou do espírito do lugar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões aqui apresentadas permitem algumas conclusões que podem ajudar no aprimoramento do entendimento da proteção do espírito dos lugares e da paisagem como patrimônio.

Primeiro, constata-se que os conceitos se constroem em suas aplicações e se ajustam à realidade da análise e da intervenção.

Segundo, para compreender a patrimonialização desses componentes há que se adotar um enfoque sistêmico. Isso porque estamos falando de algo complexo, que envolve componentes naturais e culturais, materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis. Permanece a necessidade de que as instituições que buscam a proteção das paisagens e do espírito do lugar compartilhem entendimentos comuns sobre natureza e cultura em prol de bens que se definem na somatória dessas duas modalidades.

Para isso, deve-se caminhar em direção à desconstrução da separação entre patrimônio natural e cultural que causa a descontextualização do patrimônio. Isso implica: a determinação dos órgãos culturais e ambientais de desenvolver trabalhos conjuntos e integrados sobre os espaços considerados portadores de patrimônio; a capacitação de seus quadros funcionais para o trato das questões relativas à cultura e ao meio ambiente, a fim de lidar

com a interface presente no que se designa como “espírito do lugar” e “paisagem cultural”; e a capacitação social, um meio para assegurar o sentido de pertencimento de diferentes atores na gestão desses dois componentes, um fator indispensável para a gestão do patrimônio cultural.

Terceiro, o pacto de gestão precisa ser concebido como uma meta, pois sem ele as ações protetivas correm o risco de continuar fragilizadas. Construir esse pacto, de fato, é um enorme desafio, mas tem que ser enfrentado.

Quarto, a participação social é fundamental nesse processo. Somente uma sociedade esclarecida da importância da proteção poderá fazer frente aos interesses que se contrapõem à conservação de áreas onde se encontram sentidos e pertencimentos patrimoniais.

Essas são algumas das dificuldades que se apresentam para que possa haver ações capazes de fazer frente às diferentes pressões sobre os espaços e as manifestações que se quer proteger, com políticas que favoreçam a incorporação da paisagem na planificação territorial e urbanística, de modo que se efetive a aplicação de instrumentos como a catalogação, os planos especiais de manejo e proteção, os estudos de impacto etc., ou seja, a coordenação das políticas públicas dos diferentes entes territoriais envolvidos.

O avanço do grupo técnico do Iphan é um fato, mas ainda há muito a se percorrer nessa caminhada para que a proteção do espírito do lugar e da paisagem se converta em tema de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1937)]. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 22359, 10 nov. 1937a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 1º mar. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, p. 24056, 6 dez. 1937b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1946)]. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 13059, 19 set. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 1º mar. 2018.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966. Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 3348, 30 mar. 1966. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/480654/publicacao/15764345>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 11024, 30 out. 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 16509, 2 set. 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1-32, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 jul. 2001.

CABRAL, Renata Campello. A gênese da proteção legal para além do monumento no Brasil: o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho e seus diálogos com a legislação estrangeira. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 27, e 26, 2019.

CAHN, Alicia Leonor. El espíritu del lugar en las Cañadas Reales de la Corona de Castilla. *Revista de Urbanismo*, Santiago de Chile, n. 19, p. 1-13, dez. 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARTA de Atenas. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

COELHO, Danielle Maia Teixeira. *A dicotomia natureza e cultura no âmbito das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural imaterial brasileiro*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CONSEIL DE L'EUROPE. *Convention européenne du paysage*. Florence: Conseil de l'Europe, 2000. (Série des traités européens, n. 176). Disponível em: <http://conventions.coe.int/Treaty/FR/treaties/html/176.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O espírito da paisagem. *Revista Brasileira de Horticultura Ornamental*, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 31-33, 2010. DOI: <https://doi.org/10.14295/rbho.v16i1.504>.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 26, n. 1, p. 117-124, 2006.

ICOMOS. *Declaração de Québec*: sobre a preservação do “Spiritu loci”: assumido em Québec, Canadá, em 4 de outubro de 2008. Paris: Icomos, 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

IPHAN. *Ata da 49ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*. Brasília, DF: Iphan, 2006.

IPHAN. *Cachoeira de Iauaretê: lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM)*. Brasília, DF: Iphan, 2007a. (Dossiê Iphan, 7) Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_iauarete_m.pdf. Acesso em: 14 fev. 2017.

IPHAN. *Carta da Paisagem Cultural: Bagé*. Brasília, DF: Iphan, 2007b. Disponível em: <https://docplayer.com.br/25861888-Carta-de-bage-ou-carta-da-paisagem-cultural.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IPHAN. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 83, p. 17, 5 maio 2009.

IPHAN. Coordenação de Paisagem Cultural. *Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira*. Brasília, DF: Iphan, 2011.

IPHAN. *Memorando nº 384/2015 – Depam*: informe sobre a necessidade de exclusão do serviço “Estabelecer a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira” da Carta de Serviços ao Cidadão. Brasília, DF: Iphan, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Memorando_depam_Cancela_Paisagem_Cultural.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

IPHAN. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 182, p. 7-11, 20 set. 2018.

IPHAN. *Minuta de Portaria*: define Paisagem Cultural Brasileira e estabelece a chancela como instrumento de reconhecimento do patrimônio cultural. Brasília, DF: Iphan, 2019a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1956>. Acesso em: 18 dez. 2019.

IPHAN. *Relatório técnico do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira*. Brasília, DF: Iphan, 2019b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/RELATORIO_TECNICO_Paisagem.docx. Acesso em: 18 dez. 2019.

LOWENTHAL, David. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal, 1998.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 30. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial*: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003. Brasília, DF: MI, 2005. p. 43-47.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1984.

PEREIRA, Danilo Celso. *Paisagem como patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira*. 2018. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e. O registro de bens culturais imateriais como instrumento constitucional garantidor de direitos culturais. *Revista do Ipac*, Salvador, ano 1, n. 1, p. 33-258, 2016.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis: IEB/ISA, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Peirópolis: Edusp, 2003.

UNESCO. *Recomendación relativa a la protección de la belleza y el carácter de los lugares y paisajes*. Paris: Unesco, 1962. Disponível em: http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13067&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 16 jul. 2020.

UNESCO. *Convención para la protección del patrimonio mundial, cultural y natural*. Paris: Unesco, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-es.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, Annex 3*. Paris: Unesco, 1992. Disponível em: whc.unesco.org/archive/opguide12-en. Acesso em: 21 jul. 2020.

UNESCO. *Propositions concernant l'opportunité d'un instrument normatif sur les paysages urbains historiques: 36 C/23 Rev*. Paris: Unesco, 2011a. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002110/211094f.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

VIEIRA, Jamerson. *Patrimônio cultural: um estudo sobre a tutela administrativa das paisagens culturais no contexto dos instrumentos de proteção previstos no ordenamento jurídico brasileiro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ZANIRATO, Sílvia Helena. O lugar da paisagem cultural no patrimônio. In: FIGUEIREDO, Lauro César; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). *Lugares: patrimônio, memória e paisagens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 293-316.



VISÕES DE PATRIMÔNIO E CIDADE:

INVENTÁRIOS DE BENS CULTURAIS NA
ÁREA CENTRAL DE SANTO ANDRÉ, REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO, UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre pela Universidad Autónoma de Madrid (Espanha). Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Docente do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu.

E-mail: prof.atourinho@usjt.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9167-9762>

LARISSA TESUBAKE DE FARIAS, UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Universidade São Judas Tadeu. Mestranda no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: larissa.tesubake@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p36-67>

RECEBIDO

16/02/2020

APROVADO

26/06/2020

VISÕES DE PATRIMÔNIO E CIDADE: INVENTÁRIOS DE BENS CULTURAIS NA ÁREA CENTRAL DE SANTO ANDRÉ, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO, LARISSA TESUBAKE DE FARIAS

RESUMO

Este artigo analisa três inventários de bens culturais realizados no município de Santo André, no Grande ABC Paulista, região metropolitana de São Paulo, entre os anos de 1998 e 2009, com recorte espacial na área central da cidade. Os trabalhos foram realizados por distintas equipes: duas contratadas pela prefeitura e uma terceira integrante do corpo técnico da municipalidade. A análise comparativa desses inventários reflete diferentes visões de patrimônio e de cidade. Do conceito de “bem isolado” à “paisagem cultural”, o caso de Santo André evidencia uma mudança conceitual acelerada no tempo, acompanhada de uma visão urbana em que a cidade da história cede lugar à cidade da memória.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural. Inventário de bens culturais. Urbanização.

VIEWS ON HERITAGE AND CITY: INVENTORIES OF CULTURAL PROPERTIES IN THE CENTRAL AREA OF SANTO ANDRÉ, METROPOLITAN REGION OF SÃO PAULO

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO, LARISSA TESUBAKE DE FARIAS

ABSTRACT

This article analyzes three inventories of cultural properties conducted in the municipality of Santo André, situated in the Great ABC Paulista, Metropolitan Region of São Paulo, between 1998 and 2009, with spatial clipping in the central area of the municipality, and was carried out by different teams, two hired by the City Hall and a third one part of the technical staff of the municipality. The comparative analysis of these inventories reflects different views on heritage and municipality. By utilizing the concept of isolated asset to cultural heritage, the case of Santo André shows a quick conceptual change followed by an urban view wherein the historic city gives way to the city of memory.

KEYWORDS

Cultural heritage. Inventory. Urbanization.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural, como campo de atribuição de valores, não é estanque, revelando múltiplas dimensões conforme a sociedade se transforma e traduzindo essas mudanças nas significações e nas visões que lhe são atribuídas. Para identificação e reconhecimento desses valores e dos bens culturais que lhe dão suporte foram desenvolvidos instrumentos como o inventário, que, desde o início das modernas práticas de preservação, no final do século XVIII, reúne as informações fundamentais para a escolha de bens a serem preservados. O inventário pode ser ainda adotado como um instrumento direto de preservação, como ocorre em alguns países europeus, que conferem proteção imediata aos bens inventariados, sem a necessidade de aplicação de outro instrumento – o tombamento, por exemplo –, tal como se verifica no Brasil.

O inventário revela, assim, os valores atribuídos aos bens culturais, que estão intrinsecamente relacionados a uma ideia de patrimônio então subjacente. Considerando a importância desse instrumento, este artigo analisa três inventários elaborados no período de uma década – entre 1998 e 2009 – no município de Santo André, situado no Grande ABC Paulista, na região metropolitana de São Paulo, tendo como recorte espacial o centro da cidade.

Os dois primeiros inventários, de 1998 e de 2006, foram organizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do município de Santo André. Já o terceiro, de 2009, foi realizado pelo órgão municipal de preservação, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (Comdephaapasa), a saber:

- (a) Inventário de bens culturais de interesse urbanístico, realizado em 1998, pelo arquiteto Décio Tozzi e equipe;
- (b) Inventário do Plano de preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Santo André, elaborado em 2006, pelo Laboratório de Urbanismo da Metrópole da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (LUME/FAU-USP), sob a coordenação geral da arquiteta Regina Maria Prospero Meyer; e
- (c) Inventário de bens culturais de Santo André, elaborado pelos técnicos do Comdephaapasa, em 2009.

Este trabalho emergiu justamente do interesse de se analisar comparativamente inventários elaborados em um espaço de tempo relativamente curto, por três diferentes equipes, com o objetivo de verificar as distintas visões de patrimônio e de cidade que, a partir de conceitos e valores culturais, cada inventário revela. O caso concreto, por tratar de inventários diferentes, mas de iniciativa do poder público municipal, possibilita a leitura da dimensão urbana do patrimônio cultural, em razão da estreita relação entre patrimônio e território, na escala da cidade.

Como será desenvolvido neste artigo, a análise comparativa dos três inventários mostrou que houve, no mencionado período, mudanças significativas na noção de patrimônio que resultaram na ampliação da concepção de bem isolado à paisagem cultural.

A pesquisa fundamentou-se em análise de fonte primária, tendo sido realizados levantamentos nos acervos do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa e do Comdephaapasa. Procedeu-se à descrição dos inventários, ao mapeamento dos bens culturais neles indicados, às análises das fichas de identificação dos bens e ao exame das categorias de análise das equipes de inventariação, bem como dos valores culturais a eles atribuídos.

2 O MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ: MARCOS DO DEBATE

Santo André, com cerca de 718.773 habitantes (IBGE, 2019), foi considerada até recentemente uma importante cidade industrial, cujo processo de industrialização iniciou-se com a implantação, em 1867, da linha férrea pela companhia inglesa de trens São Paulo Railway e o conseqüente surgimento de um núcleo urbano ao seu redor. O processo de formação da cidade não proporcionou edificações de valores excepcionais ou atividades como o turismo, mas, sim, elementos que constituíram uma paisagem urbana própria.

O desenvolvimento do município ocorreu em dois períodos históricos distintos. O primeiro, entre os séculos XVI e XIX, caracterizou-se pela ocupação inicial do território que a cidade ocupa hoje, com a instalação da Vila de Santo André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho, em 1553. Em 1560, essa vila foi desativada em consequência de diversos ataques de indígenas que, antes da formação da vila, ocupavam aquele lugar, transferindo-se as pessoas que ali viviam para a Vila de São Paulo de Piratininga.

Os poucos habitantes que ficaram nessa região tinham propriedades dedicadas à produção para sua subsistência. Como herança desse período, permaneceram os traçados dos antigos caminhos utilizados para a penetração no território, como o Caminho do Pilar, um importante eixo que interligava Mogi das Cruzes à estrada Caminho do Mar.

O segundo momento de desenvolvimento de Santo André ocorreu a partir do século XIX, depois de um longo período de ocupação esparsa do território, destacando-se, contudo, a existência, desde o século XVIII, de duas fazendas pertencentes à Ordem de São Bento: a Fazenda São Bernardo, que produzia alimentos, e a Fazenda São Caetano, onde eram produzidos tijolos e peças em cerâmica (KLEEB, 2002). A implantação da estrada de ferro que ligava Santos a Jundiaí intensificou a ocupação da região, formando um pequeno núcleo urbano, denominado “povoado da estação”.

Em torno das estações ferroviárias, segundo Passarelli (2005), acontecia a vida urbana, pois ali se concentravam atividades como depósitos, armazéns, oficinas, bares e outras atividades antes encontradas próximas às capelas. A intensificação da ocupação nesse local proporcionou a abertura de mais caminhos ligados à ferrovia, bem como a reativação de outros caminhos existentes, como a Estrada de Mogi, que ligava o Caminho de

Zanzalá ao Caminho do Mar, como uma alternativa mais rápida para o escoamento de produtos de Mogi das Cruzes (PASSARELLI, 2005).

O período entre o final do século XIX e o início do século XX foi de grande importância para o então distrito de Santo André, com a instalação de diversas fábricas voltadas às indústrias têxtil, moveleira e metalúrgica, entre outras, como a Fábrica Ypiranguinha e a Fábrica de Cadeiras Streiff. Segundo Langenbuch (1971, p. 105):

Muitos dos pequenos povoados das estações ferroviárias abrigavam também uma função industrial, compreendendo inicialmente o beneficiamento e a transformação de matérias-primas extrativas produzidas na redondeza. [...] Na estação São Bernardo (hoje Santo André) se instalara a indústria Streiff, que utilizando a mesma matéria-prima, já fabricava produtos mais elaborados, ou seja, móveis.

Dessa forma, a ferrovia impulsionou o desenvolvimento das atividades industriais em detrimento das atividades rurais anteriormente desenvolvidas na região. A população rural diminuiu consideravelmente nesse momento em razão da falta de incentivos para continuar com suas atividades e pelo fato de que as áreas antes agricultáveis, próximas ao núcleo urbano que se constituía, estavam bastante exploradas. Essas áreas, que já não eram produtivas, foram então parceladas por seus próprios proprietários sem nenhum tipo de planejamento, dificultando o acesso à energia, à água e a meios de transportes adequados a locais pouco utilizados e mais distantes, como afirma Kleeb (2013).

As indústrias instaladas na região tinham grande oferta de empregos e em suas proximidades foram construídas moradias, atendendo à demanda de habitação para os trabalhadores e suas famílias por meio de casas ou vilas operárias – como a Villa Ypiranguinha, projeto de 1909 (PASSARELLI, 2005) –, que propiciaram a abertura de novas vias.

Diante desse cenário, muitos habitantes de outras regiões migraram para o distrito de Santo André, que obtém sua autonomia como município em 1938. Entre 1944 e 1963, vários distritos de Santo André também alcançaram autonomia (PASSARELLI, 2005), vindo a constituir, assim, os sete municípios da atual Região do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

No campo da cultura, na década de 1950, em Santo André, intensificaram-se diversas atividades, destacando-se aquelas organizadas pelos

clubes das empresas – como o Clube Atlético da Rhodia, criado em 1953 –, que propiciavam aos seus frequentadores não apenas o convívio, mas o acesso a atividades culturais, como o teatro.

O Teatro de Alumínio, construído em 1962 no centro da cidade, também foi um importante ponto de encontro dos diferentes grupos da sociedade. Com o intuito de consolidar as atividades culturais no município, a prefeitura constituiu um conselho municipal para os assuntos culturais, além da formação de núcleos culturais, como a orquestra sinfônica da cidade. Em 1968, ano de demolição do Teatro de Alumínio, foi criado o Grupo de Teatro da Cidade, iniciando-se uma nova fase da cultura no município (TAKARA, 2018).

Segundo Kleeb (2013), o período entre as décadas de 1950 e 1980 foi de intensa transformação urbana na área próxima à estação de trem, tendo início um processo de verticalização na área central da cidade. Além de edifícios residenciais, foram também verticalizados edifícios públicos, como o Paço Municipal, construído em 1969. Entretanto, a necessidade de moradia não foi atendida, o que levou parte da população a buscar alternativas, como a ocupação de áreas periféricas, com o conseqüente surgimento de favelas.

Contribuíram também para a transformação da paisagem urbana o desenvolvimento da indústria automobilística e mecânica – atividades de grande importância para a economia da região, que demandavam a construção de rodovias para o transporte de seus produtos, como a Via Anchieta (1947-1953), uma das principais rodovias da Região do Grande ABC. Esse fato fez acentuar a lógica do desenvolvimento urbano ordenado pela mobilidade por meio do automóvel, construindo-se, assim, grandes vias e avenidas perimetrais, que cortavam o território, sendo pouco seguras para o uso de pedestres. Contudo, a falta de um planejamento integrado levou a um “descompasso entre a cidade real e a cidade planejada” (KLEEB, 2013, p. 47).

A partir de 1980, a Região do Grande ABC assiste a um processo de reestruturação produtiva, quando os sete municípios começam a passar por processos de desindustrialização. Muitas indústrias migraram para o interior paulista graças aos incentivos fiscais que eram oferecidos e aos terrenos com menores custos em comparação ao elevado preço do solo que se estabelecia em Santo André (ARMELINI, 2008). Nesse período, os movimentos sindicais tinham grande força junto dos operários das

indústrias, que reivindicavam melhores condições de trabalho e salários. Diante desses fatores, diminuiu a oferta de empregos relacionados às atividades industriais na região, voltando-se então para o setor terciário, que cresceu expressivamente:

Dentre os negócios abertos com dinheiro das rescisões contratuais, estes variam desde pequenos restaurantes, minimercados, rotisseries, pequenas oficinas mecânicas e automotivas, serviços de distribuição de água mineral, pequenas lojas de roupas abertas em bairros periféricos, serviços de pedreiros, pintores, jardineiros, cozinheiros, entre outros (PINHO, 2007, p. 35).

Com essas novas condições, o direito à cidade começou a ser reivindicado por movimentos sociais a partir da década de 1980, quando também surgiu a preocupação com a preservação do patrimônio cultural. Episódios ocorridos na Região do Grande ABC, como o incêndio na igreja da matriz, em Rio Grande da Serra, em 1980 – que seria tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) –, e o incêndio da estação ferroviária na Vila de Paranapiacaba, em 1981, levaram a uma importante mobilização da sociedade civil em defesa da memória.

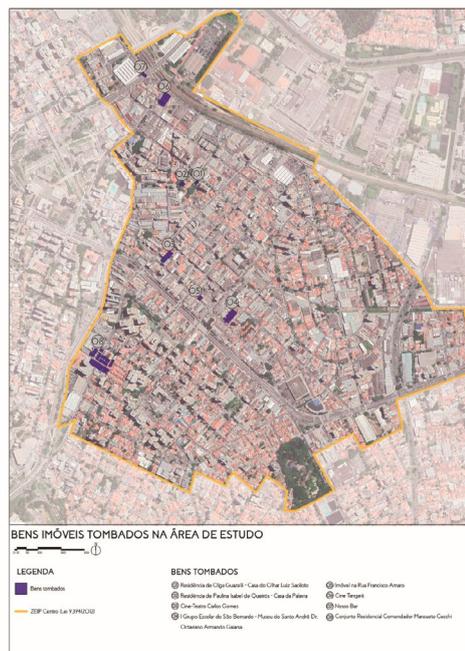
Em 1983 foi criada a Comissão Pró-Paranapiacaba, pela prefeitura municipal de Santo André, somando-se a outros movimentos que reivindicavam a preservação da vila, importante para o seu reconhecimento como patrimônio cultural. Em 1987, o Condephaat procedeu ao tombamento da Vila de Paranapiacaba, enquanto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o fez apenas em 2002, e quanto ao o município, em 2003. As questões do patrimônio histórico repercutiram em toda a Região do Grande ABC, com a realização de simpósios e congressos que reuniram representantes das sete cidades.

Também contribuiu para esse debate o jornal *Diário do Grande ABC*, importante veículo de informação da região que, em 1987, com a coordenação do jornalista Ademir Médici (1987), lançou a série “Inventários históricos”, que consistia em publicações de cada uma das sete cidades do Grande ABC, apresentando bens de interesse para preservação. Essa listagem foi resultante de pesquisas junto da população, nos jornais e nas prefeituras, indicando-se 27 bens de interesse para tombamento na região.

O SOS Carlos Gomes foi outro movimento significativo, criado em 1987 pelo Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (GIPEM). O espaço do cineteatro Carlos Gomes foi um importante local de encontro de grupos sociais desde a década de 1920, em que ocorriam apresentações, festas, debates e que funcionou como local de cultura até 1987, quando ocorreu o seu fechamento. Sua fachada original foi modificada para receber uma loja, transformando-se, depois, em estacionamento (ARMELINI, 2008). Houve grande pressão popular, por meio de um abaixo-assinado, contra a demolição de parte da edificação, que foi desapropriada em 1990 e posteriormente declarada utilidade pública, sendo incorporada ao Circuito Cultural do Centro em 1991 (PASSARELLI, 2005).

Como resultado de movimentos a favor da preservação da cultura andreense e o contexto político favorável da gestão do prefeito Celso Daniel (1989-1992), o Comdephaapasa foi criado em 1990, iniciando-se as indicações para tombamento dois anos depois. Passados 30 anos e depois da realização dos três referidos inventários, que indicaram uma série de bens culturais com interesse de preservação, o município de Santo André atualmente conta com 24 bens tombados, sendo que apenas oito desses estão situados no perímetro de Zona Especial de Interesse do Patrimônio da Área Central (ZEIP, Figura 1), instituída no Plano Diretor do município de 2012.

FIGURA 1
Bens tombados dentro do perímetro da ZEIP Centro.
Fonte: elaborado por Farias (2020), com base no Google Earth.



Além disso, considerando o significativo passado industrial da cidade, apenas o conjunto residencial Comendador Mansueto Cecchi remonta a essa memória, como uma vila de moradia voltada ao cidadão comum, distanciando-se do tombamento corrente de casas de personalidades ou de monumentos.

Feitas essas considerações, passaremos ao exame dos três inventários.

3 IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM SANTO ANDRÉ: OS TRÊS INVENTÁRIOS

3.1 Inventário de bens culturais de interesse urbanístico, 1998

Esse primeiro inventário foi realizado no âmbito do projeto municipal de reurbanização e revitalização da área central de Santo André, concebido no final da década de 1990.

A partir de um cenário econômico de crise da indústria, a prefeitura, na gestão de Celso Daniel (1989-1992), desenvolveu o Projeto Centro com o intuito de alavancar a imagem da cidade, por meio de projetos de reurbanização e revitalização da área central. Contudo, esse projeto somente foi implementado em 1997, ficando conhecido como “Centro com Vida”, que tinha como estratégia a

readequação da infraestrutura; reformulação do sistema viário; revisão geral da iluminação; tratamento urbanístico especial dos subcentros histórico, comercial e institucional; implementação de um corredor cultural; trabalho social com a população de rua; programa permanente de segurança pública; e a revisão da legislação de uso e ocupação do solo (GOLLO, 1997).

O projeto também tinha como proposta um circuito de visitação de bens culturais conhecido como “Corredor Cultural”.

No âmbito desse projeto, o escritório coordenado pelo arquiteto Décio Tozzi¹ foi contratado pela prefeitura para a elaboração de proposta para cobertura da Rua Coronel Oliveira Lima, que seria realizada em duas

1. Arquiteto titular do escritório Décio Tozzi Arquitetura e Urbanismo, foi professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo entre os anos de 1983 e 1994, além de ter exercido o cargo de diretor no Instituto de Arquitetos do Brasil de São Paulo em 1970 e 1971.

fases, embora apenas a primeira tenha sido concluída, com uma extensão de 350 metros (TOZZI, 1998). Essa obra tinha como objetivo estimular o desenvolvimento das atividades comerciais, bem como tornar-se espaço de encontro da população (SALES, 1998).

Ainda nesse período, esse mesmo escritório também elaborou o primeiro inventário para o município, em 1998, com direção geral do referido arquiteto e coordenação técnica da arquiteta Nilza Maria Toledo Antenor, ficando conhecido como “Inventário de bens culturais de interesse urbanístico do centro principal e expandido do município de Santo André”, integrando o projeto de reurbanização e revitalização do centro principal e expandido do município de Santo André.

A criação desse primeiro inventário foi importante para fornecer elementos que visavam a elaboração de instrumentos urbanísticos que contribuíssem para as políticas públicas de uso e ocupação do solo na área central. Segundo a equipe do inventário, o objetivo era

servir de subsídio para a definição dos exemplares arquitetônicos de interesse histórico e cultural, que pelos elementos construtivos, representativos de fases do desenvolvimento da cidade, mereçam ser preservados por instrumento legal específico (TOZZI, 1998, p. 4).

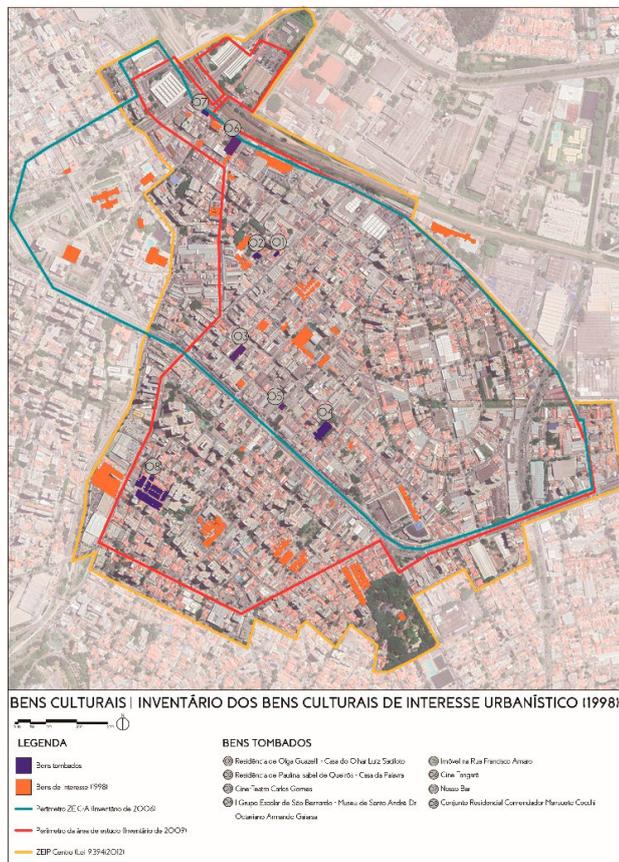
Quanto aos valores atribuídos aos bens, a equipe privilegiou os valores estético-arquitetônicos e históricos,

valores esses bastante abrangentes que constam tanto nas leis de tombamento, assim como pela sua autenticidade, a sua engenharia, a sua curiosidade e no seu conjunto de originalidade. Bens antigos ou modernos, bens que retratam uma época ou que são simplesmente agradáveis como obra estética e que por todos esses motivos passam a ser referência urbana (TOZZI, 1998, s/p.).

Como procedimento metodológico, foram levantados imóveis, monumentos e logradouros indicados em listagens da prefeitura, levantamentos bibliográficos e pesquisas em jornais e revistas. Também foi realizado levantamento iconográfico dos bens identificados consistentes em construções do século XX. A Figura 2 mostra a localização desses bens na área de estudo.

FIGURA 2

Bens de interesse indicados em inventário de 1998. Fonte: elaborado por Farias (2020), com base no Google Earth.



A classificação dos bens foi realizada com base na categoria analítica de tipologia: edifícios religiosos; conjuntos residenciais; edifícios residenciais; edifícios públicos; teatros, cinemas e clubes; edifícios escolares; edifícios industriais, comerciais e institucionais; logradouros; monumentos; e parques. A equipe sugeriu um roteiro de leitura do inventário a partir dos períodos históricos em que os bens foram construídos: 1. Primórdios – a cidade em formação; 2. O avanço da industrialização; 3. Modernidade.

A sistematização dos dados levantados foi apresentada em fichas (Figura 3), que contemplam categorias de identificação para os edifícios, como: nome; classificação fiscal; endereço; histórico, descrição, ambiência; número de pavimentos; uso original; uso atual; estado de conservação; e fotos antigas e atuais. As fichas de logradouros, monumentos e parques têm como identificação: endereço; histórico, descrição, ambiência; estado de conservação; e fotos antigas e atuais.

FIGURA 3

Ficha de identificação da residência Olga Guazzelli. Fonte: TOZZI (1998).

EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS **RE1**

Centro Principal
CPI: 5844
Rua Campos Sales esquina com Rua Luis Pinto Flaquer

Número de Edifícios: Um, mais pórtico

Uso Original: Residencial

Uso Atual: Em reforma

Estado de Conservação

O edifício possui preservadas suas características originais básicas, sendo que no momento passa por um processo de restauração. Houve ligeiras alterações no gradil, e o interior está sendo mais modificado que a fachada.

Histórico, Descrição, Atribuições

A Residência Olga Guazzelli é um palacete datado possivelmente dos anos 30 em estilo eclético, sendo indicativo do poderio industrial de Santo André, bem como a força da presença italiana na cidade. A fachada é dominada por ampla varanda com acesso por uma escadaria. Na parte voltada para a Rua Luis Pinto Flaquer há um vistoso vitral valorizado por uma ornamentação especial da fachada. Hoje, com o crescimento da cidade, o edifício não domina mais a paisagem. A vegetação do terreno ganhou força e o separa do ruído do tráfego dos veículos que circulam no sistema adjacente. Esta distância deve ser garantida, em parte, a preservação das características básicas do imóvel, bem como a continuidade do uso original. O palacete foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico de Santo André em 23/10/1992 e, segundo consta, abrigará futuramente um uso cultural.

21

A equipe de elaboração do inventário reconheceu o caráter preliminar de suas informações, indicando a necessidade de seu aprofundamento.

3.2 Plano de preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Santo André, 2006

Em 2006, no âmbito de revisão do Plano Diretor, a prefeitura de Santo André contratou o Laboratório de Estudos Urbanos da Metrópole (LUME), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para elaboração de um plano de preservação para o município, sob a coordenação geral da arquiteta Regina Meyer e coordenação técnica da arquiteta Marta Grostein.

Integrava esse plano um inventário que abrangia a totalidade do município de Santo André e que constituiu o segundo trabalho de inventariação de patrimônio realizado no município. O plano de preservação deveria ser um instrumento para subsidiar, com informações e diretrizes,

a elaboração das políticas públicas urbanas e de preservação em Santo André, tendo sido fundamentado no conceito de plano de preservação de sítio histórico urbano, formulado pelo Iphan (2004) e que buscava incentivar o desenvolvimento econômico associado aos valores culturais dos sítios históricos urbanos, integrando os campos do planejamento e da proteção do patrimônio.

Segundo Meyer e Grostein (2006), os bens levantados eram de interesse histórico e cultural, ligados tanto às questões históricas como à evolução urbana do município. De acordo com a equipe, a compreensão do espaço urbano levou ao reconhecimento de um passado da cidade ligado ao seu desenvolvimento industrial e, assim, foi criado o conceito de “espaços de patrimônio”, de forma a articular “a preservação, a conservação e a reabilitação em uma escala de projeto urbano, que possa conciliar a memória coletiva e a cultura da cidade de herança industrial” (MEYER; GROSTEIN, 2006, p. 17).

Como metodologia, o município foi dividido em 16 espaços de patrimônio (Figura 4) na escala dos bairros: Zona Especial de Interesse Comercial (ZEIC) A – área central; Vila Assunção; ZEIP Paranapiacaba; Corredor Guarará/Vila Luzita; Parque das Nações; Parque Novo Oratório; Santa Terezinha; Vila Pires; Conjunto do IAPI; Av. Pereira Barreto; Av. Prestes Maia; Bairro Campestre/Bairro Jardim/Av. Industrial; Vila Metalúrgica; Rio Tamanduateí; Vila Euclor; e Polo Petroquímico. Os bens indicados para preservação foram levantados em listagens de bens realizadas pela prefeitura, além de estudos anteriores e visitas a campo.

Na área total do município foram levantados 92 bens de interesse, sendo 47 deles na área central, indicada nesse estudo como ZEIC A – área central, o perímetro com o maior número de bens identificados (Figura 5).

Os dados de cada um dos bens foram sistematizados em fichas (Figura 6) com as categorias: nome; endereço; uso original; uso atual; estado de conservação; entorno; ciclo histórico; caracterização tipológica; fotos atuais; e mapas de localização em três escalas – município, perímetro do espaço de patrimônio e quadra.

FIGURA 4

Espaços de patrimônio. Fonte: LUME (2006).

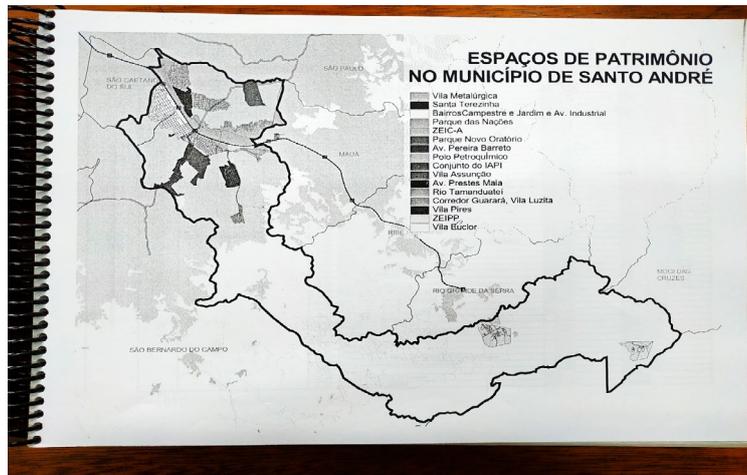


FIGURA 5

Bens de interesse indicados em inventário de 2006. Fonte: elaborado por Farias (2020), com base no Google Earth.

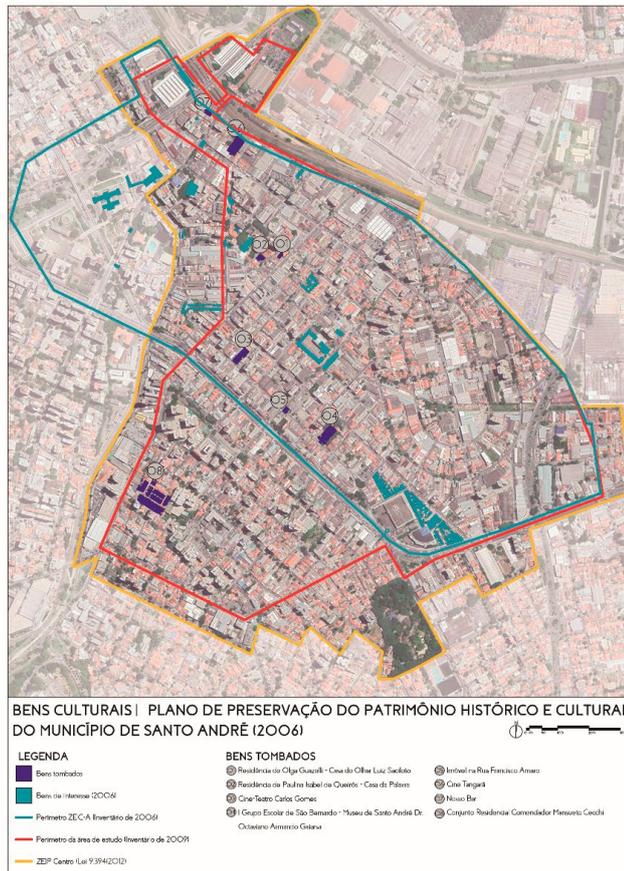
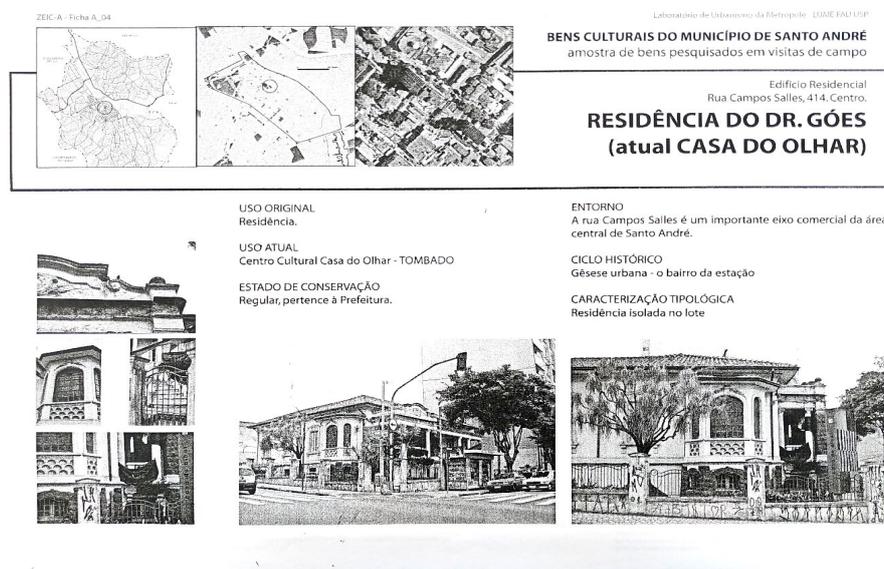


FIGURA 6

Ficha do inventário para a residência do Dr. Góes, atualmente Casa do Olhar. Fonte: LUME (2006).



Mesmo sendo realizado para auxiliar a elaboração do Plano Diretor do município, o inventário não resultou em ações concretas de tombamento.

3.3 Inventário de bens culturais de Santo André, 2009

Em 2008, foi instituída a lei municipal nº 9.071, de 5 de setembro, que criou o “Plano de preservação do patrimônio cultural no município de Santo André” (PPPC), que devia ser aplicado no âmbito da política municipal de preservação relacionada ao Plano Diretor do município de Santo André, aprovado em 2004. A ideia de um plano de preservação exigiu uma série de definições e condições, que gerou avanços para a política de preservação do patrimônio cultural municipal, tal como a formação de um corpo técnico estável, composto por equipe multidisciplinar, uma vez que, até aquele momento, não havia técnicos que se dedicassem exclusivamente ao Comdephaapasa.

O PPPC também determinou a elaboração de um inventário oficial de bens culturais do município, com os seguintes objetivos:

Art. 73. São objetivos do Inventário:

I. permitir a identificação dos bens culturais de interesse do patrimônio cultural, seu estado de conservação e os fatores de degradação,

constituindo-se num processo contínuo de investigação;

II. fornecer subsídios para o encaminhamento de processos de tombamento e de registro;

III. fornecer subsídios às ações de educação patrimonial, aos programas de preservação e de salvaguarda de manifestações culturais de quaisquer naturezas;

IV. instrumentalizar as ações do Poder Público;

V. colher e armazenar dados que facilitem a identificação em casos de falsificação, roubo, comércio ilegal, descaracterização, depredação e deterioração dos bens culturais (SANTO ANDRÉ, 2008).

O corpo técnico do órgão municipal de preservação do patrimônio cultural iniciou, então, a elaboração do que seria o terceiro inventário de Santo André, o “Inventário de bens culturais de Santo André”, constituindo um projeto piloto para a área central, posteriormente realizado em outras regiões da cidade. Esse estudo foi iniciado em 2008, prevendo cinco etapas de execução, sendo que sua etapa final ainda não foi concluída.

A primeira etapa foi a definição dos conceitos que seriam utilizados. O inventário foi concebido

como um instrumento de identificação, conhecimento, difusão e salvaguarda de bens e manifestações culturais que expressasse de forma plural, sistemática e permanente as ações de intervenção no espaço da cidade (GONÇALVES; LEAL; KLEEB, 2011, p. 154).

O outro conceito foi o de “paisagem cultural”, adotado a partir do entendimento da equipe de que deveriam ser abordados valores materiais e imateriais, bem como as diferentes manifestações existentes nas áreas abordadas, resultantes da ação e apropriação humana sobre o território. Internacionalmente, a paisagem cultural tinha sido definida na Recomendação nº 95, de 11 de setembro de 1995, da Convenção Europeia da Paisagem²:

Partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos

2. No Brasil, o Iphan regulamentaria a chancela da paisagem cultural por meio da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009.

têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (CURY, 2004, p. 331).

A segunda etapa consistiu na delimitação da área de estudo. Foram realizadas pesquisas sobre os caminhos abertos no território no início de sua ocupação, como o Caminho do Pilar e o Caminho do Mar, eixos ainda hoje presentes no traçado da região, além da linha férrea São Paulo Railway, que deu origem ao núcleo urbano do final do século XIX. Assim, a área de estudo foi demarcada por esses eixos, compreendendo o que atualmente é a área central do município, o bairro Casa Branca e parte da Vila Assunção.

A terceira etapa foi o diagnóstico da área central, na qual foi realizada pesquisa de campo em que foram fotografadas as quadras do perímetro delimitado, registrando-se as edificações, os elementos da paisagem, as calçadas e as manifestações culturais e as características imateriais da área. Foram analisados documentos de fontes primárias e secundárias, identificando aspectos socioeconômicos, usos na região e a legislação incidente. Nessa etapa foi desenvolvido um levantamento iconográfico por década, a partir de 1900, com o objetivo de identificar as transformações na paisagem urbana ao longo do tempo, bem como os bens de interesse para tombamento (Figura 7).

A quarta etapa foi a divisão da área de estudo em 18 paisagens culturais (Figura 8), utilizando como critério as características predominantes em cada quadra, agrupando-as de acordo com suas semelhanças. Algumas quadras fizeram parte do que a equipe chamou de “paisagem exótica”, quando suas características não se aproximavam de nenhuma outra, resultado das diversas transformações urbanas.

A quinta e última etapa compreendeu a sistematização e a análise dos dados das etapas anteriores. Para cada uma das paisagens foram definidas categorias de identificação: uso inicial; valor imaterial; estado de conservação; atividades cotidianas e festividades; elementos arquitetônicos; período provável da construção; calçadas (tipos); tampas de bueiros; entorno dos bens de interesse; sensações (sons, imagens, cheiros); e área verde urbana (Figura 9). As categorias apresentam, também, subcategorias, definidas a partir dos usos e das características das edificações.

FIGURA 7

Bens de interesse indicados em inventário de 2009. Fonte: elaborado por Farias (2020), com base no Google Earth.

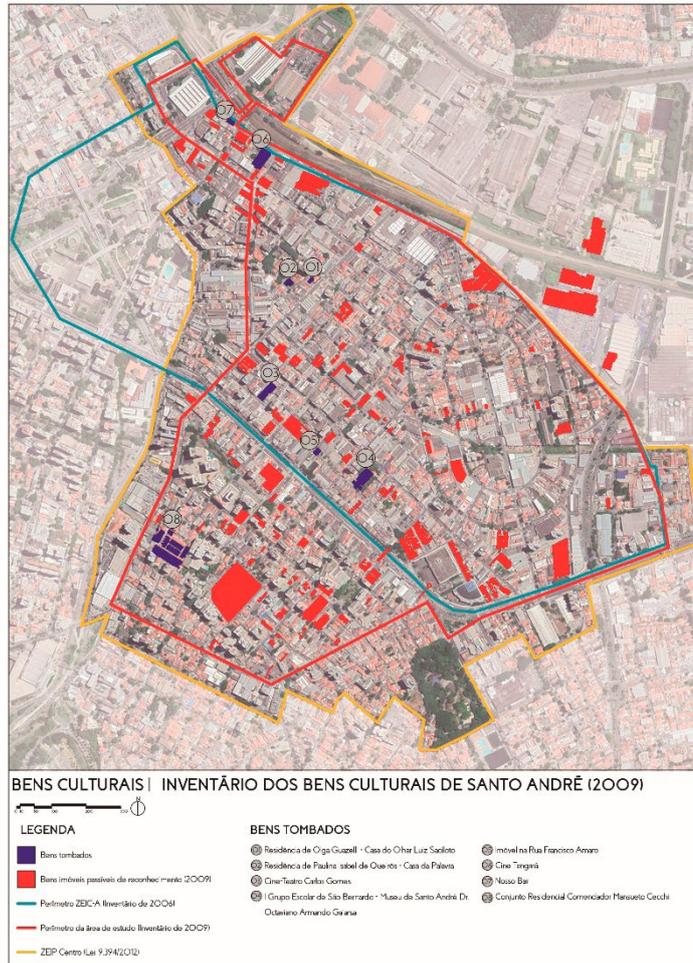


FIGURA 8

Identificação das paisagens. Fonte: Comdephaapasa (2009).

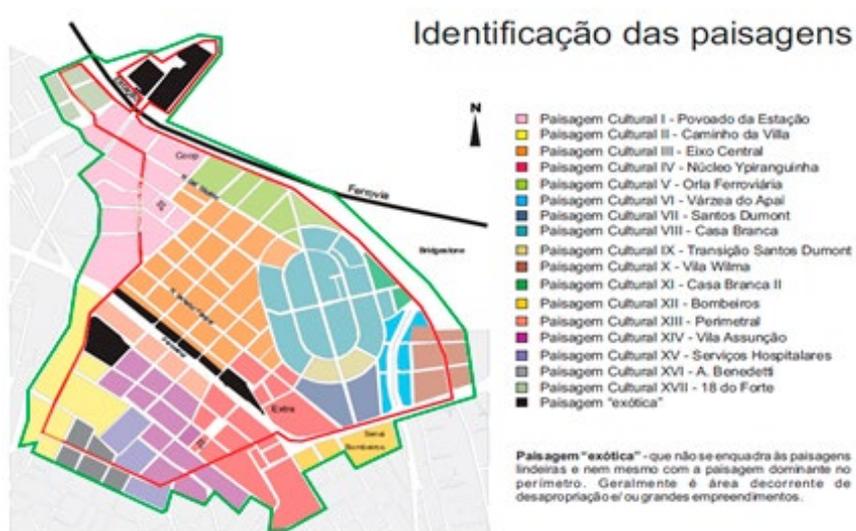


FIGURA 9

Ficha da categoria de uso inicial para a Paisagem Cultural I, identificada como "Povoado da Estação". Fonte: Comdephaapasa (2009).



A fase final não foi concluída, pois, durante as pesquisas, o corpo técnico sofreu alterações, e a equipe não conseguiu prosseguir com o inventário. Apesar disso, o estudo contribuiu com um resultado concreto para as políticas de preservação, tais como a adoção do perímetro de estudo do inventário como ZEIP, no âmbito do Plano Diretor do município de Santo André (Lei municipal nº 9.394, de 5 de janeiro de 2012), que tem como objetivo a “proteção da paisagem cultural e de sua identidade, preservando-se a área de origem do atual município de Santo André” (SANTO ANDRÉ, 2012).

4 VISÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL E CIDADE NOS TRÊS INVENTÁRIOS

Os três inventários apresentados possibilitam uma análise comparativa com relação à visão de cidade e de patrimônio cultural revelada em cada procedimento.

O quadro síntese dos três inventários (Figura 10) mostra os distintos aspectos, conceitos e valores envolvidos nos processos de identificação do patrimônio cultural na área central de Santo André nos últimos 20 anos.

FIGURA 10

Quadro síntese dos três inventários – Área central de Santo André (1998, 2006, 2009). Fonte: elaborado por Farias (2020).

INVENTÁRIO		Inventário dos Bens Culturais de Interesse Urbanístico	Inventário do Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – Bens culturais do município de Santo André	Inventário de Bens Culturais de Santo André
AUTOR		Décio Tozzi Arquitetura e Urbanismo	LUME - FAU USP	Gerência de Preservação de Memória - Corpo técnico
ORGANIZAÇÃO DO INVENTÁRIO		Categorias de uso/tipologia dos edifícios	Espaços de patrimônio	Paisagens culturais
ANO		1998	2006	2009
HISTÓRICO		Histórico/Descrição/Ambiência	Ciclo histórico	
CARACTERÍSTICAS GERAIS		Levantamento no centro e centro expandido (Centro e Bairro Jardim) Não há visão de conjunto	Levantamento de todo o município Visão de conjunto dos espaços	Área central Visão fragmentada - 18 paisagens
Nº DE BENS DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO		71	47	219
ASPECTOS MATERIAIS	EDIFÍCIO	Nome, endereço, imagem antiga/atual Número de pavimentos Estado de conservação Uso original Uso atual	Nome, endereço, mapa, imagem Caracterização tipológica Estado de conservação Uso original Uso atual	Identificação dos bens de interesse – conjunto no mapa Elementos arquitetônicos Estado de conservação Uso inicial
	AMBIENTE		Entorno	Calçadas Tampas de bueiros Entorno dos bens de interesse Área verde urbana
ASPECTOS IMATERIAIS				Valor imaterial Atividades cotidianas e festividades Sensações
RESULTADOS		Inserção de alguns bens no projeto do Corredor Cultural (2000)	Sem resultados	Área de estudo incorporada ao Plano Diretor (2012) - ZEIP

A identificação do patrimônio cultural no primeiro inventário, de 1998, é realizada por meio de listagens, com pouca aproximação, de fato, ao território urbano, ainda que seu foco tenha sido, justamente, como seu próprio nome designa, o “interesse urbanístico”. Isso se traduz na identificação de bens isolados de seu entorno, desconsiderando-se o contexto urbano em que estão inseridos. Esse isolamento se aproxima ao tratamento dado aos monumentos, valorizados por sua materialidade, deixando em segundo plano os valores sociais e afetivos para o habitante. Essa lógica foi predominante no âmbito da preservação no Brasil até o final da década de 1980, mas, como confirma o primeiro inventário de Santo André, realizado uma década depois, tal procedimento ainda resistiu nos processos de identificação de bens culturais.

Nas décadas de 1980 e 1990, essa visão do bem isolado, a ser apreciado pelos seus valores histórico e artístico, bem serviu ao propósito dos planos de reurbanização e revitalização de centros da época. De fato, esses planos visavam a realizar transformações nas áreas centrais de cidades que tinham perdido sua base econômica industrial e que buscavam no terciário, ou mesmo na indústria do entretenimento e do turismo, sua nova base produtiva. Para tanto, utilizavam-se de estratégias conhecidas como *city marketing* que, segundo Vargas (2001, p. 8), são formas de “vencer a competição entre lugares, buscando identificar as vocações reais dos municípios, suas dificuldades e oportunidades, diante dum determinado cenário”.

Nesse sentido, o bem patrimonial é visto como um produto cultural que deve alimentar a nova condição urbana. Com efeito, de acordo com Choay (2017, p. 211):

Os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

A imagem da cidade a ser vendida no contexto que se estruturava, devido à desindustrialização, deveria estar associada a boa qualidade de vida, infraestrutura adequada e serviços urbanos de qualidade a fim de não prejudicar sua competitividade com outros municípios. Dentre esses aspectos, também se considerava o campo da cultura:

No entanto, o eixo estruturante da competitividade exige também um equacionamento dos constrangimentos relacionados com o entorno social, cultural e estético do próprio espaço urbano, pois, esses fatores influenciam diretamente a qualidade de vida e a atratividade do espaço para os agentes econômicos externos. A cidade competitiva deveria mostrar, portanto, um grau de pobreza, marginalização e violência tolerável para não perder a atividade. Deveria também oferecer uma gama ampla de serviços culturais e urbanísticos para influenciar positivamente as decisões locacionais das empresas (KLINK, 2001, p. 33).

É nesse contexto que se insere o primeiro inventário, preocupado em identificar bens culturais com base em valores históricos e estéticos, como pontos de interesse de um circuito – o Corredor Cultural – que deveria valorizar o centro da cidade.

Ainda, a seu favor, é importante destacar a relação desse inventário com um projeto associado à política urbana municipal, valorizando a dimensão urbana do patrimônio cultural.

Desse primeiro inventário resultou a inserção de alguns bens nele identificados no circuito do Corredor Cultural, abertos à visitação pública. Hoje, embora esse Corredor ainda exista e nele sejam realizadas algumas ações, tais como exposições e piqueniques no Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, essas atividades ainda não alcançam um número significativo de visitantes ou pouco dialogam com as práticas sociais ocorridas nesses lugares.

Já o segundo inventário, de 2006, insere-se em um contexto de busca de integração com o planejamento urbano, uma vez que foi criado no momento de revisão do Plano Diretor do município de Santo André, em uma tentativa de relacionar as questões de planejamento e de preservação. Diga-se que essa iniciativa é incentivada, já em 1975, na Declaração de Amsterdã, elaborada durante o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, que coloca a conservação integrada como essencial à cidade:

O planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário, como foi o caso num passado recente. Um diálogo permanente entre os conservadores e os planejadores tornou-se, desde então, indispensável (IPHAN, 2004).

Dessa forma, a noção de patrimônio cultural, nesse inventário, fundamentou-se na definição dos chamados “espaços de patrimônio”, considerando-se a sua inserção na dinâmica urbana – uma dinâmica essencialmente comercial, como se verifica no inventário, na identificação do centro como ZEIC. Por outro lado, a argumentação do inventário reconhece Santo André como uma cidade industrial, com a indicação de vilas operárias, fábricas e indústrias que fizeram parte do seu passado industrial, sendo que alguns desses exemplares ainda estão presentes nesse território.

Verifica-se, ainda, que as fichas de identificação dos bens apresentam categorias que reconhecem, essencialmente, os valores materiais. Uma das categorias indicadas é a de “ciclos históricos”, que pode ser comparada à proposta de “ciclos econômicos” adotada pelo Condephaat, na década de 1970, para a identificação de bens patrimoniais no estado de São Paulo. Segundo Rodrigues (1999, p. 44), a noção de ciclos compreende a

ideia de progresso, decadência, e sucessão contínua de atividades exclusivas [...] o ciclo afigurava-se como forma de situar um bem material nos limites do tempo e do espaço dando-lhe historicidade, embora restrita, pois o critério econômico não atende à complexa rede de relações culturais presentes em um período histórico.

Como se constata, a definição de ciclos históricos ou econômicos não abarca as diversas camadas que conformam a cidade, restringindo o patrimônio cultural a determinado grupo ou período.

As fichas apresentam, ainda, uma identificação superficial dos bens, que apesar de estarem inseridos em mapas que contextualizam o patrimônio dentro do espaço urbano, não indicam categorias que os relacionem à cidade ou reconheçam os seus valores imateriais.

Finalmente, o terceiro inventário, realizado pelos técnicos do Comdephaapasa e ainda não concluído, utiliza um conceito recente dentro do campo do patrimônio, que é o da “paisagem cultural”.

O patrimônio cultural, nesse inventário, foi reconhecido tanto por seus valores materiais quanto imateriais, compreendendo as complexas e variadas relações do habitante com a cidade. Essas relações se manifestam nas categorias apresentadas no inventário quando esse explora, por exemplo, o reconhecimento dos cheiros e das sensações – o que evoca questões subjetivas atinentes aos bens culturais.

A categoria “atividades cotidianas e festividades” diferencia-se daquelas comumente contempladas nos inventários, pois desloca o interesse dos bens materiais para os sujeitos e suas manifestações no território. De acordo com Meneses (2017, p. 50), é importante,

para respeitar a natureza social do patrimônio ambiental urbano, transferir o excessivo e por vezes exclusivo foco de interesse nos bens (materiais ou imateriais), e no poder público, para os sujeitos – os agentes humanos, nas suas multiformes interações.

O reconhecimento da área central do município de Santo André como uma paisagem cultural é inovadora. Contudo, o inventário fragmenta de forma excessiva o território estudado, identificando 18 paisagens distintas apenas na área central da cidade. É possível observar na Figura 8 que foram definidas paisagens que abarcam apenas duas quadras, o que dificulta a compreensão do perímetro de estudo como um todo.

A divisão em várias paisagens também proporciona outro desafio: a gestão da área. A chancela da paisagem cultural, proposta pelo Iphan, como instrumento de proteção e manutenção de uma área urbana, procura promover a gestão integrada, conciliando preservação e planejamento. Isso se reflete no próprio Plano Diretor do município, que incorporou o perímetro de estudo como uma única e importante área a ser preservada (ZEIP – área central).

Assim, a partir da análise dos três inventários é possível sintetizar algumas considerações a respeito do patrimônio cultural em Santo André.

Em curto espaço de tempo – uma década – verificaram-se diferentes formas de conceituação do patrimônio cultural ao longo das experiências de inventariação. Como se viu, o primeiro inventário, de 1998, fundamentou-se na ideia de patrimônio como bem isolado do seu entorno; o segundo, de 2006, definiu “espaços de patrimônio” com base na categoria analítica dos “ciclos históricos”, que tende a valorizar determinados grupos sociais em detrimento de outros; o terceiro, de 2009, apresentou o conceito de “paisagem cultural”, que se distingue das concepções anteriores por contemplar, também, os valores imateriais do patrimônio. Dessa forma, a identificação do patrimônio cultural implica não só reconhecer sua materialidade, mas também sua imaterialidade, revelando, assim, sua importância social. A memória, importante na relação do ser humano com o ambiente em que vive, é um aspecto que deve fazer parte do processo de reconhecimento dos valores do patrimônio cultural:

Observamos que a memória se traduz em um poder simbólico que confere a grupos sociais sentido de permanência e de unidade no tempo e colabora para a construção de identidades. A identidade ou as identidades vinculam-se a aspectos que conferem reconhecimento e “pertencimento” de um grupo a certo espaço. Depreende-se, então, que a memória agrega-se a um determinado lugar, enquanto espaço da produção humana e de apropriação da vida (KLEEB, 2013, p. 36).

Além disso, verifica-se, nos dois últimos inventários, a busca de uma relação integrada entre os campos da preservação e do planejamento: o de 2006 identifica e divide o território a partir dos “espaços de patrimônio”, e o inventário de 2009 lê o território como um conjunto de paisagens culturais – procedimento que resultou na formalização, na área central da cidade, de uma zona de preservação do patrimônio.

A dimensão urbana do patrimônio defendida por Gustavo Giovannoni, na década de 1930, e também na Carta de Veneza, de 1964, bem como a chamada “conservação integrada” da Declaração de Amsterdã, de 1975, chamaram a atenção tanto para a relação entre o patrimônio e o ambiente urbano quanto para a necessária vinculação entre preservação e planejamento. O inventário elaborado pelo LUME, em 2006, coloca, explicitamente, essa questão, ao abordar a gestão dos espaços de patrimônio no âmbito das políticas urbanas. De modo semelhante, o inventário realizado em 2009, pela equipe técnica municipal, também é uma clara tentativa de integrar o campo da preservação ao do planejamento, a partir do reconhecimento do território como paisagem e da adoção de seu perímetro de estudo pelo planejamento urbano, na regulamentação da ZEIP.

Ressalte-se que nos três inventários verificou-se a ausência ou uma escassa participação social – procedimento que passou a ser considerado de extrema importância para as políticas de reconhecimento do patrimônio cultural. A desejável inserção do patrimônio na dinâmica urbana e na vida cotidiana das pessoas, que deve ser construída, portanto, com a contribuição da participação social, torna a preservação uma ação efetiva, ao expressar, assim, a memória e a identidade de diferentes grupos sociais e culturais.

Já a visão de cidade que se tem em cada um dos três inventários é divergente. Enquanto a primeira, a do inventário de 1998, relaciona-se com a ideia de cidade que busca na valorização do centro o seu diferencial na competição com outras urbes, a segunda, a do inventário de 2006, é aquela da cidade definida por suas distintas camadas no tempo, em que a evolução urbana e a tipologia arquitetônica encontram suas correspondências na categoria de “espaços de patrimônio”. Já a terceira perspectiva se aproxima da ideia de cidade como bem cultural e que deve ser compreendida a partir das práticas sociais que ali têm lugar. Essa ideia é defendida por Meneses desde a década de 1970 e se fundamenta em três noções: a cidade como

artefato; como campo de disputas; e como representação social, categoria de aproximação ao patrimônio muito pouco utilizada até recentemente.

Assim, pode-se dizer que a cidade da história vai cedendo lugar à cidade da memória, ainda que, para tanto, seja necessário que os sujeitos sociais nela se reconheçam, fazendo parte, assim, do processo de identificação do que consideram seu patrimônio cultural.

Com efeito, depois da Segunda Grande Guerra, iniciam-se debates, no campo da arquitetura e do urbanismo, sobre os valores do ambiente, do habitat e da memória na construção da cidade – uma perspectiva absolutamente crítica à ausência dessas questões na produção das chamadas “vanguardas modernas” até a segunda metade do século XX. Nessa nova percepção, adquire maior relevância a relação dos objetos entre si do que sua importância intrínseca – visão que havia predominado, até então, no movimento moderno em arquitetura e urbanismo.

No entanto, se nos últimos 20 anos a cidade libertou-se dessas amarras do moderno, ficando livre para alimentar-se nas fontes da memória, a globalização a lançou em uma disputa entre centros de concentração de fluxos, sejam eles econômicos, sociais, políticos ou culturais: quanto mais fluxos, melhor. Não à toa, o patrimônio deve entrar no circuito da competição entre cidades, potencializando novas centralidades.

Nesse panorama, Santo André, a partir da década de 1990, também não escapa desse circuito, como resposta à perda de sua vitalidade industrial. E, nessa direção, tanto a cidade do primeiro inventário como a do segundo não fugiram a essa lógica. No caso do primeiro inventário, sua concepção, associada a projeto de atração urbana, concentrou a seleção dos bens culturais a serviço de uma proposta que, independentemente de sua qualidade, conduziu à redução de uma potencial diversidade do patrimônio local.

Em relação ao segundo inventário, as análises morfológicas e tipológicas remetem a procedimentos de leitura da cidade mais contemporâneos, no sentido de se buscar entender a sua construção no tempo, e fundamentaram um processo de escolha de bens mais articulado do que a seleção de bens isolados, como no caso do primeiro inventário. Além disso, a proposta metodológica inspirava-se na política federal do Iphan, que buscava, naquele momento, a dinamização econômica de sítios históricos urbanos.

Já a cidade do terceiro inventário é constituída por um mosaico de partes com características específicas e valores intangíveis que não se pode compreender apenas por meio da seleção de bens materiais. Seu reconhecimento, portanto, exige um conceito mais amplo dos elementos que conformam o território, que é o da paisagem cultural. A simples proteção pelo tombamento, nesse caso, é insuficiente. Fragmentada, essa cidade é de difícil apreensão em seu conjunto, embora esteja mais próxima de uma desejável diversidade do patrimônio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O inventário, importante instrumento de identificação do patrimônio cultural, também pode contribuir para o enriquecimento do debate sobre o urbano, ao destacar elementos materiais e imateriais conformadores da cidade, que permanecem e se transformam no tempo e no espaço, sendo, no caso do patrimônio material, suporte físico para as referências culturais dos habitantes. Pode, ainda, fornecer subsídios multidisciplinares que auxiliem futuras intervenções e a implementação de políticas urbanas que contemplem as várias dimensões da cidade, articulando os campos da preservação e do planejamento urbano.

No caso concreto de Santo André, três inventários foram realizados em apenas 11 anos, um espaço de tempo curto quando comparado a experiências de outros municípios. Como exposto neste artigo, a análise das três experiências distintas – tanto em relação aos seus conceitos quanto à metodologia utilizada – demonstra as mudanças da noção de patrimônio cultural a partir das visões de história, espaço e memória evidenciadas, ou subjacentes, em cada estudo. Com efeito, o conceito de bem isolado, ao longo de uma década, cedeu espaço para a paisagem cultural, com o reconhecimento da imaterialidade, das práticas sociais e da necessidade da gestão integrada.

Os inventários, entretanto, não resultaram, ainda, em proteção concreta dos bens indicados por meio de tombamento ou outro instrumento de reconhecimento, como o registro ou a chancela. Esse fato pode ser explicado pela falta de relação entre os estudos – cada um deles realizado por distintas equipes e a partir de diferentes enfoques –, reflexo, também, da descontinuidade das gestões administrativas do município, que não concluíram os projetos das gestões anteriores. A única medida concreta de proteção foi

alcançada, como fruto do terceiro inventário, por meio da adoção de um perímetro de preservação do patrimônio pelo Plano Diretor do município de Santo André – a ZEIP aqui estudada. Contudo, mesmo nesse caso, o perímetro não apresenta diretrizes de intervenção claramente definidas, dificultando a manutenção da ambiência da área que se procurou proteger.

Além dessas constatações, esse contexto de preservação do patrimônio cultural em Santo André identificou alguns desafios:

- a necessidade de construção de instrumento de inventariação que considere a visão dos diversos grupos sociais que constituem a cidade, ou seja, que inclua as percepções dos habitantes e suas representações urbanas, como defende Meneses (2017);
- o fortalecimento da prática de articulação do inventário com políticas de planejamento, tornando-o um instrumento multidisciplinar que auxilie na construção da cidade e, portanto, na formulação de políticas que relacionem preservação e planejamento;
- a chancela da paisagem cultural – instrumento instituído pelo Iphan em 2009 – como prática de preservação do patrimônio; e
- o reconhecimento do passado industrial do município, visto que, dos oito bens tombados no perímetro de estudo, apenas um é característico do período industrial: o conjunto residencial Comendador Mansueto Cecchi, da década de 1950.

Finalmente, o estudo do caso de Santo André evidencia como o instrumento de inventário reflete as múltiplas visões de patrimônio cultural e de cidade, sendo imprescindível, portanto, que seja o mais abrangente, amplo e sistemático possível: abrangente em relação aos grupos sociais contemplados, amplo em seus vínculos com as políticas urbanas e sistemático no que se refere à sua continuidade no tempo.

REFERÊNCIAS

ARMELINI, Ângela I. M. da S. Q. *A preservação do patrimônio em Santo André: uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tombados*. 2008. 216 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2017.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE SANTO ANDRÉ. *Inventário de bens culturais de Santo André*. Santo André: Comdephaapasa, 2009.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2004. 408 p. (Edições do Patrimônio).

FARIAS, Larissa Tesubake de. *Cidade e preservação: a dimensão urbana do patrimônio cultural em Santo André*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.

GOLLO, Reynaldo. Centro de Sto. André será revitalizado. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 1 nov. 1997, s/p.

GONÇALVES, Aguinaldo; LEAL, Fátima R. T.; KLEEB, Suzana C. Reconhecimento de paisagens culturais em Santo André, SP, Brasil: uma experiência de inventário de bens culturais. *Revista CPC*, São Paulo, n. 12, p. 151-166, maio/out. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15685>. Acesso em: 23 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Santo André. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/santo-andre.html>. Acesso em: 17 jun. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cria o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSH. Portaria nº 299, de 6 de julho de 2004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_299_de_6_de_Julho_de_2004.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

KLEEB, Suzana Cecília. *Breve histórico de Santo André*. Santo André: PMSA, 2002. 7 p.

KLEEB, Suzana Cecília. *Transformações da paisagem na área central de Santo André/SP, 1911-2011*. 2013. 284 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do Grande ABC, Santo André.

KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

MÉDICI, Ademir. Inventário histórico – 5: urgência em Santo André na preservação dos bens. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 29 mar. 1987, B, 10.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 36, p. 39-51, 2017.

MEYER, Regina M. P; GROSTEIN, Marta D. (coord.). *Plano de preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Santo André em complementação ao seu Plano Diretor*. Laboratório de Urbanismo da Metrópole – LUME FAU-USP, 2006. vols. I e II.

PASSARELLI, Silvia. H. F. *Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro estação São Bernardo (atual Santo André)*. 2005. 193 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PINHO, Rodrigo Altair. *Santo André: (Re) ordenação sócio espacial e implicações do período técnico-científico-informacional a partir dos anos 90*. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado/Condephaat/Fapesp, 1999.

SALES, Maria Angélica. Calçadão coberto abre Projeto Centro. *Diário do Grande ABC*, 15 mar. 1998.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 9.071, de 5 de setembro de 2008. Institui o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural no Município de Santo André – PPPC. Santo André: Câmara Municipal, 2008. Disponível em: <https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/legislacao-comdephaapa-sa/file/586-lei-n-9-071-05-de-setembro-de-2008>. Acesso em: 14 jun. 2019.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 9.394, de 5 de janeiro de 2012. Altera a Lei nº 8.696, de 17 de dezembro de 2004, que instituiu o Plano Diretor no Município de Santo André, atendendo o art. 181 que prevê a revisão do Plano Diretor. Santo André: Câmara Municipal, 2012. Disponível em: <https://consulta.siscam.com.br/camarasantoandre/arquivo?Id=37630>. Acesso em: 17 jun. 2020.

TAKARA, Jaqueline da Silva. O Centro Popular de Cultura de Santo André e sua proposta de um teatro proletário. *Revista Aspas*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 154-165, 2018.

TOZZI, Décio (coord.). Inventário de interesse urbanístico do centro principal e expandido do município de Santo André. *Relatório dos resultados da pesquisa de uso e ocupação do solo da área central*. Santo André: S.C.P., 1998, Anexo 1.

VARGAS, Heliana Comin. *Gestão de áreas urbanas centrais: a experiência de Santo André*. Artigo encaminhado para o IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro, maio de 2001. Não publicado.



A MEMÓRIA COLETIVA COMO HETEROTOPIA:

REFLEXÕES SOBRE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA
PATRIMONIALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ, ALTAMIRA, PARÁ, BRASIL
Psicóloga e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (PPGP-UFGPA).
Professora-doutora da UFPA/Altamira.
E-mail: fernandabengio@ymail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0184-6668>

FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM,
PARÁ, BRASIL
Psicóloga e doutora em História Cultural pela Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho (UNESP). Professora associada II de Psicologia.
E-mail: flaviacs@gmail.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6601-0653>

MARGARETE CORDEIRO DOS SANTOS, INSTITUTO CARREIRA, BELÉM, PARÁ,
BRASIL
Licenciada em História pela Universidade do Vale do Acaraú e especialista em Gestão
Educativa do Ensino Básico e Superior pelo Instituto Carreira.
E-mail: msmargosantos@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8552-6105>

DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p68-95>

RECEBIDO
12/02/2020
APROVADO
04/06/2020

A MEMÓRIA COLETIVA COMO HETEROTOPIA: REFLEXÕES SOBRE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA PATRIMONIALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO, FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS, MARGARETE CORDEIRO DOS SANTOS

RESUMO

Buscou-se neste artigo apresentar uma análise da memória coletiva sobre o bairro da Campina, na cidade de Belém, Pará, como uma heterotopia afirmada pela construção da Belém da Saudade que se assenta nas evocações mnemônicas da *belle époque*. A sustentação teórica e metodológica do texto foi construída a partir das contribuições de Michel Foucault, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs e Michel Pollak. Foi traçada uma análise arqueogenalógica do espaço patrimonializado, a qual foi costurada pela problematização da memória coletiva sobre ele e seus efeitos. Para dar corpo a esta pesquisa, foram trazidos recortes das entrevistas realizadas com moradores e ex-moradores de Campina. O mapeamento discursivo aponta a memória coletiva como dispositivo afetivo diretamente relacionado às práticas de cuidado com o bairro, bem como à produção de heterotopias, com seus sistemas de abertura e fechamento, que modulam os usos do espaço, bem como a relação entre os sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE

Memória coletiva. Patrimônio cultural. Subjetividade.

COLECTIVE MEMORY AS HETEROTOPIA: REFLECTIONS ON MODES OF SUBJECTIVATION IN CONTEMPORARY PATRIMONIALIZATION

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO, FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS, MARGARETE CORDEIRO DOS SANTOS

ABSTRACT

This article analyzes the collective memory concerning the neighborhood of Campina, in Belém, Pará, as a heterotopia reinforced by the construction of *Belém da Saudade* which is based on the mnemonic evocations of the *Belle Époque*. The theoretical and methodological framework used was based on Michel Foucault, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs and Michel Pollak. An archaeogenealogy of the patrimonial space was performed to verify its collective memory and effects by utilizing excerpts from interviews conducted with residents and former residents of Campina. Discourse analysis shows this collective memory as an affective device directly related to the practices of care towards the neighborhood, as well as the production of heterotopias and their opening and closing systems that modulate the use of spaces, as well as the relation between the subjects.

KEYWORDS

Collective memory. Cultural heritage. Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo buscou-se problematizar a construção da memória coletiva relacionada ao patrimônio histórico, entendendo que ambos constituem processos de produção de subjetivação que levam à reflexão sobre como os sujeitos se relacionam com os lugares da memória no bairro da Campina, em Belém, Pará. A trilha analítica parte das contribuições teóricas e metodológicas de Michel Foucault (1996, 2008a, 2010, 2015, 2013), que ajudam a pensar o espaço como dispositivo na produção de modos de subjetivação, onde se nota a construção de memórias coletivas como heterotopias, ponto que será melhor explorado adiante. A temática da memória coletiva figura aqui sob os debates realizados por Maurice Halbwachs (1990), Ecléa Bosi (1994), Nietzsche (2002, 2003) e Michel Pollak (1992). A partir da costura epistêmica efetuada, a própria memória coletiva sobre o bairro da Campina é tomada como dispositivo que modula as mais diversas relações daquele espaço.

Para dar corpo a essas análises, foram trazidos recortes de entrevistas semiestruturadas realizadas sobre o bairro da Campina e seu aspecto patrimonial junto a moradores e antigos moradores do bairro, porém que ainda o frequentavam assiduamente. É oportuno mencionar que se trata de recorte de pesquisa de doutorado, a qual obteve parecer favorável do Comitê de Ética para sua realização, conforme orientações do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Observa-se ainda que o texto em tela foi realinhado a partir da

colaboração das coautoras na perspectiva de ampliar e enriquecer o debate sobre memória e cidade. Assim, tomou-se como caso de análise parte do centro histórico de Belém, nos limites do bairro da Campina, marcado pelas transformações urbanas dos séculos XIX e XX, cujos principais expoentes foram a *belle époque* e as práticas higienistas associadas às reconfigurações dos espaços públicos e privados dos referidos séculos.

Tendo tais elementos como vetores da política patrimonial material em Belém, apresenta-se o bairro da Campina, que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2011, conforme ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Esse bairro deixa transparecer elementos do período colonial brasileiro, apesar deles serem mais visíveis no bairro vizinho, denominado Cidade Velha. As características arquitetônicas de Campina possuem traços acentuados do neoclassicismo, fazendo com que o centro histórico de Belém – composto, sobretudo, por Campina e Cidade Velha – seja um mosaico de diferentes tempos, trançando percursos singulares e coletivos dos sujeitos que com ele se relacionam.

Malheiros (2013, p. 911) salienta que

a estrutura urbana revela nas ruas, muros e monumentos a própria história da cidade aí vivida, principalmente por meio dos diferentes materiais, técnicas construtivas e estilos arquitetônicos e artísticos.

O espaço denominado bairro da Campina abarca uma gama de narrativas individuais e coletivas, as quais podem ser vistas e ouvidas ao percorrer suas ruas, olhar os seus prédios e atentar para os sujeitos que se relacionam com o bairro, de forma mais ou menos duradoura e permeada por múltiplos interesses. Tais elementos vão ao encontro do discurso oficial sobre a cidade, no qual há a construção da Belém da Saudade, porém salientam uma cidade que “foi” bonita, rica e movimentada culturalmente em detrimento de um presente sombrio e decrépito.

Por esses meandros foi sendo tecida a narrativa da patrimonialização do centro histórico de Belém, em especial do bairro da Campina, como espaço que guarda parte da memória da fundação da urbe e da modernização desta em articulação com a exploração do látex no estado do Pará. Os casarios de portas altas e igrejas seculares misturam-se às edificações neoclássicas e àquelas com intervenções que remontam ao século XXI.

O mosaico arquitetônico que compõe o centro histórico de Belém sinaliza as marcas das transformações urbanas pelas quais ele passou, destacando-se aquelas de caráter higienista.

A sanitização do espaço público foi um dos principais objetivos do higienismo em cidades ocidentais – a exemplo do Rio de Janeiro, Paris, Belém –, que teve entre seus efeitos a “limpeza” das classes populares dos centros urbanos, uma vez que estas representavam um “perigo” para a nova ordem estabelecida, com suas casas imundas e hábitos nada higiênicos. Com esse argumento, foram realizadas em Belém demolições das moradias das classes pobres para que, enfim, a cidade respirasse e se “purificasse”, afastando a população pobre para longe do centro urbano e criando um espaço de aglomeração periférico. A partir dessa reorganização, o espaço urbano de Belém foi modernizado, tendo como modelo a reforma urbana europeia contemporânea à *belle époque* belenense (ORTIZ, 1985). A nova dinâmica estrutural urbana de Belém teve como indicadores a implantação de sistema telefônico, iluminação pública, redes de esgoto, água potável, abertura de grandes avenidas e a profilaxia das doenças que assolavam a cidade.

Tal fato materializou-se com a construção de suntuosos prédios públicos e particulares no estilo neoclássico, ampliação da malha urbana e, por fim, a modificação dos hábitos e costumes cotidianos de sua sociedade. Ainda assim, a população pobre belenense manteve forte relação com o bairro da Campina, uma vez que ali concentrava-se o centro comercial da cidade e a área portuária. Dessa forma, a “limpeza urbana” que buscou retirar do centro a parcela empobrecida dos moradores não se deu de forma homogênea.

Pode-se afirmar que a complexidade da vida cidadina denota as tramas das relações de saber-poder e de resistência, ambas impressas nos usos e contrausos dos espaços em seus aspectos laboral, de lazer e cultural. O espaço patrimonializado é atravessado por esse intrincado embate de forças, tendo na memória elemento de grande valor para sua constituição como dispositivo que modula as relações entre os sujeitos. Destarte, cabe situar melhor a conexão entre patrimônio e memória dentro do recorte analítico deste estudo.

2 TEIAS DA MEMÓRIA

Patrimonializar costumes e objetos sugere a importância de preservar determinadas memórias. Nessa direção, o patrimônio tombado é um documento-monumento,

uma montagem, efeito dos jogos de saber e poder inerentes às sociedades históricas que se configuraram a partir do século XIX no Ocidente. A importância do monumento à memória coletiva reside na sua característica de perpetuação, que se liga ao poder das sociedades históricas (LE GOFF, 2003).

Para Le Goff (2003), a memória está intimamente relacionada aos monumentos e documentos da história. Os monumentos possuem caráter rememorativo e marcam determinados fatos históricos; e os documentos, considerando sua noção ampliada conforme a terceira fase dos *Annales*¹, são construções sobre os acontecimentos que ocorrem em meio a batalhas pela afirmação de determinadas verdades.

Venson e Maria Pedro (2012) concebem a memória como uma prática discursiva, a qual produz efeitos de verdade. Portanto, é importante situar a construção da memória coletiva no âmbito do complexo jogo de interesses e disputas políticas que produzem modos de subjetivação. Diante disso, traçar uma análise arqueogenealógica possibilita problematizar processos de seleção discursiva e relações de poder e saber que envolvem a construção da memória coletiva.

Para Barros (2009), memória está além de um espaço inerte. O autor sublinha a importância da memória para a constituição de grupos, a qual pode ser considerada “espaço vivo, político e simbólico” (BARROS, 2009, p. 37), instituindo territórios em movimento. Desse modo, ele critica as afirmações sobre memória que a tomam por estática.

Maurice Halbwachs (1990), autor que teve grande relevância para que a memória coletiva fosse considerada objeto de estudo, não nega a existência ou importância da memória individual. Seu ponto é chamar a atenção às reminiscências situadas “na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados” (HALBWACHS, 1990, p. 6) e que suscitam as memórias individuais.

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as

1. Conforme Burke (1991), Escola dos *Annales* foi um movimento que transformou a historiografia francesa, influenciando fortemente a historiografia brasileira. Este movimento constituiu-se de três fases: a primeira caracterizou-se pela escrita de uma história factual; a segunda fase, ao propor novos métodos de pesquisa como a história serial, engendrou a escrita de uma história de longa duração; já a terceira fase, ou nova história, baseia-se em paradigmas socioculturais, valorizando o cotidiano de uma dada sociedade.

relações que mantenho com outros meios. [...] Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso, aguardar que muitos sistemas de ondas, nos meios sociais onde nos deslocamos materialmente ou em pensamento, se cruzem de novo e façam vibrar da mesma maneira que outrora o aparelho registrador que é nossa consciência individual [...]. A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Portanto, entende-se que a memória coletiva não pode ser definida como acontecimento linear ou simples sucessão de eventos narrados individualmente por diferentes sujeitos, pois sua emergência ocorre em condições específicas, por mecanismos que dependem do acaso e do contato dos sujeitos entre si e com o espaço e sua multiplicidade.

Um contato interrompido por motivos diversos atua no processo de esquecimento, processo que compõe a construção das memórias. Para Halbwachs (1990), lembrar-se ou julgar que se lembra não denota necessariamente haver vivido o fato mnêmico, uma vez que a memória individual se conduz pela coletividade. Diante de tal enunciado, cabe perguntar: qual a memória esquecida do bairro da Campina? Que relações foram interrompidas naquele lugar? Ou, ainda, o que se rememora tão fervorosamente naquele bairro por meio das múltiplas relações que os sujeitos vivenciam?

A pluralidade da memória coletiva se constitui pelos diferentes ambientes pelos quais os sujeitos circulam, ou seja, pelos espaços de socialização que mudam ao longo do tempo. Ao tratar da memória e socialização, Bosi (1994) dá como exemplo a criança, que está em contato com diferentes grupos/gerações/classes, os quais transmitem os acontecimentos cotidianos, políticos, sociais, sem qualquer ajustamento ao mundo da criança, perspectiva que leva em conta haver níveis de entendimento diferenciados. A socialização pensada em duas vias – histórica e política – produz feitos de identificação e/ou projeção com elementos do passado tão intensos que podem ser vivenciados como herdados (POLLAK, 1992).

É graças a esta “outra socialização”, à qual a psicologia tem dado pouca atenção, que não estranhemos as regiões sociais do passado: ruas, casas, móveis, roupas antigas, histórias, maneira de falar e de se comportar

de outros tempos. Não só não nos causam estranheza, como, devido ao íntimo contacto com nossos avós, nos parecem singularmente familiares (BOSI, 1994, p. 74).

Bosi (1994) refere-se à condição da velhice nas sociedades industriais, mas é uma discussão que cabe bem à atualidade, assim como é admissível em uma reflexão acerca da condição da cidade e de seus elementos, que perdem características físicas e relacionais outrora consideradas modernas. A intersecção entre a novidade e o já conhecido denota a importância de uma continuidade imaginada que é experienciada pelos sujeitos. O familiar como dispositivo de transição é acrescido à memória coletiva, que se constrói tanto por narrativas orais quanto pelo espaço.

Esse não lugar como interstício de passagem é problematizado por Hall (2011), que questiona as fronteiras imaginadas do Estado-Nação e sua relação com a modernidade. O movimento aí encontrado parece ser sempre o impulso contido de avanço ao futuro, como se este fosse a terra prometida da modernidade. E a necessidade de construir estratégias de afirmação identitárias que delimitariam territórios físicos e existências, na rememoração do passado glorioso e os desdobramentos desse movimento, encontram na invenção de semióforos as fronteiras que definiriam identidades nacionais, locais, etc. Contudo, cabe sublinhar que as fronteiras, conforme Augè (2010), são dotadas de mobilidade, portanto, estão a se redesenhar conforme as tensões produzidas pelas relações de saber e poder em cena.

A crítica de Foucault (2010) à busca da memória realizada reside, principalmente, no intento de se buscar a reconstrução de um passado, afirmando a história apenas como continuidade. Tal perspectiva incide sobre os efeitos de narrativas homogêneas, considerando, sobretudo, as relações que passam a ser pautadas entre os sujeitos, ou seja, efeitos que informam determinados processos de subjetivação. Destarte, Nietzsche (2003) convida seu leitor a refletir sobre o excesso de memória e seus desdobramentos. A princípio, faz considerações a respeito do valor e da falta de valor da história, tendo em vista o viver do animal em contraposição ao do homem:

Assim, o animal vive a-historicamente: ele passa pelo presente como um número, sem que reste uma estranha quebra. Ele não sabe se disfarçar, não esconde nada e aparece a todo momento plenamente como o que é, ou seja, não pode ser outra coisa senão sincero. O homem, ao contrário,

contrapõe-se ao grande e cada vez maior peso do que passou: este peso oprime ou o inclina para o seu lado, incomodando os seus passos como fardo invisível e obscuro que ele pode por vezes aparentemente negar (NIETZSCHE, 2003, p. 8).

Para o autor, poder esquecer é sentir a-historicamente e isso é felicidade. Assim, quem nunca esquece, não pode ser feliz. É possível viver sem quase lembrar, mas não sem nunca esquecer – e esquecer é um processo inerente à saúde de um indivíduo. O a-histórico permite que a vida se produza sozinha. O esquecimento é um “poder ativo” que mantém “a ordem física, a tranquilidade, a etiqueta. Donde se colige que nenhuma felicidade, nenhuma serenidade, nenhuma esperança, nenhum gozo poderia existir sem a faculdade do esquecimento” (NIETZSCHE, 2002, p. 28). O homem, quando se deixa afetar pelo passado em demasia, produz o excesso de história, cristaliza o processo de produção da vida.

A crítica à história e à memória efetuada por Foucault (2010) junto às leituras que ele fez de Nietzsche aponta uma outra forma de fazer história. Conforme Foucault (1999), era imprescindível partir de uma lógica que permitisse construir uma contramemória, desalojando posições hierárquicas de saberes e das práticas de poder por eles sustentadas. Nessa direção, busca-se “A reativação dos saberes locais – ‘menores’, talvez dissesse Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos” (FOUCAULT, 1999, p. 15-16). Não é o caso de lutar contra conteúdos ou métodos, porém, contra os efeitos de práticas de poder firmadas em discursos científicos (FOUCAULT, 1999), para, enfim, construir estratégias capazes de contar outras narrativas, conforme a historicidade das lutas. Esse tipo de olhar sobre os acontecimentos aponta para a problematização destes, longe de se negar o processo histórico ou silenciar os acontecimentos que constituem a memória coletiva.

3 CONTRAMEMÓRIA, RAZÃO DE ESTADO E RACISMO DE ESTADO

A temática da memória tem sido amplamente abordada em seus aspectos biológicos e informacionais, pensando-se em seus múltiplos usos. No entanto, outra análise possível é uma que problematiza os aspectos da memória que perpassam a razão de Estado e racismo de Estado. Cabe salientar que

razão de Estado é diferente de Estado. Este último indica a dominação sobre os povos, e aquela é o que permite a afirmação do Estado (FOUCAULT, 2008b), ou seja:

O Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar. A arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se ser (FOUCAULT, 2008a, p. 6).

O racismo de Estado atua em conformidade com determinada razão de Estado. Dussel (2004, p. 50) enfatiza que, para Michel Foucault, o debate sobre o racismo não se centra em uma raça em particular, porém, “buscou rastrear a emergência do racismo como saber ‘baixo’, perigoso, que deveria ser domesticado e sujeitado como *razão de Estado*”.

A partir do século XVIII, quando as sociedades ocidentais modernas se voltam à ideia de espécie humana, enfatiza-se o caráter biológico, o que se torna mais agudo durante o século seguinte, levando à coexistência de duas noções de raça: uma biológica, a qual emerge antes de Darwin, e a outra que se constitui como racismo biológico-social, a qual “suprimiu a ideia da luta de duas raças em favor da noção de desdobramento ou desenvolvimento de única e só raça numa super-raça e numa sub-raça” (DUSSEL, 2004, p. 53). Ainda conforme Dussel (2004), esse desdobramento implicou uma interiorização do discurso, em que não se buscava mais exterminar as outras raças, mas segregá-las por meio do dispositivo da normalização. E, nessa direção, o discurso de defesa da sociedade contra os perigos biológicos passa a ser organizado pelo Estado, alterando profundamente a organização do espaço público. Como exemplo de tal acontecimento, pode-se citar a reforma urbana belenense ocorrida durante os séculos XIX-XX com a intensa transformação desse espaço:

por meio da sistemática construção de praças públicas, parques, pavimentação das ruas e o aterramento de áreas alagadas, obras que alteraram profundamente o cenário urbano de Belém, onde foi dividida por bairros, comerciais, residenciais, industriais e de serviços, tornando-se atraente para quem morava e quem a visitava “Uma cidade cosmopolita”. Houve um melhoramento do perímetro urbano: com a iluminação

elétrica, a atração animal foi substituída por bondes elétricos, avenidas imponentes e praças ajardinadas (PERROT, 1988. p. 124).

Outro fato marcante em tal processo de normalização reside na intensa aplicação do Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém, de 1891. A criação deste código foi a mais importante na intendência de Antônio Lemos², e seu poder policial vai caracterizar a manutenção da ordem e a organização da cidade. Antônio Lemos cercou a sociedade belenense de instituições que regularizavam toda e qualquer ação dos indivíduos, tanto no espaço privado quanto no público. O Código de Polícia Municipal visava normalizar a sociedade em seus pequenos hábitos cotidianos e citadinos por meio de dispositivo de normatização. O intendente tinha a convicção de que as leis impediriam em grande parte as transgressões dos munícipes. Como primeiro passo para evitar um grande número de transgressões, o intendente fez a impressão do Código de Postura, distribuindo-o à população de todas as classes. As informações de como os cidadãos deveriam se comportar diante do conhecimento das leis faria com que, consequentemente, muitas das transgressões fossem evitadas.

A memória coletiva ligada à razão de Estado pode ser pensada sob a ótica de práticas arquivísticas próprias da patrimonialização. A disposição dos elementos sociais pelo viés da normalização se detém adstrita à patrimonialização ao informar sobre práticas discursivas e não discursivas que se tornaram modelos do que deveria ser conservado e preservado pela política patrimonial. Pode-se citar ainda como efeito dessa relação a regulação, promovida pela legislação, das “posturas” que os sujeitos deveriam manter no espaço público. Por esse motivo, afirma-se que a memória é formada por teias de interesses, e em relações de saber e de poder que produzem assujeitamentos específicos sob a lógica de acautelamento de determinados modos de ser.

Os sinais dessas lutas podem ser percebidos na objetivação das práticas de determinados grupos como simples folclore ou cultura popular, uma tentativa de dispersar a força de resistência deste tipo de saber considerado muitas vezes desimportante, inverossímil ou banal no âmbito do racismo

2. Antônio Lemos foi um dos mais icônicos intendentes de Belém. Responsável pelas principais reformas urbanas ligadas à *belle époque*, esteve no governo da cidade entre 1897 e 1911.

de Estado. Ademais, a construção de um Brasil cristão e branco, além de poder ser vista nas práticas de patrimonialização, especialmente durante o século XX, possui ressonâncias nos dias presentes, com a destruição de terreiros pelo Brasil afora. É oportuno lembrar que, durante o século passado, a relação entre educação e cultura foi bem mais estreita, e que os preceitos higienistas e eugenistas eram bastante intensos nas práticas de governo das condutas, pois se almejava a criação de um novo homem, que viabilizasse a construção de uma nova nação e estivesse de acordo com os ideais desta. Nesse panorama, a “guerra das raças” buscava a desqualificação de determinados saberes em prol de outros.

Ocupar-se do debate sobre o racismo de Estado neste cenário favorece pensar a relação deste como os espaços patrimonializados e a construção de memórias. Quanto a isso, é importante sublinhar o que Halbwachs (1990, p. 100) declara acerca do espaço e memória coletiva:

não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças.

Tomando como objeto de análise a memória acerca do bairro da Campina, observa-se que os discursos que o objetivam como Belém da Saudade partem da rememoração de um suposto passado glorioso da Belém da *belle époque*. Essa objetivação do bairro produz outras ressonâncias no cotidiano dos sujeitos que se relacionam com aquele espaço e atravessam o objeto Belém da Saudade: o cuidado com o espaço, a luta pela preservação patrimonial, as práticas higienistas. Todos estes elementos constituem “territórios existenciais” (GUATTARI, 1992, p. 19).

O engendramento de tais territórios e existências ocorre entre os encontros dos corpos dos sujeitos e desses com a cidade em sua condição material e imaterial modulada pela multiplicidade do tempo ali contida. Halbwachs (1990, p. 92) afirma que “o lugar recebeu a marca do grupo, e

vice-versa”, considerar esta perspectiva na produção da memória coletiva é de grande relevância para que se possa compreender determinadas relações sociais no recorte da cidade patrimonializada.

Na complexidade das relações sociais, os espaços marcam e são marcados a partir de aspectos sócio-históricos que conformam os modos como os sujeitos lidam com os lugares e entre si. A estreita relação que Campina possui com a prostituição sinaliza essa sincronicidade, prática atualizada no cotidiano do bairro por meio das memórias narradas e por mulheres que ainda exercem tal atividade pelas esquinas do bairro. Nessa perspectiva, algumas ruas e esquinas de Campina permanecem na memória e nos modos de fazer dos sujeitos como espaço proibido, como uma heterotopia³. Esse processo remete à presentificação, evento por meio do qual a memória se liga ao atual, pois, conforme explica Ulpiano (1995), o fato lembrado torna-se atual, pois o ato de lembrar ocorre sempre no presente, ou seja, sua forma se dá somente no “presente do tempo”. Tal efeito, ao ser analisado sob o enquadramento da memória coletiva, apresenta possibilidades de ampliar o debate sobre a cidade patrimonializada e a construção da memória coletiva e seus efeitos em determinadas relações sociais.

O bairro da Campina, espaço de interesse deste estudo, possui parte de seu território reconhecido popularmente como bairro do Comércio⁴, devido à função socioeconômica daquele recorte geográfico onde se concentra parte da atividade comercial da capital paraense. Contudo, persistem em seu cotidiano iniciativas de caráter público e privado ligadas à cultura e à arte que caracterizaram parte do passado glamoroso da urbe belenense, experimentado durante o ciclo da borracha.

Assim, buscou-se recortar algumas séries discursivas produzidas a partir de entrevistas realizadas no ano de 2017 com moradores do bairro da Campina e um ex-morador. Este último, apesar não residir mais no bairro, ainda possuía relação intensa com ele por manter ali atividade de trabalho e militância cultural. Dentre os moradores, destacamos que dois,

3. Conforme Michel Foucault (2013, p. 20), heterotopias são os contraespaços utópicos, aqueles situados em “lugares reais fora de todos os lugares”. O autor afirma ainda que em nossa sociedade, as heterotopias passaram a ser espaços do desvio, conforme os processos de normalização vigentes. Para além de heterotopias do desvio, consideram-se criação de “espaços outros”, espelhamentos aptos a projetar duas realidades sincronicamente.

4. Destacamos que oficialmente não existe bairro do Comércio na cidade de Belém.

dos cinco entrevistados, têm suas narrativas associadas a estabelecimentos comerciais que fazem parte do projeto Circular Campina-Cidade Velha, no qual ambientes ligados às artes em geral, gastronomia, atividades culturais e valorização do patrimônio cultural, a cada dois meses, abrem suas portas aos domingos, além de contar com venda de rua de alimentos e outros produtos culturais⁵.

O contato com os entrevistados deu-se por indicação. Nesta direção, o primeiro sujeito foi abordado de forma espontânea e indicou um segundo e assim sucessivamente. Os sujeitos ligados a espaços comerciais foram abordados por meio de suas redes sociais.

A construção das narrativas analisadas partiu de um roteiro semiestruturado, que possuía duas versões, sendo uma voltada aos que se enquadravam na condição apenas de moradores. Nesta buscou-se explorar a relação dos sujeitos com o bairro, tendo como foco as lembranças evocadas por eles, as relações com o espaço patrimonializado da Campina e com o projeto Circular. O roteiro voltado aos sujeitos representantes dos espaços comerciais se dedicou à relação do projeto com a prática de preservação patrimonial e seus desdobramentos, porém também procurou dar vazão às lembranças evocadas pelo espaço físico da Campina, sobretudo pelos seus estabelecimentos comerciais. Os roteiros não previam perguntas ligadas à orientação sexual, renda mensal, nível de escolaridade ou declaração de raça e gênero, de modo que as descrições contidas neste texto, como raça/etnia e sexo, são apenas inferências. Ressaltamos ainda que a pesquisa passou por tramitação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 68087417.7.0000.0017.

Para melhor compreensão das relações que se busca estabelecer entre memória e heterotopia, segue resumida apresentação dos sujeitos entrevistados, porém, considerando que “sujeito”, conforme Foucault (2010), é uma posição que se ocupa ao sabor da luta das forças em cena. Nesta direção, não interessou analisar os indivíduos e marcá-los como essências, mas interrogar o modo como o espaço agencia incessantemente modos de ser forjados de forma precária, o que nos permitiria visualizar relações de

5. Para maiores detalhes acessar o sítio: <https://www.projetocircular.com.br/>.

forças que tocam a temática do patrimônio cultural, memória e cidade.

3.1 Os sujeitos

R, ex-morador, homem negro, idade entre 45 e 50 anos, sexo masculino, morou na Campina durante dez anos aproximadamente e, apesar da mudança de endereço, continuava frequentando o bairro a partir de interesses privados, alguns ligados à preservação patrimonial e acesso à cidade, atuando junto a amigos que residiam no bairro e que desenvolviam ali atividades de inclusão social e cultura.

R, morador do bairro há mais de 30 anos, negro, sexo masculino, entre 55 e 60 anos de idade, também guarda profunda relação com a temática do patrimônio cultural, arte, meio ambiente e inclusão social.

V, sexo feminino, negra, entre 20 e 25 anos de idade. À época das entrevistas residia naquele espaço há pouco mais de dois anos, vinda de um bairro da grande Belém considerado, pelas instituições governamentais, periférico, populoso e perigoso. A narrativa apresentada pela entrevistada sinalizou o desconhecimento das atividades culturais, artísticas e gastronômicas que acontecem no bairro, a despeito da agregação destas atividades no projeto Circular Campina-Cidade Velha, que acontece desde junho de 2015. Deduz-se que este desconhecimento está mais relacionado a um sentimento de não acolhimento em tais espaços do que ao desconhecimento da movimentação cultural no bairro. A entrevistada apontou um “nó” naquele bairro que toca no cerne do direito à cidade, sob a forma das fronteiras invisíveis que marcam os territórios e são definidas por classe social e raça, sobretudo.

A, sexo feminino, branca, entre 25 e 30 anos de idade, à época, morava há mais ou menos dois anos no bairro, contudo, sua relação com aquele território já existia antes de mudar-se. Ela relatou, que decidiu viver ali, mesmo conhecendo todas as mazelas que acometiam o local (e que ainda persistem), por sentir uma forte ligação com a Campina, estabelecendo então uma relação amorosa e, conseqüentemente, de cuidado com o bairro.

Outros trechos de entrevistas dizem respeito a dois donos de estabelecimentos comerciais que à época faziam parte da rede Circular Campina-Cidade Velha. Neste ponto algumas questões do roteiro semiestruturado foram diferentes daquele estabelecidos para os sujeitos “moradores

e ex-moradores”, uma vez que se buscava explorar a relação do projeto Circular com a temática da preservação do patrimônio cultural. Porém, é oportuno sinalizar que os representantes dos estabelecimentos comerciais também residiam no bairro há mais de 20 anos.

Por conseguinte, as séries a seguir informam como esses acontecimentos têm sido vividos por estes sujeitos que se relacionam cotidianamente com o bairro da Campina, assinalando-se os afetos como força de encontros que marcam a transição dos corpos em diferentes disposições.

3.2 Memórias, ruas e afetos

[...] Riachuelo, eu acho que é a Riachuelo, tem umas senhoras que se prostituem lá. Égua, é muito, é muito foda. Eu passo ali de noite, às vezes eu tô [sic] vindo de festa e tal, restaurante, bar, sei lá, e é o caminho que o Uber faz, tem que ser aquele porque a rua é contramão às outras e ela tá [sic] sempre lá na esquina. Um dia com uma muda de roupa, no outro dia com outra e já é uma senhora assim, de 50 anos, sabe? Égua, é muito triste [...]. Então, enfim, eu sempre vejo duas senhoras, mais frequente umas e outras jovens também, eu sempre acho muito... que tem um prostíbulo lá que é boca de fumo também, na mesma rua da minha casa e o pessoal acaba ficando muito por ali e ela tá [sic] sempre naquela esquina (A).

Foi no início de 70 que derrubaram aí pra [sic] fazer esse estacionamento e fazer uma escola para os filhos das prostitutas, que nunca aconteceu (R).

Então, se tão [te] vendo ali, tão tá [sic] ali, é porque também tá [sic] fazendo coisa errada. Tem uma grande diferença dessa parte dessa rua aqui, porque da Riachuelo para o outro lado de lá da igreja, não tem problema nenhum lá, é considerado bairro de família. Rua de família (V).

Como falei pra [sic] você, na década de 50 pra [sic] cá Alacide Nunes acaba com essa zona oficial do meretrício, mas antes toda elite de Belém vinha para cá e as moças de família e mulheres nem passavam por aqui, então coloquei o nome de Corredor Polonês para manter a história daquilo que querem esquecer, daquilo que não querem falar, daquilo que a cidade esconde, joga pra [sic] debaixo do tapete, que é a cidade de Belém (R).

Então, o fato dela [circulante]⁶ sair da casa dela e vir pro [sic] bairro da Campina é pra [sic] ela olhar o bairro da Campina, pra [sic] ela passear pelas ruas da Campina e olhar o patrimônio histórico que tá [sic] aqui e que tá [sic] dilapidado e que precisa ser cuidado. Então, esse é o grande motivo, de tentar fazer com que a gente tenha uma cidade melhor (D).

Essas redes são territórios existenciais completamente distintos, por conta de trajetórias diferenciadas, mas que possuem como ponto de encontro o fator histórico do lugar que habitam. A construção de tais relações perpassa a memória coletiva, que apresenta brechas pelas quais escapam contramemórias, ainda que a construção coletiva mnemônica seja atravessada pela razão de Estado e seus mecanismos de normalização. Nota-se essa complexidade ao se visualizar os diferentes afetos marcados nas falas dos sujeitos que com Campina se relacionam: o cuidado com a cidade por meio da patrimonialização; o pesar pelas mulheres que se prostituem e ficam expostas à noite da municipalidade; a reafirmação de que determinados grupos não são perseguidos e mortos como outrora, mas de alguma forma são impostas a estes maiores dificuldades para acessar determinados direitos; quando habitar determinado espaço dentro do bairro pode ser tomado como indicação a terceiros de que o sujeito exerce ali atividades tomadas por ilícitas e/ou imorais. Na constituição dessas relações, vão sendo tecidas vidas desqualificadas por um racismo de Estado que atravessa as relações entre o espaço e a memória.

Dessa maneira, é oportuno sublinhar que a memória coletiva impõe insistentemente afetos, os quais são forças que atravessam as “formas-sujeitos” e as submetem aos sentimentos, criando encontros, movimentando campos de força (ALBUQUERQUE, 2015). É assim que eles se tornam elementos característicos da construção da memória coletiva.

Pollak (1992) explica que a memória parece ser algo individual que, porém, deve ser tomado por um fato coletivo, estando submetida a mudanças constantes. Assim, ele indica o problema do registro datado na memória a partir das vidas pública e privada com um exemplo de mulheres da Normandia que passaram pela Segunda Guerra Mundial. Como donas de casa, elas tinham precisão das datas referentes a acontecimentos

6. Refere-se ao projeto Circular Campina-Cidade Velha, no qual espaços ligados às artes em geral, gastronomia e patrimônio cultural, a cada dois meses, abrem suas portas aos domingos. Para maior detalhes acessar o sítio: <https://www.projetocircular.com.br/>.

privados, enquanto os acontecimentos públicos eram lembrados de forma vaga. Pollack (1992) aponta de igual modo uma experiência inversa, com pessoas públicas, na qual quase não houve especificidade em eventos privados com mais precisão nos eventos públicos:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória do povo (POLLAK, 1992, p. 203).

O elemento de separação das memórias que são legitimadas ou não avança no debate da memória coletiva, sublinhando que o caráter imaterial as congrega, é acionado por disputas políticas que ocorrem perante uma razão de Estado. Para Coelho (1992, p. 5),

as ruas são, de uma maneira muito própria, lugares da memória coletiva de uma sociedade, são emblemas que identificam certas pulsações sociais que levam as municipalidades a emprestar estes e não aqueles nomes às ruas.

Sinalizando a profundidade de tais disputas, é oportuno ressaltar como algumas datas são insidiosamente incluídas no cotidiano da população, seja por meio de feriados, seja em nomes de ruas, alcançando *status* de monumento, apesar de isso não ocorrer de modo hegemônico.

Pinto (2011) enfatiza que a formação da memória, em especial a colonial, é inseparável da história colonial. Essa afirmação induz à reflexão sobre as memórias coletivas forjadas por histórias que se propõem hegemônicas. Entretanto, Pollak (1992) chama atenção para as memórias dissidentes que se contrapõem às que tentam se impor como hegemônicas – estas são abarcadas por mecanismos institucionais, como museus, bibliotecas, memoriais, funcionários e demais arquivos. As memórias dissidentes também são criadas no cotidiano dos sujeitos, à revelia da memória hegemônica situada dentro de uma razão de Estado.

As ações dos sujeitos envolvidos na construção da memória coletiva sobre o bairro da Campina delineiam modos de subjetivação de si operados de maneiras distintas. Isso se dá em função de acontecimentos situados no processo de experimentar o bairro e suas sinuosidades. Tais questões interseccionam-se com a patrimonialização, pois esse ato abrange as memórias que se acomodam em fotos, praças e vias públicas, sendo ativadas e reconstruídas pelo espaço.

É oportuno sublinhar que a análise genealógica desses elementos aponta as discontinuidades no processo de construção da memória coletiva sobre o bairro da Campina, apesar de reconhecer a continuidade na construção da memória sobre esse lugar, uma vez que o enquadramento teórico-metodológico não nega a existência da continuidade dos processos históricos. Entende-se, portanto, que a memória – coletiva, individual, hegemônica ou dissidente – impõe em seu processo de constituição a continuidade, mesmo incorporando a ideia de mudança, produzindo a familiaridade com o velho, fato apontado por Bosi (1994).

A compreensão da razão de Estado como elemento organizador de determinadas práticas de poder na construção da memória coletiva viabiliza o deslocamento de objetos naturalizados, os quais legitimam a posição de subalternidade que alguns sujeitos são levados a ocupar, denotando as disputas pela afirmação de verdades. Esse jogo valorativo da verdade emerge como ponto crucial nos debates de Foucault a propósito das formas de subjetivação, discussão herdada de Nietzsche.

Nietzsche (2002), por sua vez, delinea alguns questionamentos sobre a verdade no campo das ciências e da metafísica, pois tais campos tomam a verdade como evidência da vida, desconsiderando o jogo valorativo que a permeia, universalizando a verdade. O desenrolar da vida estabelece os valores e as morais aparecem como configurações do poder. Desse modo, considera-se que existem diferentes tipos de moral. Nesse ponto, é possível encontrar pistas para uma desnaturalização dos valores, das tradições, da patrimonialização e – por que não? – da memória coletiva. Esse filósofo trata dos usos da palavra “boa”, apontando que, em um primeiro momento, ela esteve relacionada ao costume, depois, houve esquecimento desse costume, seguido da associação com a utilidade e, por fim, com o erro. “E tudo para servir de base a uma apreciação que até hoje parecia privilégio dos homens

superiores” (NIETZSCHE, 2002, p. 3), de tal forma que é importante ter em vista a intencionalidade dos “homens distintos”, que julgam “boas” as suas ações, das quais provém o direito de nomear. De modo sucinto, o termo “bom” remete à autodenominação que cria automaticamente um conceito oposto:

A questão de quanto vale esta ou aquela tábua de valores, esta ou aquela “moral”, pode ser examinada sob todos os pontos de vista mais diversos, e o mesmo digo da finalidade dos valores. Uma coisa que teria grande valor para a conservação de uma raça, poderia não o ter se se tratasse de criar um tipo superior. O bem da maioria e o bem da minoria são dois pontos de vistas completamente opostos (NIETZSCHE, 2002, p. 25).

Candiotto (2010, p. 50) explica que o que comumente se denomina verdade decorre de “efeito de vontade de verdade (histórica) observada na articulação entre estratégias de poder e tecnologia de saber”. Em meio a essa articulação, determinados discursos se tornam científicos, na mesma medida em que outros deixam de ser classificados dessa maneira. A multiplicidade dos discursos sobre a Campina sublinha a vontade de verdade que atravessa a constituição da memória coletiva sobre o bairro, visto que existe um discurso oficial que se apropria de suas memórias, partindo da *belle époque*, e afirma uma Belém da Saudade, além da memória sobre o bairro ligada à prostituição, ao comércio, ao teatro e cinema, ao processo de modernização da cidade etc. A constância desse embate coloca em perspectiva ideias como preservação e “requalificação urbana”.

4. MEMÓRIA E HETEROTOPIAS

O espaço como meio relacional do sujeito é um ambiente dotado de forças que se movimentam em variadas direções, irrompendo em diferentes configurações de relação entre os sujeitos e o espaço. Para além dos embates políticos pelo direito à memória, e, certamente, levando em conta os filtros discursivos em cena na questão patrimonial, as memórias se formam precariamente em cada grupo ou sujeito a respeito do lugar e dos bens tombados ou registrados, fazendo com que ocorram variações nas relações estabelecidas entre sujeitos e objetos patrimonializados. A produção das diferentes memórias – em movimento – sobre bens patrimoniais possui profunda relação com os afetos. Tal expediente se desenrola no bairro da

Campina por suas ruas e travessas, como pode ser notado nas séries destacadas a seguir.

4.1 Memória e heterotopias

A casa foi construída no final do século XIX por uma família judaica. Depois, em 1924, ela foi comprada por uma família de portugueses, onde ela sofreu a primeira intervenção, e na década de [19]60, final da década [19]60, [19]68 mais ou menos, os meus avós compraram, o Antônio e a Joana, que leva o nome do restaurante, o Dona Joana. E a mina avó veio a falecer dentro desta casa, no ano de [19]83. Aí de [19]83 a mais ou menos (é...) [19]84, um ano depois do falecimento dela até a abertura, em 2009, nós começamos o restauro da casa, ela ficou fechada esse tempo todo (*D.J.*).

O D.J. é muito mais do que... ele não é um restaurante. Ele é um espaço gastronômico, mas ele é muito mais do que isso. Ele conta a história... annn, ele é um resgate – como falei pra [sic] você – ele conta as memórias da família, a história da casa e essa, digamos assim, esse braço gastronômico apenas agrega valor, na verdade. Mas é interessante. A gente tá [sic] aqui no centro histórico e de alguma forma nós estamos contribuindo pra [sic] que essa memória de Belém também seja resgatada (*D.J.*).

A lembrança mais bonita que eu sempre tinha do bairro é, vou lhe dizer: eram as... era quando chegavam as mulheres novas no bairro, né. Na época a gente era adolescente, a gente jogava bola ali no Bailique, ficava sentado aqui... quando chegavam umas meninas novas do Bairro, nossa! Os nossos olhos brilhavam (*Ro*).

Uma história que eu digo de “não vivência”, vivência entre aspas, porque são da memória da minha mãe falando: “Olha, esse bairro é proibido, tu não pode [sic] entrar aqui”. A gente ia pro [sic] comércio e ela levava [o entrevistado], e ela ia margeando o bairro, mas não entrava nas ruas do bairro, porque no imaginário dela era um bairro de prostitutas, de ladrões, traficantes, e se tu entrasse ali era perdição. Então, para mim, eu acho que é a lembrança mais antiga que tenho do bairro: a minha mãe me proibindo de andar por lá (*Ro*).

Por janelas e portas, ruas e travessas, são marcantes os entrelaçamentos de vidas reimpressas pela força da memória. A Bailique é um desses lugares e, nas entrevistas sobre o bairro, essa rua apresentou-se como uma personagem de Campina, dentre tantas que habitam aquele espaço. Na obra de Ernesto Cruz, *Ruas de Belém*, reeditada em 1992, a Bailique é descrita como uma rua que recebeu esse nome – não aponta desde quando – em homenagem ao santo católico São José do Bailique, numa época em que

era comum as ruas e travessas de Belém, bem como muitas cidades do Pará, receberem nomes de cidades ou aldeias de Portugal. A Rua Bailique, anteriormente Aldeia e atualmente Ferreira Cantão, possui certo gosto de rebeldia misturada com juventude, sendo a esquina da rua antigo ponto de encontro dos jovens “arruaceiros” do bairro.

A famigerada Turma da Bailique é lembrada por alguns – contaram os entrevistados – a partir de um viés negativo, destacando-se a violência como elemento presente em suas ações. Mas, durante a escuta de algumas dessas pessoas que possuem estreita relação com Campina, percebeu-se que a Turma da Bailique era muito mais que um grupo de jovens envolvidos com cenas de violência: foi uma juventude que vivenciou o bairro da Campina, em suas dores e delícias, diante do panorama sociopolítico das décadas de 1970-1980.

No cotidiano daquele lugar foram tecidas relações entre distintos personagens, criando estereótipos e histórias fantásticas sobre Campina e colocando o bairro em um espectro que mistura admiração, nostalgia e tristeza. Na memória-patrimônio sobre o bairro, encontram-se o receio da mãe de que o filho fosse corrompido pelas “meretrizes” e “delinquentes” apenas por adentrar no espaço; a chegada de novas moças, não interessando qual o propósito da mudança, que causava *frisson* entre os rapazes; o restauro de uma residência, que passava a ser também um restaurante, com o nome da avó, uma imigrante que chegou a Belém e comprou em período conturbado do país uma casa do fim do século XIX, que ainda hoje tem traços originais preservados.

A memória entrelaça o espaço patrimonializado às relações intersubjetivas dos moradores do bairro e é costurada coletivamente e através do tempo, caracterizando o que a geografia denomina topofilia (o amor pelo lugar). Esse é um elemento presente nas relações que a maioria dos entrevistados demonstra. Contudo, em nenhuma hipótese foi algo homogêneo, indicando os múltiplos efeitos que a memória e o patrimônio possuem enquanto dispositivos de subjetivação.

Halbwachs (1990) salienta a íntima relação entre a memória coletiva, o tempo e o espaço, destacando a multiplicidade dos grupos que disputam a cidade e a dinâmica que as relações sociais impõem ao espaço, tendo nos objetos que compõem a cidade marcações temporais distintas.

Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. Com efeito, as cidades se transformam no curso da história (HALBWACHS, 1990, p. 94).

A construção da Belém da Saudade está intimamente relacionada às transformações físicas da cidade, anunciadas com a riqueza da borracha na Amazônia, em especial no bairro da Campina. São ruas e edificações que atuam como dispositivos de produção de subjetividades.

O segundo distrito constituía o Bairro da Campina, ou do Comércio, cujas construções antigas iam, aos poucos, sendo substituídas por novos e imponentes prédios modernos. É interessante observar como o ciclo do látex modificou as estruturas sociais desse antigo bairro de Belém, firmando-o como bairro comercial. A grande área que ficava entre os alagados do Piry – uma imensa área lamacenta cujo aterramento, a partir do século XVIII, determinou os rumos da evolução urbana da cidade – e a faixa litorânea, tradicionalmente Campina, logo se dividiu em dois setores razoavelmente demarcados: o Comércio, ou seja, a parte litorânea e mais antiga do bairro, e a Campina, a zona dos aterramentos que adentraram no velho Piry e o fizeram sumir (PARÁ, 1998, p. 24).

Os ventos da modernidade e reorganização urbana de fins do século XIX apontam para um período de extrema riqueza vivida pela elite belenense. Nesse cenário, a Campina transformou-se em bairro de diversão e lazer. A Praça da República e o Teatro da Paz, os cafés, os cinemas e a própria zona do meretrício compunham o quadro do que tornaria a Campina, nos dias de hoje, um lugar atravessado pela nostalgia e desalento diante do aspecto atual.

A Campina, como um microcosmo, sinaliza hibridações que ultrapassam sua condição patrimonial. Situada em um panorama macropolítico brasileiro de expansão urbana, o qual passou por “ondas de urbanização”, o bairro é marcado pela intensa imigração e migração, principalmente durante o século XIX, com o impulso socioeconômico promovido pelo comércio do látex na Amazônia. A beligerância da constituição da Campina também se faz presente no palco sangrento da Revolução Cabana (1835), a Praça Visconde do Rio Branco ou, como é popularmente conhecida, a Praça das Mercês.

Essa hibridação aponta processos transitórios e sua provisoriamente permite abandonar e entrar em recantos do cotidiano que podem ou não retomar memórias de lutas e práticas de sobrevivência. São estratégias do viver

que não seguem regras predeterminadas. Nesse movimento, criam-se lugares utópicos, os quais, para Michel Foucault (2013), nascem do interstício de narrativas, difíceis de localizar, pois não pertencem a tempo ou lugar nenhum. Entretanto, para ele, também existem lugares utópicos em toda a sociedade, que não podem ser situados em mapas e delimitados temporalmente:

Vejamos o que quero dizer. Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metrô; há regiões abertas de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas do repouso e da moradia (FOUCAULT, 2013, p. 19).

A imaterialidade da cidade mescla-se com suas formas duras, deixando passar objetos e lugares. Modos de ser e de fazer são investidos de história e memória, nos quais são tecidos afetos e singularizações do viver. Uma memória que se constitui coletivamente, agenciada por monumentos e práticas que se perpetuam no cotidiano, afetando os usos e desusos da cidade e até mesmo os seus “contra-usos” (FOUCAULT, 2013).

Os interstícios criados pela construção da memória coletiva do bairro da Campina como um recôndito da Belém da Saudade aludem a uma heterotopia do espaço. Isso se dá por meio do processo de presentificação (ULPIANO, 1995) daquilo que o bairro foi, é, e poderia ter sido. Assim, na sua condição de patrimônio cultural, a constituição de uma heterotopia ali se constitui pela projeção da sincronicidade de tempos distintos produzida pela lógica do espelhamento próprio das heterotopias e também pelo sistema de fechamento e abertura, filtrando corpos e modos de ser que afirmam essa Belém da Saudade. Por outro lado, essas memórias coletivas e dissidentes podem ser comparadas àqueles lugares utópicos, àqueles contraespaços que atualizam modos de ser que desorganizam a lógica da clausura do desvio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscou-se apresentar a relação entre efeitos de processos de patrimonialização e a formação de memórias coletivas como heterotopias, as quais funcionam ora como práticas hegemônicas, ora como práticas dissidentes, apresentando o desvio como força de reinvenção imaterial do

espaço e dos modos de subjetivação dos sujeitos. Nessa direção, o bairro da Campina, em seu aspecto material e imaterial, foi considerado um dispositivo desses modos de subjetivação dos sujeitos.

O espaço patrimonializado congrega uma constelação de forças em movimento. A crítica à história e à memória como continuidade e cristalização dos acontecimentos do vivido adequa-se à patrimonialização, sendo esta uma prática de poder e saber. Como tal, reside nela certa razão de Estado regulada pelo racismo de Estado, sobretudo por seu viés normalizador higienista.

O saudosismo anunciado na constituição da Belém da Saudade sugere tal questão. A constituição de espaços heterotópicos no espaço físico da Campina se entrelaça com a composição desse processo junto à memória coletiva sobre o bairro, na organização da Belém da Saudade, um “espaço outro” que atravessa e constitui os corpos que se relacionam com a Campina. Dessa maneira, vão sendo tecidas relações entre os sujeitos e o lugar moduladas pelo sistema de fechamento e abertura próprio das heterotopias, incidindo sobre os sujeitos.

Entretanto, ao se defrontar com as narrativas dos moradores e ex-moradores da Campina, identifica-se a complexidade que reside na trama patrimonial, a qual é amalgamada pela colcha de retalhos que é a memória coletiva sobre o bairro. Esse ponto persiste na memória com a potência dos afetos da Turma da Bailique; na afirmação de laços familiares no restauro e cuidado com um casario antigo; e no desejo de cuidar da cidade acionado pelo dispositivo da patrimonialização. Igualmente, nota-se na visibilização dos corpos historicamente marginalizados na Campina, que ali persistem e estabelecem contrausos naquele pedaço da cidade, forjando memórias dissidentes na multiplicidade de acontecimentos do cotidiano.

Por fim, entende-se que, sendo uma prática de poder e saber, a patrimonialização modula as relações entre os sujeitos e a cidade, que assumem a forma de heterotopias como memórias coletivas, criando territórios existenciais permeados por múltiplas possibilidades de constituição dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Germano Barrozo de. *Literatura e política em deleuze: minoria, poder e democracia*. Fortaleza: Bookmaker, 2015.

AUGÈ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: Edufal; São Paulo: Unesp, 2010.

- BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, Canoas, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.
- BELÉM. *Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém*: aprovado pelo decreto num. 247 de 18 de dezembro de 1890. Belém: Typ. d'A Republica, 1891.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.
- CANDIOTTO, César. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica; Curitiba: Champagnat, 2010.
- COELHO, Geraldo Mártires. Prefácio. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém*. Belém: Cejup, 1992. P. 5-7.
- CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém*. Belém: Cejup, 1992.
- DUSSEL, Inés. Foucault e a escrita da história: reflexões sobre os usos da genealogia. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 45-68, 2004.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- IPHAN. *Ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*. Brasília, DF: Iphan, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- MALHEIROS, Ubiraelcio da Silva. Belém e o Ver-o-Peso: seguindo os passos da modernidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 22., 2013, Belém. *Anais eletrônicos* [...]: Belém: Anpad, 2013. p. 910-924. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2013/ANAIS/ANAIS.html>. Acesso em: 2 fev. 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Centauro, 2002.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARÁ. Secretaria de Cultura. *A memória de Belém do início do século em cartões-postais*. 2. ed. Belém: Secult, 1998.

PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 101-125.

PINTO, Alejandra Aguilar. A patrimonialização da memória social: uma forma de domesticação política das memórias dissidentes ou indígenas? *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 273-283, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ULPIANO, Cláudio. *Aula de 12/09/1995: o atual e o virtual ou o objetivo, o subjetivo e o fora*. [S. l.: s. n.], 1995. Disponível em: <https://acervoclaudioulpiano.com/2018/06/04/aula-de-12091995-o-atual-e-o-virtual-ou-o-objetivo-o-subjetivo-e-o-fora-2-2/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

VENSON, Anamaria Marcon; MARIA PEDRO, Joana. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 125-139, 2012.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL:

PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO NATURAL E DESENVOLVIMENTO DA
ÁREA ITAQUI-BACANGA EM SÃO LUÍS-MA

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA, CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE
ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO, SÃO LUÍS, MARANHÃO, BRASIL

Mestre em cultura e sociedade na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especializando em Design Instrucional (Centro Universitário Senac). Bacharel em Biblioteconomia (UFMA). Docente e designer instrucional do Centro Universitário UNDB. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (UFMA).

E-mail: mauriciojosemoraes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0759-9285>

RAFAEL DE OLIVEIRA DUALIBE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, SÃO
LUÍS, MARANHÃO, BRASIL

Mestre em Cultura e Sociedade na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharel e licenciado em Geografia (UFMA). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (UFMA). E-mail: rduailibe@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2052-5571>

KLÁUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM, UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO, SÃO LUÍS, MARANHÃO, BRASIL

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Mestre em História (UFPE). Graduada em Turismo e Especialista em Planejamento Ambiental (UFMA). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFMA). Professora adjunta do Departamento de Turismo e Hotelaria (UFMA). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (UFMA). E-mail: kdgedes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8668-4188>

ANTONIO CORDEIRO FEITOSA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, SÃO
LUÍS, MARANHÃO, BRASIL

Pós-Doutor em Geografia Humana (Universidade de Lisboa). Doutor em Geografia. Mestre em Geografia (Unesp). Bacharel e licenciado em Geografia (UFMA). Professor titular do Departamento de Geociências (UFMA). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (UFMA). E-mail: acfeitos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3979-4739>

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p96-123>

RECEBIDO

03/01/2020

APROVADO

16/06/2020

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E DESENVOLVIMENTO DA ÁREA ITAQUI-BACANGA EM SÃO LUÍS-MA

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA, RAFAEL DE OLIVEIRA DUALIBE, KLÁUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM, ANTONIO CORDEIRO FEITOSA

RESUMO

Estudo acerca das perspectivas e contribuições do diálogo entre educação patrimonial e educação ambiental para a preservação do patrimônio natural e o desenvolvimento da área Itaqui-Bacanga em São Luís do Maranhão. Aborda o patrimônio natural e a educação ambiental a partir de breve contextualização histórica e conceitual. Disserta sobre patrimônio cultural e educação patrimonial para esclarecer a relação que tais categorias estabelecem com a educação ambiental. Discute a relação necessária entre educação patrimonial, ambiental e patrimônio natural, bem como as contribuições desse diálogo para a preservação do patrimônio ambiental da área Itaqui-Bacanga. Caracteriza a área e, em seguida, aponta as perspectivas e estratégias de educação ambiental e patrimonial para preservação do patrimônio natural na região. Reforça que trabalhar a educação patrimonial e ambiental na área Itaqui-Bacanga deve ser algo conjunto, com vistas à preservação dos patrimônios culturais e naturais.

PALAVRAS-CHAVE

Educação ambiental. Educação patrimonial. Patrimônio natural.

ENVIRONMENTAL AND HERITAGE EDUCATION: PERSPECTIVES AND CONTRIBUTIONS FOR THE PRESERVATION OF THE NATURAL HERITAGE AND DEVELOPMENT OF THE ITAQUI-BACANGA AREA IN SÃO LUÍS-MA

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA, RAFAEL DE OLIVEIRA DUALIBE, KLÁUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM, ANTONIO CORDEIRO FEITOSA

ABSTRACT

Study about the perspectives and contributions of the dialogue between Heritage Education and Environmental Education for the preservation of natural heritage and development of the Itaqui-Bacanga area in São Luís, Maranhão (BR). It addresses natural heritage and environmental education, based on a brief historical context and conceptualization. It describes the cultural heritage and heritage education, seeking to clarify the relationship that these categories establish with environmental education. It discusses the necessary relationship between environmental and heritage education, and natural heritage, as well as the contributions of this dialogue to the preservation of the environmental heritage of the Itaqui-Bacanga area. It characterizes the area and then points out the perspectives and strategies of Environmental and Heritage Education for the preservation of the natural heritage in the region. It reinforces that working with Environmental and Heritage Education in the Itaqui-Bacanga area must be something integrated, in order to preserve cultural and natural heritage.

KEYWORDS

Environmental education. Heritage education. Natural heritage.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre patrimônio já assumiram diferentes perspectivas, como os amplos debates sobre os conjuntos arquitetônicos de diferentes países, políticas de tombamento, dificuldades de demarcações de áreas do patrimônio natural, políticas de preservação de reservas ambientais, dentre outros conflitos e abordagens. Nos últimos anos, viu-se a expansão do conceito de patrimônio, em função da complexidade que perpassa os bens, objetos, registros, documentos patrimoniais, áreas alvo de proteção e patrimonialização. Paralelamente, a sustentabilidade tem sido objeto de abordagens distintas, evidenciando tanto as estratégias que garantem a sobrevivência dos empreendimentos humanos (FREITAS, 2015) quanto o fortalecimento de grupos sociais, cujas expressões e manifestações necessitam ser preservadas, visando melhorias econômicas, sociais e ambientais (FEITOSA, 2016, p. 55).

Ressalta-se que o patrimônio ambiental, em especial o da área Itaqui-Bacanga, em São Luís do Maranhão, é de fundamental importância para a manutenção dos saberes e fazeres, bem como para a cultura dos indivíduos que nela residem, de modo que a extinção de qualquer elemento/ente é algo alarmante. Logo, há uma relação de dupla dependência: enquanto o patrimônio natural é garantia de sobrevivência física da humanidade, o patrimônio cultural é a permanência social dos povos, de seus saberes, fazeres, produtos e demais testemunhos (FREITAS, 2015).

Na busca pela manutenção dos bens patrimoniais, ambientais e culturais, não basta apenas seu registro ou tombamento, pois o próprio desenvolvimento sustentável das regiões e comunidades brasileiras depende diretamente de ações que valorizem e privilegiem os bens locais, com vistas a gerar conhecimentos sobre eles, promoção, conservação e proteção de bens culturais e ambientais. Ou seja, é necessária a interseção entre educação ambiental e educação patrimonial para estimular a afetividade e as sensibilidades em relação aos bens da área em estudo, visto que as pessoas, instintivamente, só preservam aquilo pelo que têm apreço (FREITAS, 2015; GONÇALVES, 1996).

Desse modo, parte-se do entendimento de que educação ambiental consiste no desenvolvimento de uma consciência crítica, esclarecedora, ética, social e política diante das questões ambientais, buscando a preservação e uso sustentável de recursos, dialogando com o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), conforme disposto em Brasil (2009), Brandalise *et al.* (2017), Borges e Santos (2008), dentre outros autores.

Outrossim, reforça-se também a possibilidade de potencializar as ações educativas voltadas para o meio ambiente e o patrimônio natural através da metodologia de educação patrimonial, cujo propósito é elevar a consciência de preservação patrimonial (material, imaterial, natural etc.), por meio de um processo educativo, como reforçam Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Iphan (2014a), Flores e Perez (2013) e outros autores.

A pequena quantidade de estudos que abordam tais categorias na região mencionada valida esta investigação, ainda que outros estudos tenham sido publicados, especificamente no campo da geografia. Pretende-se realizar uma discussão interdisciplinar, tendo a área Itaqui-Bacanga como lócus, sobretudo por se tratar de uma região rica em bens ambientais e culturais. Este estudo tem ainda por objetivo discutir os aspectos teóricos e conceituais acerca da educação ambiental e patrimonial e suas categorias, evidenciando como elas convergem quando se trata da preservação e conservação do patrimônio ambiental da área Itaqui-Bacanga, a fim de favorecer o desenvolvimento sustentável da região.

Metodologicamente trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, uma vez que visa discutir as interseções entre patrimônio ambiental, educação ambiental e patrimonial na área Itaquí-Bacanga. Quanto aos procedimentos técnicos, fez-se uso da pesquisa bibliográfica e documental como instrumento de fundamentação (BERNAL, 2010; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na primeira seção, disserta-se acerca do patrimônio natural, bem como aborda-se a educação ambiental, a partir de uma breve contextualização histórica e conceitual. Na segunda, contextualiza-se o patrimônio cultural e a educação patrimonial para esclarecer a relação que tais categorias estabelecem com a educação ambiental. Na terceira seção, discute-se a relação necessária entre educação patrimonial, educação ambiental e patrimônio natural, bem como as contribuições desse diálogo para preservar o patrimônio ambiental da área Itaquí-Bacanga. Para tanto, parte-se da caracterização da área e, em seguida, apontam-se as perspectivas e estratégias de educação ambiental e educação patrimonial para preservar o patrimônio natural na região.

2 OS MÚLTIPLOS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO NATURAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Conceituar patrimônio natural é, por si só, um grande desafio, por tratar-se de uma ideia complexa e visto que grandes áreas já se debruçam há anos em estudos que o tomam como objeto. Karpinski (2018) destaca que grande parte das produções se preocupam apenas em conceituar patrimônio cultural. O autor amplia ainda mais tal reflexão pontuando que uma nova categoria também estaria em emergência, o conceito de “patrimônio ambiental”. Pereira (2018) afirma que a noção de patrimônio natural é recente, originada em 1972 em um contexto marcado por uma série de conflitos, e pautada sobretudo nas estratégias preservacionistas europeia e americana.

Karpinski (2018) acrescenta que as categorias “natural” e “natureza” tornaram-se problemáticas conceitualmente. O autor afirma que, com o processo de ressignificação oriundo das “viradas culturais” e “estudos pós-colonialistas”, tornam-se tênues ou inexistentes as fronteiras entre natureza e cultura. Atrelados a isso, há estudos como o de Oliveira (2007), Funari e Pelegrini (2009), Lima (2018), Fontenele e Oksman (2018). Tais autores comungam da perspectiva de que o patrimônio vai além da “pedra e cal”.

Nesse sentido, Karpinski afirma que:

Com a influência do conceito antropológico de cultura e com o avanço dos estudos ecológicos, pareceu mais abrangente ou aceitável a utilização da categoria meio ambiente e seus derivados, pois, de acordo com as concepções contemporâneas ou “pós-modernas”, o conceito moderno de “natureza” exclui tanto o ser humano do mundo natural quanto todas as concepções não europeias desse espaço que circunda o ser humano (KARPINSKI, 2018, p. 315).

Bezerra (2018) complementa, ressaltando que o âmbito da conservação patrimonial se amplia à medida que integra o meio natural enquanto suporte de bens culturais, reunindo mais do que monumentos, conjuntos e sítios arquitetônicos. Trata-se de um invólucro dotado de valores excepcionais, relacionados diretamente com todos os processos que perpassam os meios naturais. Destaca-se a concepção da Organização das Nações Unidas (Unesco) para a educação, a ciência e a cultura ao definir patrimônio natural como:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972, p. 2).

O conceito de patrimônio natural da Unesco busca abranger a totalidade do patrimônio ambiental, valendo-se, sobretudo, de suas características únicas, cuja delimitação é estabelecida científica e naturalmente. Nesse sentido, Pereira (2018) pontua que tal noção está ligada à estética paisagística, a valores cênicos, bem como à visão sistêmica que perpassa os processos naturais e seu valor universalizado, sua excepcionalidade, cientificidade e conservação.

Nas primeiras décadas do século XX, o “monumento natural” passou a ser inserido nas legislações federais de países como Japão, França e Brasil. Ressalta-se que o Japão foi pioneiro, instituindo uma lei federal em 1919 voltada para a preservação de sítios históricos e pitorescos, bem como monumentos naturais (SCIFONI, 2008).

A legislação brasileira do patrimônio cultural surgiu na década de 1930, por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Nessa mesma década também foi publicada uma série de documentos voltados para a proteção dos recursos naturais do Brasil, como o Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), o Código de Minas (Decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934), o Código de Proteção dos Animais (Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, que posteriormente se tornaria o primeiro Código Florestal brasileiro). Também se destaca a criação dos três primeiros parques nacionais brasileiros: Parque Nacional de Itatiaia, Parque Nacional do Iguaçu e Parque Nacional da Serra dos Órgãos (IPHAN, 2014b).

Pereira (2018) salienta no âmbito brasileiro a Constituição Federal de 1988, cujo artigo 216 trata do patrimônio cultural, contemplando em seu inciso “V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” (BRASIL, 1988). Pereira (2018) ressalta que prevalece uma perspectiva estético-científica, herdada do decreto-lei e do que defende a Unesco como patrimônio natural, ainda que na definição de patrimônio cultural.

Scifoni (2008) esclarece que o patrimônio natural não se reduz a testemunhos da vegetação nativa, tampouco aos ecossistemas não transformados da sociedade humana, mas é parte integrante da memória social incorporada às paisagens, que, por sua vez, são objeto de ações de cunho cultural, produzidas e reproduzidas. Pereira (2018) corrobora essa visão, afirmando existir aí um duplo caráter: o primeiro defende o patrimônio natural relacionado à noção de monumento natural, fruto das influências internacionais, dotado de beleza grandiosa, o que reforça essa perspectiva monumentalista e intocável e faz prevalecer uma visão utilitarista; o segundo associa o patrimônio natural àquilo que é parte da vida humana, tornando-o, então, um testemunho de todos os processos naturais, bem como das relações estabelecidas entre seus elementos, integrando a memória humana, assumindo distintos significados e afirmando-se enquanto referência histórica (PEREIRA, 2018; SCIFONI, 2006; 2008; 2012).

Neste estudo, será adotada a segunda perspectiva, tendo em vista que o patrimônio natural da área Itaquí-Bacanga não apenas se manteve vivo, como moldou-se aos processos naturais que a transformaram e foram basilares para seu desenvolvimento, considerando que sua própria paisagem foi modificada com o passar dos anos.

Com base no pensamento de Scifoni (2008), Pereira (2018) e Bezerra (2018) vê-se uma perspectiva mais ampla para o patrimônio natural, que deve estar pautada tanto em suas bases biológicas e geográficas quanto em valores, experiências individuais e coletivas, convergindo para a diversidade cultural presente no país e, por conseguinte, na região do Itaqui-Bacanga.

A visão real de que o patrimônio natural representa construções naturais, “apropriadas socialmente e vividas, haja vista que a natureza é considerada parte da memória coletiva, das histórias vividas e das práticas socioespaciais” (PEREIRA, 2018, p. 42) amplia-se, rompendo com a simples noção de conjuntos e perímetros geofísicos e reconhecendo-o como base para práticas sociais constituintes da memória coletiva, patrimônio esse que é parte da vida humana (HALBWACHS, 2006; PEREIRA, 2018; SCIFONI, 2008).

Para discutir profundamente a relação entre educação ambiental e educação patrimonial na área Itaqui-Bacanga enquanto mecanismos que favorecem sua preservação, conservação e desenvolvimento, abordar-se-á a educação ambiental na seção seguinte.

2.1 Educação ambiental

Toma-se como ponto de partida a definição de “educação”, segundo a qual o processo de aprendizagem é capaz de conduzir mudanças comportamentais, levando os indivíduos a adotarem novas posturas na sociedade. Maturana (1998) reforça que a convivência com os outros também é um ato educativo, ou seja, uma constante adaptação. Outrossim, o modo como as pessoas se relacionam com a natureza exige mudanças. Conforme Maturana (1998), o convívio ressalta a necessidade de mudança, transformação que perpassa a educação. Brandalise *et al.* (2017), Tagliapietra e Carniatto (2019) ressaltam que um dos caminhos para compreender a educação ambiental é reconhecê-la como desenvolvimento de uma consciência crítica, esclarecedora, ética, social e política diante das questões ambientais.

Borges e Santos (2008) corroboram esse posicionamento, pontuando que a educação ambiental objetiva disseminar conhecimentos sobre o ambiente, com vistas a preservá-lo e utilizar de forma sustentável seus recursos. Ela ocorre por meio de ações educativas relacionadas à compreensão dos ecossistemas, à interação homem-natureza, bem como à integração e sensibilização para a proteção ambiental e conservação dos bens naturais.

Desse modo, a educação ambiental conjuga dimensões éticas, ecológicas, sociais e culturais, uma vez que as questões ambientais são transversais a diferentes áreas de conhecimento.

Devendo despertar a sensibilização, compreensão, responsabilidade, competência e cidadania dos indivíduos perante os bens naturais, a educação ambiental conduz a comunidade ao conhecimento, baseando-se na informação (BORGES; SANTOS, 2008). Desse modo, a forma de pensar e agir dos indivíduos deve ser repensada, abrindo espaço para soluções criativas e sustentáveis que se tornam possíveis por meio da educação ambiental, refletindo os discursos ambientalistas emergentes e pautando-se no bem-estar coletivo do ser humano.

A educação ambiental ganha projeção mundial com a conferência da ONU sobre o ambiente humano em Estocolmo, em 1972, na qual vários chefes de Estado se reuniram para debater a problemática ambiental. A partir desse momento se reconheceu a educação ambiental como peça importante na luta contra a crise global do ambiente. Posteriormente, em 1977, realizou-se a Conferência de Tbilisi, considerada o marco histórico para a educação ambiental. A partir dela a educação passa a ser considerada fundamental para compreender os problemas ambientais, tanto nos âmbitos regionais quanto nos nacionais e internacionais (FEITOSA, 2016; GUIMARÃES, 2013).

Com o decorrer do tempo, a discussão sobre a educação ambiental vem ganhando destaque, pois aborda a relação entre homem, natureza e preservação tencionando alcançar do cidadão por meio de instrumentos educacionais. Em 1992, criou-se a Agenda 21, no Rio de Janeiro, com o propósito de instrumentalizar as diversas nações para promoverem o desenvolvimento sustentável por meio de um esforço global que visava fortalecer ações e medidas ambientalmente corretas. Dentre elas, destaca-se a educação ambiental, que propõe aumentar a conscientização pública acerca das problemáticas ambientais nos mais variados setores da sociedade (BRANCALIONE, 2016).

A educação ambiental surge no Brasil de maneira incipiente em meados dos anos 1980, por meio de movimentos ambientalistas que emergiram logo após o processo de redemocratização do país. Esteve diretamente ligada a ações de militantes que visavam expandir o conhecimento a respeito

das causas ambientais. Logo depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, esse movimento ganha força em todo o território nacional com a disseminação do conteúdo de forma institucional por meio do Ministério da Educação (MEC), das secretarias de educação e das próprias universidades (GUIMARÃES, 2013).

Ainda segundo Guimarães (2013), é na Constituição de 1988, capítulo V, na parte que versa sobre meio ambiente, que se delinearam as competências do poder público no que diz respeito à promoção da educação ambiental em todas as esferas de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação também permitiu que essa temática fosse abordada e, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), instaurou-se que a educação ambiental fosse trabalhada de forma transversal em todo o currículo escolar, de modo que permitisse ao aluno ter uma visão ampla e abrangente sobre o conteúdo.

Para muitos especialistas, o ano de 1997 é considerado o marco histórico para a educação ambiental no território brasileiro. Isso se justifica em razão da comemoração dos 20 anos da Conferência de Tbilisi, realizada pela Unesco na extinta União Soviética, em 1977, na capital da Geórgia. Além disso, foi o momento de avaliar os resultados dos cinco anos da Rio 92, que resultou na elaboração do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, tido como parâmetro de educação ambiental em todo o mundo (BRASIL, 2009; FEITOSA, 2016).

Em 27 de abril de 1999, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi instituída a Lei nº 9.795, estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que serve de parâmetro para definir as diretrizes em âmbito nacional no que concerne à temática da educação ambiental. Essa lei também norteia os processos pelos quais o indivíduo e a sociedade irão construir os conhecimentos, habilidades e competências necessários à preservação do meio ambiente e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Apesar do avanço nas discussões ambientais no Brasil, ainda é necessário potencializar os debates relacionados às políticas públicas voltadas para a educação ambiental. Nota-se que o compromisso dos educadores ambientais é primordial para instrumentalizar a sociedade, que fornecerá as ferramentas culturais elaboradas socialmente e acumuladas historicamente,

para, assim, encarar com mais rigor os desafios, embates sociais, culturais e ambientais que possam surgir em decorrência das relações de produção vigente (MAIA, 2015).

Em outubro de 2010, por meio da Lei nº 9.279, são instituídos a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental no Maranhão, que surgem para atuar em conformidade com as prerrogativas da PNEA e das demais legislações existentes no país, de modo que deveriam se articular nas esferas federal, estadual e municipal. A fim de construir uma sociedade mais sustentável, estão entre os principais objetivos da educação ambiental no estado o engajamento do cidadão, a criação de fóruns e colegiados de educação ambiental, o fortalecimento e a expansão das redes e núcleos relacionados à temática (MARANHÃO, 2010).

Com o propósito de captar recursos financeiros para executar as linhas de atuação da política estadual, criou-se a Lei nº 10.796, em março de 2018, que instituiu o Plano Estadual de Educação Ambiental. Os recursos fomentam tanto os programas de educação ambiental formais quanto os não formais e atuam dentro dos seguintes eixos temáticos: 1) criação e apoio às escolas sustentáveis; 2) conservação de recursos hídricos; 3) abordagem dos resíduos sólidos; 4) gestão de unidades de conservação; 5) fortalecimento do sistema estadual de educação ambiental e 6) educação e gestão ambiental no ensino superior.

Mediante a contextualização da legislação brasileira e maranhense, percebe-se que o plano estadual surge para balizar ações e medidas de intervenção direta na formação dos cidadãos. Apesar da jornada que a educação ambiental já percorreu no país, o caminho para a sustentabilidade ainda é longo e cheio de acidentes a serem superados (MARANHÃO, 2018, p. 2). Diante disso, vê-se uma opção interdisciplinar, que alia a educação ambiental com as metodologias e ações de educação para o patrimônio, notadamente a educação patrimonial. Nunes (2020) afirma que ela favorece o diálogo e a instrução em diferentes espaços, inclusive o natural, com vistas a sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre a necessidade de preservar os patrimônios e de evocar o sentimento de pertencimento e identidade em relação a determinado local.

3 PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONCEITOS NECESSÁRIOS

As discussões sobre patrimônio tornaram-se ainda mais necessárias à medida que o processo de “patrimonialização” se tornou mais nítido e, como bem esclarece Jeudy (2005), trata-se de um processo contemporâneo de fervor e culto ao passado, ou seja, um verdadeiro “excesso de patrimônio”. Scifoni (2006) complementa, afirmando que tal processo foi observado em cidades europeias, visando preservar e conservar as fachadas das edificações. Todavia, essa preservação em demasia findou na uniformização dos centros históricos e, por conseguinte, em uma verdadeira obsessão por restauração. Com o passar dos anos, uma série de parâmetros foram alterados, não apenas para demarcar melhor tais bens patrimoniais, mas também a fim de realizar a própria manutenção dos já existentes. A Conferência de Haia (1954) implementou a necessidade de os Estados salvaguardarem seus bens culturais, tanto em seus territórios quanto em territórios de terceiros. Além disso, Trevisan (2018) destaca que a conferência realizou uma grande contribuição: criou o Registro Internacional de Bens Culturais sob Proteção Especial, ou seja, “uma lista com a finalidade de garantir, em tempos de guerra, a imunidade dos bens que estivessem registrados” (TREVISAN, 2018, p. 64).

A convenção de 1970 foi responsável por abordar o intercâmbio de bens com vistas ao desenvolvimento científico, cultural e educativo, sobretudo aqueles que ampliam os conhecimentos sobre as civilizações humanas, de modo que as nações os estimassem e valorizassem. Assim, a proteção efetiva do patrimônio só seria possível mediante um plano internacional, pautado na colaboração entre os Estados (CAMERON; RÖSSLER, 2013; UNESCO, 1972). Nesse sentido, Cameron e Rössler (2013) afirmam que se buscava criar um mecanismo internacional que disciplinasse a proteção do patrimônio, além de introduzir um conceito que extrapolasse os perímetros nacionais.

Destaca-se que, desde 1972, a Unesco é responsável pelo processo de identificação, proteção e conservação dos patrimônios de distintas naturezas. Na Conferência Geral da Unesco, no mesmo ano, foram evidenciados os riscos aos quais os bens estão expostos. Logo, a entidade incentiva os países a não apenas demarcarem seus bens, mas protegê-los e conservá-los, de modo que alcancem as gerações futuras (UNESCO, 1972).

De acordo com Trevisan (2018, p. 66), a conferência de 1972 “é considerada inovadora porque buscou considerar os dois tipos de patrimônio, tentando dissolver a dicotomia cultura e natureza”. Batisse (2003) ressalta que tal evento resultou na Recomendação sobre a Proteção a Nível Nacional do Patrimônio Cultural e Natural e na Convenção do Patrimônio Mundial, que veio a ser realizada no mesmo ano. A Convenção do Patrimônio Mundial pautou-se em três aspectos específicos: a) combinar, em um único documento, bens culturais e naturais, rompendo com a segregação destes; b) estabelecer o valor universal e excepcional do patrimônio mundial; c) criar a Lista do Patrimônio Mundial.

Cameron e Rössler (2013) esclarecem que tal unificação não foi uma conquista simples, mas resultado de esforços múltiplos, entre os quais destaca-se, inclusive, a criação de um instrumento capaz de orientar a preservação do patrimônio mundial (contemplando os bens naturais), que veio a ser adotado na Conferência de Estocolmo (1972).

Batisse (2003) e Trevisan (2018) reforçam o ganho com a introdução dos bens naturais na Convenção do Patrimônio Mundial, tendo em vista a importância e excepcionalidade desses bens e não apenas dos que estão no nosso meio. Gravari-Barbas (2015) pontua que essa excepcionalidade universal que fundamenta o patrimônio mundial está relacionada ao fato de ele ser tanto unitário quanto plural, contemplando criações humanas, naturais e raras.

Bezerra (2018) ressalta que a relação entre homem e natureza evidencia não apenas sua história, circunscrita à superfície terrestre, mas os valores e elementos definidos entre as relações humanas e os objetos (naturais ou não) que as rodeiam. Acentua-se que o debate acerca do patrimônio natural é complexo, considerando-se os limites existentes entre bens naturais e bens materiais, dentre outros. Esse aspecto implica, inclusive, suas formas de proteção, uma vez que passam pelas dimensões ecológicas, geofísicas e biológicas, além de todo o valor social, histórico e cultural (BEZERRA, 2018; PEREIRA, 2018). Pode-se perceber que a integração do patrimônio natural aos documentos da Unesco ocorreu de modo pontual, passando a contemplar os bens naturais não apenas com o propósito de demarcá-los, mas de estimular o senso de proteção e salvaguarda.

3.1 Educação patrimonial

Desde sua criação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tem buscado não apenas alinhar as estratégias de preservação e conservação do patrimônio cultural brasileiro, mas também ampliar o reconhecimento e apropriação dos bens culturais e naturais, implementando instrumentos capazes de proteger o patrimônio cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014a).

Freitas (2015) e Chaves (2012) acentuam que um novo cenário para o patrimônio cultural foi estabelecido com a promulgação da Constituição Federal de 1988, transformando-se, então, em importante insumo para as diferentes comunidades e, pontualmente, para o desenvolvimento em diferentes perspectivas. Logo, “passou a ser de responsabilidade de todas as esferas públicas juntamente com a sociedade, devendo ser a sua gestão de forma compartilhada e democrática” (CHAVES, 2012, p. 80).

Viu-se nas últimas décadas a expansão de iniciativas que visavam dinamizar e estreitar a relação das pessoas com o patrimônio cultural, na expectativa de que a preservação não fosse algo tão utópico (FERNANDES, 2017). Chaves (2012) afirma que a educação patrimonial emerge nesse novo contexto como um caminho para que as comunidades ocupem, como protagonistas e principais guardiãs de seus patrimônios, os locais onde estão situados seus bens. É fato que a população desconhece grande parte de seus patrimônios. Assim, é indispensável desenvolver ações educativas, como reforça Chaves (2012), Fernandes (2015) e o Iphan (2014a).

A educação patrimonial brasileira é inspirada no modelo inglês de *heritage education*, e teve como marco inicial o 1º seminário realizado em 1983, no Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro (DEMARCHI, 2016). Tal metodologia é definida por Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6), em seu *Guia básico de educação patrimonial*, como: “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. Segundo Chaves (2012), o *Guia básico de educação patrimonial* é um documento que apresenta a metodologia, sugerindo uma série de vivências para distintos públicos e faixas etárias. Flores e Perez (2013) pontuam que a educação patrimonial tem como propósito elevar a consciência de preservação patrimonial, uma vez que melhora o uso do

patrimônio cultural, por meio de um processo educativo, como reforçam Horta, Grunberg e Monteiro (1999). A educação patrimonial, embora defendida como algo simples e aplicável para toda e qualquer evidência ou bem patrimonial, é, em suma, demasiadamente complexa, assim como o são as próprias manifestações do patrimônio cultural e ambiental, conforme ressaltam Fernandes (2017) e Chaves (2012), que não pode ser tratada de modo genérico, tal como apresentada no *Guia básico*.

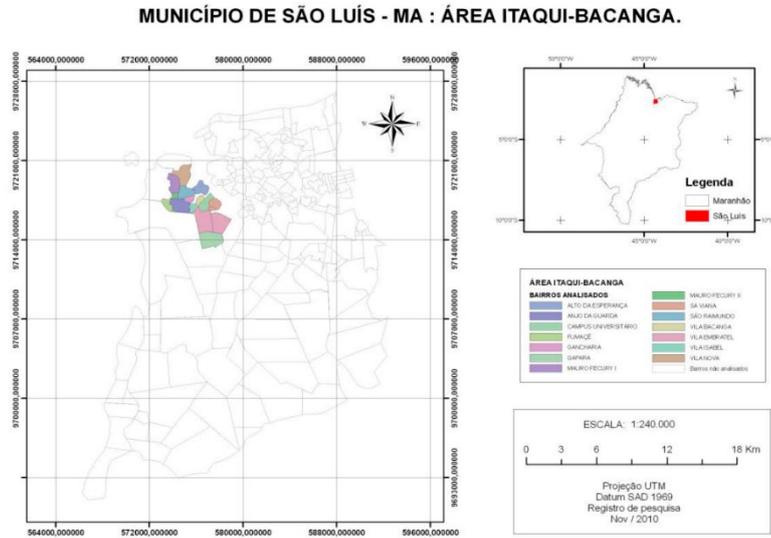
Diante disso, entende-se que a educação patrimonial dá condições não apenas para que os moradores identifiquem o patrimônio ambiental na área Itaqui-Bacanga, mas também favorece a apropriação deles e, por conseguinte, sua valorização, preservação e conservação. A partir disso, é possível aliá-la à educação ambiental, dispondo, assim, de estratégias educativas que irão gerar ganhos para o patrimônio ambiental da região.

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, AMBIENTAL E PATRIMÔNIO NATURAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO NA ÁREA ITAQUI-BACANGA

O que se denomina de área Itaqui-Bacanga é o conjunto de bairros e vilas localizados entre o Porto do Itaqui, conhecido por ter uma das maiores amplitudes de maré do mundo, e as margens do Rio Bacanga, homônimo da localidade. A população estimada da área, considerada uma das mais vulneráveis da cidade de São Luís (ANDRÉS, 2018), é de aproximadamente 160 mil habitantes. A área do Itaqui-Bacanga está situada na porção oeste do município de São Luís, limitando-se a leste pelo Rio Bacanga, ao norte pelo Oceano Atlântico, a oeste pela Baía de São Marcos e ao sul por alguns povoados da zona rural da capital. Localizada ao norte do estado do Maranhão (Figura 1), tem características de região costeira, com a presença de praias, mangues, rios e uma área portuária de significativa importância para a economia, o Porto do Itaqui (CONCEIÇÃO; COSTA, 2017).

FIGURA 1

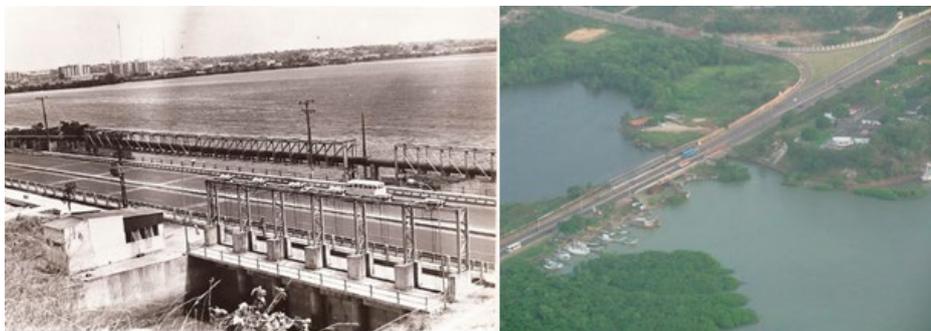
Localização da área Itaqui-Bacanga.
 Fonte: Masullo, Carvalho e Rangel (2011).



A área Itaqui-Bacanga, até meados da década de 1960, apresentava características preponderantes de ambiente rural, pois a acessibilidade à região era difícil. No entanto, a construção do Porto do Itaqui possibilitou investimentos em infraestrutura, como a criação da Barragem do Bacanga (Figura 2), a construção do ramal da BR 135 até o distrito de Pedrinhas. Posteriormente surgiram os primeiros prédios do atual Campus do Bacanga da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), gerando especulação imobiliária e provocando uma nova dinâmica na paisagem (MACÊDO; FEITOSA, 2011). A partir da década de 1980 a área experimentou ainda melhorias decorrentes da implantação do Projeto Carajás-CVRD, que aumentou a demanda por serviços e atraiu outras empresas, acelerando o processo de ocupação das adjacências.

FIGURA 2

Registro da Barragem do Bacanga em 1973 e 2018. Fonte: O Imparcial (2018).



Segundo Conceição e Costa (2017), a área Itaqui-Bacanga abriga 60 bairros distribuídos em cinco microrregiões: Anjo da Guarda, Vila Maranhão, Vila Ariri, Vila Bacanga e Vila Embratel. A região é marcada pela riqueza de sua cultura, proveniente das populações e de seus saberes tradicionais, que compõem um grande mosaico cultural. Característica marcante da região relacionada diretamente ao sustento e subsistência de algumas famílias é a presença de profissionais ligados à construção de embarcações e veleiros, como carpinteiros e práticos (CONCEIÇÃO; COSTA, 2017). Dentro dessa realidade dos saberes tradicionais dos moradores locais foi criado o Estaleiro-escola, localizado no bairro Tamancão, região portuária composta por florestas de manguezais (Figura 3).

No que tange às potencialidades geológicas, a Ilha de São Luís e, por conseguinte, a área Itaqui-Bacanga, apresenta um grande aporte de recursos minerais a serem explorados, como a água mineral, a areia, a argila e o calcário, mineral de suma importância para a indústria da construção civil. O Parque Estadual do Bacanga (Figura 4) tem sido palco de grande extração desses recursos naturais nas últimas décadas, afetando áreas de matas, florestas e cursos d'água, erodindo o solo e provocando prejuízos ambientais diversos (SANTOS, 2013).

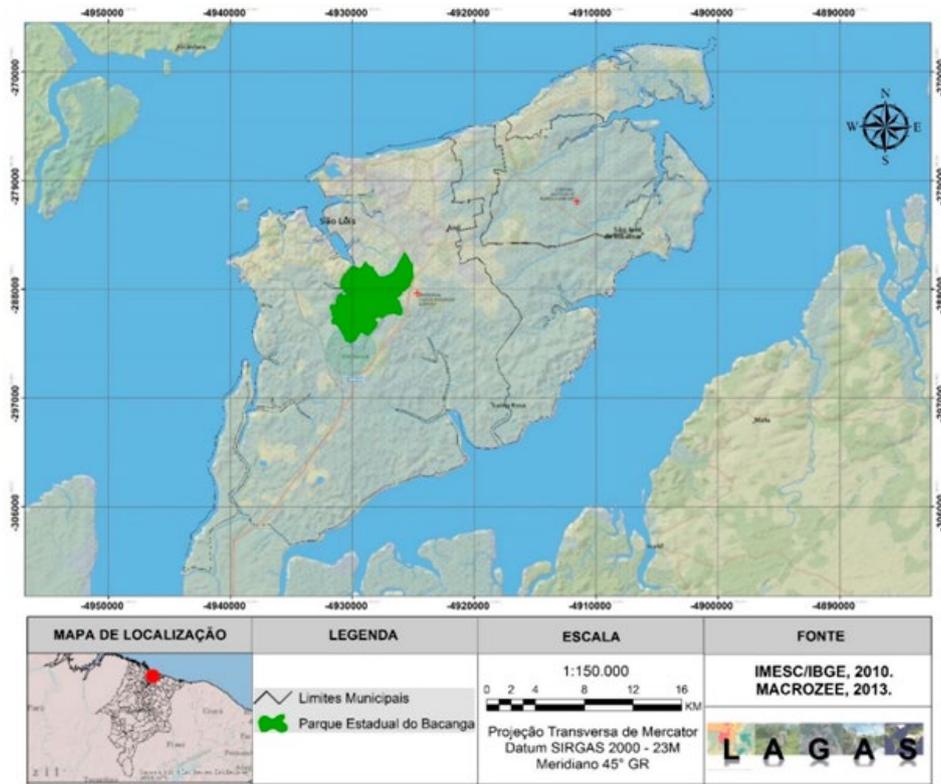
FIGURA 3

Estaleiro-escola no Tamancão, região portuária e de manguezal. Fonte: IEMA (2020).



FIGURA 4

Mapa do Parque Estadual do Bacanga.
 Fonte: IBGE (2010).



A cobertura vegetal nessas áreas vem sofrendo ação direta do homem para fins agrícolas, construção de moradias ou extração mineral, intensificada com o rápido crescimento urbano da região, o que aumenta o desequilíbrio ambiental. A bacia Rio Bacanga (Figura 4), um dos principais recursos naturais de São Luís, com rica biodiversidade, vem sofrendo devido à forte urbanização à sua volta: a destruição da mata ciliar, as queimadas e o lançamento de efluentes *in natura* acabaram por poluir e assorear alguns trechos do seu curso (SANTOS, 2013). Diante dessa degradação torna-se um desafio para os gestores públicos e para a sociedade civil realizar ações que viabilizem a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável que não comprometam os ecossistemas locais e possibilitem seu usufruto às futuras gerações.

4.1 Perspectivas para preservação do patrimônio natural na área Itaqui-Bacanga

Promover a interseção entre educação patrimonial e ambiental na área Itaqui-Bacanga faz ressaltar o que Ismério (2015) diz sobre a necessidade da preservação e valorização do patrimônio ambiental e cultural, que deve ser uma meta comum dos cidadãos. Nesse sentido, pontua-se que “a inserção da dimensão ambiental ultrapassa as áreas e se torna interdisciplinar, envolvendo questões de saúde, educação, cultura, história e sociedade.” (GARCIA, 2017, p. 4). A área Itaqui-Bacanga apresenta elementos naturais e culturais que podem ser trabalhados interdisciplinarmente com o suporte da educação patrimonial e ambiental. Ambas devem ser vistas não como disciplinas ou metodologias, mas como mecanismos que favorecem uma leitura distinta do ambiente e de tudo que o permeia (BRAGA, 2016).

Para que isso ocorra, é fundamental desenvolver ações educativas, capazes de promover não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também a apropriação desses bens. A área Itaqui-Bacanga é uma região que se destaca pelo seu potencial industrial e por abrigar importantes empresas brasileiras, entre elas, a Vale S.A. Além de sua ampla capacidade portuária, favorecida pela posição geográfica da grande ilha, a área é dotada de uma vegetação expressiva, composta por largas extensões de florestas de manguezais, entre outras riquezas naturais.

Siebra, Batista e Bomfim (2014) afirmam que a relação entre educação ambiental e educação patrimonial é reforçada pela semelhança de métodos na atuação nos territórios e na geração de novas possibilidades de vinculação popular e inserção no processo de construções geo-históricas. Além disso, os autores evidenciam uma nova matriz político-cultural para a vida nas cidades e, com isso, abre-se a possibilidade de trabalhar entes importantes da área Itaqui-Bacanga, como as representações e manifestações culturais da região.

Pode-se exemplificar como oportunidade para realizar a educação patrimonial e ambiental a identificação e registro dos saberes dos moradores mais antigos da área Itaqui-Bacanga, buscando documentar a história do desenvolvimento dessa região e de como os bairros foram se formando. Com isso, mais que relatos, produz-se a materialização

das principais mudanças ocorridas na região, bem como das problemáticas decorrentes delas.

Nascimento, Sulzbach e Denardin (2014) ressaltam que a paisagem ambiental não está desvinculada dos aspectos culturais e sociais, uma vez que há uma interdependência entre tais elementos. O Itaqui-Bacanga apresenta singularidades estritamente relacionadas entre si, mas os moradores acabam por desconhecer seu potencial cultural e ambiental. Os autores ressaltam que isso leva à descaracterização de toda a paisagem, que precisa de seus moradores para ser preservada e transmitida.

É necessário realizar um trabalho de “alfabetização patrimonial” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) e ambiental, tendo em vista a integração fundamental que deve haver entre esses domínios. E, como reforça Freitas (2015), tal dinâmica deve ser constante, ou seja, deve haver continuidade no processo de educação para o patrimônio e para o meio ambiente, de forma que isso seja “cultivado” a longo prazo.

Diante da diversidade cultural e ambiental da área, destaca-se a distância entre os moradores e os órgãos públicos. O Itaqui-Bacanga, embora abrigue a Universidade Federal do Maranhão, a Vale S.A. e o Porto do Itaqui, testemunha os contributos dessas e de outras instituições ficarem restritos a projetos de extensão que não têm continuidade, como aulas de campo sem retorno para as comunidades que compõem a área. Tais instituições poderiam fomentar e, mediante parcerias, estimular a apropriação cultural, ofertar formações contínuas, investir em projetos culturais desenvolvidos na comunidade, entre outras estratégias. Considerando a geração de conhecimentos um dos pilares do desenvolvimento sustentável, pontua-se a necessidade de colocar os moradores como protagonistas no processo de identificação e reconhecimento dos patrimônios da região.

Freitas (2015) aponta que a realização de um inventário coletivo pode ser favorável ao processo de empoderamento dos moradores. Stocker Júnior (2013) diz tratar-se de uma metodologia capaz de promover tanto o entendimento do espaço abordado quanto a reconstrução dos significados e da trajetória histórica das comunidades. Desse modo, destaca-se que “o processo de inventário compartilhado é importante no reconhecimento dos bens culturais e também pode se transformar em estratégia educativa”

(FREITAS, 2015, p. 37). Ressalta-se que a realização de um inventário compartilhado é capaz de envolver o conhecimento de múltiplas áreas que, por sua vez, irão auxiliar a comunidade nessa seleção. Enquanto detentores de saberes únicos, os moradores possuem uma trajetória que merece ser considerada, pois são eles que convivem na área e tiram dela os meios de subsistência, bem como conhecem suas principais problemáticas (FREITAS, 2015; STOCKER JÚNIOR, 2013).

Tais “subjetividades simultâneas” são fundamentais no desenvolvimento de atividades de educação patrimonial e ambiental, visto que “[...] para alcançar o desenvolvimento local sustentável, com base nos componentes patrimoniais, é necessário estimular pessoas-recurso nas próprias comunidades [...]” (FREITAS, 2015, p. 38). Só se alcança a plena difusão cultural e ambiental quando se provoca o contato sistemático dos indivíduos com seus bens, tendo em vista que só assim se desenvolverá o instinto de preservação das pessoas (GONÇALVES, 1996). Deve-se, então, elaborar atividades que consigam resgatar e fortalecer a relação de afetividade dos moradores com a área Itaqui-Bacanga, algo que vem sendo desenvolvido pela Associação Comunitária do Itaqui-Bacanga (Acib), com ações sistemáticas de educação ambiental (oficinas de reciclagem, biblioteca comunitária, entre outras) (SIEBRA; BATISTA; BOMFIM, 2014).

Com vistas a favorecer a difusão do patrimônio ambiental na área Itaqui-Bacanga, propõem-se atividades sistemáticas baseadas na metodologia da educação patrimonial. Em uma parceria entre a UFMA e a Acib, pode-se desenvolver um projeto de educação ambiental patrimonial na região portuária da área Itaqui-Bacanga, com estratégias que se materializam por meio de oficinas, sistematizadas no Quadro 1.

QUADRO 1

Oficinas de educação ambiental patrimonial. Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Nº	OFICINA	DINAMIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL
1	FOLHAS DE MEMÓRIAS PORTUÁRIAS	<p>Por meio da técnica de grupo focal, os estudantes e docentes da UFMA, em parceria com a Acib, podem documentar as histórias contadas pelos moradores mais antigos da região do Itaqui-Bacanga, bem como da região portuária formada pelas comunidades da Vila Nova, Bonfim, Alto da Esperança, Tamancão e Porto do Itaqui.</p> <p>Com isso, aliam-se as etapas metodológicas da educação patrimonial (observação, registro, exploração e apropriação) e consegue-se trabalhar com a educação ambiental ao buscar memórias associadas aos bens ambientais, em especial aqueles da região portuária, visando seu reconhecimento e, por conseguinte, a motivação para sua preservação e uso consciente.</p>
2	CADERNO DE SABERES COLETIVOS	<p>Esta oficina pode ser dividida em dois momentos. Inicialmente, uma formação sobre memória, com especialistas da UFMA, ocasião na qual os moradores das comunidades conhecerão os pontos de cultura e memória espalhados pela área Itaqui-Bacanga.</p> <p>Em seguida, será realizada uma etapa de campo, na qual tais espaços serão percorridos, com vistas a alimentar um inventário realizado pelos moradores, ou seja, membros das próprias comunidades. Esses registros podem servir como fonte de informação para os próprios residentes, bem como para incrementar o acervo da biblioteca comunitária Semente Social na Associação Comunitária do Itaqui-Bacanga (Acib).</p>
3	OS BENS NATURAIS DA ÁREA ITAQUI-BACANGA NO ENSINO DE GEOCIÊNCIAS	<p>Todos os insumos gerados nos mapeamentos realizados em parceria com a UFMA, Acib e escolas podem ser dinamizados nas formações com os professores das escolas de educação básica.</p> <p>Trata-se de um projeto que será articulado pelo Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC), tendo como alvo inicial a comunidade do Cajueiro.</p> <p>Serão realizadas formações com os docentes de escolas, em especial aqueles responsáveis pelas disciplinas de ciências e geografia. Os objetos de aprendizagem serão compostos focando os bens naturais da região, a saber: Praia do Cajueiro, vegetação costeira, florestas de manguezal, culturas vegetais locais, dentre outros.</p> <p>Busca-se, com este projeto, não apenas prover informações para os moradores das comunidades, mas instrumentalizar docentes e escolas, visando despertar a consciência ambiental nas crianças, ou seja, formar cidadãos conscientes da preservação ambiental e uso sustentável dos bens a longo prazo.</p>
4	INTERVENÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PATRIMONIAL	<p>Além dos projetos apresentados, propõem-se ações programadas anualmente, que podem acionar conhecimentos ambientais e reconhecimento das áreas de preservação, como: plantio de mudas, privilegiando a vegetação nativa da área; reciclagem e reaproveitamento de insumos; coleta seletiva em parceria com a prefeitura de São Luís, por meio do ecoponto localizado na Vila Isabel; sensibilização ambiental em escolas.</p>
5	CICLO DE MINICURSOS E OFICINAS PARA EMPREENDEDORES SUSTENTÁVEIS NA ÁREA ITAQUI-BACANGA	<p>Capacitação e formação de lideranças no sentido de realizar um planejamento voltado para a oferta sustentável e consciente. Deve ser constituído por um conjunto de iniciativas e estratégias para a formatação dos produtos criativos sustentáveis, educação ambiental, preservação dos bens naturais, fortalecimento da identidade local e aumento da qualidade e da experiência dos moradores da área Itaqui-Bacanga.</p>

Desse modo, trabalhar a educação patrimonial e ambiental na área Itaqui-Bacanga deve ser algo conjunto, com vistas a preservar os patrimônios culturais e naturais. Braga (2016) afirma que o desenvolvimento de metodologias integradas será benéfico para que os moradores se apropriem cada vez mais dos bens naturais e culturais, além de favorecer o desenvolvimento sustentável da área e uma educação crítica, consciente e, sobretudo, emancipatória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta abordagem revela-se que a educação ambiental, para além de um conceito, é um caminho que visa formar pessoas sensíveis aos problemas ambientais. Objetivando preservar os recursos naturais, devem ser levados em consideração os aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos nesse processo, de modo a possibilitar que as futuras gerações possam usufruir daquilo que a natureza tem a oferecer.

A área Itaqui-Bacanga reúne um patrimônio ambiental diversificado, com sua floresta de manguezal, a região costeira e portuária, o cultivo de vegetais (mandioca, arroz, açaí etc.), cuja preservação e valorização deve ser perseguida com urgência. A localização, a periferia da capital São Luís (MA), favorece o processo de exclusão social e cultural, apesar da presença de importantes instituições, como a UFMA, a Vale S.A. e o Porto do Itaqui, as quais deveriam fomentar mais ações, sobretudo destinadas à conservação dos bens ambientais.

Reforça-se que a interseção entre educação patrimonial e educação ambiental pode ocasionar uma série de ganhos à região, pois pode orientar ações sistemáticas educativas que, mais que levar informação, possibilitem também que os moradores identifiquem, reconheçam e se apropriem do patrimônio natural. Logo, a comunidade é uma importante aliada na preservação dos bens naturais e na transmissão dessa cultura às futuras gerações.

Pontua-se que as escolas, organizações não governamentais, associações comunitárias, universidade, dentre outras, devem trabalhar em conjunto buscando “alfabetizar” ambiental e patrimonialmente os moradores da área, com a intenção de torná-los conscientes de sua história, agentes de preservação ambiental, transmissores de conhecimentos, saberes e fazeres.

Foi possível observar que a educação ambiental é uma ferramenta de conscientização e exercício de cidadania, traduzindo-se em possibilidades de preservação e de desenvolvimento sustentável. A participação cidadã é indispensável e, por isso, faz-se necessário que desde cedo as crianças sejam estimuladas a adotar comportamentos que venham forjar uma cultura de sustentabilidade durante toda sua vida.

Apesar das dificuldades enfrentadas nessa seara do conhecimento, percebe-se que muito se avançou nas últimas décadas, o que pode ser observado no reconhecimento da área Itaqui-Bacanga como alvo de ações educativas e patrimoniais; na busca por integração da UFMA com as comunidades e associações; na abertura de um ecoponto para coleta seletiva de resíduos e formação para reuso de materiais (reciclagem), além de outras estratégias que visam contribuir com a conservação dos bens naturais da região. No entanto, é notória a necessidade de espaços para debates públicos, desafios pedagógicos e propostas que venham suprir as lacunas que ainda não foram preenchidas pelo saber que é devido.

REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. Estaleiro escola do Maranhão: uma estratégia de salvaguarda dos conhecimentos tradicionais. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 7, n. 14, p. 229-243, 2018. DOI: 10.26512/museologia.v7i14.18399.

BATISSE, Michel. Nature et culture: souvenirs d'un mariage... de convention(s). In: BATISSE, Michel; BOLLA, Gérard. *L'Invention du patrimoine mondial*. Paris: AAFU, 2003. p. 13-70.

BERNAL, César A. *Metodología de la investigación: administración, economía, humanidades y ciencias sociales*. 3. ed. Bogotá: Pearson Educación, 2010.

BEZERRA, Onilda Gomes. O patrimônio natural no contexto da conservação integrada. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 14, n. 1, p. 51-68, 2018.

BORGES, Adairlei Aparecida da Silva; SANTOS, Helaine Maria Naves dos. Educação ambiental: conceitos, objetivos e diretrizes. In: SEMANA ACADÊMICA, 5., 2008. *Anais [...]* Uberlândia: UFU, 2008. p. 1-9.

BRAGA, Jainara Pacheco de. Educação ambiental e patrimonial: convergências teóricas. In: MOSTRA NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 9., 2016, Videira. *Anais [...]*. Videira: IFC, 2016.

BRANCALIONE, Leandro. Educação ambiental: refletindo sobre aspectos históricos, legais e sua importância no contexto social. *Revista de Educação do Ideau*, Caxias do Sul, v. 11, n. 23, p. 1-12, 2016.

BRANDALISE, L.T. et al. *Educação e gestão ambiental: sustentabilidade em ambientes competitivos*. 2. ed. Cascavel: DRHS, 2017.

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2009. (Série Desafios da Educação Ambiental).
- CAMERON, Christina; RÖSSLER, Mechtild. *Many voices, one vision: the early years of the World Heritage Convention*. Farnham: Ashgate, 2013.
- CHAVES, César Roberto Castro. *Educação patrimonial no Bairro do Desterro: estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís – MA*. 2012. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.
- CONCEIÇÃO, Valdirene Pereira da; COSTA, Maurício José Morais. A Biblioteca Semente Social da área Itaqui-Bacanga em São Luís do Maranhão: bases para a organização da memória, identidade, produção cultural e desenvolvimento comunitário da região. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 13, p. 1993-2007, 2017.
- DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em educação patrimonial. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 267-291, 2016. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.voi22p267-291.
- FEITOSA, Antônio Cordeiro. Cultura e sustentabilidade em foco: a cultura da sustentabilidade ambiental. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 33-61, 2016.
- FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. Ações de educação patrimonial em Ouro Preto: relato de experiência. *Revista Memorare*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 69-92, 2017.
- FLORES, Anna Claudia da Costa; PEREZ, Carlos Blaya. Conscientização dos usuários de bibliotecas por meio da educação patrimonial alicerçada em ferramentas visuais. *Revista Confluências Culturais*, v. 2, n. 2, p. 9-16, set. 2013.
- FONTENELE, Sabrina; OKSMAN, Silvio. Questões contemporâneas do patrimônio cultural. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 7, p. 243-254, 2018.
- FREITAS, Tassiane Mélo de. A educação para o patrimônio cultural como estratégia de desenvolvimento local. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 32-41, 2015. DOI: 10.17058/agora.v17i2.6682.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- GARCIA, Luciana de Fátima. Patrimônio histórico e cultural como ferramenta de educação ambiental: uma experiência da Sanepar de Ponta Grossa. In: ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 16., 2017, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: UFPR, 2017.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília, DF: Iphan, 1996.
- GRAVARI-BARBAS, Maria. *Patrimoine culturel et naturel*. [S. l.: s. n.], 2015.
- GUIMARÃES, Mauro. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. *Revista Margens Interdisciplinar*, Belém, v. 7, n. 9, p. 11-22, 2013. DOI: 10.18542/rmi.v7i9.2767.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: Iphan, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Parque Estadual do Bacanga*. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2010.
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IEMA. *U. V. São Luís – Estaleiro Escola*. [São Luís]: SEDUC, 2020.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan, 2014a.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *O patrimônio natural no Brasil*. Brasília, DF: Iphan, 2014b.
- ISMÉRIO, Clarisse. Educação patrimonial: promovendo o desenvolvimento regional a partir do patrimônio cultural. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 24-31, 2015. DOI: 10.17058/agora.v17i2.6589.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KARPINSKI, Cezar. Patrimônio natural, documentação e pesquisa. *Transinformação*, Campinas, v. 30, n. 3, p. 314-323, 2018. DOI: 10.1590/2318-08892018000300004.
- LIMA, Fábio Rogério Batista. *O graffiti como patrimônio cultural material*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.
- MACÊDO, José Ribamar dos Santos; FEITOSA Antonio Cordeiro. Intervenção humana na paisagem da Bacia do Igarapé da Guia, município de São Luís-MA. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 18, n. 2, p. 27-37, 2011.
- MAIA, Jorge Sobral da Silva. Problemáticas da educação ambiental no Brasil: elementos para a reflexão. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Carreiros, v. 32, n.2, p. 283-289, 2015. DOI: 10.14295/remea.v32i2.5544.
- MARANHÃO. Lei nº 10.796 de 1º de março de 2018. Aprova o Plano Estadual de Educação Ambiental do Maranhão e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, São Luís, 2018. Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5185>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- MARANHÃO. Lei nº 9.279, de 20 de outubro de 2010. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental do Maranhão. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, São Luís, 2010. Disponível em: http://www.caema.ma.gov.br/porta/caema/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1066&Itemid=61. Acesso em: 12 jan. 2019.
- MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; CARVALHO, Ana Carolina Coutinho; RANGEL, Mauricio Eduardo Salgado. Geotecnologias aplicada ao monitoramento do vetor Aedes Aegypti na Área Itaqui-Bacanga, São Luís – MA. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, p. 1-11, 2011.
- MATURANA, M. R. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do; SULZBACH, Mayra Taiza; DENARDIN, Valdir Frigo. Patrimônio cultural e ecodesenvolvimento: estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 2., 2014, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: Udesc, 2014.

NUNES, Fernanda Bertazzo. *Educação patrimonial: experiência aplicada para o município de Santiago – RS*. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020.

O IMPARCIAL. *Adutora Italuís rompe na Barragem do Bacanga*. São Luís: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/06/adutora-italuis-rompe-na-manha-desta-quarta/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Chaves de. *O patrimônio para além da pedra e cal: um estudo sobre usos e apropriações da cidade*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 34-59, 2018. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v13i25p34-59.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. *Caracterização sócio-ambiental de São Luís-MA*. São Luís: Incid, 2013. Disponível em: https://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/2228_caracterizacao_socioambiental_de_sao_luis.pdf. Acesso em: 13 jan. 2019.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. São Paulo: Labur, 2008.

SCIFONI, Simone. A desregulamentação do patrimônio natural paulista. In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Benedini.; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Patrimônio e turismo: limiar entre história, memória e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 173-190.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SIEBRA, Lucia Maria Gonçalves; BATISTA, Vanessa Louise; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. *Reconhecendo caminhos para uma educação patrimonial no território cearense*. Brasília, DF: Iphan, 2014.

STOCKER JÚNIOR, Jorge Luís. Patrimônio cultural: possibilidades e desafios da participação da sociedade nos inventários. *Dzeits*, Campo Bom, 4 set. 2013. Disponível em: <http://dzeit.blogspot.com/2013/09/patrimonio-cultural-possibilidades-e.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

TAGLIAPIETRA, O. M.; CARNIATTO, I. A interdisciplinaridade na educação ambiental como instrumento para a consolidação do desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 14, n. 3, p. 75-90, set. 2019.

TREVISAN, Fernanda Lodi. *O patrimônio mundial natural e a produção de destinos turísticos no Brasil: Parque Nacional do Iguaçu (PR)*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

UNESCO. *Convenção para o patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: Unesco, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/conventiontext/>. Acesso em: 12 jan. 2019.



SANATÓRIO BARROS BARRETO (BELÉM-PA):

ARQUITETURA COMO TESTEMUNHO CIENTÍFICO

LARISSA SILVA LEAL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM, PARÁ, BRASIL
Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPA). Faz parte das pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (Lamemo) da UFPA.
E-mail: larissaleal711@gmail.com

CYBELLE SALVADOR MIRANDA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM, PARÁ, BRASIL
Arquiteta e urbanista e doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, possui pós-doutorado em História da Arte pela Universidade de Lisboa. Coordena o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (Lamemo) da UFPA e é docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPA).
E-mail: cybelle1974@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5913-989X>

DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p124-150>

RECEBIDO
31/03/2020
APROVADO
03/07/2020

SANATÓRIO BARROS BARRETO (BELÉM-PA): ARQUITETURA COMO TESTEMUNHO CIENTÍFICO

LARISSA SILVA LEAL, CYBELLE SALVADOR MIRANDA

RESUMO

A discussão a respeito do patrimônio cultural da saúde no Brasil tem se evidenciado nos últimos anos, principalmente a respeito dos desafios de valorização do patrimônio material e imaterial, dentre estes a arquitetura assistencial. O Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) começou a ser construído no ano de 1938 como Sanatório Barros Barreto e, em 1976, deixa de ser sanatório, passando a ser chamado de Hospital Barros Barreto. Nesse momento, a instituição se torna também um local provedor de desenvolvimento da ciência por meio das pesquisas em agentes etiológicos das enfermidades incidentes na região amazônica. Este artigo tem por objetivo abordar a arquitetura do HUJBB enquanto patrimônio e, assim, entender os elementos arquitetônicos que contribuem para o modelo de tratamento que se propunha a abrigar no antigo sanatório paraense.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura moderna. Hospitais. Patrimônio cultural da saúde.

BARROS BARRETO SANATORIUM: ARCHITECTURE AS A SCIENTIFIC TESTIMONY

LARISSA SILVA LEAL, CYBELLE SALVADOR MIRANDA

ABSTRACT

Discussion about the cultural heritage of health in Brazil has grown in recent years, especially regarding the challenges of valuing material and immaterial heritage, among them the architecture of care. The João de Barros Barreto University Hospital was built in 1938 as the Barros Barreto Sanatorium and in 1976 it became the Barros Barreto Hospital. At this moment, the institution also becomes a provider of scientific development through research on etiological agents of diseases in the Amazon region. Thus, this article addresses the architecture of the hospital as a heritage site and thus verifies its architectural elements, which contribute to the model of treatment it proposed to house in the former sanatorium of Pará.

KEYWORDS

Modern architecture. Hospitals. Cultural heritage of health.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte das pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Pará (LAMEMO-UFPA), na linha de arquitetura assistencial, cujo início se deu no ano de 2009 com a coleta de dados para o Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde, produzido pela Rede Brasil de Patrimônio Cultural da Saúde, coordenada pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), ligada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Como resultado das pesquisas para o inventário, obteve-se um levantamento do patrimônio cultural da saúde em Belém, contendo a história de 23 instituições, bens edificados e acervos documentais. Dentre estes bens edificados está um exemplar da arquitetura moderna da saúde na região Norte: o Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), construído como Sanatório Barros Barreto (SBB) entre os anos de 1938 e 1959.

O HUJBB é aqui analisado enquanto patrimônio arquitetônico da saúde, sendo destacados os elementos arquitetônicos que contribuem para o modelo de tratamento que se propunha a abrigar no antigo sanatório paraense. Além disso, entende-se que seu valor patrimonial é reconhecido na cultura local e nacional devido à contribuição científica proporcionada pela materialidade do hospital.

Segundo Marques, Aguiar e Moreira (2017), a arquitetura moderna apresenta uma carência de identificação como patrimônio histórico e, nesse sentido, cria-se um panorama desafiador para aqueles que trabalham na área, tendo em vista que muitos equipamentos assistenciais apresentam mau estado de conservação ou descaracterização.

Nesse contexto, abordar os estudos sanatoriais denota o aprofundamento de conteúdos impregnados ainda hoje na lembrança da sociedade que conviveu com o surto da tuberculose (ANTUNES; WALDMAN; MORAES, 2000, p. 368) e traz à tona, por meio da estrutura física das instituições antituberculosas, as marcas deixadas e a história presenciada durante o século XX. Para além da materialidade, Antunes, Waldman e Moraes (2000) expõem o “olhar para a tuberculose” por meio dos signos atribuídos a ela, no qual identifica como ícones canônicos não apenas objetos, como as escarradeiras (objetos que utilizados para aparar o excesso de saliva e catarro dos doentes), mas também procedimentos (como o pneumotórax) e instituições relacionadas.

A fim de entender o tratamento da doença no Brasil, cabe a diferenciação entre os equipamentos hospitalares antituberculose, separados em preventório, dispensário e sanatório. O primeiro atendia crianças em estado de risco visando a evitar que elas desenvolvessem a doença; o dispensário tinha função de profilaxia da tuberculose por meio de iniciativas educativas; por último, o sanatório está relacionado ao isolamento para o tratamento (BRASILEIRO, 2012).

O esclarecimento quanto às funções dos equipamentos destinados ao tratamento da tuberculose é necessário tendo em vista o imaginário da população belemense de que o Sanatório Barros Barreto era um local exclusivamente direcionado para pessoas com doenças mentais. Tal confusão deve-se ao caráter de isolamento existente também nos hospitais psiquiátricos, os quais funcionavam em áreas mais afastadas do centro da cidade. O intuito do isolamento do SBB era evitar o contágio pelo ar infectado, segundo as políticas higienistas vigentes. Contudo, este isolamento trouxe outras consequências para os pacientes em tratamento, como a ocorrência de suicídios e fugas.

Ao apontar a tipologia sanatorial moderna, Renato da Gama-Rosa Costa (2017) explica que, no ano de 1937, houve uma reforma ministerial

que incumbiu a Divisão de Obras vinculada ao Ministério da Educação e Saúde (1934-1977) da elaboração dos projetos sanatoriais do período em que esteve vigente, incluindo o projeto do SBB no Pará. Os projetos contavam com autoria coletiva, incluindo desenhistas, engenheiros, mestres, entre outros profissionais. Além disso, os sanatórios apresentaram características similares e até projetos replicados. Dentre os elementos mais comuns constavam o grande número de janelas em vidro nas fachadas, as inovadoras varandas abertas e, para o conforto, havia os *brise-soleils* e as grandes paredes permeáveis (construídas pela justaposição de elementos vazados denominados cobogós), e os telhados planos escondidos por platibandas. Ressalta-se que todos estes elementos podem ser observados na edificação do antigo sanatório paraense.

2 SUBSÍDIOS ESTRUTURAIS

Com método qualitativo, o estudo considera o levantamento fotográfico e documental a fim de visualizar os aspectos espaciais e de detalhes construtivos. Além disso, a aplicação do método etnográfico no interior do hospital universitário, por meio de entrevistas e observação não participante, objetiva adentrar no âmbito das relações sociais vigentes na arquitetura como seu espaço-palco.

O HUIBB dispõe de acervo iconográfico que demonstra a edificação em diferentes períodos e com constantes mudanças no perfil de atendimento, expressas na estrutura física do prédio. Para o desenvolvimento desta pesquisa, as fotografias e plantas arquitetônicas do prédio foram digitalizadas e disponibilizadas pelos setores de biblioteca e de arquivo administrativo do hospital. Além do mais, o levantamento fotográfico para a percepção dos detalhes construtivos do edifício foi produzido no ano de 2018.

Destaca-se que as entrevistas e observações ocorreram durante as incursões etnográficas realizadas nos anos de 2018 e 2019, observando as premissas que guiam a inserção do pesquisador no campo, segundo a antropologia. Estas visaram a ter contato com a percepção dos usuários acerca do HUIBB, expressa em seus sentimentos e anseios.

Por isso, essa fase da pesquisa de campo ocorreu informalmente, optando-se por entrevistas não dirigidas e sem um roteiro pré-estabelecido de perguntas, nas quais deixava-se o entrevistado à vontade para demonstrar

opiniões a respeito do objeto de estudo. Além disso, apenas uma entrevista foi previamente marcada, enquanto as demais aconteceram espontaneamente durante as incursões.

Deste modo, refletiu-se primeiramente acerca da arquitetura assistencial como patrimônio, em seguida consideraram-se os pontos de discussão do antigo sanatório, tais como: *local provedor de desenvolvimento da ciência, elementos arquitetônicos e entrevistas com nativos*, procurando destacar características que configuram o Sanatório como bem cultural e científico que necessita de salvaguarda.

2.1 Patrimônio da saúde: a modernidade hospitalar no Brasil

A identificação e conservação do patrimônio da saúde no Brasil enfrenta desafios devido às sucessivas transformações nos tratamentos médicos, produto da pesquisa científica e das novas tecnologias, bem como da ação da política (MONTEIRO, 2014).

A definição de patrimônio da saúde repousa sobre todos os bens materiais e imateriais que correspondem à história da saúde e, segundo Monteiro (2014, p. 28), “bens que expressam o processo de saúde individual e coletiva”. Entre os bens materiais estão os hospitais, laboratórios, documentos, objetos de uso médico, entre outros. Como bens imateriais pode-se mencionar a memória, as vivências e os costumes presentes no ambiente hospitalar. Dessa maneira, conceber o tema do patrimônio cultural da saúde diz respeito a pensar os hospitais não apenas como edificações, mas também como espaços culturais propagadores de costumes e conhecimentos de determinada época.

Juliane Serres (2015) observa que, no Brasil, até o ano de 2005, quase não havia referências ao patrimônio cultural da saúde, quadro que viria a mudar com a constituição da Rede Latino-americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde. A partir de então, os Ministérios da Saúde do Brasil e do Chile iniciaram o desenvolvimento do reconhecimento das edificações da saúde como patrimônio, destacando-se a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como a principal responsável pelo desenvolvimento dos estudos no país (SERRES, 2015).

Dentro da categoria de patrimônio cultural da saúde, destaca-se a arquitetura assistencial moderna, categoria de estudo desenvolvida em

tempos ainda mais recentes. O período de vigência do hospital moderno no Brasil tem início na década de 1930, com as medidas tomadas pelo governo para sistematizar as diretrizes da saúde por meio do Ministério de Educação e Saúde e com a criação da Divisão de Organização Hospitalar (RIBEIRO, 2020).

Segundo Cecília Ribeiro (2020), a Divisão de Organização Hospitalar (DOH) difundia a concepção de hospital moderno sob dois modelos: o hospital-geral e o hospital especializado, sendo o geral um monobloco de grande altura, pois era construído em áreas urbanas. Em 2011, Renato da Gama-Rosa Costa já havia discutido os apontamentos entre a concepção de hospitais tradicionais e modernos, explicando os modelos vigentes durante o período da produção moderna, como o pavilhonar e de isolamento, e o bloco único vertical.

Aprofundando os estudos do tema, dentre as publicações recentes, o livro *Arquitetura moderna e sua preservação: estudos para o plano de conservação preventiva do Pavilhão Arthur Neiva*, de 2017, organizado por Bárbara Cortizo de Aguiar e Maria Luisa Gambôa Carcereri, traz um panorama a respeito do processo de conservação de um patrimônio hospitalar e, mais especificamente, os desafios apresentados por uma edificação moderna localizada no Rio de Janeiro.

Além disso, o livro organizado por Ana M. G. Albano Amora e Renato da Gama-Rosa Costa, intitulado *A modernidade na arquitetura hospitalar: contribuições para a historiografia*, lançado no ano de 2019, acrescenta o olhar historiográfico de diversos autores para a arquitetura assistencial moderna em países como Brasil, Bolívia, Colômbia e México.

Sobre as edificações da saúde em Belém, publicações como *Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade: espaços, funções e protagonistas*, organizada por Cybelle Miranda, Fernando Grilo, Joana Pinho, Maria João Bonina e Ronaldo de Carvalho em 2019, abordam um importante diálogo entre os equipamentos assistenciais do Brasil e de Portugal.

Por fim, ainda em Belém, cabe destacar o estudo do *Sanatório Domingos Freire: memória da exclusão e a criação de novos espaços urbanos na 1ª légua de Belém*, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPA) de Livia Gaby Costa (2019). Esse estudo se volta para a memória que permeia o terreno

do antigo sanatório, que foi demolido para dar lugar ao Sanatório Barros Barreto, hospital monobloco vertical.

Nesse sentido, diversas são as ferramentas a serem utilizadas para destacar o valor dos equipamentos assistenciais, por meio do aprofundamento na história, do estudo dos programas arquitetônicos, das relações afetivas com o lugar, das memórias, entre outros aspectos.

2.2 Local provedor de desenvolvimento da ciência

Conforme Bertolli Filho (2001), no fim da década de 1920, a tuberculose (doença infectocontagiosa que assume evolução crônica, também conhecida como peste branca ou tísica) era responsável por metade dos óbitos em todo o Brasil, principalmente devido à situação sanitária das cidades brasileiras e à carência de instituições para tratamento da doença.

Anteriormente às descobertas de drogas que tratassem e curassem a enfermidade, eram utilizados medicamentos fitoterápicos associados a medidas higiênicas, como o contato com ar puro e luz natural, fato que aumentava o tempo de tratamento (BERTOLLI FILHO, 2001). Além disso, por ser uma doença contagiosa, o diagnóstico era recebido pelas pessoas com tristeza e, muitas vezes, escondido socialmente, a fim de evitar a estigmatização da família dos enfermos, segundo o autor.

No panorama nacional, foi durante esse período que o Estado passou a ser cobrado como responsável pela saúde pública. Assim, o Estado varguista tomou poucas medidas que visavam a aumentar as ações contra a doença. Ações estas que se concentravam em São Paulo, que em 1936 detinha 14 sanatórios, enquanto nas demais capitais brasileiras constava uma enorme carência de equipamentos assistenciais para os tuberculosos (BERTOLLI FILHO, 2001).

Apenas em 1936 o Ministério da Educação e Saúde Pública (criado naquele ano) autorizou o início da construção do sanatório para tuberculosos, que viria a ser o Sanatório Barros Barreto. Vale ressaltar que as tentativas e novas descobertas de tratamento também influenciaram na arquitetura, promovendo uma linguagem arquitetônica peculiar, principalmente durante o período do movimento moderno.

Ao tratar da arquitetura antituberculosa em Pernambuco, Carolina Brasileiro (2012, p.80) cita a Campanha Nacional Contra a Tuberculose como o setor coordenador (a partir de 1946) das atividades do governo no combate à doença.

FIGURA 1

Exemplo de selo de planta do Sanatório Barros Barreto produzida pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose. Fonte: Acervo do Arquivo Administrativo do HUIBB (1951).

S.N.T.		SETOR DE ARQUITETURA E ENGENHARIA DA CAMPANHA NACIONAL CONTRA A TUBERCULOSE		FOLHA A 28 X	
SANATORIO DE BELEM FACHADA OESTE					
ORDEM Nº DO PROJETO 4113	Nº DA OBRA 020-01	LOCAL BELEM	ESPECIE FACHADA	APROVADO EM DIRETOR DO S.N.T.	
ESCALA 1:100	DATA 4-4-1951	VISTO <i>[assinatura]</i> SETOR DE ARQUITETURA		VISTO <i>[assinatura]</i> SETOR DE ENGENHARIA	
PROJETADO <i>[assinatura]</i>			MODIFICAÇÕES		
ESTALHADO	DATA	ESTABEC.		S.A.F. DIR.	
RESENHADO		AMPLIAÇÃO REFEITÓRIO, SERVIÇOS GE- RAIS - DESLOCAMENTO DA CHAMINE			
ERIFICADO					

Assim, uma das medidas propostas pela campanha seria a instalação de sanatórios para tratamento dos doentes. Naquele momento, as obras do Sanatório Barros Barreto já haviam sido iniciadas, mas estavam paralisadas por falta de verba, retornando graças às verbas da campanha, que também forneceu alguns projetos arquitetônicos (Figura 1).

Posteriormente, a edificação construída para abrigar o SBB se tornou um prédio-emblema na história da saúde no Pará, devido à demora de 21 anos para seu funcionamento de fato, constando duas inaugurações simbólicas antes de 1959, ano em que atendeu os primeiros pacientes mesmo sem estar finalizado, como demonstram as figuras 2 e 3. Ainda assim, por um curto período essa foi a única função oficial do sanatório, isso porque a demora no início do funcionamento fez a estrutura monumental ser inaugurada já sendo ultrapassada e, conseqüentemente, com áreas ociosas.

FIGURA 2

Parte correspondente à área leste-sul, em junho de 1973, não finalizada mesmo com o funcionamento do SBB. Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca do HUIBB (1973).



FIGURA 3

Ala leste-sul
finalizada. Fonte:
Acervo fotográfico
da Biblioteca do
HJBB, s/d.



A análise de informações dos documentos e iconografias da instituição revelou que, no ano de 1976, houve mudanças na estrutura física e administrativa do hospital, refletidas também no nome, modificado para Hospital Barros Barreto (HBB). Juntamente com as mudanças no perfil de atendimento, em que a instituição passa de sanatório de tuberculose para hospital de doenças infecto-parasitárias, identificou-se a carência de estruturas que atendessem pacientes com doenças tropicais (doenças com alto número de ocorrências na região, tais como a malária, leptospirose, sarampo, entre outras) em Belém (BIBLIOTECA DOUTOR ALEXANDRE BARROS DOS SANTOS, [19--?]). Vale ressaltar que o diagnóstico de doenças tropicais estava a cargo do Instituto Evandro Chagas, contudo, o tratamento não era iniciado por falta de estrutura física que o comportasse.

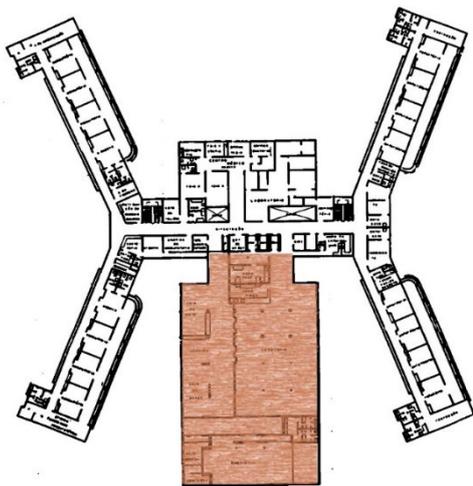
A respeito do ensino e da pesquisa desenvolvidos ainda no período do Sanatório Barros Barreto, a planta arquitetônica datada do período anterior à adaptação (iniciada em 1975) demonstra a existência de ambientes de sala de aula na parte sul do segundo pavimento (parte superior esquerda da área em marrom na Figura 4). Essa evidência indica os antecedentes do ensino e da formação dentro do hospital, reforçados também pela presença de um auditório e uma sala de conferências.

Vale destacar que o processo de implantação de pesquisa e ensino no interior de equipamentos assistenciais era comum em Belém, cujo propósito era a aplicação prática das inovações desenvolvidas e troca de

conhecimentos a partir das experiências vividas, a exemplo do Centro de Estudos do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira (1889-1984)¹.

Nesse contexto, em 1975 é projetada a adaptação da parte sul do segundo pavimento do hospital a fim de dar lugar ao Centro de Estudos do HBB, projeto executado e entregue em 1976. Conforme a planta arquitetônica anterior à readaptação do local, originalmente funcionava um setor de serviços gerais com duas copas e um grande refeitório para pacientes (Figura 4), cujo espaço deu lugar à biblioteca e às salas administrativas do novo setor de ensino. Além disso, a obra contou com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Fundo Gustavo Capanema e do Instituto Evandro Chagas (BIBLIOTECA DOUTOR ALEXANDRE BARROS DOS SANTOS, [19--?]), consolidando o plano de desenvolvimento do ensino da saúde no interior do hospital. A partir de então, a implantação do Centro de Estudos solucionaria não apenas o problema da ociosidade de parte da edificação hospitalar, como também atenderia a demandas de pesquisa e assistência a doenças tropicais (BIBLIOTECA DOUTOR ALEXANDRE BARROS DOS SANTOS, [19--?]). Assim, consolidava-se a atribuição de hospital de ensino e pesquisa presente anteriormente, mas sem muito destaque.

FIGURA 4
Planta baixa
do segundo
pavimento, com
demarcação
em marrom da
área do Centro
de Estudos.
Fonte: Acervo
do Arquivo
Administrativo do
HUJBB, s/d.



1. Cf. Miranda e Costa (2018).

Em 1983, a Portaria nº 337, de 1 de novembro, informa que o hospital passa a ser chamado de Hospital João de Barros Barreto (HJBB), sendo suas finalidades adaptadas para a atribuição de hospital de tratamento exclusivo a doenças respiratórias, e inicia a assistência a portadores de síndrome de imunodeficiência adquirida – aids (BIBLIOTECA DOUTOR ALEXANDRE BARROS DOS SANTOS, [19--?]).

No início da década de 1990, a Universidade Federal do Pará assina a cessão de uso do hospital, que até então era vinculado ao Ministério da Saúde, consolidando o papel de hospital de atendimento/ensino/pesquisa. Agora denominado Hospital Universitário João de Barros Barreto, nome que perdura até os dias atuais, o desenvolvimento científico na região Norte é marcado pela certificação dos Ministérios da Educação e da Saúde (MEC/MS) para o HUJBB, em 2004, como instituição de ensino (BIBLIOTECA DOUTOR ALEXANDRE BARROS DOS SANTOS, [19--?]; SECRETARIA-GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES DELIBERATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2010).

Atualmente, o HUJBB se tornou uma grande instituição assistencial, de média e alta complexidade, passando a ser referência no tratamento de doenças como aids, meningite, diabetes, patologias bucais, patologias crônico-degenerativas e oncologia, além de doenças emergentes como dengue, raiva humana e gripe A (SECRETARIA-GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES DELIBERATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2010). Nesse contexto, a edificação principal não foi suficiente para abrigar todas essas especialidades, construindo-se ao longo dos anos cerca de 15 edificações ao redor do hospital, bem como as intervenções na estrutura principal são constantes.

Desse modo, é necessário pensar na relação do imaterial com a materialidade, pois as demandas provenientes dos tratamentos e da inclusão de novas especialidades influenciaram toda a trajetória arquitetônica do prédio, a cada mudança de nome, novas perspectivas e reestruturações na edificação. Para o contexto científico, a consolidação do hospital-ensino significou maior desenvolvimento do conhecimento sobre a saúde local e o retorno para a população em forma de serviços prestados, reforçado pelo atendimento por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.3 Elementos arquitetônicos

Os estudos de elementos arquitetônicos em uma edificação histórica revelam a técnica construtiva tradicional de determinado período e, no caso do Barros Barreto, busca-se a funcionalidade e os significados, que são interligados à arquitetura. O intuito da tradição é a transmissão, passar a outra pessoa ou dar para guardar; deste modo, a materialidade construtiva contribui para a consolidação de uma cultura enquanto expressão da sociedade em que ela existe (MATEUS, 2013, p. 28).

Nesse sentido, a edificação principal do HUIBB representa uma cultura construtiva desenvolvida na Amazônia, de tal forma que o conhecimento desta contribui para a preservação e transmissão para as futuras gerações, pois:

Estudar as culturas construtivas serve pois a quem preserva o patrimônio arquitetônico, a situar-se numa cronologia de múltiplas interações e adaptações de práticas construtivas que se repetiram ao longo do tempo e que desembocaram no mundo “globalizado” em que vivemos, caracterizado pela perda de referências territoriais e de identidade (MATEUS, 2013, p. 31).

Segundo o autor, o patrimônio é passível de adaptações na técnica construtiva e sofre influência das interações que ocorrem no interior da edificação, porém essas adaptações costumam ser produzidas em uma linguagem construtiva contemporânea, colocando em risco as técnicas tradicionais de se construir.

Este fato é recorrente desde o SBB até os dias atuais, de modo que cada adaptação acontece utilizando-se um sistema construtivo diferente da linguagem modernista original, tendo em vista o avanço das tecnologias da construção e as decisões tomadas pelos responsáveis pelas intervenções. Assim, a perda de referências e de identidade territorial surge como um risco a ser assumido diante da dinâmica das necessidades do atendimento hospitalar e este impasse é vivido pelo Setor de Infraestrutura do atual HUIBB.

Ao explicar as características da arquitetura moderna da saúde brasileira, Elza Costeira e Ana Amora (2015, p. 3) salientam os princípios do “uso de linhas retas, volumetria abstrata, a ausência de ornamento e de referências históricas, a atenção aos aspectos funcionais, a exploração das características construtivas do concreto armado” como tentativa de adequar a arquitetura hospitalar aos novos padrões modernistas.

A linguagem arquitetônica presente no SBB pode ser explicada por meio das diretrizes projetuais seguidas pelos profissionais da Divisão de Obras, responsável tanto pelos projetos arquitetônicos quanto pela estrutura física já edificada, incluindo a execução de construções e reformas de sanatórios antituberculosos para os órgãos subordinados ao Ministério (MARQUES; AGUIAR; MOREIRA, 2017).

Com projetos portadores de uma linguagem advinda da Escola Carioca da Arquitetura Moderna, como ilustra o Pavilhão Arthur Neiva (construído nos anos de 1940) no Rio de Janeiro, a Divisão de Obras apresenta prédios com esquadrias envidraçadas contrastando com extensões de paredes brancas, telhados com plano único e soluções arquitetônicas para a climatização do ambiente interno dos hospitais – os brises em concreto, cobogós, paredes vazadas e varandas (MARQUES; AGUIAR; MOREIRA, 2017).

No contexto paraense, percebe-se a ênfase do uso de novas tecnologias aplicadas à tipologia sanatorial com preocupação na humanização e no conforto ambiental que, segundo Costeira e Amora (2015), são fundamentais para o projeto moderno. O SBB foi edificado com estrutura em pilares e vigas invertidas de concreto armado, portando um conjunto de elementos característicos da arquitetura sanatorial modernista, como as varandas abertas, *brise-soleils* em concreto, grandes extensões de paredes vazadas, janelas em vidro e alumínio nas fachadas, telhados planos e uso predominante da cor branca ou tons pastéis.

As varandas abertas do sanatório apresentavam formas arredondadas, proporcionadas pelo uso inovador do concreto armado, que permitia vãos abertos em extensões fora do volume do edifício. Com cerca de 50 m², esses elementos (à direita na Figura 5) detinham a função de promover o contato do paciente com o ar purificado pelas árvores de eucalipto plantadas no bosque em frente ao sanatório. Além disso, esses recursos permitiam a entrada de iluminação e ventilação natural para o interior das enfermarias, tendo em vista que estavam localizadas na fachada leste, visando a captação de ventos. A paginação de piso tipo ladrilho hidráulico em xadrez adotada nesse setor indica, pela dinâmica diferente do restante do sanatório, a distração do paciente, como reflexo dos preceitos de humanização hospitalar.

Grandes extensões de *brise-soleils* acompanhados de elementos vazados (conhecidos também como cobogós) formavam as fachadas das alas do

Sanatório, sobrepostos em sentido horizontal nos lados voltados para leste. As paredes vazadas do corredor central, lado sul, eram responsáveis pela entrada concomitante de ventilação e iluminação que, em conjunto com o grande número de janelas em vidro – cujo intuito era fornecer iluminação natural para os corredores –, serviam ao conforto ambiental da estrutura assistencial.

As platibandas que escondem a cobertura em cimento amianto do antigo SBB também são características construtivas modernistas, assim os telhados planos eram os mais utilizados. Contudo, a cobertura do sanatório ainda apresenta certa inclinação e, devido à forma da edificação, esta apresenta seis águas.

O uso de cores claras refletia os cuidados com a humanização nos interiores dos sanatórios, por esta razão o exemplar paraense apresentava todas as fachadas na cor branca e, quando os interiores não eram brancos, exibiam tons pastéis. A exemplo das medidas tomadas por Alvar Aalto no interior do Sanatório de Paimio (1928-1932), na Finlândia, por meio do foco nos pacientes e suas relações com o quarto, pois este era o local em que passavam mais tempo.

FIGURA 5

Fachada norte e varandas da ala oeste, vista a partir do bosque próximo ao SBB. Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca do HUJBB (1973).



Essa preocupação do arquiteto com o sanatório finlandês se deu principalmente nos aspectos psicológicos, demandando cuidados com cor, iluminação, temperatura e ruídos, a exemplo dos forros dos quartos especificados em tom mais escuro que o das paredes, pois o paciente deitado na cama teria esta única visão, além da altura das janelas dos quartos, pensada para que o paciente acamado conseguisse visualizar a paisagem externa (TAWAB, 2018).

Por fim, a caracterização de elementos que agregam valor ao prédio é concomitante com a pesquisa sobre o conhecimento científico desenvolvido na arquitetura aplicada ao ambiente hospitalar. Para além das técnicas construtivas, o significado cultural que a edificação principal do HUIBB apresenta é revelado por aqueles que a utilizam e a observam cotidianamente.

2.4 Experiências na voz dos nativos

Por meio de um olhar antropológico, aqui se buscou entender o “ponto de vista dos nativos”, referência encontrada em Clifford Geertz (1997) para designar os agentes locais de determinado lócus de estudo. Segundo o autor, a interpretação do *modus vivendi* de um povo deve ir além dos horizontes mentais desse mesmo povo, e é nesse contexto que adentram os pesquisadores em campo. Ressalta-se que a escolha dos sujeitos a serem entrevistados foi determinada pela disponibilidade de diálogo dentre aqueles que circulavam pelo hospital nos dias em que foram feitas as incursões, com exceção da funcionária aposentada, a qual foi indicada como detentora de memórias do hospital.

Para além da dimensão arquitetônica, na tentativa de “dessacralizar a arquitetura” (SEGAUD, 2016, p. 42) busca-se destacar a relação cotidiana das pessoas com a edificação, pela observação e com entrevistas, as quais permitem a percepção dos contextos social, cultural e histórico do HUIBB. As experiências foram apreendidas nos anos de 2018 e 2019, cujos relatos mais importantes serão destacados a seguir.

Primeiramente, vale destacar nossa própria experiência, pois voltar o olhar para os transeuntes do Barros Barreto trouxe a sensação de dar notoriedade a um espaço encoberto pela categoria de assuntos não ditos: a morte e o medo (TAVARES; CARDOSO; SÁ, 2014). Houve, assim, o que Rocha e Eckert (2008) apontam como o deslocamento da própria cultura

para situar-se no interior do fenômeno observado, tendo em vista que nunca havíamos entrado no hospital antes do estudo.

Nesse processo, viu-se na prática que a sociedade informa sobre a arquitetura e vice-versa (SEGAUD, 2016), pois o Barros demonstra elementos culturais muito fortes nas relações vividas em seu interior, como nos relatos, principalmente entre os idosos, de experiências passadas por seus pais, avós e outras pessoas que não estão mais vivas. Assim, este estudo se constrói sobre a base de diversos contextos que revelam não apenas a sociedade do observado, mas também a do observador, tornando-se uma experiência reveladora das pesquisadoras (LAPLANTINE, 2003).

Uma das figuras mais emblemáticas encontradas dentro do HUIBB foi a funcionária aposentada Iolete de Souza, de 81 anos, no qual trabalhou desde a inauguração do prédio, em 1959, até 2008². O discurso da entrevistada é marcado por três características, 1) a ideia de ligação do espaço com a morte; 2) aparições de “visagens”, e 3) a relação familiar com o local.

A funcionária aposentada inicia relatando que o medo de contrair a tuberculose era geral, contudo, por sempre seguir procedimentos como manter a distância de pelo menos um metro dos pacientes e não dividir talheres ou copos com eles, ela nunca contrairia alguma enfermidade dentro do hospital. Além disso, presenciou a morte de muitos pacientes, outros fugiam por não querer ficar em isolamento e alguns inclusive cometeram suicídio jogando-se das varandas do edifício. Ainda assim, Iolete se refere ao Barros mais como um local de esperança para cura e tratamento, demonstrando uma forte ligação com o lugar (NORBERG-SCHULZ, 2008), ilustrada principalmente pelos primeiros anos no sanatório, nos quais se dedicava em tempo integral ao trabalho. Nessa época, um transporte fornecido pelo sanatório buscava os funcionários às 6h e os deixava em suas respectivas residências às 22h, devido à localidade isolada (e rodeada por matagais) do local de trabalho, distante até de paradas de ônibus, segundo a entrevistada.

Ao falar da distância que deveria percorrer da parada de ônibus até o sanatório, a funcionária aposentada aponta um assunto já mencionado por Tavares, Cardoso e Sá (2014) referente ao imaginário das pessoas “de fora” e à presença de narrativas sobre “visagens” no ambiente hospitalar. Em

2. Esta entrevista foi realizada no dia 30 de agosto de 2018 no interior do HUIBB.

uma manhã, enquanto caminhava em direção ao sanatório, Iolete relata ter visto um homem que surgiu e desapareceu tão rapidamente, que ela estava certa de ter visto uma visagem. Além do mais, era e ainda é muito comum ouvir relatos de aparições e desaparecimentos de pessoas sem explicação. Conclui-se então que as visagens fazem parte das vivências do hospital e até criam interações sociais no compartilhamento de experiências como esta, ligadas principalmente a hospitais.

Acerca do bosque que existe ao norte da edificação do antigo sanatório, a aposentada explica que, nos primeiros anos, o parque (chamado de Parque dos Eucaliptos) detinha um gramado com manutenção constante, além de ser muito estimado pelos funcionários, o que ilustra com o exemplo de uma árvore plantada por seu falecido marido (que também fora funcionário do sanatório) durante a década de 1960. Assim, este fato revela a relação de proximidade entre funcionários e o espaço, muito embora se refira a um hospital público de tratamento a doenças contagiosas, rodeado pelo estigma de hospital-morredouro.

Com base em toda a entrevista, percebe-se “a ressemantização da paisagem como território de unidade de sentido de trajetórias heroicas, de acordo com identidade individual e social” (ECKERT, 2007, p. 3) de Iolete Souza. A depoente se refere, em tom nostálgico, aos tempos anteriores como os melhores no hospital, cita o nome dos médicos com ênfase e, além disso, menciona os diretores passados como se fossem seus amigos muito próximos.

Nesse sentido, é possível perceber também a “construção do mito da idade de ouro” e a remodelação do passado (FERREIRA, 2013, p. 89), pois as diversas mortes, problemas no atendimento de pacientes e até algum tipo de deficiência no trato com funcionários foram esquecidos ou deixados em segundo plano, enquanto a entrevistada falava do que lhe parecia importante.

O mito da idade de ouro se constrói no sentido de que, no passado, a administração era mais organizada, a alimentação dos pacientes e funcionários provida pelo governo era melhor, as apresentações culturais no hospital eram frequentes, o espaço físico tinha manutenção constante, entre outras características. Entretanto, essa remodelação do passado pode significar a existência de uma falta de valorização das melhorias do HUIBB no tempo presente e o que ainda pode melhorar no futuro.

Em visita ao HUIBB, cerca de dez meses após a primeira entrevista, foi perceptível, enquanto seguia em direção ao *hall* de entrada do hospital, uma venda de roupas novas e usadas³. Ao sair do corredor da biblioteca do hospital, pôde-se observar as interações sociais e iniciar conversa com uma paciente aposentada chamada Maria Carolina⁴. Ela afirma conviver com o hospital há muito tempo por precisar de tratamento contínuo, reforçando o fato de ser bem atendida por médicos e funcionários, cujos nomes são citados um a um. Assim, confirma-se na prática o existir de uma “sociabilidade peculiar aos lugarejos com baixo número de habitantes” (TAVARES; CARDOSO; SÁ, 2014, p. 65) dentro do Barros.

Em seguida, quando retornamos da biblioteca em direção à saída, puxamos assunto com os vendedores do brechó. Suane, de 50 anos, é desempregada e voluntária na associação “Amigos do Barros”, cujo intuito é arrecadar dinheiro para a compra de materiais de higiene pessoal para os pacientes, pois o hospital não supre suas necessidades. Enquanto a venda atraía a todos que passavam pelas passarelas em direção à saída, pusemo-nos a observar esta paisagem materializada por pessoas e seus interesses:

A paisagem no mundo urbano contemporâneo guarda as feições das estratégias de vida de seus habitantes, seus sonhos e desejos, conforme a acumulação benéfica da animação e da vibração temporal dos ritmos diferenciais de ocupação e apropriação de seus territórios (ECKERT, 2007, p. 10).

No discurso da voluntária depreende-se que a paisagem guarda as estratégias de vida e sonhos das pessoas. Suane relata que está desempregada há vários meses e sonha em trabalhar na área de enfermagem como técnica, na qual se formou recentemente. Ela enxerga o Barros como um lugar de oportunidades para especialização profissional, pois algumas colegas de curso se especializaram no hospital. Como o trabalho de vendas dentro do Barros é voluntário, Suane assume a estratégia de se aproximar do local que representa a futura realização de seus sonhos.

Durante outro momento de incursões etnográficas, ao nos encaminharmos para o hospital, avistamos uma funerária próximo à entrada, sendo

3. A visita ocorreu no dia 4 de junho de 2019.

4. A entrevistada não informou a idade, contudo, aparentava possuir mais de 60 anos.

esta a oportunidade de conversar sobre o Hospital⁵. Gilson é morador da área desde a infância e informa que não possui conhecimento do interior do HUIBB por não o frequentar. Entretanto, ele aponta que o contato com os pacientes e acompanhantes é diário, tendo em vista que muitos saem em busca de distração enquanto aguardam o atendimento, e é assim que ocorrem conversas cotidianas com o agente funerário.

Gilson declara que a maior expressão dos usuários do HUIBB são as reclamações acerca da estrutura física do hospital, principalmente a área externa, que se apresenta suja, desagradável e não acolhedora, em detrimento da percepção destes acerca do atendimento, visto positivamente.

Conforme afirma o entrevistado, a maioria das pessoas que frequentam a funerária pertence a cidades do interior do estado do Pará e de estados próximos, como Amapá e Amazonas. Dessa forma, reflete-se acerca das relações e percepções destes agentes a respeito do hospital, as quais diferem da relação de identidade e proximidade que os frequentadores assíduos podem desenvolver com o lugar, como demonstram as entrevistas anteriores.

Próximo ao fim da conversa, enquanto explanava sobre a monumentalidade da edificação, Gilson se contradiz ao afirmar que adentra a área do hospital em direção ao necrotério devido a sua profissão. Desse modo, interpreta-se a negação como uma forma que o funcionário da funerária encontrou de não ser associado à instituição, por conta do estigma de doenças contagiosas e de lugar de morte que permeia o local (TAVARES; CARDOSO; SÁ, 2014).

O olhar negativo sobre o HUIBB foi esquecido por um momento, enquanto o agente funerário explicava que conheceu o SBB por meio de fotografias mostradas por um vigia noturno do hospital. Ele demonstrava admiração às formas da edificação em formato de “H” e respeito em relação ao tempo que levou sua construção. Assim, rememora-se que “o ambiente compõe-se dos vestígios de sua própria história” (GREGOTTI, 2008, p. 373), pois o Barros Barreto é construído por meio das memórias dos agentes sociais, memórias estas que detêm papel fundamental na percepção acerca da instituição.

5. Entrevista realizada em 14 de novembro de 2019. O entrevistado não informou a idade e aparentava possuir menos de 60 anos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um bem ou patrimônio cultural advém da construção social baseada no questionamento do que se deve guardar e o que se deve destruir (MIRANDA, 2016, p. 408), e este é o principal contexto que permeia o HUIBB atualmente. A respeito de intervenções no patrimônio edificado, Rosina Ribeiro (2013, p. 137) destaca que o “principal fator é o valor do edifício e sua representatividade para a sociedade”, deste modo, cabe atentar primeiramente para o âmbito da significação de um patrimônio no que se refere ao estudo de edificações antigas.

Atualmente, as intervenções produzidas no HUIBB com o intuito de adaptar a estrutura física do prédio para melhor atender os pacientes o colocaram em uma situação de constante canteiro de obras. Diante do impasse entre o que preservar e o que destruir, a observação dos usos dos espaços pelos agentes sociais do hospital contribui para responder esta questão.

Ao adentrar a cientificidade construtiva da edificação, por meio de estudos prévios das técnicas, cria-se um embasamento sólido a fim de produzir uma intervenção construtiva. Como reitera Rubió (2008, p. 262), a intervenção é uma proposta que favorece o conhecimento das estruturas significativas do material histórico existente. Nesse sentido, o conhecimento das estruturas significativas do hospital evita que este sofra futuros danos, tanto práticos quanto simbólicos. Ressaltando-se que os danos nas duas funções da arquitetura, ou seja, a prática e a simbólica, podem gerar consequências como a insatisfação geral da comunidade, desuso e até abandono de uma edificação histórica (MIRANDA, 2016).

De outro modo, pensar o Barros Barreto como patrimônio ainda é uma tarefa a ser desenvolvida a partir do reconhecimento do hospital como repositório de valor afetivo. Além disso, a materialidade é provedora de elementos de identidade territorial. Assim, Miranda (2016, p. 416) acrescenta que “a leitura dos objetos do passado deve ser feita, portanto à luz das concepções do presente, compreendendo os cenários em que se inseriram, mas reconduzindo-os às nossas visões atuais”.

Ao estudar uma edificação de valor histórico, inevitavelmente a leremos conforme nossa visão do mundo atual e “globalizado”. Portanto é importante entender o contexto em que se inseriu o objeto estudado, com a premissa de que o valor do antigo surgiu como uma sensibilidade contemporânea (MIRANDA, 2016; RUBIÓ, 2008).

Por mais que não sejam percebidos explicitamente, os valores culturais estão presentes na arquitetura modernista do sanatório paraense. Mesmo sendo construída baseada em preceitos utilizados nacionalmente, a edificação adquiriu os próprios significados e valores atribuídos por aqueles que a frequentaram ao longo da trajetória de 60 anos desde sua inauguração, em 1959.

Nesse contexto, se considerarmos as manifestações que um patrimônio pode apresentar, Céline Verguet (2015) demonstra a importância da autenticação de um patrimônio baseada em história e afetividade, e como esta se dá por meio do reconhecimento da comunidade. A autora aborda o tema pela mobilização da população da cidade de Nice, na França, diante do projeto que previa a demolição, desmontagem ou mudanças nas fachadas de edifícios no bairro da Libération, e dentre estes constava uma vila de casas, herança do período da *belle époque*.

Assim, os conflitos foram iniciados devido aos diferentes pontos de vista e interesses da população e dos agentes políticos em relação à herança que estava em risco. O questionamento surgiu a partir do significado de patrimônio para cada indivíduo, e houve discussões e mobilizações a respeito de quem propõe a significação cultural dos edifícios apontados (VERGUET, 2015). A população, no seu lugar de fala, apresentou argumentos pertinentes para a justificativa da relação com os edifícios, contudo, ficou claro que qualquer pessoa que convive com o local é capaz de manipular a categoria patrimonial de acordo com seus próprios interesses.

A manifestação histórica é revelada pela evocação de características singulares de determinado objeto histórico, além da relação com o passado e caracterização estratégica do patrimônio (VERGUET, 2015). Ademais, a manifestação familiar (ou afetiva) nasce da lembrança e fortalecimento do lugar como ligação, portanto a arquitetura torna-se um índice de recuperação dessas lembranças. Por fim, este exemplo demonstra também como a noção de patrimônio revela para o senso comum valores não percebidos anteriormente.

Voltando-nos para o objeto de estudo, cabe pensar no SBB como um lugar que requer este reconhecimento por meio das manifestações históricas e afetivas por parte dos agentes sociais e políticos, como força causadora de impactos positivos no que diz respeito à preservação dos significados presentes. Nesse contexto, a arquitetura do HUIBB é um fator que

proporciona ainda mais força na memória, atribuição de valor e identidade dos usuários do prédio.

Ademais, admite-se a necessidade de patrimonialização de modo que os usuários estejam cientes do significado disso para si próprios e para a edificação, pois o objetivo não se baseia em congelar a arquitetura e as relações interpessoais dentro do prédio, mas evitar a destruição total de um documento histórico.

Em contrapartida, é sobre a perda e o desaparecimento que a ideia de patrimônio é construída, sendo este frequentemente associado à ruína (FERREIRA, 2013). Ainda assim, o hospital é rodeado por suportes simbólicos, percebidos nas narrativas captadas e no cotidiano do social, além disso, as memórias resistem ao tempo e narram a história do lugar do ponto de vista dos nativos, diferindo algumas vezes dos registros oficiais.

E é neste enquadramento que a etnografia auxilia como forma de transformar a palavra do outro na minha, sendo um processo cultural e também uma forma de dar acesso a outras culturas (DE BIASE, 2015), a fim de contribuir para os registros dos significados atribuídos a um espaço público e, futuramente, para sua salvaguarda. Assim, as buscas de conhecimento dos diversos contextos vividos dentro do HUIBB continuarão, pois, como aponta Laplantine (2003), o saber etnográfico nunca é um produto acabado.

Além das medidas de preservação e conservação, que são de fundamental importância, a educação patrimonial para a informação da população que utiliza os serviços e o prédio do HUIBB é necessária para que, a partir do reconhecimento e da identificação com o local, essa população requeira cada vez mais o valor do prédio e o reconheça como testemunho da história da arquitetura da saúde na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Barbara Cortizo; CARCERERI, Maria Luisa Gambôa (org.). *Arquitetura moderna e sua preservação: estudos para o plano de conservação preventiva do Pavilhão Arthur Neiva*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2017.

AMORA, Ana M. G. Albano; COSTA, Renato Gama-Rosa (org.). *A modernidade na arquitetura hospitalar: contribuições para a historiografia*. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2019.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; WALDMAN, Eliseu; MORAES Mirtes de. A tuberculose através do século: ícones canônicos e signos do combate à enfermidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 367-379, 2000.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BIBLIOTECA DR. ALEXANDRE BARROS DOS SANTOS. *Histórico*: compilação de documentos. Belém: Hospital Universitário João de Barros Barreto, [19--?]. 35 p.

BRASILEIRO, Carolina da Fonseca Lima. *Arquitetura antituberculose em Pernambuco: um estudo analítico dos dispensários de tuberculose do Recife (1950-1960) como instrumentos de profilaxia da Peste Branca*. 2012. 226 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

COSTA, Livia Gaby. *Sanatório Domingos Freire: memória da exclusão e a criação de novos espaços urbanos na 1ª légua de Belém*. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://ppgau.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2019/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20L%C3%ADvia%20Gaby%20Costa.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil: entre o tradicional e o moderno. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 53-66, 2011.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Pavilhão Arthur Neiva. Modernidade e tradição. In: AGUIAR, Barbara Cortizo; CARCERERI, Maria Luisa Gambôa (org.). *Arquitetura moderna e sua preservação: estudos para o plano de conservação preventiva do Pavilhão Arthur Neiva*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2017. p. 42-58. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/20561/2/Arquitetura%20Moderna%20e%20sua%20preserva%C3%A7%C3%A3o...Pavilh%C3%A3o%20Arthur%20Neiva.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2019.

COSTEIRA, Elza Maria Alves; AMORA, Ana Albano. Estudo para a documentação de hospitais modernos brasileiros. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2015. [15] p.

DE BIASE, Alessia. Aljava com flechas pontiagudas debaixo do braço: a tradução entre narração e interpretação. JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dutra (org.). *Alteridade imagem etnografia*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 18-27.

ECKERT, Cornelia. As variações “paisageiras” na cidade e os jogos da memória. In: FÓRUM TEMÁTICO PAISAGEM E CULTURA DINÂMICAS DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA NA ATUALIDADE, 2., 2007, Belém. *Anais [...]* Belém: UFPA, 2007. [12] p.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Os fios da memória: Fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 69-98, jan./jun. 2013.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

GREGOTTI, Vittorio. O exercício do detalhe. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 535-569.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARQUES, Ana Maria Barbedo; AGUIAR, Barbara Cortizo; MOREIRA, Daniel Lopes. A preservação da arquitetura moderna em Manguinhos. In: AGUIAR, Barbara Cortizo; CARCERERI, Maria Luisa Gambôa (org.). *Arquitetura moderna e sua preservação: estudos para o plano de conservação preventiva do Pavilhão Arthur Neiva*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2017. p. 21-31.

MATEUS, João Mascarenhas. A questão da tradição. História da construção e preservação do patrimônio arquitetônico. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 28-33, 2013.

MIRANDA, Cybelle Salvador. Ruínas, duração e patrimonialidade. *RUA*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 407-424, nov. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/rua.v22i2.8647942>.

MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato Gama-Rosa. *Hospitais e saúde no oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

MONTEIRO, Flávia de Azevedo. *O patrimônio arquitetônico da saúde: discussões sobre a história da arquitetura hospitalar do século XIX*. 2014. Dissertação (Mestrado em Artes) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 443-461.

SECRETARIA-GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES DELIBERATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Plano de reestruturação do Hospital Universitário João de Barros Barreto*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2011/691%20Anexo%20Plano%20HUJBB.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

RIBEIRO, Cecília. O projeto do hospital moderno no Brasil. *Arquitextos*, São Paulo, v. 20, n. 237.06, fev. 2020. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.237/7645>. Acesso em: 10 mar. 2020.

RIBEIRO, Rosina Trevisan Martins. Técnicas construtivas tradicionais: preservação de um saber fazer. In: RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). *Subsídios para uma história da construção luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2013. p. 127-139.

ROCHA, Ana Luiza; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. *Iluminuras*. v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301/5371>. Acesso em: 21 ago. 2019.

RUBIÓ, Ignasi de Solà-Morales. Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 452-463.

SEGAUD, Marion. *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Preservação do patrimônio cultural da saúde no Brasil: uma questão emergente. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1411-1426, 2015.

TAVARES, Aderli Goes; CARDOSO, Denise Machado; SÁ, Samuel Maria Amorim. Paisagem e dinâmicas urbanas: memórias sobre o Hospital Barros Barreto. *Fronteiras & Debates*, Macapá, v. 1, n. 2, p.71-89, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras>. Acesso em: 17 ago. 2018.

TAWAB, Ayman Abdel. Humane considerations in Architecture and the outstanding universal significance of 20th Century Cultural Heritage: the case of Paimio Hospital in Finland. *Landscape Architecture and Regional Planning*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 34-42, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11648/j.larp.20180302.13>.

VERGUET, Céline. Faire la preuve du patrimoine: authentification et plaidoyer patrimonial: l'Argument historique et l' argument familial. *Memória em Rede*, Pelotas, v. 7, n. 12. p. 1-21, jan/jun, 2015.

FONTES DOCUMENTAIS

ACERVO DA BIBLIOTECA DO HJBB. Ala leste-sul finalizada, s/d, fotografia.

ACERVO DA BIBLIOTECA DO HJBB. Fachada norte e varandas da ala oeste, 1973, fotografia.

ACERVO DA BIBLIOTECA DO HJBB. Parte correspondente à área leste-sul do SBB, não finalizada, 1973, fotografia.

ACERVO DO ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO HJBB. Planta baixa do segundo pavimento, s/d, fotografia da planta arquitetônica, original em papel vegetal.

ACERVO DO ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO HJBB. Selo de planta do Sanatório Barros Barreto, 1951, fotografia da planta arquitetônica, original em papel vegetal.



ESTAÇÃO DA MEMÓRIA DE JOINVILLE:

PATRIMÔNIO CULTURAL PARA QUÊ E PARA QUEM?

VINÍCIUS JOSÉ MIRA, UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE, JOINVILLE,
SANTA CATARINA, BRASIL

Graduando em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Bolsista do Centro Memorial e do Laboratório de História Oral da Univille.

E-mail: viniciusmira1987@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4628-3232>

FERNANDO CESAR SOSSAI, UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE,
JOINVILLE, SANTA CATARINA, BRASIL

Graduado em História pela Univille, mestre e doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Professor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Coordenador do Laboratório de História Oral e do Centro Memorial da Univille. Coordenador do projeto de pesquisa "Pelos bastidores da Unesco: a construção de consenso em torno de bens considerados patrimônios mundiais (1960-1980)", financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da Univille.

E-mail: fernandosossai@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6757-4151>

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p151-170>

RECEBIDO

21/10/2019

APROVADO

16/02/2020

ESTAÇÃO DA MEMÓRIA DE JOINVILLE: PATRIMÔNIO CULTURAL PARA QUÊ E PARA QUEM¹?

VINÍCIUS JOSÉ MIRA, FERNANDO CESAR SOSSAI

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o processo de patrimonialização da antiga Estação Ferroviária de Joinville, Santa Catarina, sede da atual Estação da Memória de Joinville (1996–2010). Nesse contexto, refletimos sobre como os processos de patrimonialização da estação (municipal, estadual e federal) historicamente corporificaram ações governamentais voltadas à fabricação de um patrimônio cultural considerado estratégico para o estado de Santa Catarina. Em termos teórico-metodológicos, nossas reflexões amparam-se na análise documental dos processos de tombamento da referida estação, bem como nos trabalhos de Laurajane Smith (2006), Nathalie Heinich (2018) e Carlos Fortuna (2012).

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio ferroviário. Imigração alemã. Tombamento.

1. Este artigo vincula-se ao projeto intitulado “Pelos bastidores da Unesco: a construção de consenso em torno de bens considerados patrimônios mundiais (1960-2020)”, financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade da Região de Joinville (Univille), bem como se associa aos recentes estudos empreendidos pelo Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (GPCCD), da Univille.

THE MEMORY STATION OF JOINVILLE: CULTURAL HERITAGE, FOR WHAT AND FOR WHOM?

VINÍCIUS JOSÉ MIRA, FERNANDO CESAR SOSSAI

ABSTRACT

This article discusses the process that old Railway Station of Joinville in Santa Catarina, has undergone to become heritage, and how it is now contemporary headquarters of the “Memory Station of Joinville” (1996-2010). We reflect on how the aforementioned process of this station (local, regional and federal) historically externalized government actions as a strategic cultural heritage for Santa Catarina. Documentary analysis of the heritage listing processes of Joinville Railway Station was performed based on the theoretical framework of Laurajane Smith (2006), Nathalie Heinich (2018) and Carlos Fortuna (2012).

KEYWORDS

Railroad heritage. German immigration. Listed heritage.

1 INTRODUÇÃO

A antiga Estação Ferroviária de Joinville (Figura 1) é um bem perturbador para as discussões sobre patrimonialização de bens culturais de Santa Catarina. Ao longo de sua trajetória, foi objeto de uma tripla patrimonialização, com argumentações oficiais e motivações históricas nem sempre coesas quando comparadas entre si.

Inicialmente, a estação foi tombada como patrimônio do estado de Santa Catarina, por meio do Decreto Estadual nº 1.225, de 30 de setembro de 1996, sendo inscrita no Livro de Tombo Histórico da Fundação Catarinense de Cultura (FCC, 1996). Em âmbito federal, em 2007, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) efetuou o tombamento da estação no marco do projeto “Roteiros nacionais de imigração”, inscrevendo-a no Livro de Tombo Histórico e das Belas-Artes em 2015². Na esfera municipal, a antiga Estação Ferroviária de Joinville foi (re)inaugurada em abril de 2008 sob nova designação: Estação da Memória de Joinville. A partir de então, ela passou a figurar como uma unidade patrimonial de Joinville, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 17.008, de 30 de agosto de 2010 (JOINVILLE, 2010).

2. O projeto “Roteiros nacionais de imigração”, segundo a historiadora Daniela Pistorello (2015, p. 7), consistia em uma “ação de salvaguarda do patrimônio dos imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos localizados no estado de Santa Catarina que, através da proteção federal, estadual e municipal”, procurou dar “visibilidade aos imigrantes e ao seu patrimônio no Brasil”. O projeto foi resultado de uma ação conjunta do Iphan e da FCC.

FIGURA 1

Estação Ferroviária de Joinville em 2019. Fonte: autores (2019).



Considerando esse cenário de tripla patrimonialização, a problemática desenvolvida neste escrito diz respeito aos seguintes pontos: como transcorreu o processo de patrimonialização da antiga Estação Ferroviária de Joinville em níveis municipal, estadual e federal? Quais atores estiveram envolvidos e atuaram no sentido de garantir a patrimonialização da estação?

Com base nessas questões, na primeira parte do artigo, tomando como referência a historiografia pertinente, apresentamos uma caracterização dos usos da estação no passado pelas regiões norte e nordeste de Santa Catarina. Nesse fazer, nossas reflexões apoiam-se em trabalhos de historiadores que, em suas obras, construíram explicações mais ou menos detalhadas acerca da história da estação no contexto da urbanização de Joinville³. Em seguida, discutimos as justificativas mobilizadas pelo poder público estadual para converter a antiga Estação Ferroviária de Joinville em um patrimônio cultural de Santa Catarina. Na continuação, nossas reflexões incidem sobre o processo de patrimonialização federal da estação,

3. Situada na região nordeste de Santa Catarina, Joinville é o município mais populoso desse estado (cerca de 600 mil habitantes) e o terceiro do sul do país. A cidade foi fundada na segunda metade do século XIX por imigrantes europeus de ascendência alemã, norueguesa e suíça.

um empreendimento levado a cabo pelo Iphan no ano de 2007. Na quarta e última parte do escrito, concluímos o artigo dispensando atenção às estratégias público-municipais que em 2008 culminaram na fabricação da Estação da Memória de Joinville, haja vista a historicidade da velha estação ferroviária do município.

Em termos teórico-metodológicos, amparamos o conjunto de nossas discussões na análise documental dos diferentes processos de patrimonialização da estação, assim como em diálogos estabelecidos com as obras de Nathalie Heinich (2018), Laurajane Smith (2006) e Carlos Fortuna (2012).

2 A ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE JOINVILLE: NOTAS DA HISTORIOGRAFIA LOCAL

Inaugurada em agosto de 1906 com a presença do então presidente da república Afonso Pena (1847-1909) e de diversas lideranças políticas e econômicas regionais, a Estação Ferroviária de Joinville representou um importante vetor de escoamento da produção industrial do norte e do nordeste de Santa Catarina em direção ao porto de São Francisco do Sul⁴. Segundo o historiador Carlos Ficker⁵ (1965), a presença do presidente à inauguração da estação foi “um acontecimento histórico para Joinville, não só pela honra da visita como também porque entraria na cidade como primeiro passageiro do trem da ferrovia” (FICKER, 1965, p. 352). Contudo, apesar de a inauguração da estação ter acontecido em 1906, o seu ramal férreo somente foi completamente finalizado em agosto de 1917, quando o trecho entre as cidades catarinenses de Canoinhas e Porto União foi inaugurado.

A malha ferroviária entre Porto União e São Francisco do Sul, da qual a Estação Ferroviária de Joinville fazia parte, era uma das principais ramificações da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Sua construção esteve

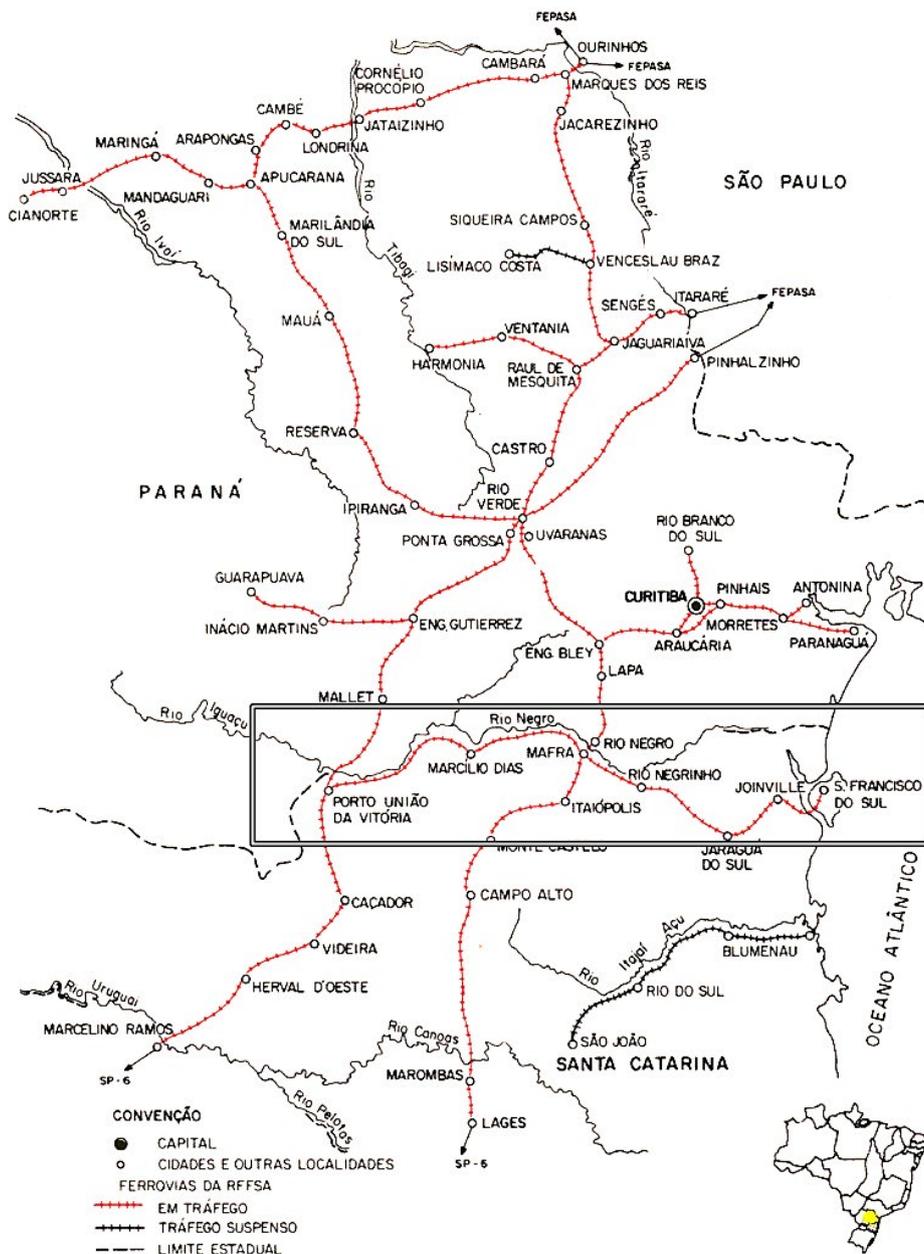
4. São Francisco do Sul é uma cidade portuária da região nordeste catarinense que dista aproximadamente 40 km de Joinville. De acordo com Carlos Ficker (1965, p. 362), “a construção da linha férrea São Paulo-Rio Grande, ramal de São Francisco, abriu novas perspectivas à indústria ervateira em Santa Catarina e deu-lhe maior incremento em outros municípios de serra acima”, tais como Campo Alegre, Mafra, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

5. Carlos Ficker é um historiador que ficou notório pela obra *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca* (1965). Segundo Boldorini e Meira (2018, p. 143), Ficker ainda continua sendo “um grande influenciador do discurso midiático que envolve Joinville, bem como suas políticas públicas”. Sua produção é amplamente utilizada por pesquisadores, gestores e funcionários públicos de Joinville e região que se dedicam à área cultural.

ligada ao contexto de integração ferroviária do sul do Brasil, especialmente em virtude de demandas econômicas, militares, demográficas e territoriais. Nesse âmbito, entre as décadas de 1930 e 1960, a malha configurou-se como um grande corredor de transporte de madeira e cereais do meio oeste e planalto norte de Santa Catarina, com significativa parte dessa carga oriunda do Paraná (GOULARTI FILHO, 2009).

FIGURA 2

Malha férrea do sul do Brasil, em 1984, com destaque para o ramal Porto União-São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de Mapas: Rede Ferroviária Brasileira: Traçado 1984. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1984rffsa05Curitiba.shtml>. Acesso em: 10 maio 2020.



Historicamente, a estação ferroviária e sua respectiva linha férrea tiveram importância considerável para as empresas de Joinville, sobretudo até a década de 1960, período em que ocorreram forte crescimento urbano e acelerada industrialização da cidade. De acordo com o historiador Apolinário Ternes (1984, p. 213), “a estrada de ferro desempenharia papel preponderante no desenvolvimento industrial desta região catarinense”, especialmente para a facilitação do transporte e da circulação de grandes volumes de mercadorias fabricadas em Joinville e seus municípios circunvizinhos.

No que tange à participação da estação no processo de urbanização joinvilense, é pertinente destacar que, nos arredores da linha férrea, ano após ano, foi sendo constituída uma espécie de “vila ferroviária”, com uma rotina pulsante e que não se restringia aos usos fabris da estação (SOUZA, 2016). Além das casas dos ferroviários, existiam pensões, bares, oficinas, armarinhos e sapatarias, entre outros comércios que se aproveitavam de sua posição estratégica nas imediações da estação. Em diálogo com esse cotidiano, bem como em decorrência do intenso fluxo de mercadorias, de passageiros e de trabalhadores, a estação foi se configurando como um importante espaço de sociabilidades dos moradores e passantes de Joinville e região.

Ademais, ressalva-se que o processo de estagnação do modal ferroviário em que se inseria a antiga Estação Ferroviária de Joinville se deu a partir da década de 1960, já que o governo brasileiro optou por priorizar o transporte rodoviário e por unificar, sob a tutela de uma autarquia federal – a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) –, as diversas malhas férreas do país (CAVALCANTI NETO et al., 2012; PROCHNOW, 2014).

Não foi diferente com a Estação Ferroviária de Joinville, que vinha de um processo considerável de decréscimo no fluxo de passageiros, especialmente em virtude do crescimento de outros modais de transporte, como a pavimentação da BR 280, rodovia ligando o litoral de São Francisco do Sul ao município de Dionísio Cerqueira, na fronteira do Brasil com a Argentina⁶ (GOULARTI FILHO, 2009).

De qualquer forma, em março de 1992, a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído pelo Decreto Federal nº 473, de 10 de março de 1992, figurando como o primeiro setor de serviços públicos a fazer parte do programa. Assim, a malha nacional foi dividida em 12 superintendências regionais: SR1-Recife; SR2-Belo Horizonte; SR3-Juiz de

6. Em 1985, cessou definitivamente o transporte de trem de passageiros na estação (SOUZA, 2016).

Fora; SR4-São Paulo; SR5-Curitiba; SR6-Porto Alegre; SR7-Salvador; SR8-Campos; SR9-Tubarão; SR10-Bauru; SR11-Fortaleza; e SR12-São Luiz. Nesse âmbito, tais superintendências compuseram as seis malhas, privatizadas da seguinte maneira: Nordeste: SR1+SR11+SR12; Centro-leste: SR2+SR8+SR7; Sudeste: SR3+SR4; Sul: SR5+SR6; Noroeste: SR10 e Tereza Cristina: SR9.

Abre-se, então, um horizonte de dúvidas sobre como foi feita a desestatização da malha ferroviária do Brasil e acerca do destino dos bens e dos trabalhadores vinculados à RFFSA (SOUSA; PRATES, 1997). Com a privatização da malha sul, houve aumento no fluxo de cargas transportadas por intermédio de sua linha férrea, que passou a ser administrada pela então Ferrovia Sul-Atlântico S/A, posteriormente denominada de América Latina Logística S/A e, na atualidade, Rumo Logística S/A.

3 PERCURSO DO TOMBAMENTO EM ESFERA ESTADUAL

O processo para viabilizar o tombamento da Estação Ferroviária de Joinville em instância estadual iniciou-se no ano de 1994 com a protocolização do pedido de tombamento à FCC. Cabe destacar que a FCC já vinha desenvolvendo, desde 1980, em parceria com o Iphan, pesquisas de salvaguarda do patrimônio catarinense atinente à história de imigrantes de origem europeia, nomeadamente alemã e italiana (PISTORELLO, 2015).

Na notificação de tombamento nº 05/94, a FCC, representada por seu diretor-geral Iaponan Soares, salientou que o tombamento era o reconhecimento do “valor histórico, artístico, etnográfico ou paisagístico do bem” (FCC, 1996, p. 3) e que isso a equiparava aos demais monumentos de Santa Catarina. A concepção de patrimônio aqui apresentada era diretamente associada ao suposto caráter monumental da estação, o que foi repetido numerosas vezes no processo. Mas de que maneira o caráter monumental veio à tona?

Partindo do princípio de que os espaços físicos não são por si só valiosos, faz-se necessário promover uma versão consensual da história, sancionada pelo Estado, que os legitime enquanto “discurso[s] autorizado[s] do patrimônio” (SMITH, 2006, p. 6). Essa legitimação é feita em âmbito técnico – entenda-se, arquitetônico –, ressaltando signos que, retoricamente, materializam, na fachada da estação, uma arquitetura de influência alemã, tais quais: o jogo de volumetria da construção; o telhado de aspecto teuto-brasileiro; e os elementos de madeira em composição geométrica, dando-lhe acabamentos, além das demais características que constituem a “notória originalidade arquitetônica da Estação Ferroviária de Joinville” (Figura 3).

FIGURA 3

Estação Ferroviária de Joinville com destaque para os supostos signos da arquitetura alemã mencionados na justificativa técnica do dossiê de tombamento da Fundação Catarinense de Cultura (1996).
Fonte: autores (2019).



É compreensível que os aspectos arquitetônicos ganhassem destaque no dossiê de patrimonialização da estação, tendo em vista que era justamente a sua dimensão edificada que se elevava à categoria de patrimônio de Santa Catarina. Aliás, no estado, concorda-se com a historiadora Janice Gonçalves (2011) acerca da política de preservação do patrimônio cultural que, historicamente, esteve voltada para a valorização positivada do “talento construtivo de gerações de imigrantes e seus descendentes” (GONÇALVES, 2011, p. 8), quase sempre privilegiando a proteção de edificações capazes de ilustrar valores arquitetônicos.

No processo, a justificativa histórica do tombamento recorreu à historiografia de Joinville, nomeadamente à obra de Carlos Ficker (1965), *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*, transcrevendo no processo todas as menções à estação ferroviária encontradas, com destaque aos aspectos econômicos do advento da linha férrea no passado da região⁷.

7. No processo de tombamento, tanto a justificativa técnica quanto a justificativa histórica são assinadas pela arquiteta Fátima Regina Althoff. Fátima é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983), com especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos pela Universidade Federal da Bahia (1988). Atua, desde 1983, como analista técnica em gestão cultural na FCC.

O processo de tombamento tramitou internamente na FCC em um cenário concomitante a vários outros bens culturais do norte catarinense, tais como a Sociedade Harmonia Lyra⁸, de Joinville, e o antigo Cine Brasil⁹, de São Bento do Sul. A tramitação incluiu a análise de especialistas em patrimônio vinculados à Diretoria de Patrimônio Cultural (Dipa) e à Gerência de Patrimônio Arquitetônico e Paisagístico (Gepat). Em ambas as instâncias, o tombamento foi aprovado por unanimidade, sobretudo contando com a chancela de seu conselheiro e relator, o jornalista e historiador joinvilense Apolinário Ternes. É interessante observar que, ao escrever sobre a história de Joinville, Ternes (1984; 1993) asseverou numerosas críticas aos escritos de Carlos Ficker (1965). Contudo, mesmo que a obra de Ficker não tenha sido explicitamente mencionada nas referências do processo de tombamento estadual da estação, é inegável que ela foi utilizada para fundamentar sua justificativa histórica, a qual recebeu a chancela de Ternes¹⁰.

No enquadramento da Estação Ferroviária de Joinville enquanto patrimônio cultural de Santa Catarina, as justificativas construídas pelos

8. O prédio da Sociedade Harmonia Lyra, tombado em 30 de setembro de 1996, por meio do Decreto Estadual nº 1.223, é composto de dois elementos principais: o teatro e o salão nobre. A sociedade é uma das mais antigas da cidade, tendo sido fundada em 1858 sob a alcunha *Harmonie* e, depois da fusão com a Sociedade Lyra, em 1921, recebeu seu nome atual (FICKER, 1965).

9. Inaugurado em 1946, o Cine Brasil representava, em seu tempo, um dos cinemas mais modernos de Santa Catarina. Foi tombado em 24 de junho de 1998, por meio do Decreto Estadual nº 2.980. Atualmente, a edificação é sede do Centro Cultural Dr. Genésio Tureck.

10. Notam-se as semelhanças: a) processo de tombamento estadual: “O primeiro traçado do ramal de São Francisco do Sul, da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande passava a 25 km de Joinville. Em 1902, após as solicitações da câmara municipal ao então ministro da Viação, Dr. Lauro Müller foram feitas as devidas modificações e a cidade passou a figurar no ramal projetado. No ano de 1905 o engenheiro fiscal, Dr. Campos Mello, recebe a planta da estação para dar parecer, e já no início de 1906 a obra encontrava-se em estado bastante adiantado. Construída em terreno do Sr. Joenck na antiga rua Santa Catarina, teve como empreiteiro o Sr. Max Miers, sob a administração do Sr. Fernando Lepper. Finalmente a estação é inaugurada em 29 de junho de 1906, com a presença do 1º presidente a visitar Joinville, Afonso Pena [Afonso Pena esteve em Joinville somente em agosto para a inauguração oficial. No fim de julho aconteceu a passagem do primeiro comboio pela estação]. Ficava assim concluído o trecho da estrada ligando São Francisco do Sul a Joinville, com a chegada do primeiro comboio nesta mesma data” (FCC, 1996, p. 5); b) “pelo projeto inicial, o traçado da linha passava a uns 25 kms ao sul, sem atingir Joinville. Em setembro de 1902, a câmara municipal dirigiu veemente apelo ao então ministro da Viação, Dr. Lauro Müller, solicitando a modificação do traçado da linha férrea, incluindo Joinville ao ramal projetado” (FICKER, 1965, p. 347); c) “engenheiro fiscal, senhor Dr. Campos Mello, em novembro do mesmo ano de 1905, recebeu, para dar parecer, a planta da Estação de Joinville. Já em princípios de 1906, estava em adiantado estado de construção o edifício, obra magnífica, quase no extremo da rua Santa Catarina, construída nos terrenos do senhor Joenck, sob a administração do senhor Fernando Lepper” (FICKER, 1965, p. 349); d) “o dia 29 de julho de 1906 fica gravado na história da estrada de ferro com a chegada do primeiro comboio na estação de Joinville recém-terminada” (FICKER, 1965, p. 351).

especialistas e agências espelhavam um esforço por fazer nascer um valor artificial para o bem. A esse respeito, a socióloga francesa Nathalie Heinich (2018) enfatiza que, para um artefato adentrar no conjunto do patrimônio cultural de uma nação, ele precisa atender a critérios fabricados por órgãos governamentais e que são amplamente usados por especialistas ao definirem os regimes de valor do bem.

Dos critérios discutidos por Heinich (2018) – prescritos e unívocos; prescritos e ambivalentes; latentes; e proscritos –, a justificativa para o tombamento da estação parece dialogar com quase todos eles. Os critérios prescritos e unívocos são aqueles ligados a uma concepção de patrimônio de senso comum e tendem a ser sempre positivos. No caso da estação, dizem respeito à sua importância no contexto econômico-social, desde o início do século XX. Cabe destacar que a justificativa histórica para o tombamento ressaltou, quase em sua totalidade, o período de inauguração da estação e seus primeiros anos de funcionamento. Esse distanciamento temporal foi um elemento fundamental para justificar o motivo para tombá-la. Desse modo, a ausência de discussão historiográfica no dossiê dá a entender que o valor de anciandade do bem é um fim em si mesmo: deve-se preservá-lo porque é antigo, e vice-versa.

Ainda tratando-se do distanciamento temporal estrategicamente evocado entre o tempo presente e o período em que foi inaugurada a estação, as palavras de Carlos Fortuna (2012) inspiram a reflexão:

A prática institucional da conservação do patrimônio exige, antes de mais, que seja criada uma distância histórica, pela qual os objetos, lugares ou as práticas sociais podem ser vistos como documentos de um passado mais ou menos longínquo. A criação desta distância temporal é essencial para que se possa nomear e dar significado próprio ao patrimônio (FORTUNA, 2012, p. 24).

Os critérios prescritos e ambivalentes são aqueles que podem ser positivos ou negativos, dependendo da situação e do contexto. Nathalie Heinich (2018) cita como exemplo desse critério a raridade, que é positiva para a concepção mais tradicional do patrimônio, mas também pode ser entendida como negativa, para uma abordagem que tenta discernir série, categorias e tipos patrimoniais. No dossiê de tombamento é recorrente a menção à estação como um exemplar único do patrimônio ferroviário brasileiro, em razão de sua arquitetura teuto-brasileira “original”.

Por sua vez, os critérios proscritos são considerados subjetivos demais para serem utilizados como fundamentação científica, mas costumam ser recorrentes nas justificativas – exemplos como a beleza, o bonito, o exuberante, o esplendor –, e também ficaram evidentes no dossiê de tombamento da estação. Em tal documento, a edificação é retratada como uma espécie de “cartão-postal da cidade”, e seus valores estéticos foram acionados para sustentar a imaginada autenticidade arquitetônica alemã do bem (FCC, 1996, p. 8).

4 O TOMBAMENTO FEDERAL DA ESTAÇÃO

No ano de 2007, o Iphan desenvolveu um projeto de salvaguarda do patrimônio dos imigrantes em Santa Catarina sob a denominação de “Roteiros nacionais de imigração”. Cabe destacar que o imigrante concebido no projeto dizia respeito aos grupos considerados significativos pelo órgão – alemães, italianos, poloneses e ucranianos –, e que a opção por Santa Catarina estaria ligada ao pioneirismo na salvaguarda do patrimônio imigrante. Segundo Pistorello (2018, p. 11), “dos 61 bens tombados pelo Iphan”, um seria representativo à memória da imigração ucraniana, três à polonesa, seis alusivos à italiana, quatro apontados como produto da colonização ítalo e teuta e os demais “47, concernentes aos imigrantes alemães”.

O projeto “Roteiros nacionais de imigração” também visava a instituir roteiros de visitação, especialmente de cunho turístico. Contudo,

[...] ao contrário do que infere seu título, o projeto não institui roteiros efetivamente. Marina Cañas, arquiteta do Iphan de SC em 2011, observa que as questões problemáticas do projeto “Roteiros” são justamente seus conceitos, a começar pelo título. O Iphan atribuiu um nome ao projeto que não se adequa à proposta de roteiros, de forma geral, pois a instituição apenas mapeia os bens que podem integrar roteiros. Quem institui tais roteiros são os agenciadores de turismo, que também acabam atribuindo valores ao patrimônio, na medida em que destacam ou não os bens sugeridos (PISTORELLO, 2015, p. 49).

É interessante observar no projeto “Roteiros nacionais de imigração” que os bens propostos pelo Iphan à salvaguarda supostamente tinham dimensão mnemotécnica, de materialidade e simbolismo, que, pelo tangível, remontariam à herança e à memória da imigração. Nesse sentido, houve, pois, a promoção de um passado estrategicamente escolhido pelo Iphan e

seus especialistas, com um nível intencional de valorização e apagamento. Mas por que o patrimônio imigrante? Por que no Sul do Brasil?

No que diz respeito à política do Iphan de salvaguarda do patrimônio, Marins (2016) afirma que, desde os anos de 1980, a instituição empreendeu esforços no sentido de promover a diversidade cultural em relação aos bens salvaguardados, tendo em vista que, em suas primeiras décadas, o órgão privilegiou a arquitetura mineira do século XVIII e os conjuntos urbanos homogêneos. Isso fez com que a maioria dos bens protegidos ficasse restrita ao Sudeste e ao Nordeste do Brasil¹¹. Nessa direção, Marins (2016, p. 21) diz: “Houve um esforço considerável na primeira década do século XXI no sentido de dilatar o que então passou a ser chamado de ‘estoque patrimonial’ do Iphan no que tange aos bens edificados”. Esse ímpeto de balancear a distribuição dos bens fez que, entre 2000 e 2011, o Sul se convertesse na região com mais nomeações de patrimônio pelo Iphan.

Ainda assim, Marins (2016) ressalta que se deve entender o esforço de ampliar o “estoque patrimonial” como a manutenção da personificação étnica de cada região traçada pelo Iphan no início de seu funcionamento, quando ele protegia, antes de tudo, aquilo que presumidamente concernia à identidade nacional brasileira. Dessa maneira, o autor destaca:

O reconhecimento da imigração pelo instituto do tombamento cumpre um papel geográfico oposto ao do candomblé. A presença de imigrantes no Norte, no Nordeste e sobretudo no Sudeste é eclipsada por uma priorização da região Sul, percebida e protegida como o lócus privilegiado do imigrante, tido tradicionalmente pelo ideário modernista do Iphan como estrangeiro (MARINS, 2016, p. 24).

O dossiê de tombamento dos bens elencados no projeto “Roteiros nacionais de imigração” do Iphan, segundo Pistorello (2015; 2018), constitui a síntese de uma pesquisa realizada ao longo de 20 anos de trabalho da FCC e tinha um discurso de tom celebratório, em que se universalizava e generalizava o imaginário no tocante ao imigrante e à sua relação com o território, por vezes tendo sido “representado como o imigrante colonizador,

11. Janice Gonçalves (2011, p. 4) destaca que, na história do Iphan, “os tombamentos federais privilegiaram [...] a herança arquitetônica da dominação portuguesa, em combinação com o esplendor barroco; nestes termos, compreensivelmente o estado de Santa Catarina não foi considerado possuidor de acervo significativo”.

da era pré-industrial”, cuja “força de trabalho” presumidamente “ligava-se às atividades do campo” (PISTORELLO, 2018, p. 19).

No dossiê, os bens foram divididos em oito categorias, sendo elas referentes aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos de onde estavam instalados os bens a serem preservados. A Estação Ferroviária de Joinville fazia parte do item 8, intitulado “Conjuntos urbanos e obras de infraestrutura e transporte”, tendo sido inserida ali por sua peculiaridade arquitetônica, com bastante destaque para elementos da edificação, como escadas, pisos e afins, sendo única no contexto de imigração e do patrimônio ferroviário brasileiro. Segundo o Iphan (2007, p. 339), a Estação Ferroviária de Joinville pode ser considerada “um exemplar excepcional da arquitetura teuto-brasileira e também do patrimônio ferroviário, de inquestionável valor histórico, estético e cultural”.

O texto do dossiê de tombamento ainda menciona a desativação do complexo da estação e a aquisição do prédio pela prefeitura de Joinville, em 1999, com a intenção de preservá-lo. Mesmo com a finalização do contorno ferroviário de Joinville – obra que faria que a linha férrea fosse transferida para fora do perímetro urbano da cidade –, os trilhos deveriam permanecer lá, em virtude da sua importância enquanto patrimônio ferroviário. Essa excepcionalidade foi apontada ao se defender o valor histórico, cultural e estético do edifício e, dessa forma, seu tombamento em âmbito federal. Assim, a aprovação do tombamento dos bens incluídos no projeto “Roteiros nacionais de imigração” ocorreu em 2011, sob a premissa de que enriqueceria a memória técnica construtiva de imigrantes no Sul do país.; a inscrição oficial da antiga Estação Ferroviária de Joinville no Livro de Tombo Histórico se deu anos mais tarde, em 2015.

5 DE ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA À ESTAÇÃO DA MEMÓRIA DE JOINVILLE

Simultaneamente ao projeto “Roteiros nacionais de imigração”, a prefeitura de Joinville visava a converter a Estação Ferroviária de Joinville em Estação da Memória de Joinville. No ano de 2003, iniciou-se uma reforma da estação, que seria concluída em abril de 2008, quando esta seria inaugurada sob a nova alcunha.

Depois da aquisição do prédio, em 1999, houve um projeto para transformá-lo em algo chamado “Estação da música”, que acabou não

se concretizando. Nesse contexto, discutia-se na Fundação Cultural de Joinville a necessidade de criação de um espaço de memória que englobasse as diferentes fases de desenvolvimento da cidade, já que, nas palavras de Charles Narloch¹² (2010), um dos idealizadores e gestores envolvidos no processo de constituição da Estação da Memória, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville¹³ lidava com um recorte temporal anterior à Colônia Dona Francisca, e o Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville¹⁴ abordava a memória da imigração alemã e o patrimônio teuto e luso-brasileiro. Assim, segundo ele, havia um olhar de estranhamento de parte da população joinvilense, que, enquanto espaço de memória, não era representada por esses locais.

Partindo desse princípio, a Estação da Memória tinha a “pretensão de dar conta dos vários momentos importantes da história de Joinville, começando pelo homem do sambaqui e chegando à contemporaneidade, ao momento atual” (NARLOCH, 2010, p. 61). A exposição visava a dar conta da diversidade étnica das migrações para Joinville, constituindo-se enquanto “um lugar da memória coletiva em que todos e todas possam se sentir contemplados” (NARLOCH, 2010, p. 61-62). Nesse sentido, a Estação da Memória seria uma iniciativa do poder público com o objetivo de contemplar grupos sociais e indivíduos até então sem representatividade ou laços de pertencimento com relação aos espaços de memória do município e que, em certa medida, poderiam ser contemplados pela nova unidade patrimonial Estação da Memória.

O depoimento de Charles Narloch (2010) demonstra que a criação da Estação da Memória esteve envolvida em um ímpeto de quebra do monopólio do Museu Nacional de Imigração e Colonização como lugar de memória e referencial de identidade oficial da cidade de Joinville. Supostamente, a estação seria o meio para democratizar, corrigir e pluralizar a memória social de Joinville.

12. Charles Narloch atuou, entre 1995 e 2012, na FCC e na Fundação Cultural de Joinville como diretor executivo e diretor de arte.

13. Com acervo de 45 mil artefatos, atua na preservação do patrimônio arqueológico e na pesquisa sobre povos construtores de sambaquis que habitaram a região há mais de 5 mil anos.

14. Criado pela Lei federal nº 3.188, de 2 de julho de 1957, narra histórias relacionadas à imigração alemã no Sul do Brasil, com base em um acervo de objetos e documentos escritos no tocante ao processo histórico de imigração e colonização no Sul do país.

Em abril de 2008 foi inaugurada a Estação da Memória, dotando-a dos seguintes objetivos:

I - Atuar como centro de referência de memória das identidades que estabelecem a diversidade cultural de Joinville e região, levando em conta os diferentes momentos e aspectos de sua história;

II - Estimular o conhecimento e o reconhecimento da pluralidade cultural de Joinville e região, representada por unidades museológicas, espaços de memória, atrativos turísticos e demais bens culturais materiais e imateriais;

III - Salvar e expor acervos materiais e imateriais relacionados a sua própria história, à memória da estrada de ferro e aspectos ligados a ela, bem como à memória do trabalho em Joinville e região;

IV - Atuar em políticas públicas de educação para a valorização do patrimônio cultural como estratégia de construção da noção de pertencimentos e identidades, voltados ao reconhecimento do passado e projeção do futuro (JOINVILLE, 2010).

Em linhas gerais, a análise dos objetivos da Estação da Memória revela o esforço do poder público municipal em fabricar um patrimônio cultural para o presente de Joinville. Usando retoricamente a historicidade da antiga estação ferroviária, a intenção da prefeitura parecia ser mediar e acomodar, na estação, grupos sociais e históricos pouco abordados em outros espaços de memória de Joinville. Entretanto, como nos lembra o sociólogo Paulo Peixoto (2004, p. 202), com a ascensão de um patrimônio também se faz o “anúncio da morte de uma identidade”, a “necessidade de inscrever na memória coletiva algo que corre o risco de se perder”, por vezes evocada como recurso retórico. Portanto, o que a nova patrimonialização teria a comunicar em relação às duas anteriores, que fizeram uso do conveniente argumento de que a estação foi produzida e, em termos históricos, se expressou como um bem arquitetonicamente germânico?

Nesse ponto é interessante dizer que, ao passo que a Estação Ferroviária de Joinville era tombada por ser elemento constituinte do patrimônio imigrante nacional – em uma narrativa de um passado estrategicamente escolhido e que privilegiava a memória do imigrante alemão –, ela também era pensada e constituída enquanto espaço depositário da memória social de outros grupos e atores sociais de Joinville. Portanto, nota-se a dimensão multifacetada da cidade e de seu patrimônio interpolando e reivindicando lugar na histórica plataforma da Estação Ferroviária de Joinville.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, pretendemos evidenciar que a constituição da estação ferroviária enquanto patrimônio cultural, em âmbito estadual ou federal, esteve ligada a uma concepção monumental do bem. Cabe lembrar que, na notificação de tombamento enviada pela FCC para a Fundação Cultural de Joinville, se ressaltou que a estação poderia se tornar um importante monumento do estado de Santa Catarina. O mesmo poderia ser dito em relação ao tombamento federal da estação, que deu destaque para o exemplar excepcional da arquitetura teuto-brasileira e para seu caráter extraordinário enquanto patrimônio ferroviário nacional. Foi, pois, a dimensão tangível do bem que ganhou destaque nas políticas preservacionistas do Iphan, da FCC e da Fundação Cultural de Joinville.

Mas, afinal, patrimônio para quem? Para os ex-ferroviários, cuja memória do trabalho foi apagada tanto da historiografia quanto das justificativas para tombamento? Para os descendentes de imigrantes germânicos, que, em certa medida, foram retoricamente contemplados pelo “Roteiros nacionais de imigração”, mesmo que o projeto não tenha ido muito além dos tombamentos? Para as populações cujas trajetórias não estavam contempladas pelo Museu Nacional de Imigração de Joinville nem pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville? Ao que tudo indica, no contexto dos vários tombamentos da estação, essas questões não foram enfrentadas de maneira adequada, muito menos profunda. A estação foi entendida como um espaço de memória que, em si, iria despertar o sentimento de identificação tanto daqueles que com ela interagissem como de sujeitos imaginários, mencionados nas suas leis e dossiês de tombamentos.

Segundo Marc Guillaume (2003), os esforços de conservação nas sociedades industriais do Ocidente têm uma dimensão de contraponto às ameaças e incertezas do futuro, cuja vontade de conservar é muito mais que nostalgia do passado. Tais esforços lidam com o luto, com um universo destinado à obsolescência. Nesse sentido, é perceptível que, em instância estadual, o tombamento atuou como mecanismo para garantir a continuidade da edificação, tendo em vista a proximidade temporal com o leilão da malha Sul no processo de desestatização da rede ferroviária federal e as incertezas dos usos da estação pelos novos proprietários, a empresa concessionária vencedora do leilão, a Ferrovia Sul-Atlântico S/A.

No que tange ao tombamento estadual, podemos afirmar que ele se inseriu em um conjunto de medidas prévias da FCC, uma vez que muitos outros já vinham sendo promovidos com vistas a mediar uma espécie de “retórica da perda” do patrimônio catarinense (GONÇALVES, 2011). Foi apoiando-se na história quase centenária da edificação e na sua importância socioeconômica que se procurou, então, garantir sua preservação enquanto patrimônio cultural catarinense – ou melhor, de acordo com a própria FCC (1996), um legítimo monumento do estado de Santa Catarina.

Em âmbito federal, o processo de atribuição de sentido patrimonial à estação foi realizado no marco do projeto “Roteiros nacionais de imigração”, que teve a participação de agentes especializados – *experts* do patrimônio – dedicados à seleção de bens culturais catarinenses supostamente dignos de transmissão ao futuro. Todavia, a instituição dos roteiros ficou a cargo de agências, agentes e agenciadores do turismo em Santa Catarina, o que fez que novos sujeitos pasassem a difundir e a fabricar sentidos de patrimônio para a estação.

Conclui-se dizendo que, por vezes, a fabricação do patrimônio alimenta-se da historicidade de bens culturais de uma cidade e, por outras, as interpretações patrimoniais de técnicos e especialistas são díspares daquelas construídas pelos cidadãos comuns. Assim, há um processo multifacetado de atribuição de significados ao patrimônio, cujo resultado é produto de negociações, tensões e conflitos. Em relação à Estação Ferroviária de Joinville, isso não nos parece ser diferente.

REFERÊNCIAS

BOLDORINI, Marília Garcia; MEIRA, Roberta Barros. O contar sobre a cidade: a biografia e as memórias que distinguem o lugar. *Diálogos*, Maringá, n. 22, p.140-159, 2018.

CAVALCANTI NETO, José Rodrigues *et al.* Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO SOBRE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 5., 2012. *Anais [...]*. São Paulo: Iphan, 2012.

FICKER, Carlos. *História de Joinville*: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Ipiranga, 1965. 447 p.

FORTUNA, Carlos. Patrimônio, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 97, p. 22-40, 2012.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Tombamento da Estação Ferroviária de Joinville*. Florianópolis: FCC, 1996.

- GONÇALVES, Janice. Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 26., 2011. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-11.
- GOULARTI FILHO, Alcides. A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. *Geosul*, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 103-128, 2009.
- GUILLAUME, Marc. *A política do patrimônio*. Porto: Campo das Letras, 2003. 152 p.
- HEINICH, Nathalie. A fabricação do patrimônio cultural. Tradução de Fernando Cesar Sossai e Diego Finder Machado. *Fronteiras*, Florianópolis, n. 32, p. 175-186, 2018.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Roteiros nacionais de imigração: dossiê de tombamento*. Florianópolis: Iphan, 2007. 2 v.
- JOINVILLE. *Decreto nº 17.008, de 30 agosto de 2010*. Cria a unidade da Estação da Memória, com sede no conjunto da antiga Estação Ferroviária de Joinville. Joinville: Câmara Municipal, 2010.
- MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, jan./abr. 2016.
- NARLOCH, Charles. Charles Narloch: entrevista oral [Entrevista concedida a] Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho. *Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville*, Joinville, 1 fev. 2010.
- PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 70, p. 183-204, 2004.
- PISTORELLO, Daniela. “O Brasil da diversidade?”: patrimônio e paisagem cultural no projeto Roteiros nacionais de imigração. 2015. 199 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PISTORELLO, Daniela. Disputas e tensões no projeto “Roteiros nacionais de imigração” de Santa Catarina. *Confluências culturais*, Joinville, v. 7, n. 1, p. 9-20, 2018.
- PROCHNOW, Lucas Neves. *O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação*. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.
- SMITH, Laura Jane. *Uses of heritage*. Londres: Routledge, 2006. 368 p.
- SOUSA, Raimunda Alves de; PRATES, Haroldo Fialho. O processo de desestatização da RFFSA: principais aspectos e primeiros resultados. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 119-142, dez. 1997.
- SOUZA, Giâne. Estação Ferroviária de Joinville: lugar de trabalho e passagem para lugar de memória. In: SEMINÁRIO NACIONAL HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2016, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre, 2016. p. 290-305.
- TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. 2. ed. Joinville: Meyer, 1984. 296 p.
- TERNES, Apolinário. *Joinville, a construção da cidade*. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993. 212 p.



O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DA ARTE ESCULTÓRICA TUMULAR

FABIANA LOPES DE OLIVEIRA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

Mestra, doutora e pós-doutora em Engenharia de Estruturas pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professora doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

E-mail: floliveira@usp.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4053-5969>

REINALDO LUIZ SANTOS, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO
PAULO, BRASIL

Mestrando em Tecnologia da Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor do Ensino Técnico e Médio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

E-mail: lsreinaldo@usp.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7356-6932>

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p171-207>

RECEBIDO

06/12/2019

APROVADO

30/06/2020

O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DA ARTE ESCULTÓRICA TUMULAR

FABIANA LOPES DE OLIVEIRA, REINALDO LUIZ SANTOS

RESUMO

Cemitérios são espaços onde é possível identificar elementos culturais de uma sociedade, que se expressam pela arquitetura do túmulo e do paisagismo. Porém o distanciamento das pessoas destes locais os torna propícios para a ação dos vândalos. Logo, as necrópoles precisam ser incluídas em roteiros culturais nas cidades, além de serem instituídos programas de manutenção periódica e segurança nos túmulos, capelas e mausoléus. O objetivo deste estudo é apresentar duas formas de preservação do patrimônio cultural: a primeira consiste na identificação das principais manifestações patológicas que danificam as esculturas, com a confecção dos mapas de danos; e a segunda, no levantamento das características físicas das peças, de modo a documentar suas formas, cores, texturas e volumetria. Para ambas as propostas, utilizaram-se duas ferramentas digitais atuais: a fotogrametria e o escaneamento a *laser*. As obras estudadas são: *Pietà* (1929), do escultor Galileo Emendabili, localizada no Cemitério da Consolação em São Paulo e *Último adeus* (1945), de Alfredo Oliani, no Cemitério São Paulo, utilizando-se os *softwares* ReCap Photo, da Autodesk, e Trimble RealWorks, da empresa Trimble, para obtenção dos modelos tridimensionais das obras escultóricas. Constatou-se que para a utilização destas tecnologias é necessário planejamento prévio para o levantamento dos dados, principalmente devido às interferências climáticas e de localização das obras. As ferramentas utilizadas foram eficientes quanto à caracterização formal das obras e podem ser utilizadas para a preservação conceitual e material da peça.

PALAVRAS-CHAVE

Escaneamento a laser. Fotogrametria. Escultura em metal. Arte funerária.

THE USE OF DIGITAL TOOLS IN THE PRESERVATION OF TOMB SCULPTURAL ART

FABIANA LOPES DE OLIVEIRA, REINALDO LUIZ SANTOS

ABSTRACT

Cemeteries are spaces where it is possible to identify cultural elements of a society, which is expressed through the architecture of the tomb and the landscape. However, the distancing of people from these places makes them conducive to the action of vandals. Therefore, the necropolis needs to be included in cultural itineraries in the cities, as well as periodic maintenance and security programs in the tombs, chapels and mausoleums. Thus, this study presents two forms of cultural heritage preservation: the first is the identification of the main pathological manifestations that damage sculptures, with damage maps; the second is the survey of the physical characteristics of the pieces, in order to document their shapes, colors, textures and volume. For both proposals, two current digital tools were used: photogrammetry and laser scanning. The studied works are: *Pietá* (1929), by sculptor Galileo Emendabili, located at the Cemitério da Consolação in São Paulo, and *Último adeus* (1945), by Alfredo Olini, at the Cemitério São Paulo. Autodesk software ReCap Photo and Trimble Trimble RealWorks were used to obtain three-dimensional models of sculptures. The use of these technologies was shown to require prior planning for data collection, mainly due to climate interference and the location of the pieces. The tools used were efficient for their formal characterization and can be used for their conceptual and material preservation.

KEYWORDS

Laser scanning. Photogrammetry. Metal sculpture. Funerary arts.

1 INTRODUÇÃO

A identificação de uma escultura, pintura, um edifício ou qualquer outro fruto da criatividade humana como patrimônio foi e é alvo de constantes atualizações, influenciadas pelas principais correntes de pensamento atuantes que surgem naturalmente com a evolução do próprio ser humano. Indicar que um objeto constitui parte importante da memória de um povo requer um aprofundado estudo sobre os símbolos que o envolvem e a importância da sua perpetuação para as gerações futuras.

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, p. 462).

A ideia da identidade brasileira começa a aflorar junto com as revoltas sociais que eclodiram no final do século XVIII – com certo atraso em relação ao panorama europeu –, no qual já se discutia a preservação dos símbolos nacionais. Porém foi nas décadas iniciais do século XX que se fomentou a necessidade de identificar os símbolos nacionais, em decorrência da República recém-proclamada e da aproximação com o centenário da Independência. Na época, conforme Pinheiro (2006), outras questões mobilizavam opiniões, como a saída do país das obras de arte brasileiras por meio da venda para estrangeiros e a privatização

de objetos artísticos por parte da elite devido ao seu valor material, mesmo que isso significasse a descaracterização dos monumentos de onde foram retirados.

Diante destes problemas, percebeu-se, além da identificação, a necessidade de proteger o patrimônio brasileiro, visto este ser símbolo da cultura brasileira. Mas o que deveria ser protegido? Não existia ainda uma definição legal do tema, que só foi acontecer na década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e sua regulamentação pelo Decreto nº 25, de 1937.

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, p. 1).

Percebe-se por essa definição que apenas bens tangíveis, ou seja, aqueles que podem ser tocados, também conhecidos por bens materiais, poderiam ser considerados patrimônio, bem diferente da mais atual e oficializada no artigo nº 216 da Constituição Federal de 1988, a qual abrange os bens de natureza material e imaterial, que são portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

É interessante observar a recorrência da vinculação do patrimônio à memória pontuada nos dois dispositivos legais apresentados. Não é objetivo deste artigo discorrer sobre os problemas sociais existentes nem a marginalização cultural de grande parte da população, mas sim destacar a importância dada aos fatos e personagens do passado, ou seja, àquilo que já aconteceu e àquelas pessoas que já foram, mas que de alguma forma são mantidos na memória dos diferentes grupos étnicos que compõe o povo brasileiro.

Considerando os bens tangíveis que constituem o patrimônio brasileiro, como aponta Le Goff (1990), o monumento é uma das formas principais sob o qual se apresenta a memória.

O *monumentum* é um sinal do passado. [...] é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura [...] 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1990, p. 462).

Com esse trecho, entende-se que a criação de um monumento pode estar vinculada à ideia de eternizar uma data ou pessoa, como também a uma intenção artística e arquitetônica para a sua produção. Geralmente, observa-se sua construção em locais públicos abertos, como praças e parques, ou em outros locais onde geralmente há maior fluxo de pessoas, como em canteiros de grandes avenidas, como uma forma de promoção gratuita da obra (e do artista) e um método passivo de inseri-la na memória coletiva.

Porém há outros locais menos movimentados onde podem ser encontrados muitos monumentos: é o caso dos cemitérios. De acordo com a passagem mencionada de Le Goff (1990) sobre monumento, as necrópoles são, por natureza, locais de memória, visto que estão diretamente vinculados à ação de lembrar. Nesses espaços é possível identificar várias obras – conhecidas por escultura ou arte tumular – cujas motivações são diversas, sendo que, em sua maioria, são retratadas figuras religiosas, passagens bíblicas ou mesmo os entes ali enterrados.

Carrasco e Nappi (2009) consideram os cemitérios uma segunda morada, em que o túmulo é a casa e o cemitério é a projeção de um quarteirão, de uma vila ou até mesmo de uma cidade, pois neste espaço é possível identificar também elementos culturais de uma sociedade que se expressa tanto pela arquitetura do túmulo como pelo paisagismo do local. Para Ragon (1993 apud CARRASCO; NAPPI, 2009), trata-se da reprodução, real ou idealizada, da ordem socioeconômica dos vivos.

Os elementos decorativos dos jazigos também são indícios da classe social a que pertencia o morto. A arte tumular é utilizada nos mausoléus das classes mais abastadas como objeto de decoração (SOUZA, 2007). Ao percorrer um cemitério, é perceptível a diferença socioeconômica entre famílias pela simples análise da estrutura e ornamentação dos seus túmulos. Almeida (2015) comenta que no Cemitério Nosso Senhor do Bonfim, em Belo Horizonte (MG), nas principais alamedas encontram-se mausoléus, capelas e túmulos mais requintados, pertencentes às famílias mais influentes e importantes da capital mineira. Nas quadras mais afastadas, estão as sepulturas mais simples, destituídas de atributos e alegorias suntuosas.

Adotando a mesma visão de Souza (2007), pode-se dizer que a arte tumular é mais do que um simples ornamento, ela retrata a visão de mundo da sociedade e de sua cultura por meio dos signos da morte.

O cemitério é um lugar privilegiado para se entender uma cultura. Através da arquitetura, escultura e artes decorativas cristalizam-se elementos simbólicos que, quando interpretados, permitem uma compreensão da sociedade na qual estão inseridos (ALMEIDA, 2015, p. 2).

Logo os cemitérios estão diretamente ligados aos bens materiais e imateriais, configurando-se, portanto, como locais de patrimônio cultural (CARRASCO; NAPPI, 2009). Segundo Carrasco e Nappi (2009), são três os valores patrimoniais relacionados aos cemitérios: valor ambiental/urbano, artístico e histórico. O primeiro diz respeito à localização dos cemitérios, geralmente na região central das cidades, e à preservação das áreas verdes. O segundo está associado aos adornos, principalmente escultóricos, utilizados para embelezar os túmulos. E, por fim, o valor histórico concerne aos cemitérios onde jazem pessoas que marcaram a história nos mais diferentes âmbitos.

Entretanto, a associação com as palavras tristeza, morte, perda e medo, que geralmente é feita pela cultura popular, acaba por distanciar as pessoas das necrópoles. O abandono torna esses locais propícios para a ação de vândalos, que furtam partes dos adornos metálicos, das lápides e blocos de rochas ornamentais, descaracterizando os túmulos.

O Cemitério da Consolação, localizado no Centro de São Paulo, é um dos mais antigos da capital paulista. Fundado em 1858, abriga túmulos de personalidades como Monteiro Lobato, Tarsila do Amaral, Ramos de Azevedo, Mário e Oswald de Andrade, além de obras de importantes escultores, como Victor Brecheret, Nicola Rollo e Galileo Emendabili. Mesmo tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), é alvo frequente de furtos: em 2017, por exemplo, ocorreram 26 furtos e roubos, com até dez peças de bronze surrupiadas em cada um (FARIAS, 2018).

Além da ação depredativa humana, o esquecimento não é perdoado pela ação do tempo: muitos objetos que seriam peças interessantes para compor o acervo patrimonial acabam se perdendo pelo envelhecimento intrínseco dos materiais devido a sua exposição às intempéries. Conforme apontam Tavares et al. (2015), o tombamento é apenas um ato administrativo que, se não vem acompanhado de outras ações em prol da conservação, acaba por relegar o espaço ao abandono. Carrasco e Nappi (2009) mencionam que a inserção desses espaços nas pesquisas científicas ajudaria a reverter

esse quadro de esquecimento. Porém, no Brasil, ainda é escassa a pesquisa em torno da arte tumular, devido a um preconceito acerca das esculturas e arquiteturas tumulares, seja por ainda serem vistas como componentes de um imaginário mórbido, seja pelo fato de que, por não estarem no museu, não merecem a atenção do pesquisador (BORTULUCCE, 2017).

Em algumas cidades, ações já foram feitas para aproximar a comunidade dos cemitérios. No próprio Cemitério da Consolação, há mais de dez anos são realizadas visitas guiadas para quem deseje conhecer a arte tumular da necrópole e aprender mais sobre as personalidades públicas sepultadas no local.

Outro exemplo de ação envolvendo os espaços cemiteriais acontece no Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim que, além de servir de espaço para atividades pedagógicas do curso de design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), também se tornou local para visitação a partir de 2012 (ALMEIDA, 2015). A necrópole foi construída simultaneamente a da cidade de Belo Horizonte e inaugurado na mesma ocasião, em 1897, estando enterrados ali todos os cidadãos belo-horizontinos até a década de 1940, quando novos cemitérios foram surgindo na cidade. Contudo, mesmo apresentando um espaço repleto de história, apenas o edifício do necrotério foi tombado pelo patrimônio histórico.

Assim, os cemitérios precisam ser incluídos em roteiros culturais nas cidades, pois emanam a história da sociedade na qual se inserem. Além disso, devem ser instituídos programas de manutenção periódica tendo como alvo túmulos, capelas e mausoléus que geralmente compõem o espaço, e de segurança, para que estes não tenham seus adornos furtados.

Diante do exposto, apresenta-se o processo de aquisição de dados de duas obras tumulares, ambas localizadas em cemitérios paulistanos: *Último adeus*, de Alfredo Oliani, e *Pietá*, de Galileo Emendabili. O estudo teve como objetivo apresentar duas formas de preservação de bens tumulares: a primeira consistiu na identificação das principais manifestações patológicas que danificam as esculturas, com posterior confecção dos mapas de danos; a segunda, no levantamento das características físicas das peças, de modo a registrar suas formas, cores, texturas e volumetria. Para ambas as propostas, utilizaram-se duas ferramentas digitais atuais: a fotogrametria e o escaneamento a *laser*.

2 SOBRE AS ESCULTURAS

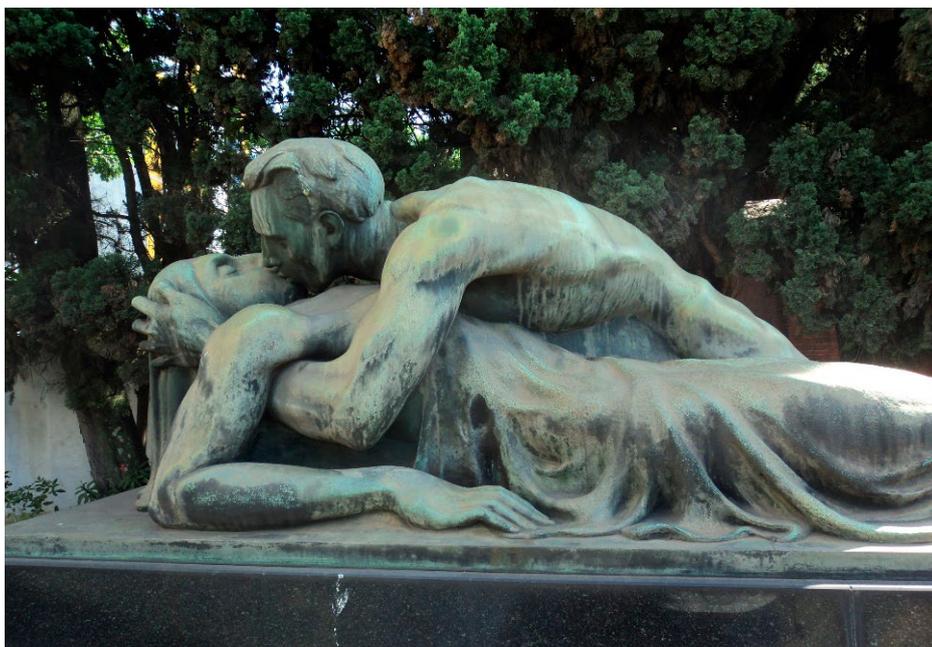
2.1 *Último adeus* (Alfredo Olini, 1945)

A escultura *Último adeus* (Figura 1), datada de 1945, é confeccionada em bronze e está apoiada numa base em mármore preto polido. O jazigo se encontra na esquina da quadra 4 do Cemitério São Paulo, no bairro de Pinheiros.

O autor, Alfredo Olini (1906 – 1988), com seu olhar e sua sensibilidade, produziu obras magníficas presentes em cemitérios, igrejas e museus (COMUNALE, 2015). Seu pai, Tito Olini, italiano e apaixonado por música, veio ao Brasil em busca de melhores condições de vida. Aqui, casou-se com a paulista Marcellina Bossa, com quem construiu sua família. Dos quatro filhos do casal, apenas Alfredo seguiu carreira nas artes plásticas, iniciando seus estudos de desenho arquitetônico na escola Tranquilo Cremona, que contribuíram para sua formação como artista.

FIGURA 1

Escultura *Último adeus*, de Alfredo Olini. Fonte: autores (2019).



Durante a década de 1920, Oliani aprimorou seus estudos: frequentou o ateliê de Nicola Rollo (1889 – 1970), estudou a arte da escultura no Liceu de Artes e Ofícios, e cursou Escultura na Escola de Belas Artes de São Paulo. A primeira grande premiação do artista ocorreu na Seção de Escultura do Concurso de Especialização no Estrangeiro, em 1937. Com a vitória, Oliani foi a Florença, na Itália, onde frequentou o Curso Regular da Real Academia de Belas Artes de Florença. Permaneceu na Europa até 1939, quando retornou ao Brasil. Devido a sua experiência, durante a década de 1940 participou de várias edições do Salão Paulista de Belas Artes, saindo sempre premiado (COMUNALE, 2015). Foi nesse contexto de reconhecimento e vitórias que produziu o *Último adeus*.

A obra compõe o túmulo de um casal cuja esposa faleceu quarenta anos depois do marido, falecido na véspera do Natal de 1942. A obra representa um homem nu se reclinando sobre o corpo de uma mulher deitada, envolvida em seus braços para receber um beijo. A cena está apoiada sobre o túmulo em rocha escura polida. Para Souza (2007), o túmulo foi construído como se fosse um altar, constituindo dois momentos: ao subir os três degraus frontais da obra, o visitante tem uma aproximação com a vida, representada pela escultura, por sua vivacidade, pelo beijo, invocando o sentido de perenidade do amor; ao descer, aproxima-se da terra, do efêmero e, portanto, da morte.

Carneiro (2016) e Comunale (2015) mostram que o objetivo da esposa foi representar o marido ainda vivo, mesmo após sua partida, enquanto ela se sentia morta sem sua companhia. Para Carneiro (2016), portanto, a figura feminina está morta. Souza (2007) estabelece outra leitura para a obra: segundo a autora, além do erotismo emanado pela cena e pelas personagens, pode-se estabelecer uma relação com a valorização cultural do comportamento masculino. Assim, a figura feminina não estaria morta, mas sim com uma atitude passiva diante da ação da figura masculina em beijá-la. Independentemente da leitura que se faça, a obra

capta um momento e eterniza-o [...] eterniza a vida, o amor, ou seja, sendo a morte inexorável, nessa escultura está resgatado e perpetuado um momento de amor, um amor capaz de realizar-se na terra, materializado por gestos afetivos. É a essência do amor existente na vida do casal sepultado sob a escultura (SOUZA, 2007, p. 7).

FIGURA 2

Pietà (Galileo Emendabili, 1930).
Fonte: autores (2019).



2.2 *Pietà* (Galileo Emendabili, 1930)

A segunda escultura, *Pietà*, retrata o Cristo quase nu, muito magro, com as costelas expostas, porém com expressão serena, apoiado nos joelhos da mãe, Maria (Figura 2). Esta se encontra ajoelhada, como se estivesse chorando, encostando sua cabeça sobre a do Cristo, segurando-o pelas axilas, em um gesto de familiaridade ímpar, para além do simbolismo restritamente religioso (CARNEIRO, 2018).

A expressão dos personagens é serena, como na *Pietà* Vaticana, todavia Maria não é jovem, não traz o corpo de Cristo sobre os joelhos e este é muito mais esquelético que àquele quinhentista. Sua finitude aqui parece ser mais evidente, ou, talvez, sua humanidade é o elemento a ser destacado – humanidade esta que permite que seja levado à morte (CARNEIRO, 2018, p. 11).

O autor da obra, o italiano Galileo Emendabili (1889 – 1974), estudou no curso especial de escultura da Academia Real de Belas Artes de Urbino, na Itália, e frequentou o ateliê de Arturo Dazzi (1881 – 1966). Mudou-se para o Brasil, em 1923, fixando-se em São Paulo, onde trabalhou como entalhador

no Liceu de Artes e Ofícios. É autor de várias esculturas da capital paulista, como o *Monumento a Ramos de Azevedo*, inaugurada em 1934 e atualmente instalada na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira da Universidade de São Paulo, e o *Obelisco Mausoléu aos Heróis de 32*, inaugurado em 1955 no Parque do Ibirapuera. Apresenta um grande acervo de obras escultóricas tumulares, como *Sons celestiais* (1925), *Oferenda* (1925), *Pietá* (1930), *O adeus* (1953), *Subida do Gólgota* (1938), entre outras, instaladas principalmente em três cemitérios paulistanos: o da Consolação, o São Paulo e o do Araçá.

3 O USO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DE BENS ARTÍSTICOS E CULTURAIS

O projeto de conservação de bens artísticos e culturais tem início quando se constata a necessidade de intervenção, preventiva ou corretiva, nos materiais que o compõe. Parte do processo envolve a coleta de informações sobre o objeto em estudo (edifícios, ruínas, esculturas, entre outros) até a execução dos serviços de limpeza e manutenção. Inserido neste ciclo de trabalho encontram-se estudos referentes às manifestações patológicas, que são resultados da ação humana e das intempéries, que acabam por deteriorar o bem edificado e comprometer suas características físicas e estéticas.

Com a evolução de programas digitais e da capacidade de processamento dos computadores, projetos de intervenção em objetos de interesse cultural se tornaram mais precisos e eficientes, e as técnicas utilizadas para documentação e levantamento de dados, menos invasivas. Graças ao desenvolvimento tecnológico, que nos proporcionou o advento de novas ferramentas de trabalho, é possível levantar informações de uma estrutura sem a retirada de grandes amostras que a danificam.

Nas últimas décadas, a conservação do patrimônio artístico e arquitetônico se tornou uma questão de grande interesse entre os pesquisadores, fomentando o desenvolvimento de tecnologias e métodos menos invasivos. Particularmente no campo da arquitetura, técnicas que utilizam modelos tridimensionais têm se tornado muito populares (BALZANI et al., 2004). As motivações são diferentes: documentação em caso de dano ou perda; turismo virtual por museus; recurso para educação; interação sem provocar danos entre outros (REMONDINO; EL-HAKIM, 2006).

A modelagem tridimensional de um objeto pode ser vista como um processo que se inicia com a aquisição de dados e finaliza com o modelo virtual 3D interativo no computador (REMONDINO; EL-HAKIM, 2006). Dentre as técnicas mais utilizadas destacam-se a fotogrametria e o escaneamento a *laser* 3D.

3.1 Fotogrametria

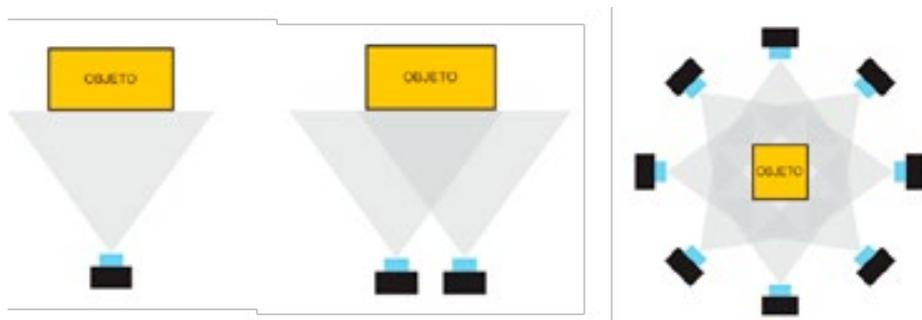
Fotogrametria é a técnica que permite obter formas e dimensões de objetos e superfícies a partir de um conjunto de fotografias (GROETELAARS, AMORIM, 2004). Em princípio, o método consiste na transformação de dados bidimensionais (x,y) de fotografias em informações tridimensionais (x, y, z), com uso de parâmetros de orientação da câmera, como posicionamento e orientação. Quando surgiu, em meados do século XX, era conhecida por aerofotogrametria, pois utilizava pontos comuns obtidos pela sobreposição de várias fotografias sequenciais do relevo terrestre. As imagens eram obtidas por câmeras acopladas em pipas, balões e aviões – daí do uso do prefixo “aero” – para criar mapas detalhados da superfície terrestre (MENDEZ, 2002).

Ao longo do século, desenvolveram-se ferramentas, como o estereocomparador e os computadores primitivos, que facilitavam os cálculos necessários no processo fotogramétrico. Com a melhoria do poder de processamento dos computadores, a partir da década de 1980, teve início a fase digital da técnica, caracterizada pela utilização de *softwares* específicos para análise e modelagem tridimensional, alimentados por fotografias agora em formato digital. Assim, etapas que antes eram executadas manualmente ou por via analógica agora são efetuadas por programas em um processo praticamente automático. Consequente, o campo de utilização da técnica se expandiu para as diversas áreas de conhecimento, como medicina, arqueologia, arquitetura e engenharia.

A fotogrametria consiste, portanto, na aquisição e processamento de várias fotografias sobrepostas de um objeto, e no reconhecimento de pontos de referência. Como resultado, é produzida uma superfície colorida composta por uma malha triangulada, conhecida como *mesh*. A obtenção das coordenadas dos pontos que constituem essa malha é feita por meio de medições nas imagens bidimensionais coletadas, considerando o formato das sombras, das texturas e os contornos do objeto.

FIGURA 3

Classificação da fotogrametria considerando o número de imagens: a) monorrestituição; b) estereorrestituição; c) várias imagens.
Fonte: Groetelaars (2015).



A quantidade de imagens e o posicionamento da câmera no momento da captura dependem da complexidade do objeto a ser modelado. Pode-se ter a análise, por exemplo, de uma (monorrestituição), duas (estereorrestituição) ou várias imagens (Figura 3). No caso de esculturas, objetos de natureza tridimensional, a captura de diferentes cenas ao longo do perímetro do objeto se torna uma etapa fundamental que impactará diretamente na qualidade do produto.

3.1.1 Aplicação da técnica fotogramétrica

A coleta de fotos utilizadas para a modelagem tridimensional por meio da tecnologia da fotogrametria foi realizada nos dias 19 de dezembro de 2018 e 22 de fevereiro de 2019, com apoio da Seção Técnica de Audiovisual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Na primeira data, fotografou-se a *Pietà* e, na segunda, o *Último adeus*. Em ambos os dias, foi solicitado termo de autorização para o órgão responsável pela administração dos cemitérios para que se pudesse fazer o registro das fotografias.

Utilizou-se um *drone* Phantom 4 v1.0 da DJI, com câmera de resolução 12 *megapixels* (4.000 x 3.000), pela facilidade de captura de imagens da vista superior das esculturas (Figura 4). Não houve, portanto, necessidade de utilizar escada, plataforma ou até mesmo subir no próprio túmulo ou em jazigos adjacentes para acessar a vista superior das esculturas.

FIGURA 4

Captura de imagens da região superior da obra *Pietà* com uso de drone. Fonte: autores (2018).



No total, foram registradas 99 fotografias da obra *Último adeus* e 35 da *Pietà*. A diferença no número de imagens decorreu da presença de galhos muito próximos da frente da primeira escultura, o que prejudicou o sobrevoo automático do *drone* nessa região. Além disso, foi preciso posicionar a câmera do equipamento contra a luz natural, ofuscando parcialmente as imagens e gerando grandes áreas sombreadas na escultura. Assim, foram necessárias angulações diferenciadas do equipamento para suprir a região afetada.

O processamento das imagens e criação do modelo tridimensional foi feito pelo *software* ReCap Photo, da empresa Autodesk. Ressalta-se que os objetos deste artigo não abrangem os jazigos inteiros: o interesse da pesquisa está apenas na peça escultórica.

O *mesh* gerado da *Pietà* é composto por pouco mais de 109 mil vértices e 190 mil faces (Figura 5). O modelo tridimensional (Figura 6) apresentou apenas dois problemas quanto à modelagem da superfície: o primeiro encontra-se na região dos joelhos da figura do Cristo (Figura 7); o segundo, na região entre o braço direito e as costas da figura da Maria (Figura 8).

FIGURA 5

Mesh gerado pelo software ReCap Photo da obra *Pietà*.
Fonte: autores (2019).

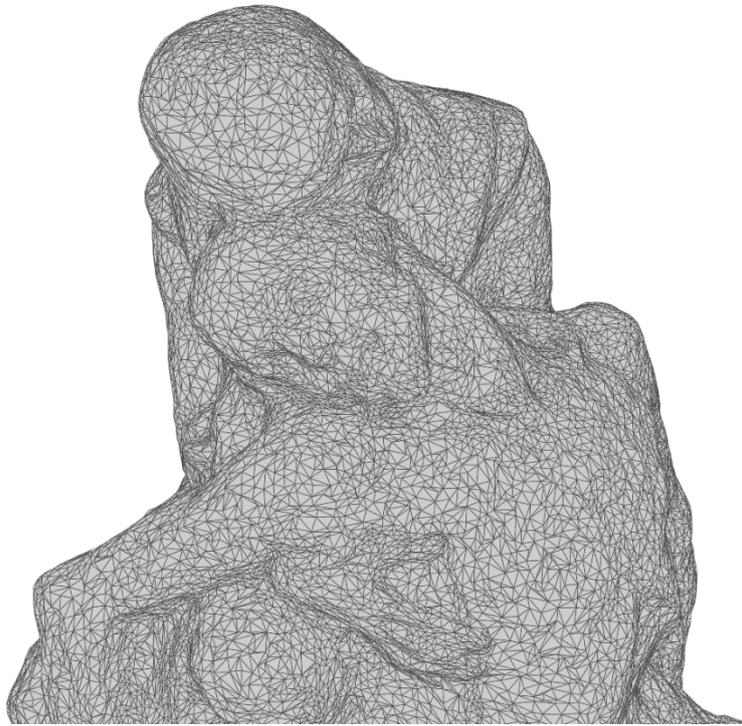


FIGURA 6

Modelo tridimensional da obra *Pietà* obtido pelo programa ReCap Photo. Fonte: autores (2019).



FIGURA 7

Problema no *mesh*
na região dos joelhos
da figura do Cristo.
Fonte: autores
(2019).



FIGURA 8

Problema no *mesh*
na região entre o
braço e o tronco
da figura da Maria.
Fonte: autores
(2019).



A malha de pontos gerada da obra *Último adeus* é composta por 218 mil vértices e 377 mil faces, aproximadamente (Figura 9).

FIGURA 9

Mesh gerado pelo software ReCap
Photo da obra
Último adeus. Fonte:
autores (2019).



FIGURA 10

Modelo tridimensional da obra *Último adeus* obtido pelo programa ReCap
Photo. Fonte:
autores (2019).



O modelo tridimensional (Figura 10) apresentou uma série de problemas na superfície: o mais crítico ocorre na cabeça e membros das figuras feminina e masculina, que aparecem praticamente duplicadas (Figuras 11-12). Outras falhas também foram identificadas, como: falta de acabamento em detalhes físicos dos personagens e no lençol que cobre a figura feminina; vazios na região dos glúteos e tórax da figura masculina (Figura 13); e volume na região dos pés masculinos.

FIGURA 11

Duplicação das cabeças das figuras masculina e feminina. Fonte: autores (2019).



FIGURA 12

Duplicação dos membros inferiores da figura feminina. Fonte: autores (2019).



FIGURA 13

Problemas no mesh da figura masculina. Fonte: autores (2019).



As imperfeições foram encontradas sobretudo na região frontal da escultura, cujas fotos apresentaram-se ofuscadas e com áreas assombreadas. Esses fatores contribuíram para o aparecimento dos demais problemas citados anteriormente, visto que dificultaram a leitura precisa de pontos de referência pelo programa de modelagem.

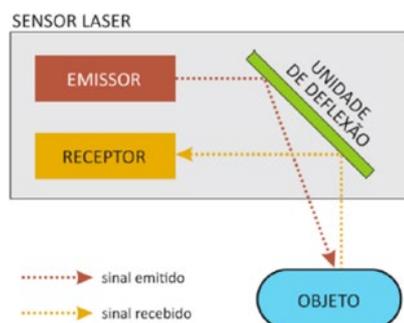
2.2 Escaneamento a *laser*

O *laser* surgiu em meados do século XX, quando foram desenvolvidos dispositivos Maser (*Microwave Amplification by Stimulated Emission of Radiation*) que operavam na frequência de micro-ondas. Posteriormente, estes equipamentos passaram a utilizar ondas na frequência da luz visível e, por isso, rebatizados de “*laser*” (*Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*). A princípio, os dispositivos *laser* eram empregados em medições topográficas, em projetos de engenharia e no levantamento de áreas industriais. De acordo com Groetelaars (2015, p. 102)

Nos últimos dez anos, houve desenvolvimento significativo da tecnologia de varredura a *laser*, tanto no que se refere a hardware quanto ao *software*, culminando na redução dos custos de levantamento e no aumento das áreas de aplicação: levantamento industrial, arquitetônico, documentação do patrimônio, arqueologia, planejamento urbano, geologia, energia, ferramentas de apoio à prevenção de desastres naturais, etc.

A técnica consiste na emissão de feixes de raio *laser* que ao encontrar uma superfície opaca, é refletida e retorna para o dispositivo emissor. O equipamento consegue registrar a coordenada exata do ponto onde ocorreu a reflexão (Figura 14). A forma como são obtidos os infinitos pontos que compõe a superfície de um objeto depende do escâner: as coordenadas podem ser obtidas a partir do tempo de retorno dos raios *laser*, da diferença entre as fases da onda emitida e da recebida ou por triangulação.

FIGURA 14
Princípio de funcionamento do escaneamento a laser. Fonte: Groetelaars (2015).



O escâner realiza a varredura das superfícies de um objeto através de raios *laser*, captando as coordenadas X, Y e Z de forma automática e em alta velocidade. O equipamento registra, além das dimensões, a localização do objeto dentro do espaço onde está inserido, volumes, texturas e cores, possibilitando também a leitura de elementos de difícil acesso ou localizados em áreas remotas, devido ao alcance da varredura em torno de 120 m (SIQUEIRA, 2017). O resultado é um objeto tridimensional altamente detalhado, composto por milhares e/ou milhões de pontos – depende da dimensão do objeto, conhecido por nuvem de pontos (*point cloud*).

2.2.1 Aplicação do escaneamento a *laser*

O escaneamento das esculturas ocorreu na manhã de 20 de abril de 2019, em colaboração com a empresa Trimble (Figura 15). Foi utilizado o Trimble TX8 3D Laser Scanner, cujas especificações técnicas são encontradas no Quadro 1.

FIGURA 15
Escaneamento a *laser* da obra *Pietà*.
Fonte: autores (2019).



QUADRO 1
Parâmetros de
escaneamento do
Trimble TX8 3D
Laser Scanner.
Fonte: adaptado de
Trimble (2016).

Parâmetros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Alcance máximo (m)	120	120	120
Duração (min)	2:00	3:00	10:00
Espaçamento entre pontos a 30 m (mm)	22,6	11,3	5,7
Número de pontos (em milhões de pontos)	34	138	555

O tempo total necessário para o escaneamento das duas obras foi de aproximadamente três horas, sendo executado pela equipe técnica da própria empresa. As varreduras a *laser* foram feitas no nível 2, para todos os posicionamentos feitos. Foram necessários oito posicionamentos do escâner para varredura da *Pietá* e 8 para *Último adeus*, a fim de capturar todas as regiões e evitar a ausência de dados.

A amarração das nuvens de pontos, ou seja, a união de todas as leituras realizadas em cada posição do escâner, e a limpeza do modelo, procurando destacar apenas o túmulo, foi realizado no *software* Trimble RealWorks, também da empresa Trimble.

As nuvens de pontos obtidas, após amarração e limpeza, são vistas nas Figuras 16 e 17. Para melhor caracterização, apresentam-se as vistas ortográficas das obras.

Pode-se observar que as nuvens de pontos obtidas fornecem uma boa caracterização da volumetria e das formas de ambas as obras. Particularmente, a *Pietá* forneceu uma nuvem mais detalhada devido à sua localização privilegiada, à condição de iluminação local e ao tipo de material que compõe o túmulo, em comparação a *Último adeus*. A altura mais baixa permitiu que o equipamento capturasse as superfícies superiores facilmente, além de o acesso ser facilitado por existirem dois corredores laterais. *Último adeus* é uma obra alta, o que dificultou a captura dos dados das partes superiores – uma vez que o equipamento fica sobre um tripé no solo. Além disso, a obra está cercada por outros túmulos que configuraram obstáculos para o posicionamento do escâner. Considerando as condições de iluminação, nesta última houve reflexão da luz solar sobre o material da obra (rocha polida), dificultando a captura de dados.

FIGURA 16

Nuvem de pontos da obra *Último adeus*.
Fonte: autores (2019).

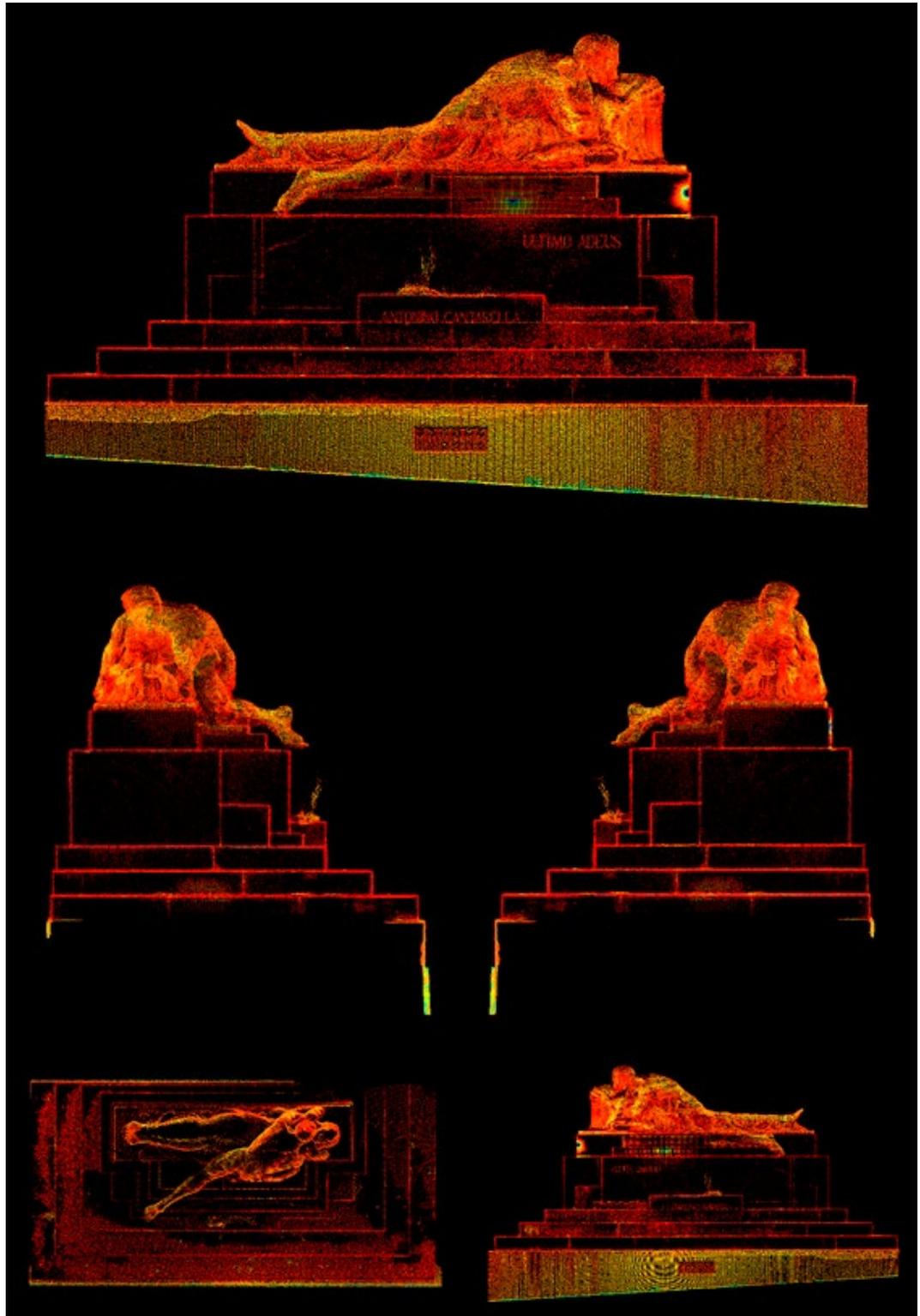
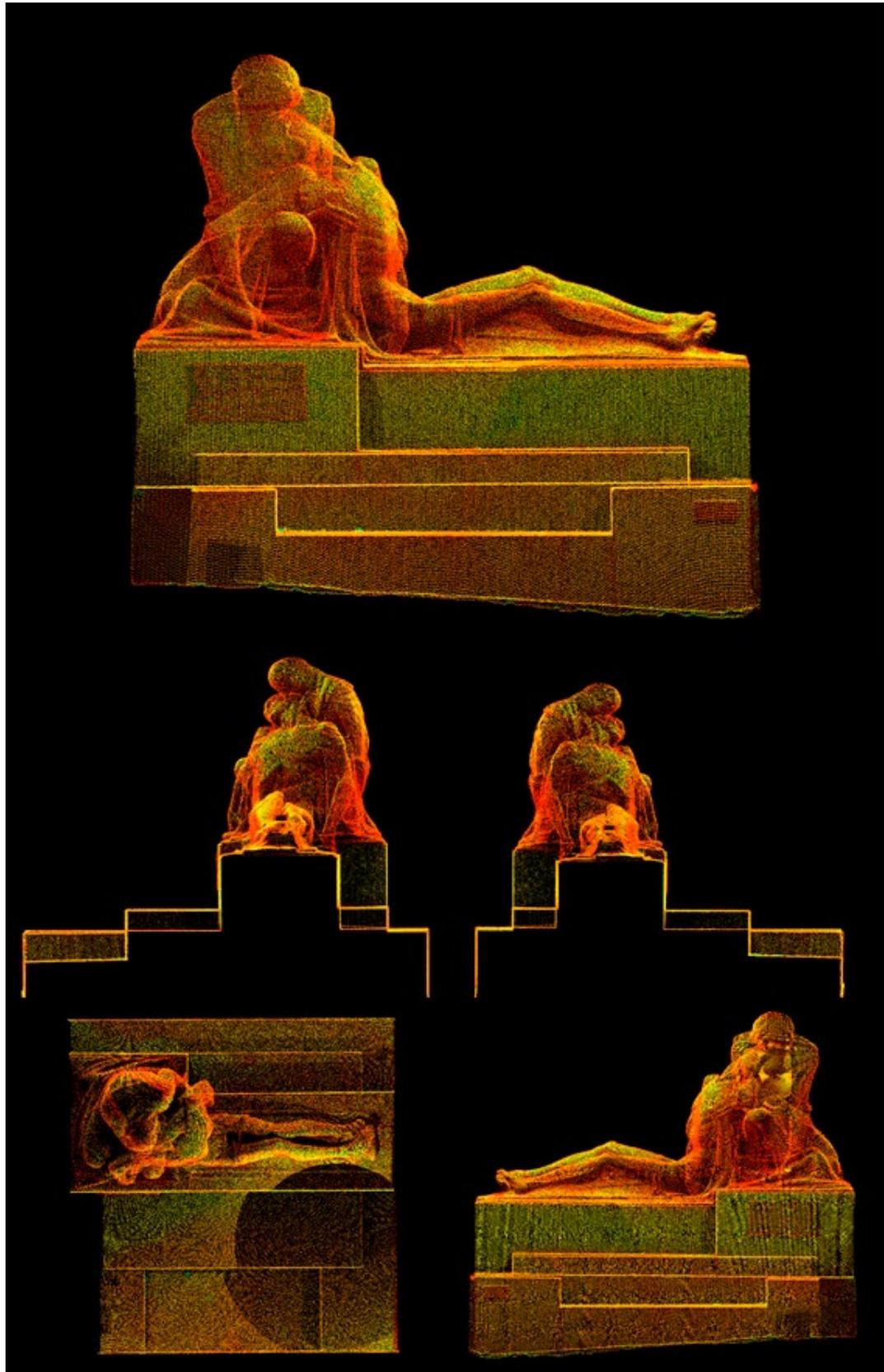


FIGURA 17

Nuvem de pontos da obra Pietá. Fonte: autores (2019).



3.3 Parâmetros para avaliação

O *Guia sobre imagem 3D*, publicado pela US General Services Administration – GSA (2009), sugere como deve ser planejado e avaliado qualquer projeto que utilize da tecnologia tridimensional para captura do ambiente construído. Na fase de solicitação do projeto, algumas definições devem ser estabelecidas com a empresa que executará o serviço, principalmente no que tange a diferenças nas dimensões entre o modelo e o objeto real (tolerância) e às dimensões do menor detalhe que poderá ser reconhecido no modelo (resolução). No Quadro 2 identificam-se a tolerância e a resolução estabelecidas pelo guia (GENERAL SERVICES ADMINISTRATION, 2009) para este projeto, cujos objetivos envolvem questões de manutenção e documentação.

QUADRO 2

Nível de detalhamento	Tolerância (mm)
Nível 1	± 51
Nível 2	± 13
Nível 3	± 6

Tolerância para modelos tridimensionais para projetos de manutenção e documentação. Fonte: adaptado de General Services Administration (2009).

Os níveis apresentados se referem à escala do projeto. Por exemplo, considerando um edifício localizado em um terreno amplo, se o objetivo é escanear: toda a área, considera-se nível 1; apenas o edifício, nível 2; um pavimento, nível 3. Para projetos de manutenção, o guia (GENERAL SERVICES ADMINISTRATION, 2009) sugere o nível 3 e, para a documentação, níveis 1 ou 2; logo foram adotadas essas recomendações neste trabalho.

Considerando-se duas medidas referenciais, horizontal e vertical, para cada face das obras *Pietá* e *Último adeus*, foram comparados os valores estabelecidos pelo General Services Administration (2009) e os modelos tridimensionais obtidos da fotogrametria e as nuvens de pontos do escaneamento a *laser* dessas obras.

Na Tabela 1, encontram-se as medidas reais, feitas em campo com o uso de uma trena, e as medidas feitas nos programas ReCap Photo (RCP) e Trimble RealWorks (TRW). Foram mensuradas as dimensões horizontal e vertical de faces dos túmulos, considerando as diferentes vistas ortográficas das esculturas: frontal (FR), laterais direita (LD) e esquerda (LE), e posterior (PO). A escolha do túmulo, e não da obra, como objeto para medição ocorreu devido à planicidade da estrutura dos jazigos que facilitou o trabalho. Considerou-se a tolerância como o maior valor dentre diferenças das medidas reais e virtuais na horizontal e vertical.

TABELA 1
Verificação da tolerância dos modelos tridimensionais.

Obra	Face	Dimensão Real (mm)		Dimensão ReCap Photo (mm)		Dimensão Trimble RealWorks (mm)		Tolerância (mm)	
		Horiz.	Vert.	Horiz.	Vert.	Horiz.	Vert.	RCP	TRW
<i>Pietá</i>	FR	802	379	805	381	802	380	3	1
	LD	679	425	678	425	681	427	1	2
	LE	959	376	959	373	960	374	3	2
	PO	802	502	805	498	802	501	4	1
<i>Último adeus</i>	FR	2037	497	2046	NM	2038	499	9	2
	LD	877	576	871	581	880	575	6	3
	LE	631	241	NM	241	633	240	0	2
	PO	2581	241	2651	246	2581	242	70	1

Considerando o *mesh* da obra *Pietá*, observa-se que este está dentro da tolerância estipulada pela General Services Administration (2009), independentemente do nível escolhido. Porém a escultura *Último adeus* já apresenta tolerância dimensional fora do permitido, com relação à dimensão horizontal da face posterior. Além disso, conforme exposto anteriormente, o modelo apresenta problemas de duplicação e buracos no *mesh*, desqualificando-o para qualquer uso, documentação e manutenção.

Já as duas nuvens de pontos geradas pelo escaneamento a *laser* apresentam tolerâncias dentro do estipulado, estando adequadas para sua documentação e utilização em programas de manutenção (Tabela 1).

4 MAPEAMENTO DE DANOS

A síntese do resultado das investigações feitas sobre as alterações funcionais e estruturais nos materiais, técnicas e componentes construtivos é ilustrada no documento conhecido por mapa de danos. Tinoco (2009) define mapa de danos como a representação gráfico-fotográfica, sinóptica, onde estão ilustradas e descritas todas as manifestações patológicas que danificam um objeto.

Diante do número elevado de informações coletadas em pesquisas, vistorias, e estudos técnico-científicos, o mapa é um documento importante, pois as organiza em um único arquivo, agilizando o processo de estudo e proposição dos serviços de manutenção necessários. O mapa consiste em plantas e elevações sobre os quais ilustram-se as manifestações patológicas, por meio de legenda constituída por elementos gráficos, como hachuras, cores, símbolos e/ou números.

No Brasil, não há metodologia consolidada com instruções claras que orientem os profissionais na confecção de mapa de danos. Ao mesmo tempo, os órgãos preservacionistas brasileiros reconhecem a importância do mapa de danos, mas não oferecem nenhuma normatização sobre sua confecção ou modelo gráfico a ser seguido (TIRELLO, CORREA, 2012).

Por não existir um modelo-padrão, a confecção do mapa de danos vem sendo realizada de maneira inadequada ou incompleta. O uso aleatório de cores para ilustrar diferentes tipos de danos acaba por prejudicar o resultado do diagnóstico realizado, cuja função é explicitar, qualitativa e quantitativamente, as manifestações patológicas existentes. Assim, manchas de cor associadas a legendas genéricas e confusas acabam anulando o resultado oferecido pelo mapa. Conforme Tinoco (2009), existem inúmeros modelos tantos quanto a criatividade dos profissionais possa superar.

Logo, tão importante quanto as informações que estão dispostas no mapa de danos é a forma como estão colocadas. Alguns aspectos são indispensáveis para sua eficácia, como a representação através de imagens, legibilidade e acessibilidade. Não se deve perder de vista que o mapa deverá ser compreendido por todos que participam do processo de intervenção, inclusive por profissionais não familiarizados com uma linguagem técnica nesse âmbito (BARTHEL; PESTANA, 2009).

A norma italiana *Normal 1/88* (ISTITUTO CENTRALE PER IL RESTAURO, 1990) estabeleceu hachuras-padrão para representar cada uma das manifestações patológicas encontradas em rochas e materiais cerâmicos, além de descrevê-las sucintamente. Criada pelo Instituto Central de Restauração (ICR) e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNR), a Comissão Normal tem como objetivo elaborar métodos unificados de estudos das alterações de materiais de pedra e de acompanhamento da eficácia dos tratamentos para preservação de artefatos de interesse histórico e artístico (TIRELLO; CORREA, 2012).

Atualmente, a *Normal 1/88* foi substituída pela norma UNI 11182 (ENTE NAZIONALE ITALIANO DI UNIFICAZIONE, 2006), que ainda traz nomenclatura e definição-padrão dos danos mais comuns em rochas e cerâmicos, porém já não traz a indicação de hachura. Mesmo não sendo mais normatizadas, as hachuras ainda são muito utilizadas para indicar danos em projetos de intervenção na Itália.

Associadas às hachuras, Negri e Russo (2008) buscaram aprimorar a representação do mapa de danos, agrupando as manifestações patológicas em três categorias. Para cada grupo, foi atribuída uma tonalidade: perda de material (amarelo), aumento de material (ciano) ou alteração de material (magenta). Os danos enquadrados simultaneamente em dois grupos recebem tonalidade intermediária. Para elaborar os mapas de danos das esculturas, serão utilizadas as sugestões de hachuras da Normal 1/88 (ENTE NAZIONALE ITALIANO DI UNIFICAZIONE, 1990) e o padrão de cores de Negri e Russo (2008). No Quadro 3 constam as legendas de cores e hachuras.

QUADRO 3
Legenda utilizada no mapeamento de danos. Fonte: autores (2019).

N°	Manifestação patológica	Código hachura	RGB	Cor
1	Lacuna e perda de elemento	Solid	191, 191, 57	
2	Alveolização	ansi31	237, 180, 45	
3	Descascamento	Earth	244, 191, 39	
4	Pitting	Solid	199, 171, 139	
5	Erosão	ansi33	207, 106, 43	
6	Corrosão	ansi 38	233, 108, 15	
7	Esfoliação	ansi33 (90°)	235, 72, 152	
8	Escamação	Solid	204, 53, 39	
9	Inchaço	ansi31(135°)	125, 41, 48	
10	Bolha	Hex	150, 30, 100	
11	Deformação	Dash	102, 52, 71	
12	Desagregação	ansi31 (270°)	222, 173, 207	
13	Fenda	<i>não há</i>	102, 52, 95	
14	Alteração cromática	Dots	198, 148, 198	
15	Mancha	Solid	145, 74, 158	
16	Pátina	Cross	123, 102, 133	
17	Mancha de umidade	triang (180°)	97, 62, 128	
18	Eflorescência	ar-sand	140, 123, 168	
19	Escorrimento	ansi36 (45°)	72, 63, 105	
20	Película	angle (45/)	157, 153, 209	
21	Pátina biológica	square (45°)	48, 56, 145	
22	Grafite	Solid	34, 52, 111	
23	Depósito	Solid	0,0,165	

Para a confecção do mapa de danos, utilizaram-se as vistas ortográficas obtidas pelo *software* Tribble RealWorks como modelo. Elas foram impressas e levadas a campo para identificar e caracterizar as manifestações patológicas nas esculturas.

De maneira geral, ambas as esculturas se encontram com uma pátina esverdeada, decorrente da oxidação natural do metal (Figura 18). As duas se apresentam sujas, entretanto, isto deve ser considerado normal, pois os cemitérios localizam-se próximos a avenidas com grande tráfego de veículos, ou seja, há muito material particulado, além de fuligem, disperso no ar. Também é comum para ambas o acúmulo de folhas de árvores, principalmente em detalhes e reentrâncias, locais propícios para o surgimento desses depósitos (Figura 19).

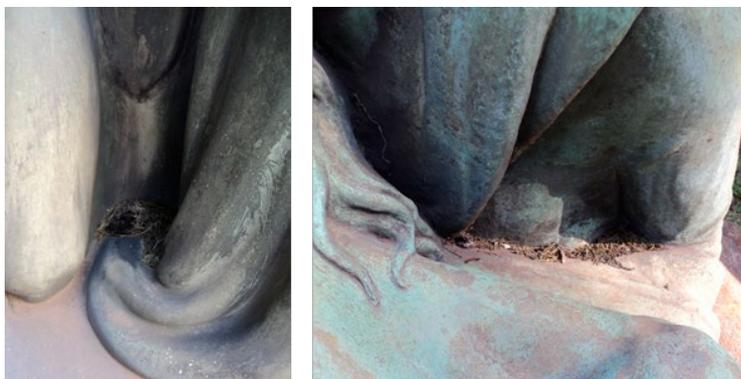
FIGURA 18

Pátina esverdeada na obra *Pietà*. Fonte: autores (2019).



FIGURA 19

Acúmulo de folhas nas obras *Último adeus* (à esquerda) e *Pietà* (à direita). Fonte: autores (2019).



Destaca-se em *Último adeus* a presença de manchas decorrentes de fezes de pássaros, inclusive em alguns pontos da obra (Figura 20). Esta sujeira se concentra principalmente na frente da escultura, fato justificável, pois essa face se encontra embaixo dos galhos das árvores próximas.

Pietà apresenta depósito de material granular nos sulcos formados pelas coxas e pelos pés da imagem que representa o Cristo (Figura 21), e uma mancha escura na região posterior da escultura, contrastante com a pátina esverdeada (Figura 22).

FIGURA 20

Fezes de pássaros sobre a obra *Último adeus*. Fonte: autores (2019).



FIGURA 21

Acúmulo de material granular entre as coxas e os pés do Cristo na obra *Pietà*. Fonte: autores (2019).



FIGURA 22

Mancha na obra
Pietà. Fonte: autores
(2019).



Os mapas de danos elaborados, considerando as manifestações patológicas listadas, constam nas Figuras 23 e 24. Os desenhos das duas esculturas foram feitos em papel vegetal, colocado sobre ortofotos e/ou fotografias impressas. Escanearam-se os contornos obtidos, anexando-os em um arquivo do programa AutoCAD, onde foi realizado um segundo contorno utilizando os comandos disponíveis. Em seguida, efetuou-se o registro das manifestações patológicas encontradas durante a vistoria com legenda definida no Quadro 3.

FIGURA 23

Mapa de danos da obra *Pietà*. Fonte: autores (2019).

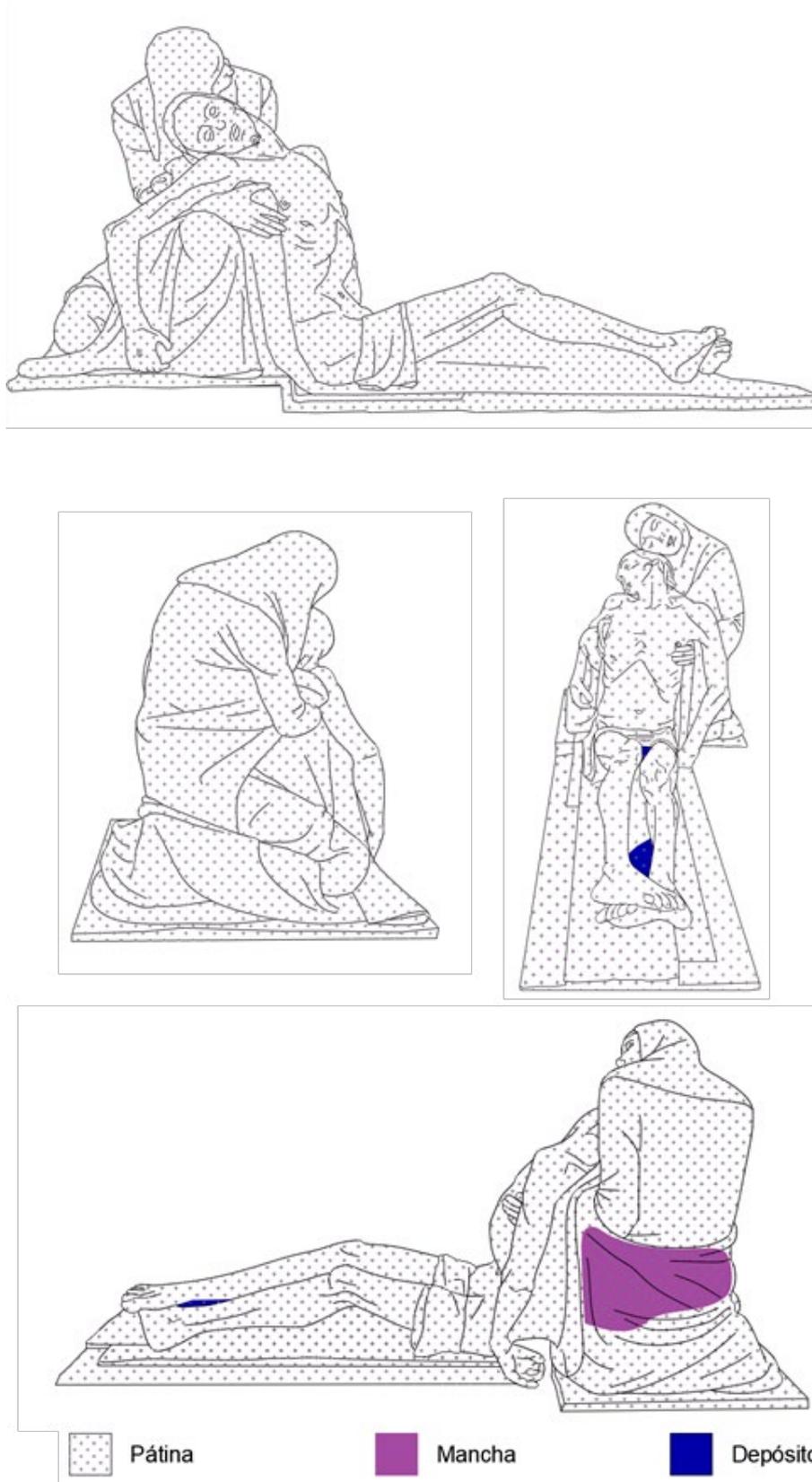
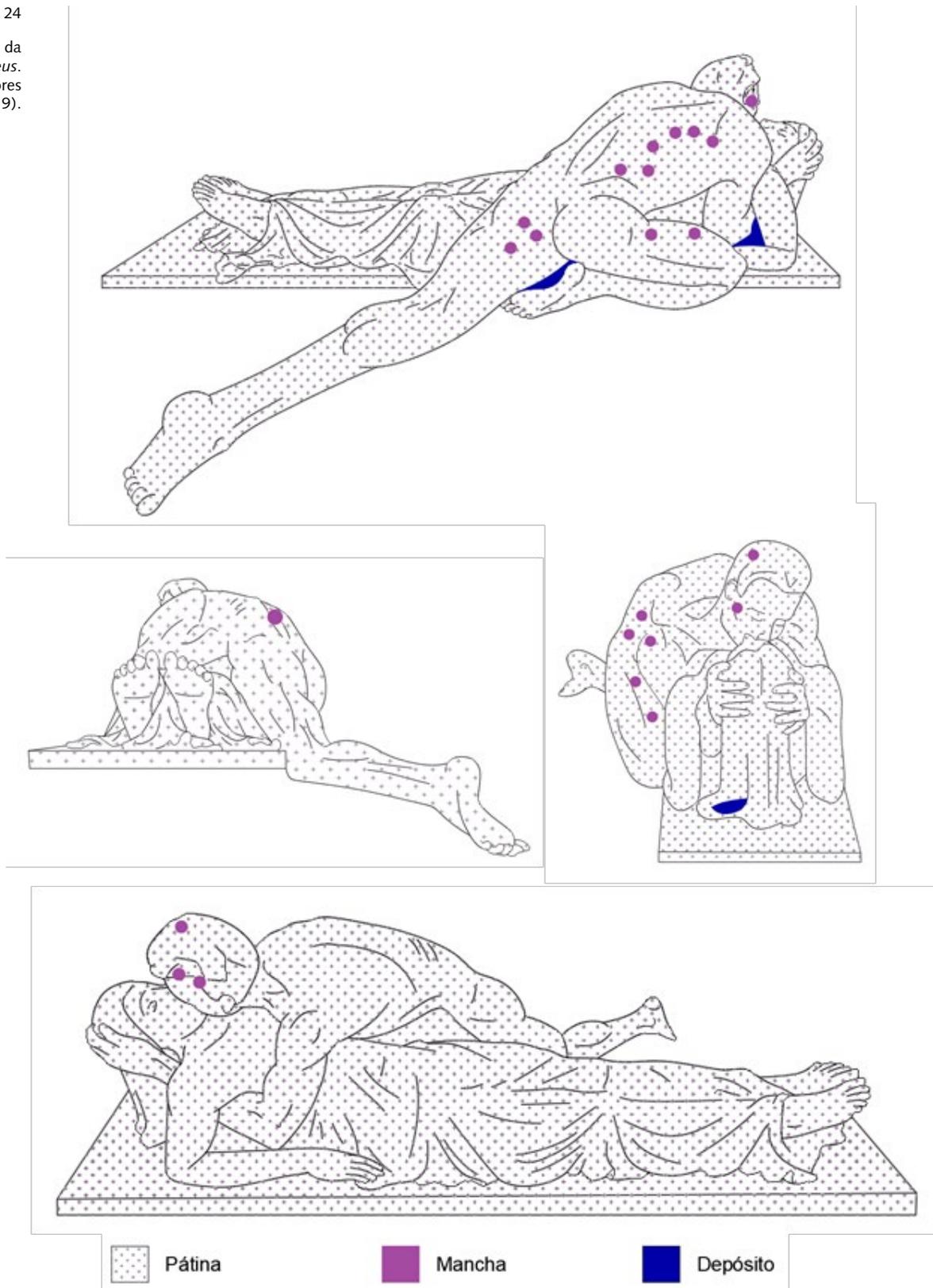


FIGURA 24

Mapa de danos da obra *Último adeus*.
Fonte: autores (2019).



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cemitérios são locais que apresentam importância além daquela de cunho religioso: são espaços onde é possível observar elementos característicos de uma sociedade, simbolizados pela arquitetura dos túmulos e de seus adornos. Infelizmente, a associação com palavras negativas que remetem à tristeza, perda e morte acaba por afastar as pessoas desses museus a céu aberto, tornando-os locais vulneráveis à ocorrência de furtos e depredações. Para a preservação dos espaços cemiteriais e de qualquer outro bem patrimonial, deve-se organizar uma estrutura consolidada que contemple três esferas importantes para a sua preservação: documentação, manutenção e segurança.

Atualmente, existem ferramentas digitais, como a fotogrametria e o escaneamento a *laser*, que permitem a rápida coleta de dados, resultando em um modelo virtual muito semelhante ao real. Utilizando-se dois exemplares da arte escultórica paulistana, *Pietà*, de Galileo Emendabili, e *Último adeus*, de Alfredo Oliani, verificou-se que essas tecnologias resultaram em modelos satisfatórios que podem ser utilizados para fins de manutenção e documentação, pois não apresentou diferenças dimensionais significativas, conforme sugerido pela General Service Association (2009). Contudo, constata-se a necessidade de um estudo prévio do local, tendo em vista a interferência de fatores ambientais, como vegetação e condição de iluminação, que afetam a captura das informações, além daqueles próprios das obras, como materialidade, dimensão e acessibilidade.

Observou-se também a necessidade de uma *workstation* especializada para processamento dos dados coletados, principalmente aqueles obtidos pelo escaneamento a *laser*, visto que os arquivos apresentam tamanho da ordem de gigabytes. Além disso, por se tratar de modelagem digital tridimensional, os *softwares* utilizados demandam uma placa de vídeo.

Ambas as esculturas apresentam superfície com pátina esverdeada, característica do envelhecimento da liga metálica, e material pulverulento facilmente identificável ao tocar nas obras. Excetuando a pátina, todas as manifestações patológicas apresentadas pelas peças são facilmente revertidas por uma limpeza periódica com água, esponja e sabão neutro.

A verificação do estado de conservação deve ocorrer regularmente, a fim de se observar a estabilização ou não dos problemas existentes. Caso se

constate que o dano se agrava com o tempo, deve-se proceder com estudos técnicos que caracterizem a manifestação a fim de se propor meios para que esta não evolua e cause mais problemas.

A nossa história não reside apenas em grandes monumentos e construções: também se encontram em locais ainda pouco desbravados, como os cemitérios. Há que se proceder com ações que protejam esse rico patrimônio, desde a documentação até sua segurança. Atrair a comunidade para visitar e conhecer efetivamente o acervo dos cemitérios é um passo para reverter o quadro de vulnerabilidade e abandono, assim como proceder com manutenção periódica nas obras, tornando-as mais atrativas ao público. Com atitudes simples como estas, a sociedade entenderá a importância desse espaço, tornando-se um dever protegê-lo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipe da Sessão Técnica de Audiovisual da FAU-USP (FotoVideoFAU), que realizou o levantamento de imagens com a utilização de *drone*, e à equipe da empresa Trimble Brasil, que executou o escaneamento a *laser* das obras. Agradecemos também à administração dos cemitérios da Consolação e São Paulo, pela oportunidade de realizar este trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Memória e história: o cemitério como espaço de educação patrimonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: Anpuh, 2015. p. 12. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945020_1d7d89dcde4a1f7cacc2309bedfd50a4.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.
- BALZANI, Marcello *et al.* Laser Scanner 3D Survey in archeological field: the Forum of Pompeii. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON REMOTE SENSING ARCHEOLOGY, 2004, Pequim. *Anais* [...]. Pequim: [s. n.], 2004. p. 169-175.
- BARTHEL, C; Lins, M; PESTANA, F. O papel do mapa de danos na conservação do patrimônio arquitetônico. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO Y JORNADA “TÉCNICA DE RESTAURACIÓN Y CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO”, 1., 2009, Buenos Aires. *Anais* [...]. Buenos Aires: [s. n.], 2009. p. 19.
- BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. Cemitério também tem arte: considerações sobre o estudo de arte tumular no Brasil. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE (EHA), 12., 2017, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: Unicamp, 2017. p. 602-606. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2017/Vanessa%20Beatriz%20Bortulucce.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

BRASIL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Brasília, DF, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

CARNEIRO, Maristela. O Último Adeus (1945) e Triste Separação (1948): as leituras metafísicas do amor de Alfredo Olini no Cemitério São Paulo. XVII ENCUESTRO IBEROAMERICANO DE VALORIZACIÓN Y GESTIÓN DE CEMENTERIOS PATRIMONIALES, Santo Domingo (Rep. Dominicana), 2016. p. 21.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa de educação patrimonial e de turismo. *Revista Museologia e Patrimônio*, [s. l.], v. 2 n. 2, p. 46-60, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/60/73>. Acesso em: 11 set. 2019.

COMUNALE, Viviane. A redescoberta da arte de Alfredo Olini: sacra e tumular. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, 2015. p. 261

ENTE NAZIONALE ITALIANO DI UNIFICAZIONE. *UNI 11182-Materiali lapidei naturali ed artificiali*. Descrizione della forma di alterazione – Termini e definizioni. Milano: UNI, 2006.

FARIAS, Adriana. Cheio de obras de arte, Cemitério da Consolação é o mais furtado da cidade. *Veja São Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/cemiterio-consolacao-furtos/>. Acesso: 6 set. 2019.

GENERAL SERVICE ADMINISTRATION. *BIM Guide for 3D Imaging*. Washington, DC: GSA, 2009.

GROETELAARS, Natalie Johanna. *Criação de Modelos BIM a partir de “Nuvens de Pontos”*: estudo de métodos e técnicas para documentação arquitetônica. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GROETELAARS, Natalie Johanna; AMORIM, Arivaldo Leão de. Técnicas de restituição fotogramétricas digitais aplicadas à arquitetura: um estudo de caso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 6., 2004, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 1-2.

ISTITUTO CENTRALE PER IL RESTAURO. *Raccomandazione Normal 1/88, Alterazione macroscopiche dei materiali lapidei*: lessico. Roma: CNR-ICR, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

MENDEZ, Ricardo Brod. *Construção de ambientes virtuais interativos baseados em imagens para estudos arquitetônicos e urbanísticos*. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

NEGRI, Antonella; RUSSO, Jacopo. Degrado dei materiali lapidei: proposta di simbologia grafica. In: CARBONARA, Giovanni (ed.): *Trattato di restauro architettonico*. Secondo Aggiornamento. Grandi temi di Restauro. Utet: Torino, 2008. p. 533-544.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. *Risco Revista de Pesquisa em Arquiteutura e Urbanismo*, São Paulo, n. 2, p. 4-14, 2006.

REMONDINO, Fabio; EL-HAKIM, Sabry. Image-based 3D Modelling: a review. *The Photogrammetric Record*, Hoboken, v. 21, n. 115, p. 269-291, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227786426_Image-based_3D_Modelling_A_Review. Acesso em: 11 set. 2019.

SIQUEIRA, Simone Viana. Metodologia de cadastro realizado através de escaneamento a laser: Casa Marquesa de Santos. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL, 1., 2017, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2017. p. 14

SOUZA, Denise Crispim de. *Arte tumular: uma expressão social por meio dos signos da morte*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) – Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

TAVARES, Davi Kiermes et al. Cemitério: patrimônio cultural material e fonte de turismo como possibilidades. *Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura*, v. 01, n. 02, 2015. p. 191-210

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. *Mapa de danos: recomendações básicas*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2009.

TIRELLO, R. A.; CORREA, R. Sistema normativo para mapas de danos de edifícios históricos aplicados à Lidgerwood Manufacturing Company de Campinas. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO SOBRE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 6., 2012, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2012. v. 1, p. 44-26.

TRIMBLE. Trimble TX8 3D Laser Scanner. *Trimble*, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://geospatial.trimble.com/sites/default/files/2019-03/Datasheet%20-%20Trimble%20TX8%20Laser%20Scanner%20-%20English%20USL%20-%20Screen.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.



RESENHA:
*PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO DA
INDUSTRIALIZAÇÃO:
PROBLEMAS
TEÓRICOS DE
RESTAURO*

KÜHL, BEATRIZ MUGAYAR. 2. ED. COTIA: ATELÊ, 2018.
328 P.

EDUARDO BACANI RIBEIRO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

Doutorando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Área de pesquisa: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

E-mail: eduardoribeiro5@hotmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p208-218>

RECEBIDO

03/03/2020

APROVADO

16/03/2020

Em meio à malha urbana de diversas cidades é possível encontrar antigas fábricas ou complexos industriais que perderam suas atividades originais por causa do crescimento urbano, porque suas produções tiveram que migrar para outras regiões ou, ainda, porque as antigas construções tornaram-se obsoletas, o que provocou a ociosidade de muitos desses territórios. A sobrevivência de algumas dessas edificações permite observar aspectos materiais, técnicos, plásticos e funcionais característicos da arquitetura industrial, como tijolos aparentes e telhados em *shed* ou com lanternim, bem como, a partir de maquinários e equipamentos, conjecturar certas características da operação humana que existiu nessas áreas, como o processo produtivo, volume de funcionários e particularidades da dinâmica no espaço. Traços que, combinados com paisagem local, conferem aspecto industrial a muitos bairros¹, permitindo a leitura de um processo histórico de transformações no qual se pode observar uma estreita relação entre desenvolvimento urbano e industrialização.

No entanto, pensar projetos de intervenção que possam reativar essas áreas e, assim, garantir o cumprimento de suas funções sociais (uma premissa constitucional em âmbito nacional), embora pareça uma tarefa

1. As características industriais não se limitam propriamente ao edifício da fábrica, mas englobam também outras edificações em seu entorno, como vilas operárias ou equipamentos de transporte, a exemplo das ferrovias que, em determinados casos, estavam próximas às indústrias, conferindo uma fisionomia particular a essas áreas. Dessa maneira, é preciso observar de forma abrangente esses territórios.

simples – e muitos exemplos demonstram que assim tem sido encarada – é, na verdade, uma questão bastante complexa, posto que intervir no patrimônio industrial, reconhecido como parte da cultura e da expressão de uma determinada geração, demanda embasamento em uma disciplina de lenta maturação, que é discutida desde o Renascimento e que traçou suas bases teórico-metodológicas e técnico-operacionais durante o século XIX, consolidando-se como disciplina autônoma (mas não isolada) durante o século XX: o restauro (KÜHL, 2018).

O debate sobre o patrimônio industrial² faz parte de um contexto de alargamento daquilo que passou a ser considerado bem cultural. Teve início tardiamente, a partir de 1950, na Inglaterra, quando construções representativas desses bens passaram a ser demolidas. No Brasil, o primeiro tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de um bem de natureza industrial ocorreu apenas em 1964, com o tombamento do conjunto formado pelos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, no município de Iperó³. Assim, ao longo dos anos, diversos estudos têm se dedicado a investigar esses elementos e as vertentes dessa matriz, como o patrimônio ferroviário.

O livro *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*, publicado em 2008 e fruto da revisão do texto da tese de livre-docência de Beatriz Mugayar Kühl – defendida em 2006 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) – é uma das significativas produções que a partir da ampliação dos bens considerados de interesse cultural se debruçou sobre

2. Kühl (2018) esclarece que os “monumentos da industrialização” não são apenas aqueles associados à arquitetura dos edifícios relacionados com a produção ou o complexo e seu entorno (habitações, escolas, hospitais etc.), mas também unidades de produção de energia, meios de transporte e edifícios pré-fabricados (totalmente ou parcialmente), que são fruto do processo de industrialização.

3. Relevante pontuar que, mesmo nesse contexto de alargamento dos bens reconhecidos como de interesse cultural que passa a abarcar o patrimônio industrial, serão tombados bens industriais com características monumentais ou excepcionais, como o mencionado complexo de Iperó. Não por acaso, do mesmo modo, a primeira estação ferroviária paulista a ser tombada, em 1974, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) foi a estação ferroviária de Bananal, uma estação única em território nacional, por ser um edifício importando da Bélgica e composto por estruturas de aço desmontáveis e pré-fabricadas.

o patrimônio industrial. De forma competente⁴ e abrangente, mediante uma base importante de fontes bibliográficas e documentais, o livro oferece reflexões e sugestões operacionais de possíveis estratégias capazes de garantir a preservação dos bens originários do processo da industrialização.

Republicada em 2018 na sua segunda edição, a obra chama a atenção para sua demanda e para o caráter atual de seu conteúdo que, mesmo após dez anos de sua publicação, explora uma temática ainda pouco compreendida e evidenciada, o que contribui para que a obra seja, ainda hoje, uma das principais referências sobre questões em torno do patrimônio industrial e de aspectos teóricos ligados ao restauro – assuntos bastante pertinentes nos ambientes citadinos em constante processo de transformação.

O livro, que apresenta 325 páginas, está dividido em três capítulos, que exploram a aplicabilidade dos atuais instrumentos teóricos do restauro enquanto orientadores de ações concretas sobre o patrimônio arquitetônico fruto da industrialização. Dessa forma, a obra instiga no leitor um constante questionamento sobre “o que” é objeto do restauro, “por que” preservar e “como” restaurar, reflexões que, como observa a autora, são fundamentais para nortear os estudos e projetos de intervenção nos bens de interesse cultural. Assim, a obra não se posiciona como um receituário ou uma espécie de norte para um possível formulário que estabeleça pontos a serem cumpridos durante análises ou processos intervencionistas, mas como um compêndio de informações substanciais que dão base para o conhecimento histórico e o direcionamento crítico – teórico e prático – diante de preceitos que objetivam a preservação.

O primeiro capítulo, “Conceitos ligados à arqueologia industrial, arquitetura industrial e restauração”, discorre sobre a definição conceitual do termo “arqueologia industrial”⁵, passando pelas primeiras iniciativas de

4. Importante mencionar que, nas pesquisas desenvolvidas por Kühl em sua trajetória acadêmica e anteriores a sua tese de livre-docência, a autora já havia se debruçado sobre questões referentes ao patrimônio industrial: ver Kühl (1998, 2004). Além disso, iniciara também uma série de traduções de publicações de importantes teóricos do restauro, como Brandi (2004), Viollet-le-Duc (2000) e Boito (2002).
5. Segundo Kühl, desde o surgimento dessa expressão houve uma série de polêmicas em torno de seu valor semântico, de seu campo de atuação e do recorte cronológico dos bens a serem investigados. Para a autora “a arqueologia industrial, assim, não se caracteriza como disciplina autônoma; é um vasto tema de estudo que exige a multidisciplinaridade e articulação de vários campos do saber. O interesse da arqueologia industrial é de fato tratar esse tema – o legado da industrialização em suas numerosas facetas” (KÜHL, 2018, p. 44).

documentos internacionais⁶ que identificaram o patrimônio proveniente da industrialização não apenas como testemunho de um processo material, mas como processo imaterial que deve ser preservado. Posteriormente, discute a preservação como ato de cultura, amadurecido ao longo de séculos de proposições e práticas metodológicas construídas sem linearidade e com pertinência relativa⁷ – em detrimento de ações arbitrárias e pragmáticas. Por fim, aborda a preservação no Brasil e os problemas do critério de restauração, que, segundo a autora, evidenciam que o país, ao longo dos anos, passou de um momento repristinatório para um alinhamento com o restauro crítico, apesar do modo infundado como se invocam no ambiente brasileiro formulações dessa vertente, desconsiderando aspectos documentais dos monumentos históricos, o que pode conduzir a danos irreparáveis diante de testemunhos únicos e não reproduzíveis.

O segundo capítulo do livro, “Algumas questões pertinentes à preservação da arquitetura da industrialização numa escala mais abrangente”, trata da influência de outros segmentos que propõem o tratamento das antigas áreas industriais. Por serem ambientes urbanos muitas vezes bem localizados e com dimensões generosas, despertam com frequência o interesse do capital imobiliário em desenvolver novos empreendimentos, o que geralmente ocasiona a perda do material histórico-documental ou a apropriação de determinados fragmentos desses conjuntos de maneira descontextualizada e com caráter meramente panfletário. Em vista disso, a autora observa que é necessário refletir sobre o patrimônio industrial para além da perspectiva do edifício, analisando também as diferentes relações deste com o terreno, do terreno com o bairro e do bairro com a cidade, o que demonstra não apenas um problema de escala, mas também social, político e econômico, que demanda, por vezes, o uso de instrumentos do planejamento urbano e territorial no tratamento desses espaços.

6. A exemplo da Carta de Nizhny Tagil, redigida e aprovada durante o congresso realizado em 2003, na Rússia, pelo The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH).

7. Nesse sentido, a autora elucida tendências atuais que, embora não sejam unívocas, objetivam a preservação se fundamentando em pelo menos dois séculos de experiências e de reflexões sobre o tema, como a corrente “crítico-conservativa”, a “conservação integral” e a “hipermanutenção”, todas elucidadas no texto a partir de importantes referenciais teóricos como: Giovanni Carbonara, Gaetano Miarelli Mariani, Cesare Brandi, Marco Dezzi Bardeschi, Paolo Torsello, Paolo Marconi, entre outros.

No terceiro capítulo da obra, “Restauração do patrimônio arquitetônico da industrialização e projeto de arquitetura: temas resultantes da análise de intervenções e da bibliografia”, a autora, a partir de estudos de caso e base bibliográfica, observa intervenções efetuadas em importantes edifícios industriais, como a Estação Júlio Prestes e a Estação da Luz, não se esquivando de criticar projetos de intervenção executados nesses bens por consagrados arquitetos, como ao observar os problemas em torno da instalação do Museu da Língua Portuguesa⁸ sobre o tecido historicizado e altamente simbólico da Estação da Luz⁹. A partir de um amplo estudo multidisciplinar, a autora indica que as especificidades históricas e estéticas desse bem deveriam ter direcionado qualquer novo uso ou quaisquer alterações necessárias¹⁰ nas dependências desse espaço. Entretanto, ocorreu o contrário, o que acabou por promover certos “estripamentos” e bloqueios de permeabilidade com o exterior, bloqueando, em determinados trechos, a percepção da antiga estação enquanto edifício com raízes no final do século XIX e, violando, assim, aspectos documentais da edificação, apesar de sua proteção em diferentes esferas.

No entanto, a autora não restringe a discussão a problemas de preservação de obras mais antigas, como os casos das mencionadas estações ferroviárias. Ela aborda o patrimônio industrial mais recente, de linguagem modernista, a exemplo da antiga Fábrica Duchon, edifício projetado por Oscar Niemeyer e Hélio Uchôa, construído em 1950 e demolido no início dos anos 2000, e do complexo industrial da fábrica Olivetti, projeto do arquiteto italiano Marco Zanuso, também edificado na década de 1950 e

8. Segundo Kühl, “a engenhosidade do partido arquitetônico, os êxitos figurativos e da proposta museográfica, transformaram o centro num grande sucesso de público. A questão é que o Museu da Língua portuguesa tem sido julgado apenas pelos seus resultados. Isso é extremamente inquietante, pois se recai naquele perigoso registro de que ‘os fins justificam os meios’, desconsiderando-se por completo a destruição de documentos significativos que a proposta causou” (2018, p. 195).

9. O atual prédio começou a ser construído em 1895 e foi inaugurado oficialmente em março de 1901, com grande parte de seus materiais e seu projeto vindos da Grã-Bretanha, posto que a edificação pertencia à inglesa São Paulo Railway, primeira companhia ferroviária do Estado de São Paulo, inaugurada em 1867 e responsável por fazer a conexão entre o Porto de Santos e Jundiaí. Não somente pelos elementos vinculados à sua proposta arquitetônica, bem como à sua inserção no espaço urbano, a Estação da Luz está associada a um processo ferroviário paulista amplo, que gerou significativas transformações no campo social, político, econômico, cultural e antropológico. Sobre a Estação da Luz ver: Kühl (1998) e Diaféria *et al.*, (2001).

10. Que, como recomendam os documentos interacionais, deveriam ser mínimas.

que, embora protegida por lei, foi vítima de uma descaracterização radical ao atender à instalação de um shopping center em sua área¹¹.

Em vista disso, Kühl pontua significativas observações acerca do cenário citadino, no qual se proliferam ações sobre o patrimônio industrial urbano sem a devida análise e sem considerar que o projeto de restauro é um tipo particular de projeto arquitetônico, fruto de uma compreensão aprofundada da obra, ou conjunto de obras, do ambiente em que estão inseridas e de sua trajetória histórica, material e imaterial. Assim, na perspectiva da autora, constantemente o interesse cultural, aquilo que torna esses artefatos suporte do conhecimento e da memória coletiva em suas mais variadas dimensões (artesanais, culturais, sociais, técnicas, econômicas e históricas), sequer é mencionado em certas ações e, muitas vezes, é deturpado em favor de interesses em desacordo com a preservação, como interesses políticos, econômicos e midiáticos. Não quer dizer, segundo Kühl, que esses segmentos devam ser ignorados no projeto de intervenção, mas sim que precisam ser observados em um segundo momento e trabalhados de forma respeitosa diante do preexistente, visto que, do contrário, podem provocar a perda ou deformação de artefatos únicos e irreproduzíveis, como também impedir a oportunidade futura de seu conhecimento.

Muitas questões problemáticas, apontadas nos estudos de caso observados pela autora, seriam resultado de uma incompreensão dos motivos pelos quais se preservam bens culturais, bem como dos critérios de como fazê-lo, o que resulta em instrumentos deficientes para se trabalhar no campo. Kühl destaca a necessidade do profissional à frente dos trabalhos de intervenção, assim como acontece na medicina com a residência médica, possuir pós-graduação na área para estar habilitado a lidar com a complexidade das questões que se colocam diante de um projeto de restauro.

Há um ponto importante abordado pela autora no último capítulo da obra relacionado à fachada das construções: o “fachadismo”. Isto é, a preservação da fachada da edificação desconsiderando aspectos documentais de sua configuração interna – o que reduz o bem a sua dimensão epidérmica ou à de mero contendor de novas funções. No mesmo sentido, a autora

11. Para Kühl, o trágico destino da Duchon e da Olivetti, duas “grandes eminências” da arquitetura industrial paulista e brasileira, mostra, entre outras questões, a “dificuldade em fazer cumprir resoluções legais e aplicar sanções aos responsáveis por descaracterizações” (KÜHL, 2018, p. 205).

analisa a necessidade de se utilizar no tratamento das fachadas o mesmo juízo histórico-crítico empregado no cuidado com toda a obra, dado que essas superfícies são “testemunho privilegiado” do transcurso da obra ao longo tempo, demandando, mesmo para a seleção da tinta a ser utilizada em sua pintura, embasamento técnico e histórico-crítico.

O livro deixa evidente que a intervenção em bens de interesse cultural é uma operação complexa, discutida ao longo de séculos e formatada a partir de uma trajetória não linear composta por diferentes soluções de pertinência relativa que não buscam congelar ou ignorar a criatividade do responsável pela intervenção – aspectos que, como apontado por Kühl, geralmente são destacados por aqueles que não se aprofundam na observação diligente do tema ou que desconhecem a temática em sua consistência disciplinar –, mas que reconhecem, sobretudo, a obrigação de preservar escrupulosamente as especificidades históricas e estéticas que garantem ao bem seu interesse cultural, as marcas que permitem transparecer sua passagem ao longo do tempo com suas diferentes dimensões materiais, emotivas e intelectuais. Estas, segundo Kühl, devem ser conservadas e valorizadas a partir de uma conscienciosa análise interdisciplinar, embasada nas ciências naturais e humanas e em preceitos secularmente debatidos e reconhecidos em importantes documentos internacionais de caráter indicativo e prescritivo. De acordo com a autora, esses pontos devem antever a técnica e renunciar ao protagonismo de objetivos que não tenham como norte o campo cultural.

Importante mencionar que a autora não propõe ou defende uma proteção ou tutela generalizada, ou a preservação acrítica da obra em sua condição momentânea, mas destaca a necessidade de inventário e estudos multidisciplinares abrangentes que ofereçam suporte para a seleção dos bens a serem preservados e que ajudem a traçar as condicionantes dos possíveis projetos de intervenção, os quais, segundo Kühl, devem estar adaptados à configuração e particularidades preexistentes, embasados em juízo histórico-crítico e totalmente dispostos a reinserir socialmente o artefato, quando necessário, a partir de uma proposta conscienciosa, uma vez que, com base nas observações da autora, não é possível classificar como restauração aquilo que descaracteriza, que insere o novo ferindo o antigo, que dificulta a leitura, que esvazia o sentido, que faz perder a essência e que negligencia a memória. Kühl deixa patente a solidez de

bases teórico-metodológicas que versam indistintamente sobre os bens de interesse cultural e elucida que a restauração não é um ato arbitrário, individualista ou que se faz a partir de opiniões não fundamentadas nos reais valores a serem preservados e valorizados no bem, destacando, em sua análise, perniciosas lacunas entre a teoria e a prática.

Certamente, acessar o livro em questão é algo necessário não apenas para conhecer ou aprofundar o conhecimento dos preceitos teóricos do restauro e as particularidades do patrimônio industrial, mas também, pedagogicamente, para refletir sobre a leitura de artefatos do passado e o compromisso hodierno de transmitir diligentemente os artefatos para as gerações futuras como forma de reconhecer nossa operacionalidade humana e nossa consciência cidadã. Além dos constantes questionamentos que permeiam a obra tratada neste texto – “o que” é objeto do restauro, “por que” preservar e “como” restaurar – a autora também instiga criticamente ao leitor duas outras questões que precisam ser devidamente refletidas: “quem” pode restaurar e “para quem” se deve preservar. Estas são perguntas que ao serem respondidas evidenciam a responsabilidade humana perante sua produção passada, não como agente que a recria diante de ambições pessoais ou tendências inerentes ao presente, mas como indivíduos que, sensíveis ao documento histórico, estão engajados em transformá-lo na contemporaneidade sem perder de vista o passado ou o futuro¹².

No que diz respeito ao patrimônio industrial, a obra contribui com um esclarecimento fundamental ao indicar que esses artefatos, muitas vezes operados de forma isolada, fora dos preceitos que dirigem as intervenções em outros bens de interesse cultural, precisam ter suas especificidades históricas e estéticas reconhecidas diante de suas próprias naturezas e trajetórias, assim como devem ser observados não apenas pela perspectiva de edificações excepcionais e monumentais, mas também como construções industriais modestas e plenas de significados e valores em seus contextos.

Atualmente, por exemplo, diversas estações ferroviárias no interior paulista estão em delicadas condições materiais de sobrevivência, sem qualquer proteção ou iniciativa pública que preserve e ressignifique esses

12. Não por acaso, os principais pontos presentes em vários documentos internacionais que versam sobre o restauro propõem: a mínima intervenção, a distinguibilidade entre o novo e antigo, o respeito ao documento em suas diferentes estratificações temporais e a retrabalhabilidade do bem.

elementos altamente simbólicos em seus meios¹³; ou, então, as vilas operárias que têm sido demolidas na cidade de São Paulo, como a Vila Operária João Migliari, edificada na década de 1950 e que ocupava uma área com dimensões significativas no bairro do Tatuapé antes de ser demolida em setembro de 2019 por uma ação que desconsiderou as dimensões históricas e estéticas desse conjunto para proporcionar uma área livre a um novo empreendimento do capital imobiliário, satisfazendo, assim, a lógica do mercado em detrimento de testemunhos históricos industriais¹⁴.

Destarte, a obra discutida neste texto, pela ótica do patrimônio industrial e dos problemas teóricos de restauro, convoca à reflexão e à ação, bem como alerta sobre nossa responsabilidade e incompreensão.

Beatriz Mugayar Kühl, atualmente, é professora titular da FAU-USP, onde leciona desde 1998, atuando tanto na graduação quanto na pós-graduação e trabalhando principalmente nos seguintes temas: conservação e restauração, bens culturais, arquitetura ferroviária, arquitetura do ferro e arquitetura industrial. Dessa forma, suscitou e embasou, a partir de suas produções e orientações acadêmicas, outros importantes trabalhos¹⁵ que também têm contribuído para amadurecer e avançar a discussão dessas temáticas em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

ALDANO, Mariana. Após demolição, vila no Tatuapé da década de 50 é tombada. *GT – O portal de notícias da Globo*, São Paulo, 3 set. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2KmDsHb>. Acesso em: 3 fev. 2020.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê, 2002.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê, 2004.

DIAFÉRIA, Lourenço *et al.* *Um século de luz*. São Paulo: Scipione, 2001.

13. Sobre as atuais condições alarmantes de sobrevivência de várias estações ferroviárias do interior paulista ver: Ribeiro (2019a) e Ribeiro (2019b).

14. Segundo Aldano (2019), o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Conpresp) tombou o conjunto apenas quando a maior parte das casas já haviam sido demolidas. De acordo com a autora, a prefeitura embargou a demolição por falta de tapumes e multou a empresa em 40 mil reais, mas, ainda assim, a ação continuou e deu cabo à antiga vila operária, elemento característico em um entorno composto por várias edificações verticalizadas com vários pavimentos.

15. A exemplo de Rufinoni (2013), que, de certa forma, complementa e faz aprofundamentos próximos à abordagem de Kühl (2018).

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. Cotia: Ateliê, 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial. *Desígnio*, São Paulo, n. 1, p. 101-117, 2004.

RIBEIRO, Eduardo Bacani. Comadres do noroeste paulista, das casas de turma às estações: as construções sem destino. *Revista CPC*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 114-143, 2019a. DOI 10.11606/issn.1980-4466.v14i27p114-143.

RIBEIRO, Eduardo Bacani. *Estrada de Ferro Araraquara: da Morada do Sol à “Boca do Sertão” – os espaços invisíveis*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019b.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: Ed. Unifesp: Edusp, 2013.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène. *Restauração*. Cotia: Ateliê, 2000.



PATRIMÔNIO IMATERIAL E PAISAGEM CULTURAL CAFEEIRA NA COLÔMBIA

ALEJANDRO ESCOBAR HOYOS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, NATAL, RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Licenciado em Comunicação pela Universidad Tecnológica de Pereira (UTP), na Colômbia. Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail: alescobar@utp.edu.co

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p219-234>

NOTA DO EDITOR: relato publicado na seção Notícias e Depoimentos.

RECEBIDO

16/03/2020

APROVADO

16/04/2020

PATRIMÔNIO IMATERIAL E PAISAGEM CULTURAL CAFEIRA NA COLÔMBIA

ALEJANDRO ESCOBAR HOYOS

RESUMO

O seguinte artigo mostra algumas contradições do patrimônio imaterial e paisagem cultural cafeeira na Colômbia e como elas refletem nos camponeses e agricultores que vivem do plantio de café. Esta discussão também faz parte de um projeto de mestrado no Programa de Antropologia Social (PPGAS), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem cultural. Deslocados internos. Cafeicultura.

THE CULTURAL LANDSCAPE OF COFFEE IN IMMATERIAL HERITAGE IN COLOMBIA

ALEJANDRO ESCOBAR HOYOS

ABSTRACT

This article shows some contradictions of the immaterial heritage and cultural landscape of coffee in Colombia and how they reflect on peasants and farmers who live from coffee plantation. This study is part of a master's project in the Social Anthropology Program (PPGAS) at Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN).

KEYWORDS

Cultural landscap. Displaced people. Coffee-growing.

1 CONTEXTO

A Colômbia nos mostra como um povo que viveu uma guerra interna, violência e deslocamentos internos segue adiante. Em 1960 foram criados vários grupos armados ou guerrilhas, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Exército Popular de Libertação (EPL), que se opunham às políticas governamentais e aos projetos do Estado. O panorama do confronto armado piorou nas décadas seguintes ao surgimento de grupos paramilitares de extrema direita, vinculados também aos cartéis do narcotráfico. Houve várias etapas de brutalidade, em especial nos anos 1980, quando os grupos subversivos centraram seus ataques na população civil, graças ao financiamento das atividades derivadas do narcotráfico.

Entre 2012 e 2016 estabeleceu-se o diálogo do governo da Colômbia com as FARC-EP e houve uma diminuição da violência e um alívio humanitário em muitas zonas do país que tinham presença histórica e eram controladas pelo grupo armado. Mas depois de afirmar acordo de paz em novembro de 2016, o que se viu foi uma deterioração da situação humanitária, com a re-paração dos deslocamentos internos massivos, assassinatos de líderes sociais, comunitários, ativistas ambientalistas e defensores de direitos. Entre 1º de janeiro de 2016 e julho de 2020, 971 líderes sociais e defensores de direitos humanos e ex-combatentes das FARC-EP foram assassinados no território

nacional colombiano (UNIDAD INVESTIGATIVA DE INDEPAZ, p.1, 2020). De acordo com a Unidade para a Atenção e Reparação Integral às Vítimas (UNIDAD DE VÍCTIMAS, 2019), o conflito histórico deixou, até setembro de 2018, mais de 8 milhões de pessoas deslocadas, sendo o país com mais deslocados internos no mundo.

Antes da assinatura dos acordos de paz, desde 2006, o governo nacional tinha implementado diferentes programas e iniciativas para garantir a restituição de terras para a população deslocada que já somava milhões de camponeses, negros e indígenas. No município de El Cairo, no estado do Vale do Cauca, por exemplo, ocorreu um interessante processo de recampesinização que já tem dez anos e que foi implementado com grupos de famílias deslocadas forçadamente de diferentes estados da Colômbia. Essa experiência é uma das iniciativas que, apesar dos seus inconvenientes, é bem-sucedida.

2 PATRIMÔNIO IMATERIAL: PAISAGEM CULTURAL CAFEIEIRA

Em 2011 a paisagem cultural cafeeira foi declarada patrimônio imaterial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com o objetivo de proteger e salvaguardar o conhecimento tradicional que envolve as pessoas com os plantios de café. Fazem parte do patrimônio imaterial 4 estados e 47 municípios, entre eles o município de El Cairo, no estado do Vale do Cauca (Figura 1).

FIGURA 1

Fazenda tradicional cafeeira, arquitetura e mistura do plantio com a mata nativa.
Fonte: Paisaje Cultural Cafetero (2011).



Porém, o reconhecimento desse patrimônio imaterial gera várias questões. O texto “Le patrimoine immatériel entre ambiguïtés et overdose”, de Christian Bromberger (2014), ajuda a aprofundar e entender melhor essas controvérsias ao listar exemplos de patrimônios para a Unesco em que parece haver uma ambiguidade entre o material e o imaterial. Bromberger (2014, p. 3) diz:

Existem expressões materiais da cultura, não uma cultura material que se oponha a uma cultura intangível. Objetos foram corretamente definidos como pensamento solidificado, e Mary Douglas e Baron Isherwood (1980) também diz corretamente que os objetos tornam visíveis as categorias de cultura.

No caso do patrimônio na Colômbia, o objetivo é proteger o conhecimento tradicional e a relação das pessoas com o plantio do café, como também o café como identidade não só de uma região, mas de todo país; mas quando se olha com detalhe, não há essa dita proteção (Figura 2). A substituição do conhecimento tradicional do plantio do café por técnicas de produção de grande escala ligadas ao modelo capitalista do agronegócio tem aumentado há décadas. Na época atual, o plantio tradicional do café, misturado com outros plantios, como da banana, mandioca ou milho, e com uso de adubo orgânico, não são uma prioridade: o que se pode encontrar é o contrário, o monocultivo do café com alto emprego de produtos químicos. É uma questão de ambiguidade, segundo o comitê colombiano do patrimônio cultural cafeeiro, que diz que:

O reconhecimento implica um compromisso de todas as nações pela proteção da paisagem cafeeira; por isto, a declaração implica um compromisso do Estado colombiano junto com a comunidade internacional, e também uma oportunidade para que seus habitantes e visitantes conheçam a paisagem e se involvem em sua preservação (MINISTÉRIO DE CULTURA DE COLÔMBIA, p.22, 2011, tradução nossa)

FIGURA 2

Fazenda de café no Cairo. Fonte: Governo do Estado Vale do Cauca



Aqui se entra em um ponto-chave do patrimônio colombiano, e se percebe sua intenção de fomentar o turismo na região. O texto “L’oubli et le retour”, de Gaetano Ciarcia (2013), é um grande exemplo das ambiguidades presentes nas declaratórias do patrimônio. O autor narra como foi o processo de pesquisa no Benin; e sobre o projeto de rota intercontinental da Rota dos Escravos, o autor diz:

“este projeto teve como objetivos principais: a identificação, restauração e promoção de edifícios e locais de memória pertencentes à história da escravidão, a fim de melhorar o desenvolvimento econômico do turismo cultural” (CIARCIA, 2013, p.4).

Porém, é delicado falar da história da escravidão e sua relação com o turismo. O mesmo autor conta que:

Em outubro de 2005, no começo de minhas investigações no Benin, durante uma entrevista com um notável de Ouidah, fiquei impressionado com uma fórmula hermética e paradoxal repetida pelo menos duas vezes: “esquecendo, sim; perdão, não”. Essa formulação foi feita por uma personalidade de origem iorubá, ou seja, de uma comunidade minoritária em Ouidah, cuja maioria dos membros é descendente de ex-escravos, não apenas escravos deportados para a América, mas também escravos empregados no local até o início do século XX em casas e em plantações de óleo de palma (CIARCIA, 2013, p.6, tradução nossa).

O circuito do memorial consiste em seis etapas principais. Uma delas passa pela árvore do esquecimento ou árvore do retorno, a qual virou parte do ritual pelo qual passavam os escravizados antes de saírem do continente e que na atualidade são pontos de interesses turísticos, mas para uma parte da população são temas de conflito; “esquecimento, sim; perdão, não”.

Como sabemos, o tema da escravidão é delicado. O artigo tem fotos das representações teatrais do sofrimento da escravidão encenadas para os turistas, em maioria, estrangeiros de países como Estados Unidos, os quais queriam se conectar com seus passados, mas não sabemos se estas representações teatrais são a melhor forma de estabelecer tais conexões; o artigo também nos fala dos problemas que aconteceram quando pessoas que não fazem parte da comunidade se aproveitaram e construíram hotéis e restaurantes para os turistas.

Voltando à Colômbia, um dos grandes problemas que aconteceram depois da declaratória do patrimônio foi a massificação do turismo na região, sem ter em conta a estrutura e os protocolos adequados para o desenvolvimento do turismo de forma responsável. A maioria dos projetos, como rede hoteleira, restaurantes, parques temáticos, operadoras turísticas, é de pessoas de fora, cujo objetivo é comercial, e não a preservação da identidade e das tradições envolvidas com o café.

Um dos projetos que a organização do patrimônio desenvolve é a “Ruta del café”¹, uma campanha que busca promover a zona a nível nacional e internacional. Aqui encontramos uma ambiguidade grande ao perceber que esta rota só tem empreendimentos de pessoas de classe alta ou até estrangeiros, cuja maioria criou cafeterias para atender ao turista ou a outros empreendimentos. Por exemplo, são recorrentes fazendas temáticas que apresentam ao turista o processo do café. No site oficial da paisagem cultural cafeeira, não se encontra um só empreendimento de camponeses que tenham vivido toda sua vida dos plantios do café, que na atualidade quer desenvolver projetos de turismo e gerar um alguma renda para melhorar as condições de vida. É um tema delicado, porque hoje em dia a maioria dos camponeses está deixando de plantar café devido aos preços que não cobrem os gastos necessários para o cultivo. Outro problema foi não terem regulado as visitas aos lugares de reservas ecológicas, ocorrendo a deterioração de vários ecossistemas e zonas de reserva (Figura 3).

¹ Ver: <https://rutasdelpaisajeculturalcafeitero.com>

FIGURA 3

Serrania do
Paraguas, reserva
ambiental no Cario.
Fonte: Corporação
Ambiental de El
Cairo (2015).



O processo para obter este reconhecimento foi conformado por arquitetos, antropólogos, economistas, historiadores e profissionais das ciências ambientais para atingir os requerimentos da Unesco para dita declaratória. Segundo a organização do patrimônio cafeeiro os profissionais iam:

Selecionar a área mais representativa dos valores culturais da região para identificar percepções das pessoas sobre seu patrimônio cultural. A tradição cafeeira é o símbolo mais representativo da cultura nacional colombiana, pela qual o país obteve reconhecimento mundial. A cultura cafeeira já levou a ricas manifestações materiais e imateriais que incluem a música, a gastronomia, a arquitetura e a cultura (MINISTÉRIO DE CULTURA DE COLÔMBIA, p.22, 2011, tradução nossa)

Em grande parte do território colombiano vê-se a presença do cultivo do café, mas foi na região central dos estados do Quindío, Caldas, Risaralda e Vale do Cauca que um grupo de especialistas e acadêmicos se reuniu com a ideia de apresentar a proposta para a Unesco.

Carlos Castano, professor de meio ambiente e camponês, falou sobre o que representa uma cultura cafeeira, em relação às casas, à comida, vestimenta e sobre sua relação com a agricultura do café e seu manejo, embora nos documentos oficiais do Ministério da Cultura e da organização Paisaje Cultural Cafetero de Colombia se encontre pouca informação, por exemplo, sobre a gastronomia e a arquitetura. Há de fato um aumento da atividade turística nesses municípios, mas foi dito antes, a concentração

de benefícios entre os empresários ricos gera uma grande ambiguidade no patrimônio cafeeiro.

O comitê do patrimônio cafeeiro elenca os seguintes aspectos que dão conta dos critérios da Unesco para um patrimônio imaterial: café de montanha, predomínio de café, cultivo em ladeira, idade da cafeicultura, patrimônio natural, disponibilidade hídrica, institucionalidade cafeteria, patrimônio arquitetura (Figura 4), patrimônio arqueológico, influência da modernização, patrimônio urbanístico, tradição histórica na produção do café, minifúndio cafeeiro, cultivos múltiplos e formas de produção sustentável do café.

O texto de Bromberger fala da importância de proteger as tradições; em palavras dele:

É perfeitamente legítimo que sejam adotados os meios para preservar essas tradições, esses costumes, essas memórias e que os etnólogos contribuam para investigar os arquivos e se perguntar sobre a “patrimonialização”. O que me parece muito mais preocupante é o lugar ocupado, pelo menos na etnologia de nossas próprias sociedades, pelos estudos sobre patrimônio e pela “patrimonologia” (BROMBERGER, 2014, p.8, tradução nossa.)

FIGURA 4

A arquitetura do município do Cairo é uma das melhores conservadas e cuidadas na região.
Fonte: Corporação Ambiental de El Cairo (2014)



É interessante a reflexão do autor sobre “patrimoniologia”, já que se percebe dentro dos critérios importantes para o patrimônio cafeeiro outros “patrimônios”, como o de arquitetura, natural, arqueológico, urbanístico. É preciso indagar, aprofundar e pesquisar o que quer dizer para o comitê e para outros antropólogos e etnólogos essa “patrimoniologia”, que pode ser abstrata e difícil de se compreender no contexto da vida cotidiana das pessoas.

O autor Bromberger nos propõe uma reflexão interessante quando diz: “Se os etnologistas têm que contribuir para esse trabalho de salvaguarda e para a história das instituições que o apoiam, eles também têm muito mais a fazer estudando o presente vívido das sociedades” (BROMBERGER, 2014, p. 14) Por isso é de interesse compreender o patrimônio cafeeiro, mas sobretudo entender os conhecimentos tracionais que estão ao redor dos plantios do café, para garantir que não se acabe uma tradição que representa um país inteiro.

3 A ASSOCIAÇÃO DE DESLOCADOS E O PATRIMÔNIO IMATERIAL PAISAGEM CULTURAL CAFEIRA

O município do Cairo apresenta uma situação especial: os fundadores e os seus filhos, junto com uma grande parte da população, foram embora para cidades maiores à procura de outras oportunidades de trabalho e emprego. Dessa forma o município deixa de crescer, sobretudo na área rural, por isso várias associações de deslocados foram enviadas para o município para revitalizar o espaço rural. Na atualidade o governo do estado, a prefeitura e várias organizações prestam assessoramento técnico e promovem oficinas para ajudar a melhorar a vida dos camponeses e também para assegurar sua permanência no território. Um exemplo é a implantação dos biodigestores, usados para possibilitar o uso do fogão a gás em substituição ao fogão a lenha. Outra organização ambiental, a Serraniagua, faz a conscientização para o cuidado do meio ambiente e promove a agroecologia como bandeira de produção orgânica e amigável com a natureza. Essa organização ambiental promove a produção de café orgânico, que é comprado dos camponeses a preços mais vantajosos e depois torrado e comercializado. Também criou a feira agroecológica e campesina, que ocorre aos finais de semana, para a venda dos produtos feitos na fazenda.

Como é narrado no livro de criação coletiva *Echando raíces en El Cairo* (2016), está expresso o sentimento dos camponeses acerca da condição de deslocamento:

Vemos de municípios fortemente afetados por o conflito armado Colombiano, dos estados de Choco, Huila, Cauca, Quindío, Caquetá, Antioquia, Putumayo, Nariño, Risaralda, Guajira. E por isto que cada um de nós tem diferentes histórias, tradições, costumes e modos de pensar diferente (BARRERA; PADILLA, 2016, p. 8).

Um total de 50 famílias, vindas de 11 estados diferentes, chegaram ao município de El Cairo com a perspectiva da reconstruir suas vidas em um novo território.

O texto “Alimentation et vivre-ensemble: le cas de la créolisation de Laurence Tibère” diz, em relação aos contextos multiculturais “em uma situação multicultural, a manipulação – no sentido neutro do termo – de símbolos ocupa um lugar central na expressão de identidades e na gestão social da convivência” (TIBÈRE, 2013, p. 7, tradução nossa). É de interesse entender como é a convivência e a relação entre famílias, sabendo que são famílias de diferentes estados e, por conseguinte, com diferentes identidades.

O texto de Tibère traça mais questões a respeito da alimentação e da culinária, por isso se pode perceber como pessoas de diferentes regiões ou estados da Colômbia adquirem hábitos comuns em relação à comida. O autor diz:

As populações exiladas são assim reenraizadas no solo da reunião; adquiriram uma linguagem, adotaram estilos de vida e um modelo alimentar que articula componentes comuns (cozinha crioula) e universos que, embora na maioria das vezes sejam crioulos, são específicos (TIBÈRE, 2013, p. 4, tradução nossa)

O texto apresenta questões muito interessantes que antes não tinham sido percebidas; a cozinha crioula tem um papel importante para se compreender essa mistura de culturas ou multiculturas e como se desenvolve um novo território a partir da alimentação ou comida tradicional, este é um ponto chave para pensar o patrimônio paisagem cultural cafeeiro, no caso do Cairo uma mistura de pessoas de diferentes regiões criam um território multicultural onde se pode encontrar essa diversidade na alimentação cotidiana das pessoas (Figura 5).

FIGURA 5

Comida tradicional:
a receita das
"arepas", feitas de
milho, é uma receita
que vem passado
por gerações.
Fonte: Corporação
Ambiental do Cairo
(2011).



O patrimônio paisagem cultural cafeeira está dividido em várias zonas. A zona F corresponde às localizações rurais da cordilheira ocidental dos municípios de Águila e El Cairo, no estado do Vale de Cauca. Incluem além as áreas urbanas do Cairo. O centro histórico urbano está declarado bem de interesse cultural; apresenta um alto nível de homogeneidade na arquitetura e uma manifestação direta da principal atividade econômica que desenvolveu a produção cafeeira.

El Cairo é um tesouro entre as nuvens: a 1.850 metros sobre o nível do mar, é um dos municípios mais jovens do estado do Vale do Cauca (Figura 6). Fundado em 1920, a história do município inicia-se com a colonização do estado de Antioquia. Um grupo de colonos vindo do Norte instalou-se nessa região para cultivar a terra. Desde então, a economia municipal se centrou na produção do café, que se mistura ainda ao cultivo da banana, mandioca, feijão, abacate e tomate.

FIGURA 6

Município de El Cairo, conhecido como o povo que fica entre as nuvens.
Fonte: Corporação Ambiental do Cairo (2016).



Novamente Tibère traça questões de interesse aspecto sobre a colonização quando diz:

A crioulização resulta dos processos de aculturação ocorridos em certas sociedades colonizadas, nas quais o sistema de produção e a organização socioeconômica permitiram, em uma estrutura sócio-racial desigual, hierárquica e tensa, estreitar contatos entre populações de diferentes culturas. Esses contatos favoreceram hibridizações e reformulações culturais e deram origem a linguagens, sistemas de crenças, formas estéticas, cozinhas, novas e criadas. (TIBÈRE, 2013, p. 9, tradução nossa)

É o caso da Reunião, e bem diferente do caso de El Cairo, mas a colonização do estado de Antioquia deixa muitas influências na região, por exemplo, o café. Mas também não se pode esquecer das hibridizações em relação aos indígenas e negros que fazem parte da região e que tiveram da mesma maneira influência na comida e na cozinha do município.

El Cairo é reconhecido na região do norte do Vale por suas frequentes atividades de entretenimento e turismo. Ao longo do ano se celebram no

município as festas do retorno, da semana cívica, do camponês, dos *cachacos*, entre outras. Além de sua privilegiada posição na apreciada “Serranía dos Paraguas”, onde se permite oferecer *canopying*, trilhas e observação de flora e fauna em um ecossistema de bosques naturais e santuários ecológicos que, conservam sua beleza natural. Por fim, o município de El Cairo apresenta uma combinação entre arquitetura colonial e natureza de grande magnitude. É um município típico cafeeiro, com pessoas amáveis e seviciais que procura potencializar o turismo cultural cafeeiro, ambiental e gastronômico.

4 CONCLUSÃO

A valorização patrimônio imaterial colombiano é muito importante para salvaguardar os conhecimentos tracionais em relação à cultura cafeeira e a tudo o que está ao redor dessa cultura, como a arquitetura e a gastronomia. É uma região de identificação dos habitantes com agricultura cafeeira, mesmo entre os habitantes do município de El Cairo oriundos de outras regiões se apropriaram do local e adotaram a cultura do café.

O café dá sustento a milhares de famílias, mas também traz consigo uma carga cultural, de identidade e de herança grande. Para apoiar os processos de volta ao campo dos deslocados internos se vem apresentando diferentes projetos que assegurem a vida destas comunidades na zona rural. Um deles é o turismo apoiado na declaratória da paisagem cultural cafeeira, que tem atraído muitas pessoas à região. Encaminhar estes turistas para que conheçam as particularidades da vida dos camponeses e sua relação com a terra e o café será de muita ajuda para estas famílias que, além de compartilhar suas experiências e conhecimentos, obtém retorno financeiro extra para sobreviver quando a produção da agricultura não se mostra suficiente ao sustento.

REFERÊNCIAS

BARRERA, Pedro; PADILLA, Andrea. *Echando raíces en El Cairo: experiencias de reconciliación y construcción de paz desde una comunidad campesina reubicada*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2016. Disponível em: http://www.sjrcolombia.org/web/wp-content/uploads/2013/06/Cartilla-Final-Con-Portada_V.Lectura.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

BROMBERGER, Christian. “Le patrimoine immatériel” entre ambiguïtés et overdose. *L’Homme*, Paris, n. 209, p. 143-151, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/lhomme.23513>

CIARCIA, Gaetano. L'oubli et le retour: figures d'une épopée mémorielle sur la Route de l'Esclave au Bénin. *L'Homme*, Paris, n. 206, p. 89-119, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4000/lhomme.24518>

MINISTÉRIO DE CULTURA DE COLÔMBIA. *Paisaje cultural cafetero: un paisaje cultural productivo en permanente desarrollo*. Bogotá, 2011.

ORGANIZACIÓN AMBIENTAL SERRANIAGUA, 2016. Disponível em: <https://www.serraniagua.org/inicio>. Acesso em: 17 fev. 2020.

PAISAJE CULTURAL CAFETERO. *Patrimonio mundial, 2017*. Disponível em: <http://paisaje-culturalcafetero.org.co/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

TIBÈRE, Laurence. Alimentation et vivre-ensemble: le cas de la créolisation. *Anthropologie et Sociétés*, Québec, v. 37, n. 2, p. 27-43, 2013. DOI: <https://doi.org/10.7202/1017904ar>

UNIDAD DE VÍCTIMAS. *Registro Único*. Unidad de víctimas. Obtenido de Red Nacional de Información. Disponível em: <https://rni.unidadvictimas.gov.co/RUV>, 2019.

UNIDAD INVESTIGATIVA DE INDEPAZ. Registro de líderes y personas defensoras de DDHH asesinadas desde la firma del acuerdo de paz del 24/11/2016 al 15/07/2020. *Informe Especial*, Bogotá, 15 de julio 2020.



HERITAGE AND HISTORY OF THE MARBLE INDUSTRY IN ALENTEJO (PORTUGAL):

AN INTERDISCIPLINARY PROJECT IN PROGRESS

CLARA MOURA SOARES, UNIVERSIDADE DE LISBOA, LISBOA, PORTUGAL

Assistant Professor with Aggregation at Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa and principal investigator of the research *Patrimonium* – Ciências do Património e Mercados da Arte of the Instituto de História da Arte of the same University (ARTIS-IHA, FLUL). She is the deputy director and general editor of the electronic journal ARTIS (<http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao>).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4130-2158>

E-mail: claramourasoes@letras.ulisboa.pt.

RUTE MASSANO RODRIGUES, UNIVERSIDADE DE LISBOA, LISBOA, PORTUGAL

PhD researcher at Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (ARTIS-IHA, FLUL). Member of the research group *Patrimonium* – Ciências do Património e Mercados da Arte (ARTIS-IHA, FLUL).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8692-8613>

E-mail: ruteamrodrigues@letras.ulisboa.pt.

CARLOS FILIPE, CECHAP, CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA, HISTÓRIA, ARTES E PATRIMÓNIOS, VILA VIÇOSA, PORTUGAL

Researcher and coordinator of several projects at Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios. Researcher and PhD student at Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (ARTIS-IHA, FLUL). Collaborator researcher at Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL, FLUL) and at Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora (CIDEHUS-UÉ).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7383-221X>

E-mail: carlosfilipe2.cechap@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p235-248>

NOTA DO EDITOR: relato publicado na seção Notícias e Depoimentos.

RECEBIDO

13/06/2020

APROVADO

15/07/2020

HERITAGE AND HISTORY OF THE MARBLE INDUSTRY IN ALENTEJO, PORTUGAL: AN INTERDISCIPLINARY PROJECT IN PROGRESS

CLARA MOURA SOARES, RUTE MASSANO RODRIGUES, CARLOS FILIPE

ABSTRACT

The Heritage and History of the Marble Industry project (PHIM), based on interdisciplinary principles and practices, highlights the importance of the Portuguese marbles of Alentejo Anticline in a context of patrimonial and cultural valuation of a region where the ornamental rock industry defines landscapes, shapes the economy, and defines ways of life. Knowledge coming from scientific research is being disseminated through various platforms and audiences, contributing to regional development and providing solid contents for industrial and cultural tourism of quality. After two phases of the project that allowed to achieve broad knowledge about the application of the Alentejo marbles in the artistic heritage, the 3rd phase serves to expand the chronology under study (from Roman times to the 20th century) and to allow for new interdisciplinary perspectives, with the cooperation of History of Law and Economic History.

KEYWORDS

Marble. Cultural heritage. Portugal.

PATRIMÔNIO E HISTÓRIA DA INDÚSTRIA DOS MÁRMORES NO ALENTEJO (PORTUGAL): UM PROJETO INTERDISCIPLINAR EM PROGRESSO

CLARA MOURA SOARES, RUTE MASSANO RODRIGUES, CARLOS FILIPE

RESUMO

O projeto Patrimônio e História da Indústria dos Mármore (PHIM), baseado em práticas e princípios interdisciplinares, pretende destacar a importância dos mármore portugueses do Anticlinal Alentejano num contexto de valorização patrimonial e cultural de uma região onde a indústria das rochas ornamentais define paisagens, molda a economia, estabelece modos de vida. O conhecimento, atingido através da investigação científica, vem sendo disseminado através de várias plataformas e públicos, contribuindo para o desenvolvimento regional e proporcionando conteúdos sólidos para um turismo industrial e cultural de qualidade. Após duas fases do projeto que permitiram alcançar um amplo conhecimento sobre a aplicação dos mármore do Alentejo no patrimônio artístico, a 3ª fase pretende ampliar a cronologia em estudo – da época romana ao século XX – e abrir novas perspectivas interdisciplinares, com a cooperação da História do Direito e da História da Economia.

PALAVRAS-CHAVE

Mármore. Patrimônio cultural. Portugal.

1 FRAMEWORK AND OBJECTIVES

The Heritage and History of the Marble Industry project (PHIM) is part of the Regional Operational Program of Alentejo (ALENTEJO 2020), with financial contribution of ERDF (European Regional Development Fund), of which the Institute of Art History of the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon (ARTIS), is a partner. Since 2017 the 2nd phase of the project has highlighted the important contributions that Art History can offer in research, which, among other aspects, aims to study the potential of an exceptionally ornamental stone for works of art. Its long history and application in national and international monuments, some of them classified as World Heritage¹ led to the so-called Estremoz Marble (the formal name encompassing Estremoz, Borba and Vila Viçosa) being recognized internationally, in 2018, as Global Heritage Stone Resource (<http://globalheritagestone.com/other-projects/ghsr/designations/>).

¹These are the capitals and bases of the columns of the Roman Temple in Évora, Portugal; several sculptural pieces of the College of the Holy Spirit – Évora, Portugal; the main chapel of the Jerónimos Monastery – Lisbon, Portugal; the columns of the Roman Theatre in Mérida – Spain; some applications in the Escorial Monastery – Spain; Notre Dame and Palace of Versailles – France.

FIGURE 1

Vaulted ceiling of the high chapel of the Jerónimos Monastery, 16th century, Lisbon, Portugal. Photography: Carlos Filipe (CECHAP).



FIGURE 2

College of the Holy Spirit/University, 16th/17th centuries – Évora, Portugal. Photography: Carlos Filipe (CECHAP).



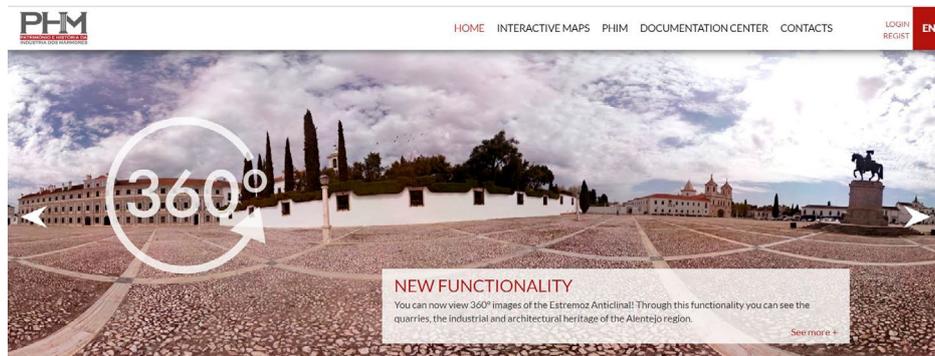
The 1st phase of the PHIM project was launched in 2013 by the Centre for Studies in Culture, History, Arts and Heritage (CECHAP), in partnership with several university institutions (CIDEHUS, IHC and CIES)², while the 2nd phase started in March 2017, with the theme *Os Mármore do Anticlinal Alentejano: 2000 anos de Memória e Património* [The Marbles of Alentejo Anticline: 2000 years of Memory and Heritage]. The 3rd phase began in September 2019, with new research dealing with chronological and thematic challenges.

The 1st phase, developed between 2013 and 2015, was devoted to the study of the History of the Industry of the Marbles of Alentejo, in the period between 1850 and 1986, when several aspects of this industry were researched, dealing with its regulation, the social and labour aspects inherent to the exploitation of quarries, the techniques and technologies used and the characterization of the landscape where this industry has been developed. The efforts of the 1st phase led to creation of the Portal of Heritage and History of the Marble Industry (<https://www.marmore-cechap.pt/en>), a digital documentation centre and an interactive web portal, with open access and available in Portuguese, English, French and Spanish, about the history of the sector. The website provides considerable information (archival research, bibliographic, oral testimonies) and promotes the development of new studies; and the mobile application Roteiro dos Mármore [Marbles roadmap] (https://play.google.com/store/apps/details?id=com.indice.roteirodosmarmores&hl=pt_PT), for touristic exploration, provides information on the different locations selected for the digital guide on a mobile phone or tablet. The ambition is to make available the results achieved to broad audiences.

² CIDEHUS – Interdisciplinary Centre for History, Culture and Societies (University of Évora); IHC – Institute of Contemporary History (Universidade NOVA de Lisboa); Centre for Research and Studies in Sociology (CIES/IUL- ISCTE – University Institute of Lisbon).

FIGURE 3

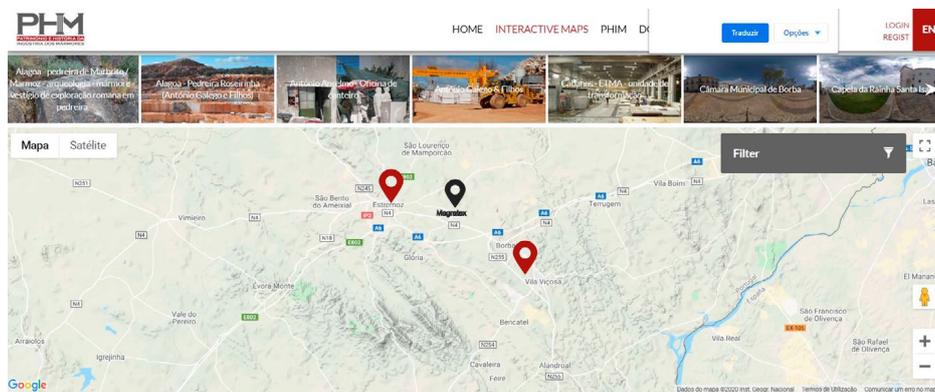
Portal of Heritage and History of the Marble Industry – 360° images of the Estremoz Anticlinal. Photography: Carlos Filipe (CECHAP).



Welcome to the Portal of Heritage and History of the Marble Industry. The PHIM Documentation Centre provides all the information about the ornamental stone industry.

FIGURE 4

Portal of Heritage and History of the Marble Industry – Interactive Maps. Photography: Carlos Filipe (CECHAP).



Framed in the same multidisciplinary way that characterized the 1st phase, the 2nd phase of the PHIM project, involving several university research centres (CIDEHUS, IHC and ARTIS)³, was developed taking into account the 1st to 4th and 16th to 20th centuries. Several areas of expertise contributed to this: Roman Archaeology and Industrial Archaeology; Art History; Construction History; History of Techniques and Technologies; Cartography; Georeferencing; Photographic Survey and Digital Humanities. It aimed not only to continue and deepen the studies already carried out, but also to systematize and develop new areas of study, which would allow both the production of scientific knowledge and its impact on different audiences.

³ ARTIS – Institute of Art History (School of Arts and Humanities of the University of Lisbon).

At the same time, is the 2nd phase aimed to enhance the cultural dimension of the Anticlinal of Estremoz and the tourism related with the marble industry. The Portal of Heritage and History of the Marble Industry now has new features, namely, more documentary information for online research, as well as an Urban Route module with beautiful 360° panoramic images of places such as Borba, Vila Viçosa and Estremoz, allowing virtual visits to quarries, marble mason's workshops, manufacturing industry and reference monuments in the region through interactive maps (<https://www.marmore-cechap.pt/en/virtualTour>), in order to encourage actual visits. The mobile application "PHIM – augmented reality", *Roteiro dos Mármore* [Marbles roadmap], improved in the 2nd phase of the project, is a tool that allows visitors and tourists to prepare, in advance, a visit to the region around the heritage and history of the Alentejo marbles. A video was also produced to publicize the project, available on the home page of the portal <https://www.marmore-cechap.pt/en>. With a duration of 2 minutes, without text or narration, it is a multimedia resource that aims, above all, to give greater visibility and make the cultural heritage of the Anticline region more attractive through very suggestive images obtained-by drone and followed by an intense soundtrack, encouraging discovery and adventure.

FIGURE 5

General view of a quarry in Vigária, Vila Viçosa (Solubema company).
Photography: Carlos Filipe (CECHAP).



The relevance of this project – pioneering both in Portugal and worldwide – is strengthened by the absence of a national integrated policy that focuses on the importance of using ornamental stones, particularly marble, and recognises its heritage and cultural value.

Starting from the recognition of the archaeological, patrimonial and artistic legacy of the Alentejo Marbles in the Anticline geographic space, which essentially includes the municipalities of Borba, Estremoz and Vila Viçosa, evidence of their related activities that had been left for two thousand years. The evidence is either in the form of underground exploration, or in the use of this raw material as an architectural and sculptural element, leaving its mark not only in the appearance of places but also in the daily life of those who inhabit them. The abundance of a wide range of calcitic marbles, of varied shades (white, grey, black, pink or cream), is one of the main riches of the Central and Northern Alentejo, the marble having been widely used in the South and Centre of Portuguese territory since the Roman era.

FIGURE 6

Monastery of Santa
Maria Scala Coeli
(Cartuxa), 16th
century, Évora.
Photography: Carlos
Filipe (CECHAP).



FIGURE 7

Chapel of São Tiago, 18th century, Vila Viçosa. Photography: Carlos Filipe (CECHAP).



The interest in the use of Alentejo marbles was quite significant in periods of economic expansion of ornamental arts and heritage construction. Marble quarrying in the region experienced an intense activity between the 16th and 19th centuries, responding to new architectural and artistic designs from the renaissance to romanticism, both nationally, and in some European countries to where the marbles of the Alentejo were exported.

As in other European countries, where cultural projects centred on the territory and framed around their native products are already practiced, the PHIM project aims to deepen knowledge about the history of the Alentejo marbles industry. The project can provide a clear and broad view of the extent of the exploitation of those ornamental stones over several periods – from Classical Antiquity to recent times – and translate that into a serious inventory of this resource as an element of memory and heritage. At the same time, the project intends to promote the safeguarding and conservation of places, valuing the historical, artistic and heritage resources of each site, in a multidisciplinary work involving Roman Archaeology, Industrial Archaeology, History, Art History and Digital Humanities.

2 MARBLE ARTS: HISTORICAL-ARTISTIC PERSPECTIVES

The 3rd phase of the project (2019-2021), continuing the main objective of promoting the Estremoz Anticline region of marbles as a source of highlighting the cultural heritage of the municipalities of Borba, Estremoz and Vila Viçosa, is intended to continue research in the field of art and heritage in the wide chronological spectrum, from the 12th to the 20th century. At the same time two new areas are integrated: Law – from Roman Law to the recent Quarry Legislation; and Economy, with the study of marble markets from the 16th to the 20th centuries⁴.

The participation of researchers from ARTIS – Institute of Art History gains relevance in a project that aims to study the use of marble from Estremoz Anticline, as a raw material, in the design of architectural, sculptural and decorative elements that define the urban landscape of the region known as the “zone of the marbles”, which essentially includes the municipalities of Borba, Estremoz and Vila Viçosa.

With a chronology that goes from the 12th to the 20th century, the time frame defined for this phase of the project, the study of the use of marbles in architecture and art is a central objective of the ARTIS team. It seeks to identify the quarries, those participating in the working of the marble, the types of contract, the selection criteria of the materials, the quarrying techniques and instruments, as well as other relevant data about the marble and its practical use.

The survey of bibliography, of periodicals, of the extensive travel literature, both national and foreign, produced between the 18th to 20th centuries, and of some relevant archival collections, have proved to be essential for the constitution of a *corpus* to characterize the marble industry in the Anticline region, in the period under study, and to contextualize its application in the design of heritage goods of outstanding historical-artistic value. This requires the selection of more representative case studies in both Portugal and Spain. In the 2nd phase of the project those studied were: the Almodôvar church-hall (16th century); the Ducal Palace of Vila Viçosa (16th and 20th centuries); the National Palace of Ajuda (19th century); the

⁴ Partners of the 3rd phase are: CIDEHUS, ARTIS-FLUL, CLEPUL, IHC-UNL, CIES-IUL(ISCTE), FEP (Social Sciences Department), THD-ULisboa e ICS.

Palace of the Courts – current Assembly of the Republic – (20th century); the Church of Santa Engrácia-National Pantheon, the last three located in Lisbon; the sepulchre of the Bishop of Coria in the church of San Nicolàs in Plasencia, Spain (17th century). The loading of contents on the ZOTERO platform, a software for managing bibliographic references, was substantially enhanced after the first phase of the project – with more than 9,000 records introduced – and this allowed its sharing by all team members, encouraging a collaborative research.

FIGURE 8

Church of Our Lady of Expectation, high altar, 18th century, Campo Maior. Photography: Carlos Filipe (CECHAP).



FIGURE 9

Dona Maria estate, statue of Neptune, Estremoz. 18th century. Photography: Carlos Filipe (CECHAP).



FIGURE 10

Church of Santa Engrácia-National Pantheon, floor, 20th century. Photography: Carlos Filipe (CECHAP).



The contents have provided not only the enrichment of knowledge about each object, but also the creation of new tourist routes that combine the unique beauty of rock formations in quarries, with the beauty of the historic artistic heritage built in the region, as well as exceptional gastronomy.

In the 3rd phase of the project, taking place between September 2019 and August 2021, new case studies are being selected and researched in architecture, and particularly in sculpture, an area where the quality of Alentejo marbles has been held in high regard by countless national and foreign artists, both in the past and in the present day.

We also look forward to the preparation of heritage education books for young/school-aged audiences and other innovative communication strategies, creating attractive contents within the various periods of study, seeking to transmit knowledge of cultural and industrial heritage and landscapes of the region in a playful and dynamic way. The intention is

to stimulate, involve and attract young people while, at the same time, disseminating and sharing knowledge and raising awareness of the value of the cultural heritage of the marble region.

The implementation of the heritage education program will strengthen the ties of cultural identity and will promote knowledge and recognition of the importance of the past, creating instruments for the present and future preservation of heritage.

BIBLIOGRAPHY

ALVES, Daniel (coord.). *Mármore, património para o Alentejo: contributos para a sua história (1850-1986)*. Vila Viçosa: Talentirazão, 2015. Available from: <https://www.marmore-cechap.pt/data/6583>. Access at: 8 June 2020.

MATOS, Ana Cardoso de; ALVES, Daniel (coord.). *Mármore 2000 anos de história: volume ii – a evolução industrial, os seus agentes económicos e a aplicação contemporânea*. Lisboa: Theya, 2019. Available from: https://www.marmore-cechap.pt/bundles/documents/books/Marmore_2000_anos_vol_II.pdf. Access at: 8 June 2020.

QUINTAS, Armando. A construção de um património ao sul: o caso da indústria dos mármore do Alentejo. *La Descommunal: revista iberoamericana de patrimonio y comunidad*, Cáceres, n. 4, p. 314-323, 2018. Available from: http://ladescommunal.underground-arqueologia.com/ficheros/archivos/2018_03/21-quintas-actassopa16.pdf. Access at: 8 June 2020.

QUINTAS, Armando; FILIPE, Carlos. O Mármore do Alentejo na arquitectura da água: o caso de Évora. *A Cidade de Évora: boletim de cultura da Câmara Municipal de Évora*, Évora, III Série, n. 2, p. 130-149, 2018. Available from: <http://hdl.handle.net/10174/23365>. Access at: 8 June 2020.

RODRIGUES, Rute Massano; SOARES, Clara Moura. Ventura Terra e o elogio (possível) dos mármore de Estremoz na obra de reconstrução e monumentalização do Palácio das Cortes (1896-1903). In: SOARES, Clara Moura; MARIZ, Vera (eds.). *Dinâmicas do património artístico. Circulação, transformações e diálogos*. Lisboa: Artis, 2018. p. 90-99. Available from: <http://artispress.letras.ulisboa.pt/index.php/artispress/catalog/view/4/2/8-1>. Access at: 8 June 2020.

SERRÃO, Vítor; SOARES, Clara Moura; CARNEIRO, André (coord.). *Mármore 2000 Anos de História: Vol. I – da Antiguidade à Idade Moderna*. Lisboa: Theya, 2019. Available from: https://www.marmore-cechap.pt/bundles/documents/books/Marmore_2000_anos_vol_I.pdf. Access at: 8 June 2020.

SOARES, Clara Moura; SERRÃO, Vítor; FILIPE, Carlos; RODRIGUES, Rute Massano; MONTEIRO, Patrícia; SANTOS, Mariana Penedo dos. Património e história da indústria dos mármore: o papel da história da arte num projeto pluridisciplinar. *ARTis ON*, Lisboa, n. 5, p. 250-261, jan. 2018. Available from: <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/153>. Access at: 8 June 2020.



DOCUMENTO UNIFICADO:

RECOMENDAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DURANTE A
PANDEMIA DA COVID-19

MAURÍCIO CÂNDIDO DA SILVA¹, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p249-262>

¹ Documento elaborado pelos membros da Rede USP de Profissionais de Museus e Acervos, relacionados ao final deste texto.

NOTA DO EDITOR: relato publicado na seção Notícias e Depoimentos.

DOCUMENTO UNIFICADO: RECOMENDAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

MAURÍCIO CÂNDIDO DA SILVA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

RESUMO

Este texto apresenta documento elaborado pela Rede USP de Profissionais de Museus e Acervos que tem o objetivo de compilar, registrar e compartilhar conhecimentos e reflexões, propor diretrizes e protocolos sobre a prática técnica para orientação aos profissionais de museus.

PALAVRAS-CHAVE

Museus. Acervo museológico. Gestão de riscos.

APRESENTAÇÃO

A Rede USP de Profissionais de Museus e Acervos foi formada em 2019 e é composta por um grupo de servidores especializados nas áreas de museologia, conservação, documentação, pesquisa, expografia, educação em museus e gestão institucional que atuam nas diferentes instituições museológicas da USP e em outras unidades detentoras de acervos. A Rede é um processo em construção de uma estratégia que visa contribuir para a preservação e promoção do patrimônio histórico, cultural, artístico e científico universitário.

Esses profissionais buscam refletir sobre as condições e contribuir para o aprimoramento e eficiência dos processos de trabalho nas instituições. Nas reuniões técnicas mensais, busca-se compartilhar experiências sobre a salvaguarda e preservação dos acervos, segurança sanitária, desenvolvimento de estratégias de comunicação, ações educativas, gestão predial e infraestrutura. Ocorrem também discussões sobre orientações e protocolos adotados por outras instituições nacionais e internacionais, procurando a adequação às nossas realidades específicas.

Cabe notar que a USP mantém dezenas de museus, coleções, centros de divulgação científica e cultural, sendo uma das poucas instituições públicas que têm equipes experientes e dedicadas para cumprir essa tarefa.

Este documento tem o objetivo de compilar, registrar e compartilhar esses conhecimentos e reflexões sobre a prática técnica, servindo, assim, de orientação aos profissionais de museus e propondo diretrizes e protocolos que podem ser somados a outras iniciativas, tanto nos diferentes museus e acervos da Universidade de São Paulo, como em outros museus universitários.

1 DURANTE A QUARENTENA

Desde o início da quarentena, decretada pelo Governo do Estado de São Paulo a partir do dia 24 de março de 2020², o trabalho das equipes dos museus e acervos da USP tem sido mantido e marcado por adaptações de estratégias que envolvem gestão administrativa, salvaguarda, pesquisa, divulgação e atividades educativas, em ações presenciais e à distância, tendo como orientação básica garantir a proteção das equipes, do público e das coleções de cada núcleo museológico.

Nesse contexto, a Rede se rearticula e volta suas discussões para o enfrentamento das questões e desafios colocados pela pandemia. Iniciam-se reuniões virtuais, formam-se grupos de trabalho e pesquisa com apresentações regulares acerca dos temas apontados como prioridade.

A partir destas experiências considera-se primordial a observância das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e as medidas sanitárias locais, de modo que o planejamento considere as especificidades de cada museu em seu contexto, tendo em vista as determinações do poder público.

1.1 Organização e atribuição de atividades

1.1.1 Planejamento e estabelecimento das atividades presenciais, analisando a possibilidade de dar continuidade ou de adotar rotinas de trabalho específicas, tais como o regime de teletrabalho para os profissionais que possam executar seu trabalho de forma remota e o regime de escala de revezamento das equipes cuja presença é essencial;

1.1.2 Acompanhamento e atualização constantes dos procedimentos estabelecidos a partir dos comunicados oficiais;

1.1.3 Orientação e acompanhamento virtual de estagiários e bolsistas em continuidade aos trabalhos, adequando-os às ações programadas.

² Decreto Lei N° 64.881, estendida por nove outros decretos, sendo o último N° 65.032.

1.2 Ações de comunicação

1.2.1 Ampliar e diversificar as ações virtuais de comunicação com o público em substituição de eventos presenciais que possam favorecer a aglomeração de pessoas;

1.2.2 Promover atividades virtuais para o público em geral, tais como: exposições, acesso ao acervo, palestras, atividades lúdicas e educativas;

1.2.3 Manter comunicação constante no *site* e demais mídias sobre serviços virtuais e suspensão das atividades presenciais no museu;

1.2.4 Viabilizar as ações das equipes dos educativos às novas demandas da pandemia, destacando as características importantes das equipes permanentes;

1.2.5 Apresentar conteúdos preparados e adaptados à linguagem virtual, convidando o público a participar e interagir durante a visita às redes;

1.2.6 Adequar os planos de trabalho e fluxos internos envolvendo os diferentes setores, a fim de se constituírem relações harmônicas e orgânicas de produção e divulgação de conteúdos digitais.

1.3 Medidas de saúde

1.3.1 Recomenda-se que indivíduos pertencentes a grupos de risco mantenham-se afastados e em isolamento social até novas orientações médicas e da vigilância sanitária. O trabalho presencial deverá ser feito somente por pessoal que realiza serviços considerados essenciais, observando-se as recomendações para evitar o contágio;

1.3.2 Observar medidas de distanciamento físico, analisando a possibilidade de readequação dos espaços de trabalho, respeitando o limite do número de pessoas simultaneamente no mesmo local³. Para atender a essa recomendação, rodízios e agendamentos podem ser necessários;

1.3.3 Evitar compartilhamento de objetos;

1.3.4 O usuário deve ser responsável pela desinfecção do local de trabalho (superfícies, cadeiras, bancadas, equipamentos e objetos manipulados) sempre que terminar a utilização;

³ A ocupação máxima dos espaços de pesquisa não deverá exceder quatro pessoas, simultaneamente, para cada 50 m² (uma pessoa por 12,5 m²), segundo Instituto de Ciências Biomédicas da USP.

1.3.5 Copas e sanitários devem ter atenção redobrada quanto à limpeza, ao número de usuários e ao distanciamento entre as pessoas;

1.3.6 Toda área de uso comum (espaços de trabalho, banheiros e copas) deve ser provida de dispensadores de álcool em gel ou frascos de álcool 70%. A instituição deve manter equipamento de proteção individual (EPIs) em estoque, tais como máscaras e luvas, e caso necessário disponibilizar para toda a equipe;

1.3.7 Limitar o acesso de pessoas que apresentem febre (temperatura igual ou superior a 37,8°C);

1.3.8 Dar especial atenção ao fornecimento de água potável, verificando a possibilidade de substituir bebedouros por purificadores de água com torneiras;

1.3.9 Sugere-se que as pessoas que apresentarem sintomas de COVID-19 sejam afastadas até a confirmação do diagnóstico. Os casos confirmados deverão ser afastados e seguir as recomendações médicas⁴;

1.3.10 A fim de se evitar o uso da copa para refeições, sugere-se a adoção de turnos de meio período, realizados antes ou após o horário de almoço;

1.3.11 Deverá ser feita a desinfecção das áreas comuns e banheiros, no mínimo, nos intervalos entre turnos;

1.3.12 Sugere-se que a temperatura dos funcionários seja verificada diariamente;

1.3.13 Sugere-se que mesas e estações de trabalho sejam reposicionadas de modo a evitar proximidade entre os funcionários;

1.3.14 Sugere-se a testagem para COVID-19 dos funcionários (sorológico e por PCR);

1.3.15 Estas medidas devem ser reavaliadas periodicamente.

1.4 Salvaguarda

1.4.1 Adotar protocolo de inspeção de rotina com especial ênfase aos acervos, reservas técnicas e exposições, com registro das informações. Vistoriar equipamentos elétricos em funcionamento, portas e janelas de acesso ao edifício;

⁴ Conforme CODAGE/Diretrizes “Medidas temporárias e emergenciais contra o contágio pelo COVID-19”.

1.4.2 Durante a pandemia, é importante organizar uma escala de limpeza com pessoal reduzido e em regime de revezamento, utilizando somente os espaços indispensáveis para a instituição nesse período e atentando para a presença de insetos, fungos ou outras manifestações incomuns;

1.4.3 A vistoria das áreas de guarda de acervo e reserva técnica deve ser realizada regularmente, alternando os membros da equipe em inspeções semanais. A limpeza do local deve ser avaliada de acordo com as especificidades de cada instituição, respeitando-se os cuidados de acesso e escolha dos produtos para higienização.

1.5 Funcionamento dos equipamentos de ar-condicionado

1.5.1 Monitorar constantemente a qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente. Sugere-se executar análise microbiológica (físico-química) do ar, conforme Resolução 09 da ANVISA, com periodicidade de até 6 meses, e fazer as correções dos desvios identificados nos laudos;

1.5.2 Ajustar a renovação do ar externo em maior vazão possível, dar atenção às rotas de ventilação e, se necessário, instalar dispositivo de renovação de ar. A ventilação pode reduzir a concentração do COVID-19 no ar e, portanto, o risco de transmissão. Manter os sistemas em operação por mais tempo, se possível 24 horas por dia, 7 dias por semana, para melhorar a qualidade do ar interno. Caso não exista dispositivo de renovação de ar interno instalado, recomendamos providenciar sua aquisição e instalação. Se não for possível instalar dispositivo ou sistema para a renovação de ar, recomendamos abrir portas e janelas para garantir a renovação do ar em maior vazão possível (ABRAVA). Estudar a possibilidade de adquirir purificadores de ar para áreas de acervo e reservas em que a renovação do ar não seja possível;

1.5.3 Reforçar medidas de higienização dos equipamentos de ar-condicionado, aumentar a frequência de limpeza das casas de máquinas e da área interna das bocas de ar (*fan-coils* e serpentinas), garantir que todo o sistema de climatização esteja limpo e higienizado, principalmente as bandejas, sifões, ventiladores e dutos de distribuição de ar. Executar a limpeza dos equipamentos utilizando produtos químicos conforme a orientação da Nota Técnica 34/2020 da ANVISA e RENABRAVA 08 - Uso de Produtos Químicos em Sistemas de AVAC-R. Garantir o uso de equipamentos de proteção

individual (EPIs) como óculos, luvas descartáveis e máscaras para respiração durante as atividades de operação e manutenção dos equipamentos;

1.5.4 Atenção especial a medidas de filtragem do ar: aumentar a frequência de troca de filtros de ar e remover os filtros descartáveis somente por meio de sacos plásticos. A norma para museus é G₃+F8 (classe mínima de filtragem NBR16401-3). Poderia ser evoluído para G₄+F9, mas há necessidade de verificação técnica da capacidade dos condicionadores de ar. Não recomendamos o uso de filtros absolutos (Hepa);

1.5.5 Averiguar a necessidade e possibilidade de implantação de sistemas de desinfecção. Estudar a possibilidade de utilização de IUVG (Irradiação Ultravioleta Germicida) dentro dos condicionadores de ar (nas serpentinas). O uso de novas tecnologias deve ser considerado desde que sua eficácia e segurança para as obras e os usuários sejam comprovadas.

1.6 Formação

1.6.1 Treinamento e atualização relacionados a:

- Sistemas de segurança e higienização em museus;
- Produção de conteúdos digitais para o público;
- Abordagem do público em período de pandemia;
- Linguagens das mídias sociais;
- Demais temas correlatos ao trabalho.

1.6.2 Participação em grupos de trabalho (inclusive nesta Rede USP de profissionais de museus e acervos), webinários e discussões sobre cultura e educação durante a pandemia.

2 PROCESSO DE REABERTURA AO PÚBLICO

Assim como assinalado nos documentos do ICOM Brasil e do IBRAM, acreditamos que a reabertura dos museus e acervos da USP deva ser um processo composto por etapas de avaliação até a reabertura total e retomada de todas as ações. Isso deve ser feito de forma planejada e gradativa, preferencialmente com a formação de grupos de trabalho internos com constantes avaliações, levando em conta a saúde dos profissionais, dos visitantes e a salvaguarda dos acervos.

2.1 Preparação para a chegada do público

2.1.1 Avaliar a pertinência ou não da adoção de protocolos de demais setores que lidam com fluxo de público e aglomeração (shoppings, supermercados, etc.);

2.1.2 Disponibilizar álcool em gel na recepção, banheiros e áreas comuns;

2.1.3 Os trabalhos internos e a reabertura ao público externo devem estar alinhados com as diretrizes da Reitoria para o retorno das aulas de graduação e pós-graduação, bem como para a reabertura dos espaços culturais;

2.1.4 Compra de equipamento para aferição de temperatura, com devido treinamento dos funcionários encarregados da atividade;

2.1.5 Designação e treinamento de profissionais de recepção para abordagem do público no cumprimento do uso obrigatório de máscara, conforme Decreto Estadual 64.959/2020 e Resolução SS-96⁵.

2.2 Ações de Comunicação

2.2.1 Preparar comunicação para *site* e demais mídias sobre o atendimento diferenciado, com orientações sobre como proceder na visita ao museu;

2.2.2 Avaliar o engajamento digital da instituição nas redes sociais e criar um plano de continuidade das ações de acordo com a disponibilidade das equipes e objetivos institucionais;

2.2.3 Avaliar as novas interações e fluxos de trabalho interno entre equipes e, se possível, dar continuidade às ações cooperativas entre as áreas;

2.2.4 Organizar ações *on-line* com base em critérios que possam responder às demandas de professores e alunos da rede de ensino;

2.2.5 Estabelecer contato com as Secretarias de Educação e líderes comunitários para disponibilizar programas que sejam adequados e que possam colaborar com os conteúdos desenvolvidos nas salas de aula virtuais e em outros espaços comunitários;

2.2.6 Dar continuidade à pesquisa e preparação de cursos *on-line* (adaptação de cursos de difusão cultural presenciais), além de novas propostas.

5 As denúncias sobre locais com pessoas sem máscara poderão ser feitas pelo telefone 0800 771 3541, disque-denúncia da Vigilância Sanitária. Para mais informações: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/tire-suas-duvidas-sobre-o-uso-obrigatorio-de-mascara-em-sp/>

2.3 Adaptação para o fluxo de visitas

2.3.1 Definir a capacidade de público (número máximo de visitantes por ambiente e turnos de visitação), considerando o distanciamento físico mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde;

2.3.2 Recomenda-se limitar o número máximo de pessoas por metro quadrado para permitir uma distância de segurança de 1,5 m entre cada visitante;

2.3.3 Analisar e planejar a adoção de regras de circulação, com marcação no piso, barreiras, entre outras providências. Adotar fluxo de visita unidirecional, aumentando a capacidade de controle dos públicos;

2.3.4 Estudar as medidas necessárias para adaptação das áreas de bilheteria e guarda-volumes, garantindo o distanciamento físico, além de priorizar formas de pagamento com cartões magnéticos ou bilheteria *on-line*. Estudar políticas de gratuidade;

2.3.5 Adaptar os sistemas tecnológicos interativos para uso sem contato, se não for possível, recomenda-se o desligamento e isolamento dos dispositivos;

2.3.6 Considerar horários de funcionamento dedicados a determinados grupos (por exemplo, maiores de 60 anos de idade);

2.3.7 Evitar o acesso de pessoas que apresentem temperatura acima de 37,8°C e recomendar a procura de atendimento no Sistema de Saúde;

2.3.8 Evitar formação de filas e aglomerações nos diversos espaços, sinalizando o distanciamento de 1,5 m;

2.3.9 Garantir a distância entre os visitantes e os balcões de recepção, possivelmente instalando barreira transparente para proteger funcionários e visitantes;

2.3.10 Fechar os guarda-volumes que requeiram a presença de funcionários, a fim de evitar manuseio e contato desnecessários (os armários podem permanecer disponíveis se forem desinfetados regularmente entre os usos);

2.3.11 Priorizar a continuidade do trabalho educativo com grupos por meio de mídias digitais até que se tenha um nível de segurança adequado para os encontros presenciais;

2.3.12 Disponibilizar materiais digitais educativos para que pessoas e grupos preparem-se com antecedência para as visitas e evitem aglomerações nas dependências dos museus;

2.3.13 Avaliar a redução do número de pessoas em grupos agendados, assim como o tempo de duração dos atendimentos/visitas. Priorizar espaços abertos para a realização das conversas;

2.3.14 Evitar o uso de ateliês e salas de atividades, bem como ações que envolvam o manuseio de materiais;

2.3.15 Priorizar o público regular e em vulnerabilidade social no desenvolvimento das ações educativas à distância ou presenciais, tais como idosos, moradores de comunidades, pessoas com necessidades especiais, a ser realizado de acordo com cada realidade institucional.

2.4 Medidas de saúde

2.4.1 Além da continuidade das medidas apontadas no item 1.4, sugere-se:

2.4.2 Realizar as reuniões de trabalho, sempre que possível, no formato virtual ou observar as medidas de distanciamento e higiene para encontros presenciais;

2.4.3 Manter as portas e janelas abertas, a fim de promover a ventilação e evitar manuseios desnecessários. Caso contrário, as maçanetas devem ser desinfetadas toda vez que forem usadas;

2.4.4 Garantir que os dispositivos, tais como audioguias, fones de ouvido e outros equipamentos similares que requerem manuseio sejam sistematicamente desinfetados após cada utilização. Se isso não puder ser feito, suspender o uso;

2.4.5 Estimular campanhas de vacinação contra a gripe para os profissionais de museu, profissionais das empresas terceirizadas, bolsistas, estagiários e público em geral;

2.4.6 Recomenda-se que os trabalhos presenciais tenham duração de 4 horas/dia, no período matutino ou vespertino, em turnos alternados para evitar o uso da copa para refeições;

2.4.7 Desinfecção das áreas comuns e banheiros nos intervalos entre os turnos;

2.4.8 Sugere-se que a instituição avalie a possibilidade de que os servidores do grupo de risco (maiores de 60 anos ou com doenças pré-existentes) possam desempenhar suas funções de forma remota durante a retomada gradual das atividades;

2.4.9 Adotar protocolos existentes para a manipulação e circulação de documentos e de atendimento a usuários.

2.5 Salvaguarda

2.5.1 A equipe de segurança e de orientação de público deve estar presente na recepção e nas salas expositivas para garantir que haja distância suficiente não apenas entre o visitante e as obras em exibição, mas também entre os próprios visitantes;

2.5.2 Quando da retomada dos trabalhos presenciais, as áreas de guarda e de exposição devem ser vistoriadas para verificação de ocorrências, danos ou perdas;

2.5.3 Definição de prazo e local de quarentena para documentos e itens de acervo que estejam em trânsito ou sejam manuseados.

2.6 Funcionamento dos equipamentos de ar-condicionado

2.6.1 Continuidade das práticas do item 1.5 levando em conta o possível aumento do fluxo de visitantes.

2.7 Formação

2.7.1 Capacitar as equipes de limpeza, segurança e orientadores de público durante este momento incomum, considerando as especificidades do ambiente museológico;

2.7.2 Capacitar as equipes para a criação e gestão de documentos digitais, juntamente com normativa com tutorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar o caráter de RECOMENDAÇÃO deste documento e que a retomada de atividades de trabalho e a reabertura ao público devem ser processuais, em fases, avaliando cada estágio visando a segurança das equipes, dos acervos e dos diferentes públicos que visitam os museus. Temos ciência de que estamos sendo afetados por um problema de saúde pública e todas as nossas ações convergem para essa particularidade.

Nesse sentido, é necessário que este documento integre as decisões e planejamentos de cada instituição de caráter museológico da USP, ou responsável por acervos, e que a própria Universidade envie esforços financeiros e administrativos, de forma a garantir a execução dessas orientações, potencializando recursos e empenho, tendo em vista a utilização de uma fonte comum de recomendações protocolares.

Reforçamos, ainda, a importância da participação das equipes técnicas durante os processos de planejamento e realização dessas ações, permitindo melhor adequação à realidade da instituição, mantendo e aprofundando as trocas e discussões da Rede para o contexto da USP.

Finalmente, recomenda-se que os museus que não estiverem em condições de atender a essas medidas, estendam seus fechamentos temporários até que seja possível a sua reabertura, com intuito de preservação da vida.

BIBLIOGRAFIA

COMITÊ PARA EDUCAÇÃO E AÇÃO CULTURAL – ICOM BR. REDE DE EDUCADORES EM MUSEUS DO BRASIL. *Carta aberta dos educadores museais brasileiros sobre os efeitos da Pandemia de Covid-19 na educação museal no Brasil*. 2020. Disponível em: http://www.icom.org.br/files/Carta_Aberta_e_Recomenda%C3%A7%C3%B5es_para_Educa%C3%A7%C3%A3o_Museal_no_Brasil.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL. *Museus e o fim da quarentena: como garantir a segurança do público e das equipes*. 2020. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?p=1920>. Acesso em: 15 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Recomendações aos museus em tempos de COVID-19*. 2020. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Recomendacoes_Museus.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AR CONDICIONADO, REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO E AQUECIMENTO. *Canal ABRAVA COVID-19*. 2020. Disponível em: <https://abrava.com.br/normalizacoes/canal-abrava-covid-19/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ASHRAE. *Documento de posição da ASHRAE sobre aerossóis Infeciosos*. Traduzido sob licença da ASHRAE. 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ashrae.org/file%20library/about/position%20documents/ashrae-position-document-on-infectious-aerosols---portuguese.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ASHRAE. *COVID-19 (Coronavirus) Preparedness Resources*. 2020. Disponível em: <https://www.ashrae.org/technical-resources/resources>. Acesso em: 15 jul. 2020.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Plano de retomada das atividades de pesquisa no ICB-USP*. jul. 2020. 2 p.

REDE USP DE PROFISSIONAIS DE MUSEUS E ACERVOS

Cibele Monteiro da Silva, mestre, especialista em pesquisa/apoio de museu; Gabriel de Andrade Fernandes, mestre, especialista em Laboratório; Juan Dyego Marcelo Azevedo, analista administrativo. *Centro de Preservação Cultural–Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária*

Viviane Yuri Jon, mestre. *Herbário–Instituto de Biologia*

Bianca Maria Abbade Dettino, mestre, especialista em projeto de exposição; Maristela L. Moreira, chefe da divisão administrativa. *Instituto de Estudos Brasileiros*

José Hermes Martins Pereira, mestre, especialista em pesquisa/apoio de museu. *Instituto de Psicologia*

Cristiane Vitor Pinheiro Maciel, especialista em organização de projetos culturais e eventos, assistente. *Museu de Anatomia Humana–Instituto de Ciências Biomédicas*

Mauricio Candido da Silva, doutor, especialista em projeto de exposição. *Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia*

Ana Carolina Delgado Vieira, mestre, conservadora; Carla Gibertoni Carneiro, doutora; Célia Maria Cristina Demartini, doutora; Francisca Aida Barboza Figols; Maurício André da Silva, mestre, educador; Mônica da Silva Amaral; Viviane Wermelinger Guimarães, mestre. *Museu de Arqueologia e Etnologia*

Andrea Alexandra do Amaral Silva e Biella, doutora, educadora; Ariane Soeli Lavezzo, conservadora; Beatriz Cavalcanti de Arruda, mestre, especialista em pesquisa/apoio de museu; Evandro Carlos Nicolau, doutor, educador; Juliana de Lucca, assistente administrativo; Marcia Sampaio Barbosa, especialista em conservação e restauro; Maria Angela Serri Francoio, mestre, educadora; Mariana Batista de Queiroz; Marília B. Lopes, técnica para assuntos administrativos; Michelle de O. Alencar, especialista em pesquisa/apoio de museu; Rejane Elias Clemencio, especialista em conservação e restauro; Renata Casatti, especialista em conservação e restauro; Renata Sant'Anna, mestre, educadora; Silvana Karpinski, doutora, especialista em documentação; Silvia Miranda Meira, livre docente, especialista em pesquisa de museu; Vera Filinto, especialista em pesquisa de museu. *Museu de Arte Contemporânea*

Ideval Souza Costa, mestre; Miriam Della Posta de Azevedo, mestre. *Museu de Geociências-Instituto de Geociências*

Clebison Nascimento dos Santos, graduado em biologia, conservador; Gustavo Querodia Tarelow, doutor, especialista em pesquisa/apoio de museu. *Museu Histórico -Faculdade de Medicina*

Edno Aparecido Dario, especialista em projetos de museografia. *Museu Luiz de Queiroz-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz*

Sérgio Teixeira de Castro, biólogo, educador e chefe. *Museu Oceanográfico-Instituto Oceanográfico*

Denise Cristina Carminatti Peixoto Abeleira, mestre, educadora; Fabiola Margoth Zambrano Figueroa de Miranda, mestre, conservadora; Flavia Andrea Machado Urzua, conservadora; Ina Hergert, conservadora; Isabela Ribeiro de Arruda, educadora; Tatiana A. Herrmann de Oliveira, especialista em conservação e restauro;

Tatiana Vasconcelos dos Santos, documentalista; Teresa Cristina Toledo de Paula, doutora, especialista em conservação e restauração. *Museu Paulista*

Anicleide Zequini, doutora, especialista em pesquisa/apoio de museu; Aline Antunes Zanatta, mestre, educadora. *Museu Republicano Convenção de Itu-Museu Paulista*

Márcia Fernandes Lourenço, doutora, educadora; Rosângela Celina Cavalcante. *Museu de Zoologia*

Luca Hermes Pusceddu, técnico para assuntos administrativos; Luciane Nogueira Amaral dos Santos, analista acadêmico. *Parque de Ciência e Tecnologia*

Renata Vieira da Motta, Assessoria Técnica. *Reitoria da Universidade de São Paulo*

CONVIDADOS

Joselaine Mendes Tojo, aluna; Cristiane Landi de Moraes, aluna; Otávio Pereira Balaguer, mestre, *Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia*; Bruno Fedeli, engenheiro especialista em climatização de museu.

